



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA)
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

ANA PAULA RABELO

**A CULTURA FEITA POR MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEITAS
PARA A CULTURA: PERSPECTIVAS FEMININAS NO CENÁRIO CULTURAL
BRASILEIRO**

CATALÃO (GO)

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Tese

2. Nome completo do autor:

Ana Paula Rabelo

3. Título do trabalho

A CULTURA FEITA POR MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEITAS PARA A CULTURA: PERSPECTIVAS FEMININAS NO CENÁRIO CULTURAL BRASILEIRO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento: [X] SIM [] NÃO¹

[¹] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs.: Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Rabelo, Usuário Externo**, em 07/08/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA HELENA DE PAULA, Orientador(a)**, em 11/08/2025, às 05:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0221102** e o código CRC **0CD2529F**.

ANA PAULA RABELO

**A CULTURA FEITA POR MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEITAS
PARA A CULTURA: PERSPECTIVAS FEMININAS NO CENÁRIO CULTURAL
BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.

Linha de pesquisa 3: Língua, Linguagem, Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Paula.

CATALÃO, GO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Catalão - BU/UFCAT)

Rabelo, Ana Paula

A cultura feita por mulheres e as políticas públicas feitas para a cultura : perspectivas femininas no cenário cultural brasileiro / Ana Paula Rabelo. - 2025.
248 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Paula.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2025.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui quadros, fotografias, gráfico, lista de figuras.

1. Protagonismo feminino. 2. Dimensões da cultura. 3. Políticas
4. Triângulo Mineiro. I. Paula, Maria Helena de, orient. II. Título.

CDU 8+7

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 16/2025 da sessão de Defesa de Tese de Doutorado, que confere o título de Doutora em Estudos da Linguagem, na área de concentração Linguagem, Cultura e Identidade.

Ao primeiro dia de agosto de dois mil e vinte e cinco, a partir das treze horas e trinta minutos, via Videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "**A CULTURA FEITA POR MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEITAS PARA A CULTURA: PERSPECTIVAS FEMININAS NO CENÁRIO CULTURAL BRASILEIRO**" de autoria da doutoranda **Ana Paula Rabelo**, matrícula 2021100456. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, **Professora Doutora Maria Helena de Paula (PPGEL/UFCAT)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Professor Doutor Ismar da Silva Costa (PPGHIS/UFCAT)**, membro titular interno; **Professora Doutora Vanessa Regina Duarte Xavier (PPGEL/UFCAT)**, membro titular interno; **Professor Doutor Acácio Sidinei Almeida Santos (PPGRI/UFABC)**, membro titular externo; **Professora Doutora Maria Socorro Ramos Militão (PPGFIL/UFU; PROF-FILO/UFT)**, membro titular externo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata (X) Aprovada () Reprovada por seus membros. Proclamados os resultados pela Profa. Dra. Maria Helena de Paula, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao primeiro dia de agosto de dois mil e vinte e cinco.

Observações: **A banca recomendou, por unanimidade, a publicação da Tese.**

Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:

Art. 2º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA:



Documento assinado eletronicamente por **MARIA HELENA DE PAULA, Orientador(a)**, em 01/08/2025, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA REGINA DUARTE XAVIER, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/08/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISMAR DA SILVA COSTA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/08/2025, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA SOCORRO RAMOS MILITAO MILITAO**, **Usuário Externo**, em 05/08/2025, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ACÁCIO SIDINEI ALMEIDA SANTOS**, **Usuário Externo**, em 11/08/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0214442** e o código CRC **10CF94B8**.



ANA PAULA RABELO

A CULTURA FEITA POR MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEITAS PARA
A CULTURA: PERSPECTIVAS FEMININAS NO CENÁRIO CULTURAL
BRASILEIRO



Dedico esse trabalho às minhas avós.



Maria Moreira da Costa, que viveu tão pouco, deixando meu pai órfão aos sete anos de idade. Da mãe, de quem pouco se lembrava, guardou uma saudade que o acompanhou até os últimos momentos de sua vida. Em minha lembrança, guardo o olhar firme e resoluto, registrado nesta velha fotografia, que meu pai contemplava todos os dias.



Maria Rita Borges. Sua conduta aguerrida e honesta acabou por torná-la eternamente viva, nos passos de minha mãe, e nos meus. Carrego, nas memórias de infância, o aperto de sua mão e a doçura de seu olhar.

Agradecimentos

Senhor Jesus. Rei meu e Deus meu. Que **Tua** presença sempre me guie por caminhos de retidão e justiça.

Banca Examinadora. Foi uma honra contar com as valiosas contribuições e aprender muito mais sobre nossa responsabilidade em tornar esse mundo um lugar melhor. Assim, por meio de vocês, reverencio aquelas e aqueles que fazem da docência um diário exercício de luta por educação de qualidade, justiça social e vida digna para todas as pessoas.

Maria Helena. Obrigada por me ensinar que “a língua é um baú guardador de memórias”. Suas aulas e nossas conversas foram essenciais para o meu crescimento pessoal e profissional.

Família. Em especial meu irmão caçula, Marcos, e sua esposa, Luciana. Obrigada por me acolherem em Catalão-GO e pelas conversas repletas de esperanças.

Mãe. Cada conquista minha tem, inevitavelmente, a marca de sua mão, sua presença amorosa, sua fé inabalável em **Deus**, e no cuidado **Dele** conosco, todos os dias.

Pai (*In Memoriam*). Toda saudade que faz morada em meu coração é sua. Quando me faltam palavras, lembro de sua canção favorita: “Companheirada, é hora da partida...”.

Wanderlei Oliveira. “Quando o cavalo passa arreado é preciso montá-lo”. Essa frase, que ouvi de você, em março de 2020, foi crucial para o meu retorno aos estudos acadêmicos. Sua amizade é como um “souvenir” do qual jamais me desfarei.

Paula Márcia. Há uma frase bíblica que diz “Em todo o tempo ama o amigo, e na angústia nasce o irmão” (Provérbios 17:17). Sua amizade foi um grato presente que o tempo de doutorado me proporcionou. Obrigada por tudo, amiga!

Jozimar Bernardo. Obrigada por todo o zelo com a revisão e formatação das minhas produções acadêmicas. Seu olhar é mais que atento, é também repleto de generosidade e afeto.

Maria Beatriz Villela de Oliveira. Obrigada pelo cuidado com a revisão final do texto.

Cícero. Amigo fiel na escuta e leitura dos textos da pesquisa. Sua presença se configurou como um bálsamo afetivo e reflexivo. Gratidão imensa, meu querido.

Dudu. O que aprendi com você durante as disciplinas que cursamos juntos vai muito além do aspecto profissional. Obrigada por me mostrar que o amor é o melhor, senão o único, antídoto contra o preconceito.

Colegas da pós-graduação. Como foi bom dividir as horas de aulas online com vocês. Em especial a turma de doutorandos ingressantes em 2021. Não posso me esquecer de Rennika e Paula, que formaram comigo o melhor grupo de estudos e indicações bibliográficas: as “Divas do Léxico”.

Christiane Frezza. Amiga presente nos momentos de sonhar e de chorar. Obrigada por não me deixar perder de vista as esperanças contidas no trabalho solidário.

Equipe da Associação Circo da Vida. Queridas e queridos! Somos um time de *milhões*. É uma honra trabalhar com vocês.

Crianças e adolescentes participantes das atividades socioculturais oferecidas pela Associação Circo da Vida. Minhas pequenas porções semanais de afeto! Tia Ana Paula ama cada minuto compartilhado com vocês em nossa oficina de Literatura. É emocionante vê-los crescer!

Rede SESC Ação Comunitária - Uberlândia. Agradeço por fazer parte desse incansável trabalho realizado por todas as instituições que compõem essa rede, unidas pela ação solidária em prol do bem comum.

Naiara e Rosana. Há um tempo de infância latente em nós três, para o qual corremos quando a vida nos compele a celebrá-la, ou quando nos parece sombria. Seguimos firmes com o compromisso que fizemos no verão de 1985, e seremos amigas para sempre!

Luciene Vilarinho. Obrigada pelo suporte em tudo o que pesquisei sobre a Lei Rouanet. Sua experiência e excelência na gestão de projetos, somada a sua alegria em ver a arte transformando vidas, é um alento mais que suficiente para continuar essa tarefa árdua de trabalhar com arte e educação.

Maria Vânia. Obrigada pelas tardes de conversas e partilhas. Que nunca falte café, pão de queijo, canções, sonhos e projetos em nossas vidas!

Maristela Machado. Amiga de infância. Obrigada por embarcar comigo nos desafios e conquistas do pequeno Alecrim Dourado – Práticas Sustentáveis.

Participantes da pesquisa. Agradeço a cada uma das 25 mulheres que se dispuseram a compartilhar comigo o seu fazer cultural, suas esperanças e angústias. Para vocês, ofereço uma, das várias canções que me inspiraram na escolha do tema da pesquisa.

“Dança
Vida
Ai de quem não te acompanhar
Dançar até que a noite recolha
Nossa sombra
Sonha
Sonho
Ai de quem não te aproveitar
Dormir até que o dia recolha
Nossa sina”

(Composição: Arthur Andrade. Interpretação: Diana Pequeno)



RESUMO

Essa tese investigou e analisou políticas e mecanismos de fomento à cultura, propostas pelo governo federal a partir de 2003, pela ótica e vivência de 25 mulheres que se consideram fazedoras de cultura, moradoras das cidades de Araguari, Uberlândia e Uberaba, na região do Triângulo Mineiro-MG. Na perspectiva qualitativa, a metodologia para esse estudo deu-se à luz da pesquisa-ação, buscando responder às seguintes questões: como essas mulheres interagem, entre convergências e atritos com as políticas públicas para o setor cultural? Como a presença feminina se vê, presente ou ausente, e se põe frente às políticas públicas para a cultura? O que alimenta, sustenta, fragiliza, desafia e faz girar a cadeia produtiva da cultura a partir da ótica feminina? Os referenciais teóricos se fundamentam, majoritariamente, no legado cultural de mulheres como: Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2023), Lia Calabre (2019), entre outras. No trabalho de campo constatou-se que a vivência cultural expõe outras questões como: acesso à educação, combate ao racismo estrutural, precarização e desvalorização do profissional da cultura entre outros. Os resultados obtidos reforçaram a necessidade de mais alinhamento entre as dimensões simbólica, cidadã e econômica, consolidando políticas culturais de Estado que efetivem o direito à cultura para todas as pessoas. Ao propor uma escuta atenta e afetiva, o *corpus* se desenhou pela compreensão de como se dão as interações socioculturais e o exercício dialógico, ou não, entre a cultura feita por mulheres e as políticas públicas feitas para a cultura.

Palavras-chave: protagonismo feminino; dimensões da cultura; políticas culturais; Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

This thesis investigated and analyzed cultural promotion policies and mechanisms proposed by the Brazilian federal government since 2003, from the perspective and lived experiences of 25 women who identify themselves as culture makers, residing in the cities of Araguari, Uberlândia, and Uberaba, located in the Triângulo Mineiro region of Minas Gerais. Adopting a qualitative approach, the methodology of this study was based on action research, aiming to answer the following questions: How do these women interact, through convergence or friction with public policies for the cultural sector? How do they perceive the presence or absence of women within cultural public policies? What nurtures, sustains, weakens, challenges, and drives the cultural production chain from a female perspective? The theoretical framework is primarily grounded in the cultural legacy of women such as Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2023), Lia Calabre (2019), among others. Fieldwork revealed that cultural experiences also expose other pressing issues, such as access to education, the fight against structural racism, the precariousness and undervaluation of cultural professionals, among others. The results reinforced the need for greater alignment between the symbolic, civic, and economic dimensions, aiming to consolidate state cultural policies that guarantee the right to culture for all. By proposing an attentive and empathetic listening, the corpus was built around understanding how sociocultural interactions occur and whether there is a dialogical exercise between the culture produced by women and the public policies designed for culture.

Keywords: female protagonism; dimensions of culture; cultural policies; Triângulo Mineiro.

RESUMEM

Esta tesis investigó y analizó las políticas y los mecanismos de fomento a la cultura, propuestos por el gobierno federal a partir de 2003, desde la perspectiva y la vivencia de 25 mujeres que se consideran hacedoras de cultura, residentes en las ciudades de Araguari, Uberlândia y Uberaba, en la región del Triângulo Mineiro, en el estado de Minas Gerais. Desde una perspectiva cualitativa, la metodología de este estudio se basó en la investigación-acción, buscando responder a las siguientes preguntas: ¿cómo interactúan estas mujeres, entre convergencias y fricciones, con las políticas públicas para el sector cultural? ¿Cómo se percibe la presencia femenina, presente o ausente, frente a las políticas públicas para la cultura? ¿Qué alimenta, sostiene, debilita, desafía y hace girar la cadena productiva de la cultura desde la mirada femenina? Los referentes teóricos se fundamentan, mayoritariamente, en el legado cultural de mujeres como Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2023), Lia Calabre (2019), entre otras. En el trabajo de campo se constató que la vivencia cultural expone otras cuestiones, como el acceso a la educación, el combate al racismo estructural, la precarización y la desvalorización de los y las profesionales de la cultura, entre otras. Los resultados obtenidos reforzaron la necesidad de un mayor alineamiento entre las dimensiones simbólica, ciudadana y económica, consolidando políticas culturales de Estado que garanticen el derecho a la cultura para todas las personas. Al proponer una escucha atenta y afectiva, el corpus se configuró a partir de la comprensión de cómo se dan las interacciones socioculturales y el ejercicio dialógico, o no, entre la cultura hecha por mujeres y las políticas públicas destinadas a la cultura.

Palabras clave: protagonismo femenino; dimensiones de la cultura; políticas culturales; Triângulo Mineiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura do Trabalho de Campo.....	75
Figura 2: Praça Manoel Bonito: [Palace Hotel: vista panorâmica da cidade]: Araguari, MG. ...	85
Figura 3: Folder de divulgação da Fundação Aragarina de Educação e Cultura.	86
Figura 4: Folder de divulgação do Fórum Permanente de Cultura de Araguari.....	88
Figura 5: Praça Antônio Carlos [Paço Municipal]: [Coreto]: Uberlândia, MG.	95
Figura 6: Estrutura física. Palco.	100
Figura 7: Estrutura física. Tenda, cadeiras e instrumentos no palco.	100
Figura 8: Estrutura física com público.	101
Figura 9: Praça Rui Barbosa: Catedral Metropolitana do Sagrado Coração de Jesus. Uberaba, MG. ...	127
Figura 10: Kálica e o tear.	156
Figura 11: Site oficial da Universidade Federal de Uberlândia. Campus Umuarama.....	163
Figura 12: Conteúdo da página: Extensão e Cultura. UFU.	163
Figura 13: Mecanismo de buscas pela internet.....	174
Figura 14: Site do Ministério da Cultura. Página de inscrição de projetos culturais.	175
Figura 15: Página online para consulta de projetos culturais aprovados pela Lei Rouanet. ..	176
Figura 16: Informações do projeto Rede Cultural Real. Versalic.	176
Figura 17: Informações específicas do Projeto Rede Cultural Real. Versalic.....	177
Figura 18: Folder de divulgação do encerramento do projeto Rede Cultural.	179
Figura 19: Informações oficiais do MinC sobre valores de projetos solicitados para Minas Gerais..	180
Figura 20: Informações oficiais do MinC sobre valores de projetos captados para Minas Gerais..	181
Figura 21: Progressão da Política Nacional de Cultura Viva 2023.	182
Figura 22: Organograma dos componentes da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)..	184
Figura 23: Organograma da Gestão Compartilhada da PNCV.....	185
Figura 24: Iara (Uberlândia) e o retorno da Conferência Nacional de Cultura em 2024.	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária das participantes.	31
Gráfico 2: Identificação do ponto de vista racial.....	32
Gráfico 3: Tempo de atuação na área cultural.	32
Gráfico 4: Atuação cultural como fonte de remuneração da participante.	33
Gráfico 5: Autodenominação relacionada à atuação cultural.	34
Gráfico 6: Conhecimento acerca de leis e mecanismos de incentivo à cultura.	35
Gráfico 7: Inscrição de projetos culturais em editais de mecanismos de incentivo à cultura. .	35
Gráfico 8: O quanto passou a conhecer acerca de políticas públicas voltadas à cultura depois que participou desta pesquisa.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exposição do conhecimento das participantes acerca das leis de incentivo à cultura.	65
Quadro 2: Notícias sobre políticas culturais.	76
Quadro 3: Notícias sobre mulheres na cultura.	78
Quadro 4: Notícias sobre mulheres na cultura no ano de 2023.	80
Quadro 5: Visão geral das participantes da pesquisa.	146
Quadro 6: questões culturais mais recorrentes nas falas das participantes:	147
Quadro 7: Graduação e Pós-Graduação das participantes da pesquisa.	160
Quadro 8: Orçamentos municipais destinados à cultura em 2025.	204

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCZ: Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CANTE: Centro Artístico e Terapêutico
CEP: Conselho de Ética na Pesquisa
CIEE: Centro de Integração Empresa Escola
CNC: Conferência Nacional de Cultura
CNPQ: Conselho Nacional de Políticas Culturais
CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
DICULT-UFU: Diretoria de Cultura da Universidade Federal de Uberlândia
ECAL: Escola de Arte da Fundação Cultural de Uberaba
ECA-USP: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
FAEC: Fundação Aragarina de Educação e Cultura
FAFI: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari, MG
FAM: Federação das Associações de Artesanato de Minas Gerais
FAU: Fundação de Apoio à Universidade
FAZU: Faculdades Associadas de Uberaba
FCU: Fundação Cultural de Uberaba
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN: Instrução Normativa
JOCUM: Jovens com Uma Missão
L’Fer: Lais Fernandes Eventos
LAB: Lei Aldir Blanc
LGBTQIAP+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais
LPG: Lei Paulo Gustavo
LR: Lei Rouanet
LULA: Luiz Inácio Lula da Silva
MEC: Ministério da Educação
MEG: Moçambique Estrela Guia
MINC: Ministério da Cultura
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
ONG: Organização Não Governamental

PAB: Programa do Artesanato Brasileiro
PET-LETRAS: Programa de Educação Tutorial dos Cursos de Letras
PIB: Produto Interno Bruto
PMIC: Programa Municipal de Incentivo à Cultura
PNAB: Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura
PNC: Plano Nacional de Cultura
PNCV: Plano Nacional de Cultura Viva
PT: Partido dos Trabalhadores
RU: Restaurante Universitário
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC-UDI: Secretaria de Cultura de Uberlândia
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC: Serviço Social do Comércio
SNC: Sistema Nacional de Cultura
UFCAT: Universidade Federal de Catalão
UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU: Universidade Federal de Uberlândia
UNIUBE: Universidade de Uberaba
USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS: SOBRE A AUTORA E A RAZÃO DE SER DA PESQUISA ..22	
2 INTRODUÇÃO	24
3 INDAGAÇÕES SOBRE CULTURA E FAZER CULTURAL: CAMINHOS DA PESQUISA	29
3.1 Iniciando o percurso: Quem quer conversar sobre Cultura?	31
3.1.1 As mulheres participantes da pesquisa residentes em Araguari – MG	37
3.1.2 As mulheres participantes da pesquisa residentes em Uberlândia – MG	43
3.1.3 As mulheres participantes da pesquisa residentes em Uberaba – MG	54
3.2 Reflexões, provocações e apontamentos colhidos no trabalho de campo	64
3.3 A Cultura em notícia: ampliando as questões vivenciadas pelas participantes e aproximando-as do cenário nacional das discussões sobre Cultura	76
4 MULHERES, TRAJETÓRIAS E CULTURAS: TECENDO O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	84
4.1 As perspectivas femininas sobre cultura a partir de Araguari	85
4.1.1 Marília, Maristela e Maria Vânia	87
4.1.2 Hélvia e Andreia	91
4.2 As perspectivas femininas sobre cultura a partir de Uberlândia	95
4.2.1 Luciene, Franciele, Iara e Rosilaine	97
4.2.2 Açucenas (Poliana, Janaína, Patrícia, Carolina e Franciele)	112
4.2.3 Daniela Borela e Lais	115
4.2.4 Nina Soul, Olíria, Cida da Flauta	118
4.3 As perspectivas femininas sobre cultura a partir de Uberaba, terra de Chico Xavier e do gado ZEBU	126
4.3.1 Morena Monallisa e Aline	128
4.3.2 Kate, Elisa e Kálica	135
4.3.3 Luana, e Mara com os bordados poéticos	141
5 O MINISTÉRIO DA CULTURA PÓS 2003 E SUAS REVERBERAÇÕES PERCEBIDAS PELAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	150
5.1 A cultura como direito social	152
5.2 Cultura, simbolismo e cidadania	154
5.3 Cultura e educação	158
5.3.1 A contribuição das universidades públicas na promoção do acesso a bens culturais .	160

5.3.2	<i>A contribuição das instituições de nível técnico na promoção do acesso à bens culturais</i>	165
5.4	Cultura e racismo estrutural	167
6	POLÍTICAS TRADUZIDAS EM LEIS E PROGRAMAS. OS DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO E ACESSO NA PERSPECTIVA DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	170
6.1	Lei Rouanet: conhecimento, acesso e utilização	171
6.1.1	<i>Passo a passo para inscrever um projeto cultural na Lei Rouanet</i>	174
6.2	Programa Cultura Viva: entrelaçando pessoas e ideias	181
6.2.1	<i>Pontos de Cultura: “Vamos desesconder o Brasil”</i>	185
6.3	Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo: da tragédia ao socorro para a classe artística	188
7	ECONOMIA, CRIATIVIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO: AS MOVIMENTAÇÕES DA CULTURA	192
7.1	A cadeia produtiva da cultura: da precarização à necessidade de qualificação profissional	194
7.2	A cultura financiada com recurso público: desmistificando a “mágica da vida fácil e do talento natural do artista”	197
7.3	O Novo Plano Nacional de Cultura e o retorno da participação social	200
7.3.1	<i>As diretrizes da 4ª CNC - parte 1</i>	202
7.3.2	<i>Os eixos temáticos da 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) parte 2</i>	205
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
	REFERÊNCIAS	218
	APÊNDICE I – Questionário inicial	226
	APÊNDICE II – Demais gráficos do questionário inicial	232
	APÊNDICE III – Questionário final	235
	APÊNDICE IV – Demais gráficos do questionário final	238
	APÊNDICE V – Roda de Conversa para a devolutiva da pesquisa	245

1 PRIMEIRAS PALAVRAS: SOBRE A AUTORA E A RAZÃO DE SER DA PESQUISA

“Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que esse povo não esqueça facilmente.”¹

Esta pesquisa surgiu de uma mistura de sentimentos. O ano era 2019 e chegava ao poder executivo federal brasileiro uma gestão com princípios e valores sociais muito diferentes dos que vivenciei em quase 50 anos de vida. Durante a redemocratização de 1984, quando ainda criança, sentia no olhar e na expressão das pessoas ao meu redor que bons ventos levariam o país ao encontro de seu povo, à sua ancestralidade, às suas raízes e riquezas multiculturais.

Assistir pela televisão o gesto de Ailton Krenak², de rosto pintado, ecoando as vozes dos povos originários, trazia à tona um Brasil ainda desconhecido de seu próprio povo, desconhecido de mim.

Os anos que se seguiram foram de muitos embates no campo da política partidária e dos movimentos sociais, cada vez mais presentes e organizados. Lutas por reforma agrária, moradia digna e outras pautas sociais eclodiam pelos vários cantos do país até a chegada, em 2003, do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder executivo federal, com Luiz Inácio Lula da Silva à frente da presidência da República.

Saltando para 2016, vivenciar o golpe que gerou o processo de cassação do mandato de Dilma Rousseff, única mulher eleita democraticamente, impedida de continuar com o segundo mandato de um governo que, mesmo com dificuldades, mantinha aberto o campo das discussões e fricções entre Estado e organizações sociais, provocou em mim a necessidade de participar e contribuir, de alguma forma, para a análise desse contexto. Para tanto, foi necessário determinar um caminho, e escolhi continuar a pós-graduação, nível doutorado.

Em 2020, durante a pandemia de COVID-19, encontrei no trabalho acadêmico desenvolvido pela prof.^a Dr.^a Maria Helena de Paula, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, uma possibilidade de contribuir de maneira sistematizada, coerente e reflexiva para esse debate tão importante. A motivação em pesquisar o fazer cultural de mulheres dialoga com minha experiência profissional de arte-educadora desde 1998, e a escolha

¹ Tradução de “Solo le pido a Dios” – canção de León Gieco, conhecida no Brasil com a interpretação de Beth Carvalho e participação especial de Mercedes Sosa (Eu só..., 1986).

² Referência ao discurso de Ailton Krenak, liderança indígena, em setembro de 1987, durante a Assembleia Constituinte. Com o rosto pintado, protestou contra o que considerava um retrocesso na luta pelos direitos indígenas (disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846>). O manifesto pode ser visto no vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q&t=29s.

pelas três cidades da região do Triângulo Mineiro se deu pela decisão de partir do meu lugar, pois resido em Araguari e, como profissional e cidadã, sou impactada pelos reflexos das políticas públicas para a cultura. As duas cidades que completam o recorte geográfico foram escolhidas em face de minha atuação como arte-educadora do projeto Rede Cultural Real³ em Uberlândia e da realização de ações artístico-educacionais esporádicas em Uberaba. Dessa forma, acredito que minha voz, somada às vozes das 25 mulheres que acreditaram na relevância desta pesquisa, servirá como contribuição para transformar um sentimento de indignação e perplexidade em algo sistematizado, subsidiado pelo diálogo e capaz de contribuir para recolocar a questão cultural no centro do debate político e social.

Assim, como explicitado nessa primeira seção, nossas vozes ecoarão, assim como ecoou a voz de Mercedes Sosa, referenciada no início desta apresentação. Cantora que popularizou ritmos latinos e se envolveu profundamente com questões políticas, culturais e sociais de seu tempo, sua concepção de mundo e justiça social sempre estarão presentes em suas canções, entoadas pelo mundo afora. Mercedes Sosa era considerada “a voz dos que não tinham voz” e “a grande voz das américas⁴”.

Ao entrelaçar a cultura, em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, com a ótica feminina, este trabalho propõe mais que um arcabouço teórico e reflexivo. Nossa intenção é fortalecer, efetivamente, a participação de mulheres, tanto nos debates que geram as políticas públicas, quanto na produção, disseminação e fruição do fazer cultural.

³ Projeto executado com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura e realizado pela Associação Circo da Vida.

⁴ Para saber mais sobre Mercedes Sosa, acesse: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/20/conheca-a-historia-de-mercedes-sosa-a-voz-da-america-latina>.

2 INTRODUÇÃO

A partir do que foi exposto acima, iniciamos a segunda seção com os argumentos que geraram essa pesquisa, e que afunilaram-se no objetivo de discutir o fazer cultural de mulheres residentes nas cidades de Araguari, Uberlândia e Uberaba, localizadas na região do Triângulo Mineiro, frente às políticas públicas de fomento à cultura, propostas e implementadas a partir da primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003).

Sendo assim, a metodologia da pesquisa-ação utilizada se pautou na aplicação de questionários para definição das participantes; observações e conversas *in loco*, com registros e posterior transcrição, bem como análises das falas de cada participante diante de notícias que foram veiculadas em níveis mais amplos, buscando responder às seguintes questões: como essas mulheres interagem, entre convergências e atritos com as políticas públicas para o setor cultural? Como a presença feminina se vê, presente ou ausente, e se põe frente às políticas públicas para a cultura? O que alimenta, sustenta, fragiliza, desafia e faz girar a cadeia produtiva da cultura a partir da ótica feminina?

As perguntas norteadoras expostas acima, perpassam, como fio condutor, toda a pesquisa, ora frente as notícias sobre mulheres na cultura e políticas culturais veiculadas para além da região do Triângulo Mineiro, ora frente ao referencial teórico para subsidiar as inquietações, perspectivas e apontamentos das 25 participantes.

Com a cultura sendo uma das prioridades da primeira gestão do governo Lula e sob a regência de Gilberto Gil⁵, iniciou-se uma efervescência cultural. É sabido que “o tema da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil” (Ortiz, 2012, p.7), debate que abrange tanto a questão simbólica, da cultura como patrimônio material e imaterial, configurando a herança de um povo, quanto a esfera econômica, onde se travam batalhas para melhor dividir o orçamento nos âmbitos federal, estadual e municipal. Sem recursos financeiros, nenhuma área se sustenta.

Uma visão ampliada – de uma cultura entendida nas dimensões cidadã, econômica e simbólica, proposta para o Ministério da Cultura (MinC) pela gestão do Ministro Gilberto Gil –, que incluía a participação massiva da sociedade civil, foi muito bem recebida na região do Triângulo Mineiro, lugar em que resido e produzo meu fazer cultural.

Essa abordagem sobre a cultura descortinou um Brasil plural, diverso, e “nesse sentido é interessante ressaltar que a problemática da cultura brasileira tem sido e permanece, até hoje,

⁵ Gilberto Gil, cantor e compositor, foi ministro da Cultura do governo Lula, de 2003 a julho de 2008.

uma questão política” (Ortiz, 2012, p.8). Com a inserção da questão cultural no centro do debate político, foi possível evidenciar, mais uma vez, que, “tendo como ponto de partida a Constituição Federal e documentos de governo, definiu-se como missão do MinC GARANTIR A TODOS OS CIDADÃOS BRASILEIROS O PLENO EXERCÍCIO DOS SEUS DIREITOS CULTURAIS” (Brasil, 2013, p. 35). Os primeiros passos – que distanciavam o discurso de campanha eleitoral e apontavam para a concretização de políticas públicas capazes de propor ações mais duradouras e consistentes ao setor cultural – foram dados, mas era preciso avançar.

Mesmo com muitos percalços, foi possível perceber “um momento de inflexão nas políticas públicas para a cultura no país, de importantes mudanças institucionais e de (re)negociação da categoria cultura” (Muniagurria, 2017, p. 13). A efervescência iniciada em 2003 se manteve em movimento, com ampla participação da sociedade civil; artistas, gestores, agitadores e produtores culturais, profissionais das mais diversas áreas culturais e representantes de comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas, dentre outros) se encontravam nas Teias Nacionais⁶, em que ocorriam reuniões de Conselhos e grupos setoriais. Era a cultura, finalmente, ocupando seu assento no centro do debate político e social do Brasil.

Com o golpe perpetrado em forma de *impeachment*, Dilma Rousseff⁷ foi substituída pelo então vice-presidente Michel Temer, que, ao tomar posse como presidente em exercício, transformou o Ministério da Cultura (MinC) “em uma secretaria ligada ao Ministério da Educação, provocando uma onda de protestos em todo o país” (Michel..., 2016).

Demonstrava-se, nesse momento, o que seria a derrocada do MinC, um importante símbolo da luta pela democratização e acesso aos bens culturais. Com a vitória de Jair Bolsonaro na eleição para presidente (Gestão 2019-2022), o Ministério da Cultura foi definitivamente suprimido para se transformar em uma pasta alocada no Ministério do Turismo. Com isso, “a secretaria de cultura foi criada para substituir o Ministério da Cultura (MinC), que foi extinto no início da gestão do presidente” (Sorano, 2019).

Diante desse contexto que envolveu desde o golpe contra Dilma Rousseff (2016) até a chegada de Jair Bolsonaro ao poder executivo brasileiro (2019), fragiliza-se o diálogo entre poder público e sociedade civil acerca das políticas culturais, e “não existe, tampouco, diálogo sem esperança. A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens. Levando-os a uma eterna busca. Uma tal busca [...] não se faz no isolamento, mas na comunicação entre os

⁶ Destinados a discutir a cultura em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, esses encontros foram realizados em 2006 (São Paulo, SP), 2007 (Belo Horizonte, MG), 2008 (Brasília, DF), 2010 (Fortaleza, CE) e 2014 (Natal, RN).

⁷ Presidenta eleita para segundo mandato (2015-2018) e que sofreu *impeachment* em 2016.

homens” (Freire, 1987, p. 82). Esse excerto da obra “Pedagogia do oprimido”, de Paulo Freire, é uma referência ao grande educador, pensador e defensor de um país mais justo, igualitário e fraterno que, inevitavelmente, passa pela questão cultural.

O trecho supracitado ratifica que a grande luta de Freire ainda é a luta de todos os que acreditam no Brasil plural, diverso, complexo e ainda distante – muito distante – de oferecer ao seu povo todos os produtos da cesta básica da vida social, política e cultural. Enfatiza-se, ainda, a linguagem como um fio que tece a cultura, perpassando as heranças e os saberes transmitidos entre gerações e expressando, na comunicação entre quem faz cultura e o Estado, que a fomenta, a criação de políticas públicas para o campo cultural.

Frente à complexidade desse Brasil plural, acima descrito, a supressão do MinC como um dos símbolos de luta pela ampliação e estruturação das questões concernentes à cultura de um modo geral configurou-se, de um lado, como estagnação e retrocesso e, de outro, disseminação de argumentos discriminatórios, preconceituosos e levianos, gerando inúmeros ataques direcionados ao campo da cultura.

A partir de 2019, o que se viu foi um desmonte da estrutura cultural institucionalizada e, mais que isso, uma radicalização por parte da gestão Bolsonaro (2019/2022), ao promover o “cerceamento sistemático da produção simbólica e [...] perseguição a instituições e agentes culturais, delineando uma estratégia de guerra cultural” (Colling; Sampaio, 2022, p. 147).

Nesse ínterim, faz-se necessário um olhar mais apurado à questão cultural e sua abrangência, para não só compreender o momento atual, mas garantir que retrocessos não aconteçam mais, e que se possa olhar e caminhar para o futuro, preservando e disseminando a cultura e suas riquezas. Na proposta desta pesquisa, o olhar que analisou toda essa questão apresentada acima é o olhar feminino.

Perante tais questões já apresentadas na primeira seção, que tratam dos motivos que impulsionaram esse trabalho, a terceira seção apresenta o encontro com as 25 participantes da pesquisa e tece o caminho percorrido no trabalho de campo, pautado pela escuta, percepções socioculturais, observação de produtos e ações culturais (aulas, ensaios, produção de peças artesanais tecidas em madeira de demolição etc.) e perspectivas para o presente e o futuro.

Entretecido pela metodologia da pesquisa-ação, essa seção explicita ideias, concepções, inspirações e referências que moldam o universo que circunda essas mulheres, e como a vivência cultural pode direcionar e detalhar o olhar para o contexto das políticas públicas para a cultura no cenário sociocultural em que estão inseridas.

Em paralelo, levantamos, com o apoio da ferramenta *Google alerts*, o que se falou sobre a atuação de mulheres na cultura em níveis mais abrangentes, para analisar se o que é perceptível no fazer cultural local compõe, ou não, uma discussão mais ampla e sistematizada.

A quarta seção esmiúça as falas das participantes com o intuito de entender como se dá o protagonismo feminino, analisando aspectos que facilitam, dificultam, enfim, que permeiam a atuação (ou não atuação) de mulheres nos espaços de tomadas de decisões como protagonistas, tanto de proposições conceituais, quanto de construção e implementação de políticas públicas para o setor cultural.

O detalhamento das 25 vozes ancora-se em um referencial teórico composto, majoritariamente, por referências femininas no campo da cultura, como Lia Calabre, Sueli Carneiro, Linda Rubim entre outras, ampliando e problematizando as questões expostas no terceira seção.

Na quinta seção, a proposta é analisar como a presença feminina se vê e se põe frente às premissas norteadoras das políticas públicas registradas em programas e documentos oficiais oriundos de Conferências Nacionais e Plano Nacional de Cultura, concebidos e implementados a partir de 2003, e como impactaram o fazer cultural das participantes da pesquisa.

Ainda pela ótica dessas mulheres, a sexta seção abordará o Programa Cultura Viva/ Pontos de Cultura, e as Leis: Rouanet, Aldir Blanc e Paulo Gustavo. O foco é trazer à tona as percepções e impactos, bem como limitações e desafios para o presente e o futuro. Busca-se também problematizar o caminho que se faz necessário traçar para transformar uma proposta de governo em uma perene, efetiva e profícua política de Estado.

O movimento produtivo da cultura será o foco da sétima seção, propondo uma reflexão acerca da engrenagem que é movimentada, abrangendo da concepção à finalização de um produto cultural. É imprescindível lançar luz à necessidade de profissionalização e ao combate da conjuntura que gera a precarização do fazer cultural, muitas vezes justificada pela ideia do “amor pela arte”.

Em uma sociedade capitalista e globalizada, a cultura, quando alocada em um setor produtivo, que gera emprego e renda, deve ser entendida como trabalho, desmitificando a ideia de fazedores de cultura que “vivem por amor à arte”, mas que precisam de um “emprego de verdade” para suprirem suas necessidades básicas de subsistência.

Por fim, na oitava seção, as considerações finais apontaram reflexões, aprendizados e contribuições da pesquisa. Assim, partimos de uma esfera individual do fazer cultural, mediada pelo diálogo, para fazer frente às contradições e às complexidades do tempo presente e fortalecer a ideia de cultura como um substrato insubstituível na formação cidadã e que vai

muito além dos espaços físicos destinados a apresentações artísticas e do “chapéu que se passa” ao final de um evento realizado em praças e semáforos.

Ao partir de experiências individuais, essa pesquisa irrompe com a voz de mulheres que se dispuseram a participar e contribuir com suas experiências, inspirações, reflexões, provocações, sugestões e apontamentos sobre as inquietações propostas por este trabalho.

3 INDAGAÇÕES SOBRE CULTURA E FAZER CULTURAL: CAMINHOS DA PESQUISA

Existem muitas mulheres produzindo cultura em Araguari, Uberlândia e Uberaba. Selecionar 25 para participar desta pesquisa foi uma tarefa que exigiu um chamamento, um convite, mas também um método, com viés qualitativo, fundado na colaboração, envolvimento e escuta. Nem todas querem participar, dar sua opinião e se envolver, discutir cultura. E esse “não querer” também é legítimo, principalmente diante de um momento político⁸ que não foi favorável a quem se movimenta no campo da cultura.

É importante ressaltar que os fazeres culturais que nortearam as discussões aqui propostas não se configuraram apenas como “objetos de pesquisa”, mas buscaram enfatizar o protagonismo e a visão de mundo de cada participante, evidenciando conceitos como cultura, cidadania e políticas públicas à luz de suas vivências e referências culturais.

Dessa forma, o caminho metodológico que pareceu mais efetivo para a condução deste trabalho foi o da pesquisa-ação. A opção por essa metodologia se dá em virtude da necessidade de acompanhar, vivenciar e entender as dinâmicas culturais praticadas por mulheres atuantes na área cultural, dentro do recorte da pesquisa. A pesquisa-ação, com fundamento em Thiollent (2003), é

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (Thiollent, 2003, p. 14).

Com a aprovação do Comitê de Ética na Pesquisa (CEP), iniciamos a busca pelas participantes. Ainda no viés da pesquisa-ação, Thiollent (2003) explica que

Os temas e problemas metodológicos aqui apresentados são limitados ao contexto da pesquisa com base empírica, isto é, da pesquisa voltada para a descrição de situações concretas e para a intervenção ou a ação orientada em função da resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas. Isto não quer dizer que estamos desprezando a pesquisa teórica, sempre de fundamental importância. Mas precisamos começar por um dos lados possíveis e escolhermos o lado empírico, com observação e ação em meios sociais delimitados, principalmente com referência aos campos constituídos e designados como educação, comunicação e organização. (Thiollent, 2003, p. 9).

⁸ Refere-se, aqui, à gestão do governo federal (2019-2022), em que houve o fechamento do Ministério da Cultura (MinC).

Assim, reforçamos a assertividade do método escolhido, uma vez que a opção foi pela pesquisa qualitativa, como possibilidade de entrelaçar as vivências e leitura de mundo das participantes, com discussões que circundam o campo da cultura nas dimensões simbólica, cidadã, econômica e política. Vale ressaltar que “um dos pilares da pesquisa-ação como estratégia que norteia o trabalho daqueles que buscam atuar de maneira ativa, cooperativa e interdisciplinar é que ela deve ser concebida como prática social e política” (Lorenzi, 2021, p. 24).

Diante do percurso definido, foi necessário utilizar um questionário inicial (Apêndice I), com questões de múltipla escolha, para divulgação da pesquisa e chamamento de mulheres que pudessem se interessar pelo tema proposto. A divulgação do questionário foi feita em redes sociais, *Facebook* | *Instagram* e em grupos comunitários atuantes via *WhatsApp*, a exemplo da Rede Sesc Ação Comunitária-Uberlândia⁹.

Ao utilizar essa ferramenta, para além do convite para participação, buscamos informações prévias, tais como: área de atuação cultural (formação continuada, tradições orais, cancionário popular, artesanato, literatura, dança, música, fotografia, cinema etc.); localização geográfica, conhecimento acerca de leis e mecanismos de fomento à cultura, tempo de atuação no campo cultural, entre outras questões preliminares.

Os critérios utilizados para a escolha das participantes se pautaram em mulheres atuantes na área da cultura, residentes nas três cidades que integram o recorte da pesquisa, maiores de 18 anos e cuja produção cultural não esteja vinculada, em caráter empregatício, com institutos, fundações e associações de caráter cultural. Ao atestar que não há um vínculo empregatício que promova uma fonte de renda fixa, é possível compreender se o fazer cultural é para a subsistência e/ou complementação de renda e, a partir daí, analisar como se dá a busca por recursos para a manutenção da atividade, se é por venda direta de produto, ou de financiamentos oriundos das políticas públicas para a cultura. Além disso, buscamos diversidade de linguagens culturais (música, canto, dança, teatro, cinema, artesanato dentre outras).

Em função do exíguo tempo para a realização do trabalho de campo, uma vez que a pesquisa foi realizada sem financiamento e a pesquisadora realizou as atividades enquanto

⁹ O SESC Uberlândia possui uma rede comunitária que agrega cerca de 90 pessoas e instituições de cunho social. As reuniões acontecem presencialmente, uma vez ao mês, e os participantes se relacionam também por meio de um grupo de *WhatsApp*. Faço parte desta rede comunitária desde 2018 e a utilizei para divulgação do *link* do questionário.

trabalhava, o questionário ficou disponível de 12 a 27 de maio de 2023. O trabalho de campo iniciou-se efetivamente no dia 29 de maio e encerrou-se em 26 de julho de 2023.

3.1 Iniciando o percurso: Quem quer conversar sobre Cultura?

Ao divulgar o questionário inicial, obtivemos resposta de 42 mulheres, das quais 25 foram selecionadas, conforme critérios já mencionados. Porém, oito delas desistiram de participar da etapa seguinte, de observação e conversa *in loco*. Restaram 17, que concordaram em nos receber e dedicar uma parte de seu tempo para discutirmos seu fazer cultural. Como forma de explicitar as primeiras impressões das participantes, analisaremos algumas respostas extraídas do questionário inicial, focando nas 17 mulheres que, depois de responder e se encaixarem nos critérios, nos receberam presencialmente.

Gráfico 1: Faixa etária das participantes.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 2: Identificação do ponto de vista racial.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 3: Tempo de atuação na área cultural.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 4: Atuação cultural como fonte de remuneração da participante.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Os quatro primeiros gráficos espelham mulheres que estão no mercado de trabalho há um tempo considerável; a maioria tem mais de 30 anos de idade e o fazer cultural é atividade central em suas vidas. Ou seja, não demonstraram, nesse primeiro momento, que desconhecem totalmente o dia a dia de quem produz cultura como atividade profissional e toda a complexidade que essa prática possui. Outro aspecto relevante é demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 5: Autodenominação relacionada à atuação cultural.

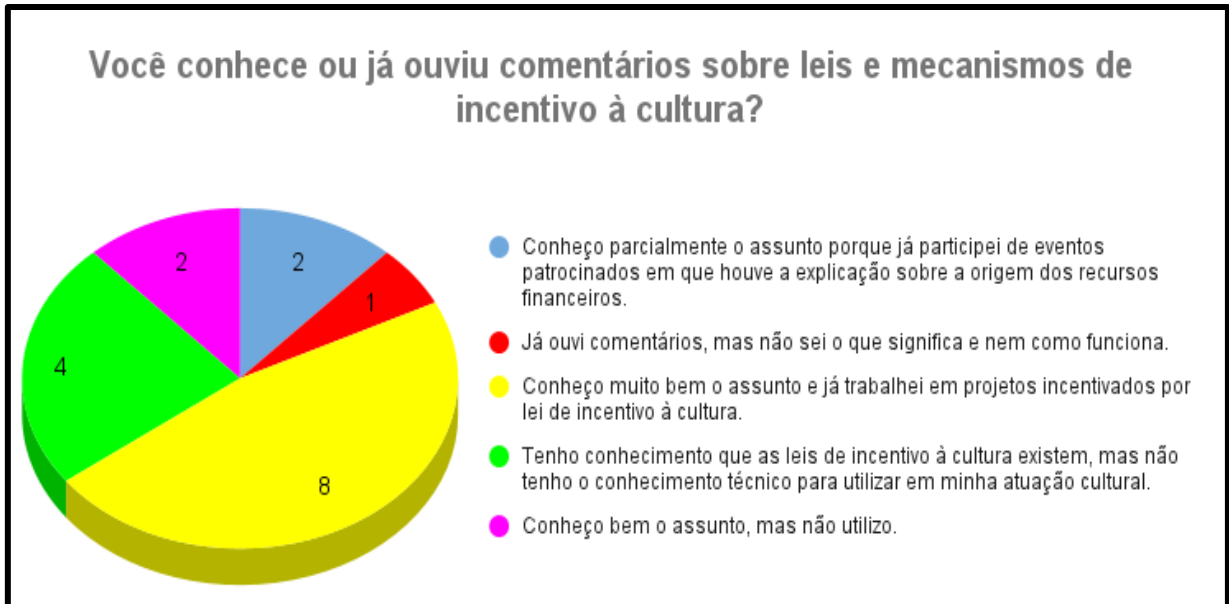


Fonte: elaborado pela própria autora.

Conforme visto, permitimos que mais de um nome fosse marcado. Quando perguntadas sobre a nomenclatura que melhor as define enquanto fazedoras de cultura, observamos o quanto a diversidade nesse campo é substancial e como as participantes buscam aproximar, ao máximo, sua profissão ao seu produto cultural. Entretanto, essa variedade de nomenclaturas pode gerar confusão e falta de clareza do que se faz e de como se apresentar profissionalmente. Essa foi uma questão que levamos para a observação e conversa *in loco* e que aparecerá como problematização na descrição das conversas registradas no decorrer do trabalho de campo.

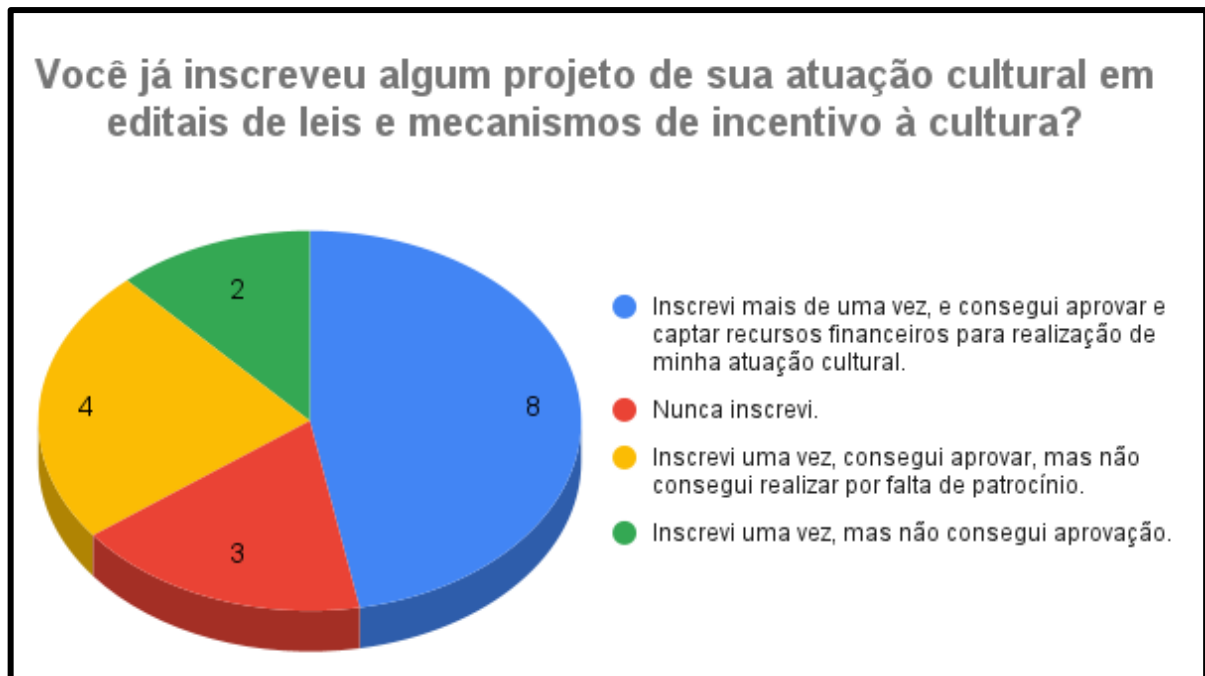
Nos gráficos seguintes, temos a primeira impressão de uma das questões que se configuram como cerne da pesquisa: o conhecimento acerca das políticas públicas para a cultura e seus mecanismos de fomento.

Gráfico 6: Conhecimento acerca de leis e mecanismos de incentivo à cultura.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 7: Inscrição de projetos culturais em editais de mecanismos de incentivo à cultura.



Fonte: elaborado pela própria autora.

No que diz respeito às políticas públicas para a cultura, há algumas reflexões possíveis. Estamos em um universo de mulheres que atuam, em sua maioria, há mais de 10 anos no setor cultural, mas grande parte delas não se utiliza dos mecanismos que são importantes ferramentas para a produção, disseminação e fruição cultural.

Nesse momento, surgem duas questões. A primeira refere-se ao aspecto simbólico da cultura, em que os produtores são as pessoas, e não o Estado; então, independentemente do recurso financeiro, a engrenagem cultural se movimenta e se entrelaça com outras esferas da vida social. Assim, Brandão e Streck (2006, p. 37) apontam que,

mesmo quando a pesquisa sirva a uma ação social local e limitada a uma ação específica da vida social, é o seu todo o que está em questão. E é a possibilidade de transformação de saberes, de sensibilidades e motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e de capitais, em nome da humanização da vida social [...].

Reforçando a citação acima, os gráficos 6 e 7 demonstram a força da dimensão simbólica da cultura e de como ela interage com o todo da vida social. As mulheres que participam desta pesquisa estão produzindo cultura e oferecendo o que produzem para a comunidade na qual estão inseridas.

Isso está acontecendo mesmo que a maioria delas não conheça detalhadamente o funcionamento das políticas públicas e os mecanismos de fomento de bens culturais ou tenha desenvolvido as habilidades necessárias para utilizá-los. As motivações e inspirações dessas mulheres serão analisadas nos registros feitos no trabalho de campo.

A segunda questão se dá no campo da cultura e seu viés cidadão e político, pois, se quem produz cultura são as pessoas, qual é o papel do Estado? Essa questão foi abordada com mais profundidade ao longo das seções quatro e cinco.

Finalizada a primeira parte de levantamento das informações preliminares, iniciou-se a observação e conversa *in loco*. Antes de partir para o detalhamento das conversas presenciais, cabe lembrar que, das 25 mulheres selecionadas via questionário inicial, apenas 17 concordaram com a continuidade da pesquisa. Contudo, no decorrer do trabalho de campo, outras mulheres foram mencionadas e indicadas a participar. Entramos em contato com oito delas que concordaram com a observação e a conversa. As indicações se deram da seguinte forma: em Uberlândia, Luciene mencionou Cida da flauta, e Franciele recomendou as quatro componentes do grupo Açucenas (Poliana, Carolina, Janaína e Patrícia). Em Uberaba, Morena Monallisa sugeriu convidar sua sócia, Aline; Mara recomendou Elisa, e Kate indicou Kálica.

Dessa forma, conseguimos alcançar o número estipulado inicialmente: 25 participantes, sendo 17 selecionadas a partir do questionário inicial e oito indicadas posteriormente. Com isso, alcançamos maior diversidade de fazeres culturais, a saber: Dança, Canto, Literatura, Artesanato, Cinema, Festas populares (Congada, Moçambique etc.), Música, dentre outros.

Retomando o detalhamento da observação e conversa *in loco*, seguimos para o trabalho de campo, apresentando, inicialmente, as participantes da pesquisa. Embora algumas informações sejam parecidas, não optamos por um padrão, por entendermos que o importante é evidenciar o que mais foi reforçado no momento de apresentação feito por cada uma delas.

Ressaltamos que esta pesquisa passou pelo crivo do Comitê de Ética na Pesquisa (CEP), e, conforme acordado com cada participantes, as informações foram extraídas dos questionários aplicados; registros das conversas (escritos, gravados e transcritos); registros fotográficos e informações retiradas das publicações realizadas por elas em redes sociais, de cartazes, folders e outros registros relacionados ao fazer cultural, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A apresentação que segue obedece à ordem cronológica da pesquisa de campo, assim realizada: Araguari, Uberlândia e Uberaba. Outra informação relevante é que foi definido, durante a conversa, que as participantes seriam identificadas pelo primeiro nome, ou o nome artístico, conforme escolha delas. Acreditamos que referir-se a elas pelo nome é uma das maneiras de colocá-las como protagonistas deste trabalho.

3.1.1 As mulheres participantes da pesquisa residentes em Araguari – MG

O percurso do trabalho de campo iniciou-se em Araguari, minha cidade natal. Confesso que fiquei um pouco frustrada com o número de mulheres interessadas em participar. Durante o período em que o questionário inicial ficou disponível, fiz um exaustivo trabalho de divulgar e marcar, nas publicações em redes sociais, mulheres conhecidas pela atuação cultural na cidade e, mesmo assim, apenas sete mulheres responderam e cinco se dispuseram a nos receber para a observação e conversa *in loco*.

Meu sentimento de frustração se desfez já na primeira conversa. Ao final dessa etapa em Araguari, me vi diante de cinco mulheres potentes, cinco visões de mundo e de cultura diversificadas, com dores, lutas, perdas e conquistas muito diferentes e relevantes.

O primeiro encontro foi com Marília. Quando entrei em contato para agendarmos a conversa presencial, ela me disse que respondeu ao questionário para me ajudar, mas que não esperava um momento presencial, em função de sua agenda de trabalho. Mesmo assim, me recebeu em sua escola de dança, local em que passa a maior parte do tempo. Abaixo, Marília se apresenta:



Fonte: *Instagram*.

Marília Rocha Perfeito Tozzo se autodeclara mulher negra (preta ou parda); define-se como artista; é mãe e avó, graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari. À frente da Arabesque Escola de Dança, soma 39 anos de atuação como proprietária, diretora artístico/pedagógica e coreógrafa. Informa que seu trabalho é fruto da parceria com o marido (Agostinho), responsável pela área administrativa da escola e pelas iniciativas de caráter representativo no cenário cultural da cidade. Agostinho participa do Fórum Permanente de Cultura, uma iniciativa da classe artística local, e foi o responsável pela gestão do projeto que a escola inscreveu no PMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura).

Maristela foi a segunda participante com quem conversei. Acompanhei seu trajeto, de casa para o espaço cultural da Associação de Moradores do bairro Ouro Verde, onde ela conseguiu a cessão do salão pelo aluguel mensal de 100,00. Permaneci em observação durante a ministração de sua aula e, no dia seguinte, marcamos novamente, dessa vez em sua casa, para uma conversa mais aprofundada. Cabe ressaltar que a conheço desde a infância, em função de nossas mães atuarem juntas como professoras em escolas públicas de Araguari.



Fonte: *Instagram*.

Maristela Machado não soube se autodeclarar do ponto de vista racial; define-se como agitadora cultural. Mãe, graduada em Educação Física pelo Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) de Uberlândia. Professora de dança, modalidade Zumba e Oficineira de Artes Integradas. Relatou que desconhece os meandros das políticas públicas para o setor cultural. Trabalha com dança-Zumba desde 2012.

A conversa com Maria Vânia foi “bem mineira”, ao redor de uma mesa repleta de guloseimas e ao lado de um majestoso fogão a lenha que ornamenta sua casa simples e aconchegante, como ela a apresenta. Nosso encontro se iniciou no início da tarde e adentrou a noite, mediado por histórias, cantorias e lembranças de infância. Vânia relembra, com nostalgia, que as apresentações culturais na escola primária e as festividades promovidas pela igreja onde congregava eram as únicas maneiras pelas quais ela acessava a arte e a cultura. Segundo ela, sua vida em família é o cerne de seu trabalho como cantora e artesã.



Fonte: *Instagram*.

Maria Vânia Lucas de Bessa Figueiredo se autodeclarou como mulher branca; define-se como artista e artesã. É mãe, e está há mais de 20 anos dedicada ao seu fazer cultural. Uma de suas frustrações foi não conseguir terminar o Ensino Médio e uma grande alegria é fazer arte em família. O grupo musical que fundou com o marido e os dois filhos já possui dois CDs gravados, o primeiro intitulado “Cantos Gerais” e o segundo, “Embornal de Cantoria”.

O percurso do trabalho de campo me levou ao jardim da casa de Hélvia. O momento marcado para conversarmos coincidiu com a atividade mensal que ela realiza com crianças do Assentamento SEWA¹⁰, localizado nos arredores de Araguari. Com a ajuda de amigos voluntários, ela busca as crianças e as leva para participarem das atividades realizadas em seu jardim, permeadas pela Literatura e Contação de Histórias. Não conseguimos conversar após o retorno das crianças para suas casas e, por isso, voltei no dia seguinte, para uma longa conversa, que consumiu toda uma tarde. A foto escolhida para a sua apresentação retrata um dos momentos da Contação de História realizada com as crianças.

¹⁰ Não há informações precisas sobre o Assentamento SEWA nos canais oficiais da prefeitura de Araguari. Contudo, há uma página em rede social em que são postadas atividades do cotidiano dos moradores e ações que demonstram uma tentativa de organização social e política. Mais informações pelo link: <https://www.facebook.com/andreguimaraesbento>.



Fonte: registro feito pela própria autora a partir do trabalho de campo.

Hélvia Cristine Castro Silva Perfeito se autodeclara mulher branca; define-se como agente social. As primeiras atividades que realizou nessa área da assistência social lhe foram proporcionadas pela igreja evangélica, da qual faz parte. É mãe e avó; utiliza a Literatura como fio condutor das atividades que desenvolve, há cerca de cinco anos, com crianças em situação de vulnerabilidade social. Psicóloga e Psicanalista, mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), escreveu o livro “Os impasses atuais nas funções parentais e a psicanálise na infância”, editado pela Novas Edições Acadêmicas. É dona de um jardim florido e bem cuidado, onde acontecem muitas atividades com as crianças, e que ela deseja espalhar pelos vários cantos da cidade de Araguari. Também relata que, mesmo ouvindo falar que existem, desconhece os caminhos que poderiam levá-la a qualquer tipo de financiamento público para a ação que desenvolve com recursos mínimos, que obtém mediante investimento próprio e parceria com amigos.

Em Araguari, o trabalho de campo se encerrou em uma das salas do Conservatório Estadual de Música, local em que Andreia se dedica ao ensino do Canto. A observação se deu durante as aulas com alunas adolescentes e pessoas da terceira idade, público prioritário de seu trabalho como docente. Nossa conversa girou em torno de suas escolhas como cantora

profissional e a paixão pelo ensino, permeado pelo sentimento de desvalorização do trabalho dos professores e de uma visão geral que, segundo ela, aponta a arte como mera distração.



Fonte: *Instagram*.

Andreia Aparecida Floriano Alves se autodeclara mulher negra (preta ou parda); define-se como profissional da cultura e artista. É mãe, trabalha como cantora profissional e é professora no Conservatório Estadual de Música e Centro Interescolar de Artes Raul Belém, de Araguari. Graduada em Música pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), há mais de 20 anos se dedica à prática e ao ensino do canto. Já atuou como artista contratada, em projetos incentivados por mecanismos de fomento à cultura, mas desconhece o funcionamento e detalhamento desses mecanismos.

Nessa primeira etapa da pesquisa, o contato com as cinco mulheres residentes em Araguari descortinou algumas questões interessantes e que serão melhor abordadas no decorrer das seções. Primeiro, analisamos os pontos convergentes: todas elas são mães, então, conhecem bem a rotina de dupla jornada de trabalho profissional e criação de filhos. Outra questão em comum é o contato com fazeres culturais a partir de aparelhos sociais institucionalizados, como a escola, a igreja e a universidade, o que reforça a importância das instituições para o acesso e a propagação de bens socioculturais.

Mais um ponto comum entre elas é a visão da arte como um componente essencial para se sentir gente, demonstrada em uma linguagem entrelaçada por fios que se tecem nas experiências de infância, nas práticas culturais transmitidas pela oralidade, na sensibilidade em promover o prazer pela vida, seja na realização pessoal, no desejo de ajudar o próximo, ou na aula de canto, que acolhe e ressignifica o olhar de quem já está avançado na idade e é excluído desse mundo globalizado e tecnológico. Apresenta-se aqui a oportunidade de transformar uma escola, uma apresentação musical e um passo de dança em algo significativo e profundo para cada aluno, cada plateia.

Nessas conversas, é perceptível o quanto essas mulheres estão focadas no seu fazer, na individualidade de sua ação cultural, buscando o melhor em seu nicho de atuação. Não houve, com as que residem em Araguari, uma problematização mais coesa e aprofundada sobre a dinâmica das leis de incentivo, tampouco uma reflexão sobre o papel do Estado do ponto de vista social e político.

Andreia comentou que já participou de projetos incentivados via leis de fomento à cultura, mas como convidada, não tendo vivenciado todas as fases de elaboração, execução e encerramento. Maristela e Hélvia já ouviram falar, possuem amigos que trabalham com mecanismos de fomento à cultura, mas não se dedicaram a saber como funcionam.

Maria Vânia e Marília já se utilizaram de leis municipais, no entanto, em ambos os casos, os seus companheiros se encarregaram da parte mais “burocrática”. Aliás, para elas, o fato de contarem com a atuação dos companheiros na parte mais técnica as deixa mais livres para se dedicarem ao que realmente gostam, que é o prazer de criar, produzir e concretizar seus fazeres culturais.

Não demonstraram algum tipo de frustração relacionada ao pouco, ou nenhum contato com os meandros e processos das leis de fomento à cultura. Essas e outras questões serão mais aprofundadas no decorrer das seções.

3.1.2 As mulheres participantes da pesquisa residentes em Uberlândia – MG

Seguimos para Uberlândia, cidade que me proporcionou a vivência universitária, com inúmeras experiências no campo das artes¹¹, e onde atuo profissionalmente como arte-

¹¹ Fiz graduação em Filosofia (1994-2000) e mestrado em Geografia (2003-2005) na Universidade Federal de Uberlândia, onde conheci a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que, em 1994, me proporcionou assistir ao espetáculo “Romeu e Julieta”, do Grupo Galpão, grupo mineiro de Teatro de Rua, que representou um marco em minha concepção de arte e acesso à cultura. Até aquele momento, aos 20 anos, eu

educadora. Em Uberlândia, o chamado para a pesquisa alcançou um número maior de mulheres interessadas em conversar, discutir e apontar caminhos, possibilidades para as questões que envolvem a cultura. Assim, o debate aprofundou temas que não apareceram de forma mais crítica e analítica em Araguari.

A primeira conversa nessa cidade foi com Luciene e, em função de seu vasto conhecimento acerca do funcionamento de Leis de Incentivo à Cultura, observei sua gestão nos projetos: Rede Cultural Real, realizado em Uberlândia, e Energia Que Se Move, realizado nas cidades de Tupaciguara e Monte Alegre de Minas. Enquanto eu dirigia o carro, ela, com o computador aberto, finalizava uma planilha de custos e me contava sobre os desafios da gestão de um projeto realizado com recursos públicos e o prazer, segundo ela, indescritível de ver a arte modificando a vidas de crianças e adolescentes, bem como dos moradores das cidades, que assistem aos resultados alcançados durante um ano de atividades semanais.



Fonte: *Instagram*.

nunca tinha presenciado nada parecido, e o impacto daquele espetáculo mudou os rumos da minha história acadêmica, de vida e de profissional em arte-educação.

Luciene de Oliveira Mendes Vilarinho se autodeclara mulher branca; define-se como gestora cultural. É mãe e graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uma de suas maiores alegrias é gerir o projeto Rede Cultural Real, incentivado pela Lei Rouanet (Lei federal de Incentivo à Cultura), que atende mais de 150 crianças e adolescentes, de maneira contínua, desde 2017.

A segunda conversa em Uberlândia foi com Daniela Borela, que obteve suas primeiras experiências musicais no Conservatório Estadual de Música de Araguari. Embora nascidas na mesma cidade, só nos conhecemos em Uberlândia e me encantei pelo seu trabalho. Nosso encontro se deu nas dependências do CANTE (Centro Artístico e Terapêutico), que ela mantém com amigos que também são músicos. Entre uma lembrança e outra, uma de suas reflexões mais profundas girou em torno da ideia de que “a arte expande”.



Fonte: *Instagram*.

Daniela Borela Diniz Póvoa se autodeclara mulher branca; define-se como artista. É mãe, graduada em música pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), professora de canto no Conservatório Estadual de Música de Uberlândia; atua há mais de 20 anos na função de cantora profissional. Sua maior alegria é o CANTE (Centro Artístico e Terapêutico), espaço

artístico que gere com outros artistas profissionais, cujo maior objetivo é disseminar o prazer em cantar e vivenciar a arte. A conversa com Daniela foi pautada, entre outras questões, pela linha tênue entre o fazer arte pelo prazer e os desafios da valorização do profissional artista.

Ao finalizar a conversa com Daniela Borela, parti para o próximo encontro, um fim de tarde com Franciele, marcado em um dos parques da cidade. Esse momento foi muito especial, pois trabalhamos juntas, em um grupo artístico, de 1997 a 2009. Suas escolhas de vida e profissão a levaram para a Serra da Canastra e a experiência com a profissionalização de seu fazer artístico, somada ao tempo que trabalhou na gestão pública da cultura, serviram como importantes reflexões no decorrer deste trabalho.



Fonte: *Instagram*.

Franciele Custódio Diniz se autodeclara mulher branca; define-se como gestora cultural, profissional da cultura e artista. Quando se casou, contribuiu para a criação do filho pequeno de seu marido e, por isso, se considera mãe. É Graduada em Administração de Empresas e Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Vivencia a arte há mais de 20 anos. Apaixonada pela Serra da Canastra, ali consolidou seu trabalho artístico profissional, em parceria com o marido (Christiano), e ampliou sua experiência na gestão cultural ao trabalhar

na secretaria de cultura da cidade de Vargem Bonita, no período da Pandemia de COVID-19. Ao retornar para a cidade de Uberlândia, no ano de 2022, pôde dar vazão a uma de suas maiores alegrias, fazer parte do Grupo Musical “Açucenas”, em que vivencia o prazer em cantar e tocar ao lado da irmã caçula e das amigas.

Lais é a próxima participante, com uma vasta experiência no campo das artes circenses. Além disso, é coordenadora do Projeto Rede Cultural Real, gerido por Luciene, e onde atuo como responsável pelas atividades de arte-educação com foco em Literatura. Nossa conversa aconteceu fora do expediente do projeto, entre o fim da tarde e início da noite, momento que ela usa para treinar suas habilidades na Lira Acrobática, um aparelho aéreo em que a artista fica suspensa enquanto faz acrobacias circenses.

O ponto alto de nossa conversa aconteceu quando, emocionada, contou do prazer que tem em trabalhar no bairro onde nasceu. Para ela, ver outras crianças acessando as artes e transformando suas vidas é o que a fortalece frente aos desafios de atuar em uma instituição sem fins lucrativos, como é o caso da Associação Circo da Vida, que abriga, entre outras atividades, o projeto Rede Cultural Real. Choramos juntas!



Fonte: *Instagram*.

Lais Fernandes de Oliveira se autodeclara mulher branca; define-se como produtora cultural e artista. É mãe, técnica em Saúde Bucal, formada pela Universidade Federal de Uberlândia, e artista circense por amor! Uma de suas maiores alegrias é ver a Associação Circo da Vida se potencializar como uma instituição que propaga a magia do circo e proporciona o acesso à arte a crianças e adolescentes na região de Uberlândia, onde passou a infância, consolidou-se como profissional e constituiu família.

A próxima parada me levou à Universidade Federal de Uberlândia. Minha conversa foi com Rosilaine, uma mulher de sorriso largo e olhar atento, que me recebeu no turno da noite, horário mais tranquilo, em que finaliza sua atividade profissional na biblioteca do Campus Umuarama. Sua área de trabalho é composta, entre outras coisas, pelo banner que apresenta feira *Art Cult*, idealizada por ela e da qual falaremos mais detalhadamente no decorrer da pesquisa.

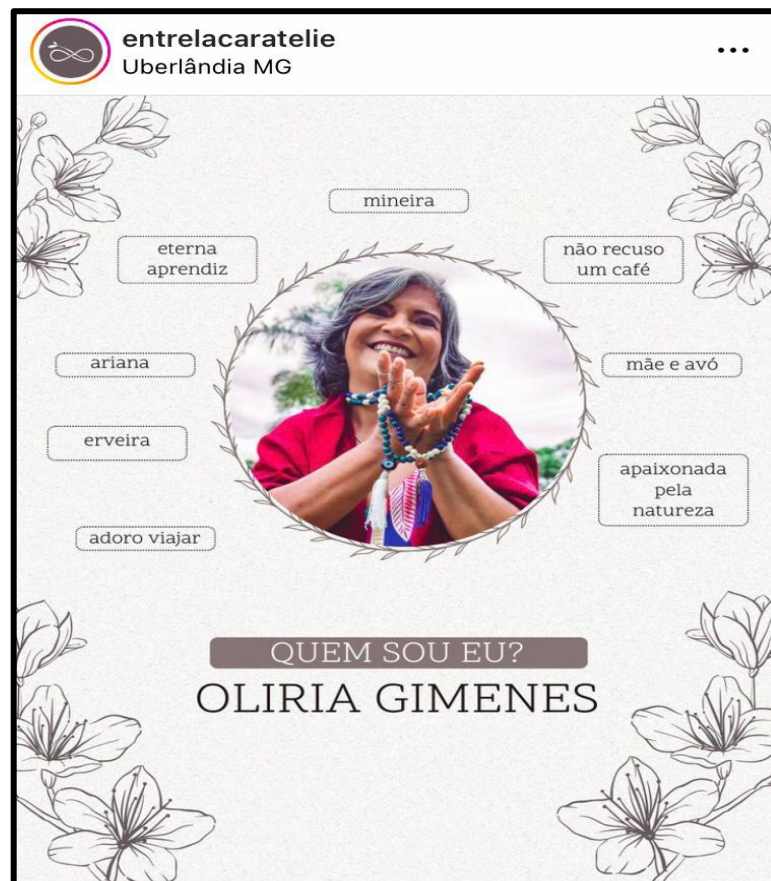


Fonte: registro feito pela própria autora durante trabalho de campo.

Rosilaine Cristina Silva se autodeclara mulher negra (preta ou parda); define-se como produtora cultural, e se vê entrelaçada com o artesanato desde a infância. É graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) e mestre em

Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uma de suas maiores alegrias é ver e sentir que a Feira de Arte e Cultura, que idealizou como servidora pública na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, ganhou as dimensões dos *Campi* e da cidade, contribuindo para a valorização do artesanato, de seus artistas produtores, e fortalecendo pautas identitárias (LGBTQIA+, Negritude, entre outras).

A conversa com Olíria surpreendeu em vários aspectos. Ela me recebeu em sua casa, e seu quintal de terra, com muitas plantas rasteiras, árvores, flores e ervas medicinais, me remeteu à minha infância vivida entre ruas de terra e quintais com cheiros de mato. Uma tarde foi pouco para absorver tanto conhecimento. Enquanto mostrava os produtos confeccionados a partir das ervas colhidas no quintal, refletia sobre a experiência no campo da docência, da qual é aposentada, e o reencontro com a sabedoria empírica e ancestral das mulheres de sua família.



Fonte: *Instagram*.

Olíria Mendes Gimenes se autodeclara mulher negra (preta ou parda); define-se como artista. É mãe, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), funcionária pública municipal aposentada. Entrelaçada com a sabedoria da “Mãe-Terra”, se vê como apreciadora e aprendiz das “sabenças populares”. Há cinco anos, a aposentadoria lhe permitiu dedicar-se aos

ensinamentos de artesanato que aprendeu com a mãe e a avó e criar um empreendimento holístico, integrado com a sabedoria ancestral da manipulação de ervas e aromas. Orgulha-se muito do quintal cheio de plantas medicinais e da oportunidade em oferecer calma e cura para corpos e almas.

Iara, de fala mansa e sorriso tranquilo, é a próxima participante a ser visitada. Em uma de suas primeiras reflexões afirma que não se desespera com falta de dinheiro. Essa foi a tônica de nossa conversa. Por meio do trabalho que desenvolve com o “Moçambique Estrela Guia (MEG)” atua, com efetividade, na Rede Sesc Ação Comunitária e nas Redes de Pontos de Cultura de Minas Gerais, representando a região do Triângulo Mineiro. Reitera seu compromisso com o protagonismo das mulheres negras.

Enquanto caminhamos pelo pátio do espaço cultural que o Moçambique Estrela Guia coordena no Bairro São Jorge, região periférica de Uberlândia, conta com entusiasmo da Feira de Mulheres Empreendedoras, realizada periodicamente, e do cuidado em formar as novas gerações, que levarão adiante os princípios e valores disseminados pela cultura popular.

iara_aparecida_oficial

O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, POIESIS E OFICINAS CULTURAIS APRESENTAM

IDENTIDADES PLURAIS
E O PROTAGONISMO DA **MULHER NEGRA**

IARA APARECIDA FERREIRA
MOÇAMBIQUE ESTRELA GUIA

NOVA DATA:

21/9 - 14h
SEGUNDA - FEIRA

NO INSTAGRAM:
@NUCLEOCORPOREIDADES

MEDIAÇÃO: KELLY SANTOS

NUCLEO DE ESTUDOS EM CONTEMPORÂNEAS NEGRES
poiesis gestão cultural
OC
SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Fonte: *Instagram*.

Iara Aparecida Ferreira se autodeclara mulher negra (preta ou parda); define-se como gestora cultural e se orgulha de ser chamada de “Madrinha Iara”. É mãe e avó. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Católica de Uberlândia. Coordena, ao lado do marido, o Moçambique Estrela Guia, grupo criado em 2002, filiado à irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, com mais de 145 anos de existência. Iara é uma mulher aguerrida, que não se furta em participar e lutar pela presença e protagonismo das mulheres negras nos espaços de organização da sociedade civil, e das tomadas de decisão acerca de políticas públicas e da valorização da cultura ancestral.

Marina, cujo nome artístico é Nina Soul, foi a mulher cujas respostas no questionário inicial mais me intrigaram, pelo fato de ter se apresentado como *Designer*. Fiquei muito feliz quando aceitou me receber, e marcamos nossa conversa em sua casa, onde fica o ateliê colorido e muito charmoso. Logo no início ela me disse que aceitou participar da pesquisa porque também está cursando a pós-graduação (Doutorado) e sabe como são difíceis todas as etapas pelas quais passamos. Senti-me muito acolhida nesse momento!

A conversa foi muito instigante. Nina Soul me contou como lida com sua criatividade e quais caminhos trilhou para chegar aos acessórios que comercializa. Conversamos também sobre o papel do artista e de sua criação, aprofundamos questões como conceito e complexidade que uma marca carrega, além de sua valoração. Suas reflexões ganharam força ao longo deste trabalho.



Fonte: *Instagram*.

Marina Calixto Cunha se autodeclara mulher branca; define-se como *Designer*. É mãe, doutoranda em Ecologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sua criatividade impulsionou a criar o empreendimento *Nina Soul Ateliê*. Seu trabalho artístico envolve criação e produção de peças que sejam, ao mesmo tempo, produtos com qualidade estética e ecologicamente sustentáveis. No momento, concilia as exigências do doutorado com o processo de criação de suas peças e o desafio de apresentá-las e comercializá-las, utilizando-se, dentre outras estratégias, de vendas *online*.

Açucenas é o nome de um quinteto formado por mulheres. Das cinco, apenas Franciele respondeu ao questionário inicial. Foi ela quem sugeriu a participação do grupo composto, além dela, pela irmã caçula, Poliana, e três amigas, Carolina, Janaína e Patrícia. Como atuam profissionalmente em horário comercial, nossa conversa foi marcada durante o ensaio, que ocorre uma vez por semana, no período da noite.

Uma conversa recheada com experiências artísticas e pela decisão de montar um grupo para cantar repertórios essencialmente populares e femininos. Suas visões acerca do machismo enfrentado, das dificuldades de conciliar maternidade, trabalho e a paixão pela música, deram o tom da conversa e reverberaram como contribuições muito relevantes ao contexto da pesquisa.



Fonte: *Instagram*.

Açucenas é o nome do grupo musical formado por cinco mulheres que se autodeclaram brancas. Franciele, participante da pesquisa, indicou a irmã, Poliana, como responsável pela ideia de cantar com mulheres. Poliana é mãe, gestora pedagógica e vivencia a dança e a música desde pequena. Carolina é mãe, psicóloga escolar e canta profissionalmente. Patrícia é mãe e gestora de *marketing*. Janaína é professora de música, e também canta e toca profissionalmente. Elas trabalham no mesmo segmento educacional e estão unidas pelo prazer em cantar. Quando participaram do trabalho de campo desta pesquisa, estavam no dilema de onde, quando e como seria o lançamento do grupo. O cartaz escolhido para ilustrá-las é o convite para a estreia.

A participante que encerra a etapa de Uberlândia é conhecida como Cida da Flauta, que, além de transbordar alegria, demonstra uma paixão imensa pelo ofício de professora. Cida trabalha no projeto Rede Cultural Real e não respondeu ao questionário inicial. Ela foi indicada por Luciene, que também participa da pesquisa. Nossa conversa se deu na praça da cidade de Tupaciguara, enquanto observávamos a montagem de palco, som e luz para o encerramento de mais um ano do projeto Energia que Se Move, que já foi citado anteriormente.

O que mais reverberou de nossa conversa foi o reconhecimento e gratidão que Cida tem pelas oportunidades que teve, pelos professores que acreditaram nela e a incentivaram a não desistir da tão sonhada carreira de professora. Terminamos nosso encontro e voltei para casa com uma frase dita por ela que ainda ressoa em meus ouvidos, “a arte mudou a minha vida”.



Fonte: *Instagram*.

Maria Aparecida Pereira dos Santos, a Cida da Flauta, se autodeclara mulher negra (preta ou parda); define-se como professora de música. Atua em bairros periféricos de Uberlândia desde 2017, quando foi convidada a trabalhar no projeto Rede Cultural Real, sob a gestão de Luciene, que também participa da pesquisa e que a indicou para participar deste trabalho. Cida atribui a sua grande vontade de contribuir para a ampliação do repertório sociocultural de seus alunos à oportunidade que teve, ao sair de sua pequena cidade (Santa Helena de Goiás-GO) e estudar flauta no Conservatório Estadual de Música de Uberlândia. Além disso, mostra-se muito grata pelo incentivo que recebeu de seus professores. Segundo ela, oportunidades e incentivos mudaram sua vida; e acredita que, proporcionando o mesmo aos seus alunos, pode contribuir para mudar a vida deles.

Nessa segunda etapa do trabalho de campo, com as 13 mulheres que hoje atuam com cultura na cidade de Uberlândia, é importante salientar que 10 delas são mães e, portanto, vivem a experiência da jornada dupla de trabalho, como profissional e na criação dos filhos. Quando detalharmos as conversas na seção quatro, será possível perceber uma ampliação do olhar sobre a questão cultural e um aprofundamento de temas que surgiram timidamente com as participantes de Araguari.

Encerrando o percurso do trabalho de campo, chegamos a Uberaba, cidade que sempre recebeu de forma calorosa o meu trabalho de arte-educadora e que me permitiu ampliar o meu repertório cultural e profissional. O fato de realizar ações pontuais de formação de professores e outras atividades artístico-pedagógicas me compeliu a convidar mulheres dessa cidade para se somarem a essa pesquisa, analisando junto a elas o cenário de uma parte da região do Triângulo Mineiro em que estamos inseridas, para, assim, poder partir de uma análise das questões culturais mais individualizadas, e percebê-las dentro de um contexto mais abrangente, acerca das políticas públicas para a cultura.

3.1.3 As mulheres participantes da pesquisa residentes em Uberaba – MG

Morena Monallisa me recebeu em sua casa com muita indisposição física, em virtude de uma virose. Pensei em desmarcar, para que ela pudesse descansar, já que viajaria naquele mesmo dia para um compromisso de trabalho em São Paulo, mas sua generosidade falou mais alto e, por quase três horas, abordamos questões que já tinham sido trazidas pelas participantes de Araguari e Uberlândia, e outras que foram refletidas com muita precisão e convicção por parte dela. Morena aprofundou conceitos de cultura a partir do seu lugar de mulher negra,

militante de movimentos populares e conhecedora dos entraves causados pelo racismo. É ela quem primeiro abordou o termo “Racismo Estrutural”.

Nossa conversa reforçou a assertividade da escolha do método adotado, pois “a pesquisa-ação socialmente crítica envolve mudanças no contexto social para conter as injustiças existentes em relação a um grupo específico” (Lorenzi, 2021, p. 114). Sua visão de mundo, suas escolhas profissionais e decisões pessoais, como ser mãe, orientaram sua luta por justiça social.



Fonte: *Instagram*.

Morena Monallisa Felício Moreira da Silva se autodeclara mulher negra (preta ou parda); define-se como produtora cultural. É mãe e advogada, formada pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Conta, com orgulho, que participou da equipe de transição do governo Lula para o exercício do terceiro mandato. Ampliando sua luta antirracista, coloca sua digital na história da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Criou, em parceria com Aline, a quem indicou para participar desta pesquisa, a *Black Zambhi*, empresa voltada para disseminar a educação amorosa e antidiscriminatória, com letramento racial, em escolas e empresas de Uberaba e do Brasil inteiro.

“Fazemos arte porque somos gente”. Essa frase de Elisa, a segunda mulher com quem conversei em Uberaba, me deu o ânimo necessário para continuar, com vigor, este trabalho de campo. Ela me recebeu em seu ateliê repleto de pinturas e materiais artísticos, que, além de contar com o espaço de criação de suas pinturas, também possui um quintal propício para abrigar Saraus, rodas de viola e muita poesia. Com uma fala muito tranquila, trouxe elementos educacionais, filosóficos e existenciais, abordando a cultura como uma necessidade humana de se expressar e atuar no mundo.

Ciente de que o fato de estar aposentada lhe permite criar e produzir seus quadros e peças artesanais, sua produção cultural gira em torno da coletividade e do bem-estar que a arte pode proporcionar às pessoas. Elisa não se preocupa com a necessidade de vender o que produz, embora tenha consciência de que, para muitos artesãos, a arte é uma questão de sobrevivência. Ela foi uma das que não responderam ao questionário inicial, tendo sido indicada por Mara, que também é participante da pesquisa.



Fonte: registro feito pela própria autora durante trabalho de campo.

Elisa Muniz Barretto de Carvalho se autodeclara mulher branca; define-se como arte-educadora, atuante por mais de 30 anos em vários segmentos da educação. É mãe, mestre em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE) e pós-graduada em arte-educação pela Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP). Aposentada, dedica-se ao trabalho artístico (Bordado e Pintura) em tempo integral. Divide-se entre a colaboração com grupos e coletivos culturais, como é o caso do Coletivo Bordados Poéticos, e a produção artística de seu ateliê charmoso e cheio de histórias.

Do ateliê de Elisa, segui para o encontro com Aline. Ela não respondeu ao questionário inicial, foi indicada por Morena Monallisa, que é sua sócia em um empreendimento que visa disseminar o letramento racial. Nossa conversa aconteceu em sua casa, na biblioteca. No decorrer do encontro, também trouxe elementos de raça e gênero, essenciais para se pensar a cultura em Uberaba e no Brasil.

Dona de uma fala dinâmica e direta, relatou a luta para se manter no ensino superior e as lacunas que a Universidade, de seu ponto de vista, ainda possui para acolher e proporcionar a permanência de estudantes negros. Sua fala vai ao encontro da pesquisa-ação, uma vez que essa metodologia “tem como objetivo tornar o mundo melhor para todos” (Lorenzi, 2021, p. 114). Além do racismo estrutural, Aline também fez análises acerca do que ela considera como dívida histórica com a população negra brasileira, e da importância das cotas para estudantes negros nas Instituições de Ensino Superior.



Fonte: *Instagram*

Aline Rosa Maximiniano de Souza se autodeclara mulher negra (preta ou parda); define-se como diretora, atriz e dramaturga. É graduada em Letras pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia. Ressalta, com muito orgulho, a presença do pai em sua vida, a pessoa que a matriculou em um curso de teatro para ajudá-la a se desinibir e que fez curso de cabeleireiro para aprender a cuidar do cabelo dos filhos. Segundo ela, o pai conseguiu um emprego em escola particular para que os filhos pudessem ter acesso ao ensino com mais qualidade. Aline é sócia de Morena Monallisa na *Black Zambhi*, empresa voltada para disseminar a educação amorosa e antidiscriminatória, com letramento racial, em escolas e empresas de Uberaba e do Brasil inteiro.

O fim do dia foi em companhia de Kate, profissional que conheci em atividades realizadas por meio de Pontos de Cultura e que me acolheu, generosamente, em sua casa, durante minha permanência em Uberaba. Nossa conversa, regada a um bom “café com pão de queijo”, seguiu a trilha de conceitos muito reforçados por ela: acesso e mobilidade. Segundo Kate, as políticas públicas propostas e implementadas a partir de 2003, ano da primeira gestão do governo Lula, principalmente o programa Cultura Viva, foram essenciais para descortinar uma riqueza cultural que ela não fazia ideia de existir no Brasil.

Suas reflexões ampliam o conceito da pesquisa-ação, que “tem como premissa, fazer com que todos possam agir baseados no ato reflexivo (ação-reflexão-ação)” (Lorenzi, 2021, p. 78). Kate lembra momentos em que sentiu, na pele, o machismo em ambientes que envolvem o audiovisual, e as dificuldades, segundo ela, de os aparelhos culturais geridos pelo poder público garantirem que a população periférica de Uberaba acesse efetivamente os bens culturais a que tem direito.



Fonte: *Instagram*.

Maria Catarina Cândido Arabe, a Kate se autodeclara mulher branca; define-se como produtora cultural. É mãe, mestre em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e profissional da área da saúde. Aprendeu as técnicas do audiovisual com um amigo e seu último trabalho nessa área, feito com recursos públicos de incentivo à cultura, versa, em forma de uma série documental, sobre a Cartografia Material e Imaterial de Uberaba. Com vivência em articulações e ações em Pontos e Pontões de Cultura, Kate defende a mobilidade e ampliação de acesso como fórmula essencial para se garantir o direito à cultura. Pontua ainda que viu de perto a manifestação do machismo e do preconceito no decorrer de sua experiência com o audiovisual.

Ao chegar à porta da casa de Kálica, local em que ocorreu nossa conversa, me deparei com um enorme Tear¹² cuidadosamente colocado na garagem, do qual Kálica tem muito orgulho. O Tear, segundo ela, está na família há mais de 100 anos. Enquanto me mostrava o ateliê cheio de potinhos com materiais das mais variadas formas, tamanhos e cores, relata a

¹² O Tear é um aparelho manual, mecânico ou eletromecânico empregado para tecer tecidos e tapeçarias. Os teares são fabricados em metal ou madeira. Saiba mais em <https://conceito.de/tear>.

importância que vê em participar de feiras de artesanato e da necessidade de constante aperfeiçoamento de sua arte e atualização das questões mais burocráticas que envolvem as artesãs e artesãos, de um modo geral.

Ela não respondeu ao questionário inicial, foi indicada por Kate e se mostrou muito resiliente ao falar de sua escolha de prover suas necessidades básicas de subsistência exclusivamente do artesanato que produz.



Fonte: registro feito pela própria autora durante trabalho de campo.

Kálica Fabíola Resende de Moraes se autodeclara mulher branca; define-se como artesã. É mãe, formada em Direito pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Por não ter obtido a carteira da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), decidiu largar a formalidade profissional e, há 10 anos, se dedica inteiramente ao artesanato. Dona de um Tear imponente, herdado da avó paterna, que tecia peças para uso da família e para complementação de renda, imprime em seu trabalho as histórias de infância e o aprendizado empírico.

A próxima parada é na Fundação Cultural de Uberaba, onde Luana atua como profissional contratada temporariamente para atender às demandas de implementação das Leis

Aldir Blanc e Paulo Gustavo. É Luana quem aproxima nossa pesquisa dos movimentos da gestão pública, ao refletir sobre prós e contras de Uberaba ter uma Fundação e não uma Secretaria de Cultura. Outra questão abordada por ela é a necessidade de mais pessoas qualificadas para gerir os projetos próprios da Fundação e os editais de Leis, como as duas citadas, que surgiram durante a Pandemia de COVID-19, em um momento de socorro aos profissionais da cultura, e que se consolidaram como políticas públicas.



Fonte: *Instagram*.

Luana Rodrigues de Araújo se autodeclara mulher branca; define-se como produtora cultural, fazedora de cultura e artista. É mãe atípica, mas, segundo ela, prefere ser apenas a mãe do José. Dedicou-se ao Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e ao ofício de atriz de teatro. Com pesquisa em Palhaçaria feita por mulheres, descobriu-se produtora cultural e, diante da necessidade de alavancar seus projetos artísticos, percebeu, também, que tem talento nessa área.

O encerramento do trabalho de campo não poderia ter sido melhor! Mara, a última participante de Uberaba, me convidou para realizarmos nossa conversa enquanto ela se dirigia

com as mulheres que fazem parte do Coletivo Bordados Poéticos para um evento realizado em Peirópolis¹³ e que, segundo ela, me daria uma ideia de como funciona o trabalho realizado com um grupo cuja média de idade é de 70 anos e que estão juntas pelo prazer em bordar, trocar receitas e, para muitas, ter a primeira experiência de ganhar o próprio dinheiro com a venda do artesanato que produzem. Fomos de micro-ônibus, com cerca de 20 pessoas e, durante o percurso, conversamos, entre outras coisas, sobre a cultura e suas possibilidades de promover laços de amizade, afetos e sentido de pertencimento social.



Fonte: *Instagram*.

Mara Silva Costa se autodeclara mulher branca; define-se como artesã e agitadora que fomenta o resgate cultural. É mãe, formada em Zootecnia pela FAZU (Faculdades Associadas de Uberaba) e está à frente do coletivo de mulheres que se denomina Bordados Poéticos, um grupo de artesãs que se reúnem regularmente para bordar, conversar, tomar café, trocar receitas

¹³ Distrito Rural, localizado a cerca de 30 minutos de Uberaba. Abriga um Museu de Dinossauros, considerado um ponto de grande relevância do patrimônio geológico dentro do Projeto Geopark Uberaba – Terra de Gigantes. Saiba mais em www.visiteuberaba.com.br.

e, na medida do possível, transformar as peças que produzem em complementação de renda. Além dos bordados, uma de suas grandes alegrias é poder se dedicar ao trabalho rural, produzindo doces e queijos em seu sítio “Capão Alto”. Sente, com pesar, a ausência da juventude na feitura do bordado e teme que essa prática venha a se perder se não for compartilhada com as novas gerações.

Ao finalizar o trabalho de campo com as sete mulheres que produzem cultura na cidade de Uberaba, percebemos a soma e ampliação de alguns temas relacionados às inquietações da pesquisa. Como já expressado no tópico “Primeiras Palavras” deste trabalho, o que se configurava como incômodos e perplexidades individuais ganhou amplitude e profundidade.

Cabe ressaltar que, das sete participantes de Uberaba, seis são mães. Isso significa que, no universo de nossa pesquisa com 25 mulheres, 21 têm filhos. Nossa insistência em sublinhar o papel materno se dá em função de evidenciarmos essa área da vida feminina que, conquanto não seja foco principal deste estudo, impacta na vida das mulheres e por isso não pode ser negligenciada. Como reflete Cruvinel (2023, p. 42), “vejo a maternidade/paternidade responsável como uma incansável jornada de vigilância, de orientação e por vezes, de imposição de limites inegociáveis [...]”. Para além da atuação profissional, ser mãe gera trabalho, desafios e necessidade de aperfeiçoamento constante. Ainda no campo da maternidade, Petrone aponta que

o fato é que a gente sente culpa desde meninas. Depois de adultas, mais culpas. E se, por acaso, nos tornamos mães, a palavra culpa fica escrita na nossa testa. A desigualdade de gênero é muito cruel. Mulheres muitas vezes adoecem, suportam violências, se calam. E a culpa, na maioria das vezes, tá ali, como expressão brutal do patriarcado e da opressão, provocando tanto silêncio e dor. (Petrone, 2022, p. 43).

Não há como tocar em qualquer assunto relacionado às mulheres sem que se reflita sobre a poderosa mão do patriarcado, tão presente, mesmo na era ultramoderna que vivemos, com tecnologia de ponta, avanços imensuráveis no campo da robótica e da inteligência artificial. Ainda hoje, as mulheres, de um modo geral, sofrem com a opressão. Petrone reforça que “Somos nós, mães, repito sempre, que fazemos a roda do mundo girar. E nós dormimos, muito, muito, muito pouco. Respeitem as mães, exaltem as mães, entendam, de uma vez por todas, que cuidado materno é trabalho” (Petrone, 2022, p. 69).

Dessa forma, por mais que não abordemos questões específicas da maternidade, como aleitamento materno, puerpério, entre outros assuntos dessa natureza, essa questão não pode ser negligenciada.

Após quase dois meses de trabalho de campo, e de posse das riquezas culturais vivenciadas e apreendidas em cada conversa realizada, percebemos o entrelaçamento de linguagens, significados simbólicos, além de posicionamentos e visões políticas, questões de raça e gênero e perspectivas para o presente e o futuro. Nesse ínterim, reforçamos a visão de Brandão e Streck, quando defendem que “o objetivo do conhecimento deve ser a mudança social capaz de universalizar o acesso de toda a população aos bens e serviços necessários à garantia de um padrão de vida digno para todos” (Brandão; Streck, 2006, p. 128). Seguimos com análises mais detalhadas do que foi levantado por cada participante e das reverberações de suas impressões em uma conjuntura mais ampla, extrapolando os limites das cidades onde residem.

3.2 Reflexões, provocações e apontamentos colhidos no trabalho de campo

Ao findar o trabalho de campo, aplicamos um questionário final (Apêndice III) como forma de apreender e registrar mais impressões, frisando que, das 25 participantes, obtivemos 22 respostas.

Selecionamos os gráficos dos questionários, inicial e final, que representam algumas das questões centrais para a pesquisa e que foram discutidas presencialmente. Vale lembrar que as demais respostas obtidas com essa ferramenta estão disponíveis nos apêndices. Deve-se observar também que o cabeçalho dos questionários está com o primeiro título dessa tese, que foi modificado após a etapa de qualificação.

Gráfico 8: O quanto passou a conhecer acerca de políticas públicas voltadas à cultura depois que participou desta pesquisa.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Como apontado no questionário inicial (Gráfico 6), nove das dezessete mulheres que responderam não tinham experiência com o universo dos mecanismos de fomento (Editais, Leis etc.) e no decorrer do trabalho de campo, com exceção de Elisa, as participantes indicadas (que não responderam ao questionário inicial) também não demonstraram conhecimento desse assunto.

Assim, entre as 25 participantes, nove possuem um bom conhecimento acerca do funcionamento de mecanismos de fomento à cultura. Abaixo, apresentamos um quadro com o resumo do que foi extraído, via questionários (inicial e final) e conversa *in loco*, sobre essa questão:

Quadro 1: Exposição do conhecimento das participantes acerca das leis de incentivo à cultura.

Participante	Cidade	Nível de conhecimento e utilização de mecanismos de fomento à cultura.
Marília, Hέλvia, Maristela, Andreia, Maria Vânia.	Araguari	Já ouviram falar da existência dos mecanismos de fomento à cultura, mas, quando se envolveram com projetos incentivados, os trâmites burocráticos ficaram a cargo de

		terceiros (Maridos, amigos, parceiros de trabalho). Por isso, não sabem como funcionam.
Luciene, Lais, Franciele, Iara, Rosilaine, Poliana (Açucenas).	Uberlândia	Conhecem as ferramentas necessárias para a utilização dos mecanismos de fomento à cultura e sabem fazer uso delas para aprovar projetos.
Janaína, Patrícia e Carolina (Açucenas). Daniela Borela, Nina Soul, Olíria, Cida da Flauta.		Sabem da existência dos mecanismos de fomento à cultura, mas não se utilizam deles para realização de projetos.
Kate, Luana, Elisa.	Uberaba	Conhecem as ferramentas necessárias para a utilização dos mecanismos de fomento à Cultura e sabem fazer uso delas para aprovar projetos.
Morena Monallisa, Aline, Kálica, Mara.		Sabem da existência dos mecanismos de fomento à Cultura, mas não se utilizam deles para realização de projetos.

Fonte: elaborado pela própria autora a partir do trabalho de campo.

As informações compiladas no quadro evidenciam a importância da clareza da informação e da simplicidade dos meios para acessá-la. A questão cultural envolve as dimensões simbólica, cidadã e econômica, que, mesmo entrelaçadas, possuem distinções, e nem sempre essas distinções são apresentadas de forma simples e didática. As conversas durante o trabalho de campo demonstraram o quanto ainda se precisa avançar nesse debate. Os princípios da pesquisa-ação nos alertam de que,

de acordo com a postura tradicional, muitos pesquisadores consideram que, de um lado, os membros das classes populares não sabem nada, não têm cultura, não têm educação, não dominam raciocínios abstratos, só podem dar opiniões e, por outro lado, os especialistas sabem tudo e nunca erram. Este tipo de postura unilateral é incompatível com a orientação “alternativa” que se encontra na pesquisa-ação (pesquisa participante). (Thiollent, 2003, p. 67).

Tomando como base essa orientação metodológica, percebe-se que é preciso rever tanto a forma de apresentação quanto a linguagem utilizada pelos mecanismos de fomento à cultura. Nosso papel como pesquisadores é desmistificar a ideia de que é só o saber formal que sustenta uma visão “correta” das coisas.

Ao valorizar e defender as várias formas de ser e estar no mundo, seja no campo ou na cidade, no trabalho artesanal ou nas dependências de um laboratório, temos a chance de

contribuir para a clareza de como utilizar recursos com finalidades públicas, o que é de responsabilidade de quem produz, e qual é o papel do Estado e das leis propostas para o pleno exercício da democracia.

Ou seja, a questão cultural passa tanto pela formação plena do cidadão quanto pelas decisões políticas, e seu debate deve se dar na esfera das discussões centrais de governo e de Estado. Da mesma forma, é preciso que essa discussão chegue aos mais distantes lugares do país, de forma simples e direta, para fomentar as ideias e proposições com ampla participação popular.

Destarte, nossa escolha metodológica é também uma escolha ideológica, uma vez que “deve-se reconhecer o caráter político e ideológico da atividade científica e pedagógica. A pesquisa participante deve ser praticada como um ato político claro e assumido” (Brandão; Streck, 2006, p. 36).

Embora haja distinções, nos guiamos pela pesquisa-ação, mas utilizando também elementos da pesquisa participante, por acreditar que ambas corroboram o fato de que os “principais objetivos dessas propostas consistem em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas das situações em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora” (Thiollent, 2003, p. 8).

Dessa forma, encerramos o questionário final, com as reflexões registradas pelas participantes, nos comentários finais (questão aberta e opcional), sobre o cenário cultural e as políticas públicas para a cultura, enfatizando o que consideraram pontos positivos e pontos que precisam de melhorias, além de outros comentários que acharam pertinentes registrar em formato de texto. Obedecemos à ordem cronológica do trabalho de campo (Araguari, Uberlândia, Uberaba).

Araguari, MG

Marília. “O cenário de nosso município vem passando por um processo de crescimento, tanto no que diz respeito à melhora no orçamento quanto no aprimoramento das políticas públicas voltadas à cultura. Podemos dar ênfase positiva na oferta dos recursos direcionados aos fundos, e a participação efetiva da sociedade civil por meio dos conselhos que passaram a ter voz e vez, por outro lado, o aspecto negativo é que tais melhorias ainda dependem da atuação do gestor maior do município, que precisa entender a cultura como

um bem maior para toda sociedade, mantendo as conquistas e planejando os passos futuros”.

Maristela. “Bom, o fato das políticas públicas estar incentivando a cultura é sempre bem-vindo, pois ficamos quatro anos sem esse apoio, devido ao péssimo último governo”.

Maria Vânia. “Vejo uma forte influência do mercado cultural, mas vejo também produção cultural independente; esse é um ponto positivo. E quanto às melhorias, seria a descentralização de recursos públicos”.

Hélvia. “A questão primordial para mim é o desconhecimento das políticas públicas, pois não busquei alcançá-las, no sentido de achar que as ações realizadas não seriam contempladas por se tratar de um pequeno grupo restrito a um assentamento. Desta forma, por não estar inteirada, não posso construir uma avaliação”.

Andreia. “Um ponto muito importante, no meu entender, é o aumento do acesso à educação artística, a preservação do patrimônio histórico, eventos culturais”.

As últimas considerações das participantes de Araguari nos mostram que precisamos entender a estreita relação entre cultura, educação e política. Para além disso, é preciso pensar em formas de popularizar, cada vez mais, o que são os direitos sociais e culturais e o que se pode fazer para que as maneiras de se garantir o acesso a esses direitos não fiquem reféns de gestões de governos, mas sejam efetivados como políticas públicas de Estado. Outro aspecto importante gira em torno da linguagem e do simbolismo, que pairam no imaginário social, e que podem perpetuar e normalizar desigualdades sociais.

Esse aspecto se reforça no registro de Hélvia, quando ela aponta que não viu sentido em buscar pelos mecanismos de fomento, entendendo que suas ações “não seriam contempladas por se tratar de um pequeno grupo restrito a um assentamento”. O que isso significa? Crianças, adolescentes, adultos, idosos que residem em assentamentos não possuem o direito de acessar bens culturais financiados por recursos públicos? Responder a esses questionamentos é uma responsabilidade do Estado e, mais do que responder, é urgente propor ações para resolvê-los.

Uberlândia, MG

Luciene. “O cenário cultural de nosso país, em vários momentos, passa por situações de choques e ameaças. Somos reféns do governo que se encontra no poder, gestores que não são focados na igualdade, na valorização da cultura como instrumentos capazes de transformar vidas, gerar empregos e levar alegria e amor para a população de nosso país. Eles podem alterar as políticas públicas culturais, trazendo desarranjos e transtornos

inconcebíveis, como já vivenciamos há pouco. Cria-se um caos. Considero positivas a garra e a esperança que a classe artística tem, nunca deixando ser oprimida. Os artistas vão à luta, levantam a cabeça e, como se diz: sacodem a poeira e fazem acontecer no fundo de um quintal, em uma garagem, em um galpão velho, em um automóvel antigo e por aí se vai levando cultura para todos os cantos de nosso lindo país. Quanto aos pontos que precisam de melhorias, neste momento, acredito que é criarmos um novo olhar para a cultura, como parte muito importante de nossa sociedade, como crenças, valores e tradições que precisam ser valorizados, difundidos e, principalmente, respeitados”.

Daniela Borela. “A minha principal e recorrente reflexão quanto às políticas públicas para a cultura relaciona-se à real contribuição das mesmas para com os artistas das cidades do interior e para com a conscientização da população sobre investimentos em arte e cultura”.

Franciele. “Penso que o momento seja favorável para a retomada e consolidação das políticas públicas no Brasil. O atual governo federal teve, no início dos anos 2000, a oportunidade de efetivar algumas ações iniciadas no final do final dos anos 90 (ex. Lei Rouanet), criar e aprimorar várias iniciativas de políticas públicas para o setor cultural. Dessa forma, o setor cultural está um tanto otimista com este retorno no ano de 2023. E a Lei Aldir Blanc, no auge de um governo extremamente conservador e de uma pandemia, mostrou que a mobilização, tanto da classe artística quanto do poder público (legislativo, governos estaduais e municipais), fez com que os recursos efetivamente chegassem na ponta, nas necessidades dos cidadãos comuns que viviam do fazer artístico e cultural. O mecanismo funcionou. Mesmo que com muitas falhas a serem corrigidas, funcionou. As Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 seguirão a mesma lógica, portanto, espera-se que atinjam mais pessoas agora com os processos um pouco mais amadurecidos. Ainda temos uma resistência do imaginário social que ainda tem dificuldades em ver a arte e a cultura como um setor produtivo para a economia (falácia, pois representamos 5% do PIB nacional). E esta visão se intensificou no governo federal anterior, uma tendência a demonizar a classe artística, comum a todos os governos de extrema direita. No entanto, vejo o cenário como um todo como favorável, muitas políticas públicas vieram para ficar. Parte desta mesma sociedade, por vezes retrógrada, já amadureceu o suficiente, penso eu, para não permitir retrocessos”.

Lais. “Sinto que a classe de artistas ainda é muito desvalorizada, as pessoas não enxergam como um trabalho que deve ser valorizado e muitas vezes nos questionam o que de fato fazemos da vida, como se o SER ARTISTA não fosse algo suficiente para ser o único meio de sobrevivência ou considerado um trabalho real ou estável. Ainda há muito que trabalhar para que essa mentalidade seja moldada e que a classe de artistas tenha mais credibilidade”.

Rosilaine. “Em Uberlândia o cenário cultural tem crescido e se apresentado como uma importante fonte de lazer e de conhecimento para a população. A ampliação das políticas

sociais voltadas para cultura tem possibilitado que os pequenos produtores culturais apareçam na cena e possam divulgar seus trabalhos e produções”.

Olíria. “De maneira geral, os artesãos estão desinformados e desunidos. A classe não tem conhecimento das políticas públicas e nem da gestão administrativo-financeira de seu trabalho. Isso me preocupa, porque reclamam e não agem. A classe precisa ser capacitada para que seu negócio tenha êxito. Um ponto que vem sendo desafiador pra mim é fazer reconhecer que o que faço é arte e toda arte merece ser contemplada por todos. Os órgãos públicos não reconhecem os artesãos como artistas, pois, geralmente, não se formaram na academia, inclusive isto interfere em obter espaços para divulgação do trabalho. Não sei se isso está ligado à localização geográfica do país, mas sinto que nas capitais a coisa é diferente. Outro destaque é o aumento da quantidade de feiras de artesanato na cidade para os artesãos mostrarem sua arte, mas, geralmente, o intuito dos organizadores é a arrecadação de verba para si ao invés de oportunizar o acesso da arte aos cidadãos. Enfim, se houvesse união, talvez conseguíssemos avançar nas conquistas”.

Iara. “Ponto positivo foi a conquista da lei Cultura Viva, o que precisa ser melhorado é que ela precisa realmente ser validada”.

Poliana. “Entendo que participar dessa pesquisa foi muito importante, pois nos conectou com pessoas e reflexões extremamente pertinentes. Nosso lugar de atuação, no universo artístico e cultural é, sim, muito desafiador. Falar das limitações que nos são impostas faz-se fundamental para organizarmos melhor nosso fazer, construindo estratégias, sobretudo coletivas, para superar obstáculos. Gostaria de trazer alguns pontos que considero fundamentais sobre esse tema: 1º) FATOR SOCIOECONÔMICO: tenho contato com a arte desde a infância: dança, teatro, música; mas, ao me aproximar do mundo do trabalho, percebi que não conseguiria "viver economicamente" de arte. Mesmo atuando, na época, em grupos profissionais de dança e música. Essa situação é com certeza um indicativo de que há algo muito errado. Passei a me dedicar então na área da educação. Então, atuar no cenário artístico, tendo que conciliar com outra carreira profissional, tornou-se tudo ainda mais desafiador. 2º) POLÍTICAS PÚBLICAS E LEIS DE INCENTIVO: os mecanismos públicos de incentivo à cultura com certeza representam a grande oportunidade dos artistas atuarem na arte, ou ao menos viverem experiências melhor sistematizadas. São as leis nacionais, estaduais, municipais e outros mecanismos afins que trazem o fortalecimento de todos da cadeia Cultural. No entanto, os programas normalmente são anuais, o que gera instabilidade e inconstância nos projetos e grupos artísticos. Além do mais, são mecanismos que exigem uma capacidade técnica de escrita e conhecimentos conceituais que nem sempre valorizam a pluralidade dos agentes artísticos, sobretudo, os mais humildes e de comunidades. Os grupos menos favorecidos deveriam ter mais apoio para participarem democraticamente desses

mecanismos. 3º) CARREIRA ACADÊMICA: outra importante possibilidade para a atuação artística é por meio das Universidades: nas graduações, projetos de extensão, áreas de pesquisa etc. No entanto, mais uma vez, sabemos que o espaço acadêmico não é acessível a todos. Apesar da sua potência e importância para o desenvolvimento científico, muitos artistas vivem à margem desse lugar. 4º) ADVERSIDADES PARA AS MULHERES: o fato de ser uma artista mulher, com certeza é sim mais desafiador, é certo que o machismo não é a única manifestação discriminatória que temos na sociedade, mas no contexto dessa pesquisa faz-se necessário dedicar-se à essa problematização. O que gostaria de acrescentar sobre esse tema é que, a meu ver, os padrões de beleza tão presentes na sociedade se instalam também nessas relações, dificultando ou facilitando a atuação de uma mulher na arte conforme seus aspectos estéticos. Acredito que para uma mulher mais fora dos "padrões", talvez negra, obesa etc., também seja ainda mais desafiador atuar na arte. A mulher ainda é vista na sociedade como meramente símbolo sexual, leituras superficiais e pré-conceitos que exigem de nós uma autocobrança com a beleza. Num mundo tão frenético e dinâmico, ter que cuidar da família, do trabalho, da saúde, da casa... e ainda da beleza, é realmente desafiador. 5º) A FORÇA DA COLETIVIDADE: diante de tantos desafios, tenho percebido cada vez mais que a melhor forma é nos unirmos, os coletivos e grupos artísticos nos fortalecem e criam conexões entre pessoas; verdadeiras redes de relacionamento e de apoio. Em algum momento da minha vida percebi que a única forma que eu teria de vivenciar a arte novamente seria montando um grupo de mulheres, que, assim como eu, precisariam levar seus filhos para os ensaios, flexibilizar horários, trabalhar de modo mais processual e com menos expectativas de resultados. Enfim, quando nasce o Grupo Açucenas, consigo finalmente me reconectar com a arte. É claro que é possível atuar sozinha, mas acredito que seja mais desafiador. Na minha leitura, participar dessa pesquisa não trouxe, necessariamente, profundidade e maiores esclarecimentos sobre políticas culturais, mas trouxe a DISCUSSÃO, a REFLEXÃO e o DIÁLOGO. Isso tudo, por si só, já nos faz ter maior consciência do nosso fazer artístico, das suas limitações e possibilidades; para uma atuação cada vez mais crítica e problematizadora na sociedade”.

Carolina. “Os projetos viabilizam ações artísticas mais elaboradoras com tempo pra ensaios e pesquisa. O ponto negativo é que as leis de incentivo dão suporte num espaço de tempo limitado”.

Cida da Flauta

“O Brasil precisa melhorar qualidade de vida e diminuir a desigualdade”.

As considerações finais das participantes residentes em Uberlândia apontam vários caminhos de discussão e não conseguiremos abarcar todos, pois seriam tratados de forma superficial. Questões como: ações educativas para o exercício da arte; fator socioeconômico; padrões de beleza; carreira acadêmica; conscientização da população sobre a importância da arte, entre outros assuntos pertinentes, apontados por elas, serão abordados à medida que aparecem na interface entre o fazer cultural das participantes com as políticas públicas de cultura.

No entanto, a maioria dos assuntos registrados nos comentários do questionário final, como: a cadeia produtiva do setor cultural, a democratização do acesso à cultura, a valorização do artista enquanto profissional, entre outros, foram contemplados nas seções subsequentes.

Reiteramos que reproduzimos a escrita de cada depoimento, mantendo expressões e palavras em “caixa alta”, conforme enfatizado por algumas participantes.

Uberaba, MG

Morena Monallisa. “Acredito que há muito a ser feito para que as informações cheguem à população”.

Aline. “As políticas públicas ainda precisam caminhar bastante para assistir melhor os artistas menores, as comunidades culturais periféricas e tradicionais e as pessoas pretas, LGBTQIAP+, pois a indústria ainda foca em grandes artistas, que são os que têm portfólios e anuências que por consequência atingem mais as políticas públicas. Este ano temos leis específicas para premiação de mestres e centros tradicionais, mas precisamos de um fluxo contínuo de valorização da cultura, até que a população tenha a cultura de valorizar a arte em sua diversidade”.

Kate. “As políticas culturais podem ajudar na preservação e promoção da identidade cultural de uma nação ou comunidade, garantindo que tradições, línguas, artes e práticas culturais únicas sejam valorizadas e transmitidas às gerações futuras. Podem incentivar a diversidade cultural, proporcionando espaço e suporte para diferentes grupos étnicos, religiosos e culturais compartilharem suas perspectivas e contribuições únicas, fomentar a criatividade e a expressão artística, incentivando artistas a explorar novas formas de arte e contribuir para a inovação cultural. Além disso é um importante motor de desenvolvimento econômico, com os setores culturais, como o turismo e as características criativas, garantindo significativamente a geração de empregos e o crescimento econômico. Entretanto, políticas culturais mal integradas podem levar à

homogeneização cultural, onde as diferenças culturais são suprimidas em favor de uma cultura dominante, produzida na perda da diversidade. Além disso podem ser usadas para promover agendas políticas ou ideológicas, manipulando a cultura para atender a certos objetivos, o que pode distorcer a confiança cultural. Um dos maiores dificultadores para a implementação de políticas é a falta de pessoal capacitado na elaboração de editais e a descrença dos agentes culturais devido à grande burocracia para o acesso a esses recursos”.

Kálica. “Em Uberaba tem se trabalhado as políticas públicas, porém ainda carece da participação dos que fazem a cultura. Digo em relação, como exemplo, aos artesãos. Precisa-se buscar a base e fazer com que ela tenha conhecimento do que é cultura e o seu papel na manutenção dela. Hoje o artesanato é visto como uma terapia, se esquece dos que o tem como renda. De uma certa forma banalizou o artesão, o seu trabalho, a sua importância na manutenção da cultura. Muitos desconhecem o conceito de artesanato, que se possui normas de âmbito federal que regem a aplicação e a forma de se trabalhar o artesanato. A industrialização e o comércio de peças prontas para montagem de trabalhos manuais dificulta e inibe o artesão de dar sequência à sua arte e de até mesmo repassar o seu saber por não o ver valorizado e reconhecido. O artesanato é o transformar de uma matéria prima, o trabalho manual não. O artesanato veio depois de um longo estudo, de inúmeras tentativas, são peças criadas por necessidade e conseguinte utilidade por uma pessoa. Ele ocupa um setor dentro da cultura justamente por isso. Se não mostrarmos a diferença entre artesanato e trabalho manual, fizermos entender a sua diferença e importância, não conseguiremos atingir o artesão, sanar suas necessidades, e muitos dos nossos saberes serão perdidos”.

Luana. “Diante da realidade da cidade onde atuo percebo que, para que o cenário cultural possa ser um alavancador, é necessário que o Sistema Municipal de Cultura seja implementado de fato, embora tenhamos uma lei municipal, ainda não podemos vislumbrar políticas públicas de fomento na cidade. Ainda estamos em uma política de eventos pontuais e isso se torna um grande desmobilizador do fazer artístico e cultural na cidade. De contraponto estamos em uma tentativa interna de mobilizar a reimplantação do Fundo Municipal de Cultura e, com as diretrizes do governo federal, acredito que podemos dar um passo adiante para o fortalecimento do cenário Cultural da cidade”.

Mara. “No caso, o artesanato... precisa de ter projeção de mercado”.

Ao encerrar todas as etapas do trabalho de campo (questionário inicial, observação e conversa *in loco*, questionário final), foi possível amearhar inspirações, percepções e outras

informações culturais, advindas das participantes da pesquisa, que corroboram as hipóteses e questionamentos já mencionados nas seções anteriores. Questões como: falta de pessoal capacitado para lidar com os editais; diferenciação do produto cultural, como é o caso do artesanato que possui duas frentes principais, a de produzir pelo prazer e a de produzir para a geração de renda; maior sintonia entre as diretrizes do governo federal e o sistema municipal de cultura, entre outras, são discussões importantes que precisam ganhar dimensões sociais e chegar ao centro do debate e tomada de decisões do poder público.

Quando este trabalho foi pensado, havia um sentimento de indignação; agora, ele se soma ao sentimento das participantes e, a partir das experiências e práticas culturais delas, o *corpus* desta pesquisa vai se delineando e adquirindo consistência. Nosso intuito é sair do senso comum, da margem dos debates e da visão individual para, de forma coerente e reflexiva, fortalecer a cultura feita por mulheres e o protagonismo delas nos espaços de construção e proposição das políticas públicas feitas para a cultura.

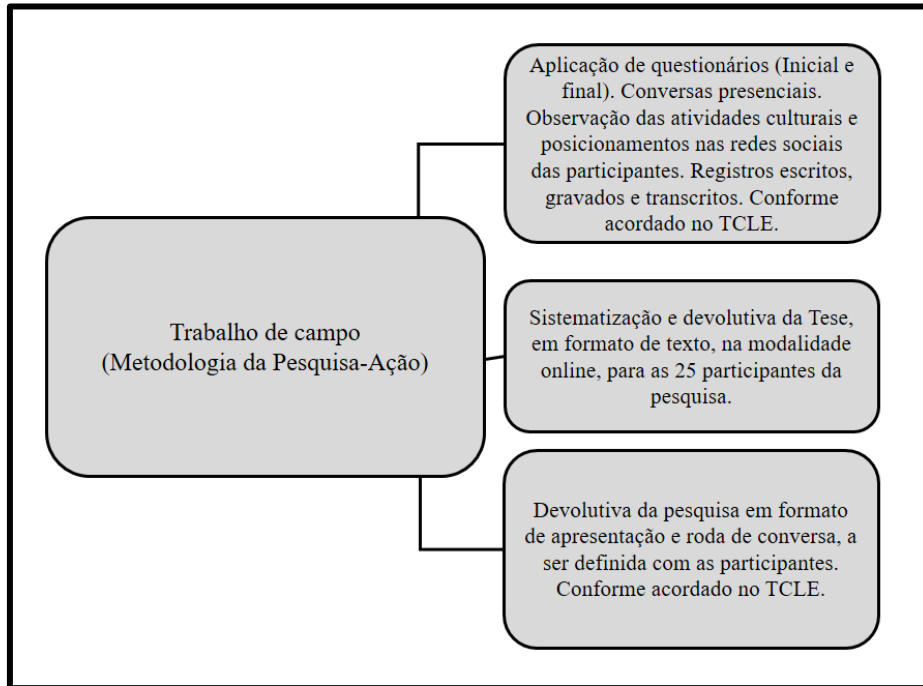
Além disso, buscamos, cada vez mais, a disseminação da pesquisa científica na área das humanidades, colaborando para a construção de uma outra visão de mundo, que possa contribuir com um pensamento “formador de pessoas aptas a uma integração mais consequente e corresponsável na vida social” (Brandão; Streck, 2006, p. 40).

Assim, os passos metodológicos escolhidos para guiar esta pesquisa nos levaram ao fazer *in loco* das participantes, permitindo-nos a escuta ativa e afetiva; o levantamento de questões experienciadas em nível pessoal e local; e a sistematização dos pontos de convergências, interações e fricções de mulheres que fazem cultura, com políticas públicas para esse setor. Ao final deste trabalho, as participantes acessarão este conteúdo, tendo a oportunidade de analisar suas percepções e perspectivas sobre as questões aqui discutidas, inserindo-se em uma discussão mais ampla, com possibilidades de encontrar outras mulheres que também enfrentam os mesmos desafios.

Como acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), levamos as principais questões para a comunidade, em uma reunião realizada no dia 27 de março de 2025, com pessoas e instituições que compõem a Rede Sesc Ação Comunitária, em Uberlândia (Apêndice V). Assim, ampliamos esse debate, em formato de apresentação e roda de conversa, contando com a presença de seis participantes da pesquisa.

Para fins didáticos, a figura abaixo apresenta cada etapa do trabalho de campo, conduzido e mediado pela pesquisa-ação:

Figura 1: Estrutura do trabalho de campo.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Ainda sobre a aplicação do questionário final, uma das perguntas indagou às participantes: “Sua condição de mulher, ao longo de sua atuação como agente de cultura, representou algum obstáculo ou um dificultador na sua atuação cultural?” (Apêndice 4). Nas 22 respostas, apenas uma foi contundente em afirmar que sim, ser mulher dificulta e impacta na atuação cultural.

Essa questão nos compeliu a pensar sobre as várias formas de violência contra a mulher, que, muitas vezes engendradas na dinâmica social, sequer são entendidas como violência ou como dificultadores do protagonismo feminino.

Para Kilomba há uma tentativa de “irracionalizar o pensamento de mulheres, como se as interpretações feministas não fossem nada mais do que fabricação da realidade, de ilusão talvez até uma alucinação feminina” (Kilomba, 2019, p. 55). De qualquer forma, questões relacionadas às dificuldades enfrentadas pelas mulheres em espaços de poder, hegemonicamente ocupados pelos homens, apareceram nas conversas presenciais, e foram problematizadas ao longo do texto.

No próximo tópico, alçaremos os assuntos levantados até o presente momento para um campo mais amplo, analisando quais notícias ventilaram, de forma geral, sobre políticas culturais e, também, o que se falou acerca das mulheres na cultura. Para essa finalidade, utilizamos o *Google Alerts*, ferramenta do *Google* para emitir alertas diários sobre a menção

de assuntos em páginas da web, site de notícias, artigos etc. A notificação é diária e enviada por *e-mail*.

3.3 A Cultura em notícia: ampliando as questões vivenciadas pelas participantes e aproximando-as do cenário nacional das discussões sobre Cultura

O trabalho de campo nos permitiu observar a questão cultural a partir de um fazer muito individual. Porém é preciso ampliar esse cenário. Para isso, utilizando a ferramenta de alerta do *Google (Google Alerts)*, foi possível acompanhar o que se falou sobre cultura em nível macro e analisar em que medida as questões levantadas pelas mulheres participantes se configuram em um cenário mais amplo, ou se são questões isoladas, oriundas de um contexto específico. Além disso, buscamos informações sobre o que se propagou acerca de mulheres na cultura, de forma bem genérica.

Escolhemos uma notícia de cada mês e detivemo-nos ao que foi noticiado com as seguintes palavras-chave: políticas culturais e mulheres na cultura. Abaixo, no Quadro 2, estão alguns exemplos de notícias acerca de políticas culturais veiculados no ano de 2022.

Quadro 2: Notícias sobre políticas culturais.

Notícia Fonte	Data de veiculação
Observatório Baixada Cultural realiza pesquisa sobre o impacto da Lei Aldir Blanc no território. Fonte: https://sitedabaixada.com.br/Cultura/2022/01/24/observatorio-baixada-Cultural-realiza-pesquisa-sobre-o-impacto-da-lei-aldir-blanc-no-territorio/ .	21/01/2022
Deputados podem votar duas propostas de socorro ao setor cultural. Fonte: https://www.camara.leg.br/noticias/850623-deputados-podem-votar-duas-propostas-de-socorro-ao-setor-Cultural .	14/02/2022
Cultura equilibrista: balanço de um ano da Lei Aldir Blanc Fonte: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/Cultura-equilibrista-balanco-de-um-ano-da-lei-aldir-blanc .	29/03/2022
O momento é de luta e resistência do setor cultural! Fonte: https://jornalistaslivres.org/o-momento-e-de-luta-e-resistencia-do-setor-Cultural/ .	10/05/2022

<p>Veto de Bolsonaro a Lei Aldir Blanc 2 deve ser derrubado pelo Congresso, diz Alexandre Santini. Ao vetar a lei de fomento à cultura, o presidente declarou que ela “contraria o interesse público”.</p> <p>Fonte: https://revistaforum.com.br/Cultura/2022/5/30/veto-de-bolsonaro-lei-aldir-blanc-deve-ser-derrubado-pelo-congresso-diz-alexandre-santini-118073.html.</p>	30/05/2022
<p>“A cultura é uma dimensão da condição humana”, diz Juca Ferreira</p> <p>Fonte: https://jornalistaslivres.org/a-Cultura-e-uma-dimensao-da-condicao-humana-diz-juca-ferreira/.</p>	28/06/2022
<p>Rede vai ao STF para que o governo cumpra leis de incentivo à cultura</p> <p>Fonte: https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/rede-vai-ao-stf-para-que-governo-cumpra-leis-de-incentivo-a-Cultura.</p>	30/08/2022
<p>Após desmonte sob Bolsonaro, setor cultural espera retomada. Diante de “cenário de terra arrasada”, equipe de transição de Lula tem entre prioridades recriar MinC e revisar a esvaziada Lei Rouanet.</p> <p>Representantes do setor pedem aplicação imediata de novas leis de fomento.</p> <p>Fonte: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/11/29/apos-desmonte-sob-bolsonaro-setor-Cultural-espera-retomada.htm.</p>	29/11/2022

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora a partir da ferramenta *Google Alerts*.

As notícias apresentadas acima demonstram que o sentimento de retrocesso e abandono do setor cultural não é uma prerrogativa da realidade local vivida pelas participantes da pesquisa. Expressões como: “resistência e luta”, “Veto à Lei Aldir Blanc” e “Cenário de terra arrasada”, fundamentam e reforçam tudo o que foi observado e conversado no trabalho de campo acerca desse espaço que a cultura perdeu depois da efervescência vivida a partir de 2003, quando Gilberto Gil assumiu o MinC.

De acordo com o que foi veiculado no ano de 2022 sobre políticas culturais, as mulheres participantes estão com a razão quando se posicionam acerca das dificuldades de consolidação e efetivação das políticas públicas para a cultura.

No próximo quadro, apresentamos as notícias veiculadas, também no ano de 2022, sobre mulheres na cultura:

Quadro 3: Notícias sobre mulheres na cultura.

Notícia Fonte	Data de veiculação
<p>“As mulheres assumem posições de relevo, mas mantêm uma agenda familiar muito intensa”</p> <p>Fonte: https://www.dn.pt/sociedade/as-mulheres-assuem-posicoes-de-relevo-mas-mantem-uma-agenda-familiar-muito-intensa--14526337.html/.</p>	26/01/2022
<p>Cultura e representatividade: a força da mulher negra. Cabe a nós, hoje, pavimentar a estrada para que as atuais e as novas gerações de mulheres negras do Brasil tenham todos os seus direitos garantidos – e sejam reconhecidas.</p> <p>Fonte: https://epocanegocios.globo.com/colunas/Diversifique-se/noticia/2022/02/Cultura-e-representatividade-forca-da-mulher-negra.html.</p>	25/02/2022
<p>Os entraves para mulheres na jornada rumo ao Conselho Administrativo.</p> <p>Fonte: https://epocanegocios.globo.com/colunas/Diversifique-se/noticia/2022/03/os-entraves-para-mulheres-na-jornada-rumo-ao-conselho-administrativo.html.</p>	25/03/2022
<p><i>Webnário</i> ‘O lugar do feminino no modernismo brasileiro’ se encerra com palestra ‘Mário entre mulheres’.</p> <p>Fonte: https://cartacampinas.com.br/2022/04/webnario-o-lugar-do-feminino-no-modernismo-brasileiro-se-encerra-com-palestra-mario-entre-mulheres/.</p>	24/04/2022
<p>1º Salem discute mulher no cenário cultural e faz homenagens.</p> <p>Fonte: https://cidadeverde.com/noticias/368920/1o-salem-discute-mulher-no-cenario-Cultural-e-faz-homenagens.</p>	24/05/2022
<p>Elas: décima primeira edição evidencia o pioneirismo e a pluralidade das mulheres</p> <p>Fonte: https://www.gaz.com.br/elas-decima-primeira-edicao-evidencia-o-pioneirismo-e-a-pluralidade-das-mulheres/.</p>	25/06/2022
<p>Festival Latinidades: produtoras mostram a força da mulher negra na cultura</p>	24/07/2022

<p>Fonte: https://www.terra.com.br/nos/festival-latinidades-produtoras-mostram-a-forca-da-mulher-negra-na-Cultura,be5a33e08abe05e5f6696e74f817fd22f9fnbvie.html.</p>	
<p>Mulheres protagonizam criação de espaços de cultura em suas quebradas. Em audiência pública, moradores da periferia da zona noroeste de SP denunciaram que gerem equipamentos culturais sem o devido auxílio do poder público.</p> <p>Fonte: https://nosmulheresdaperiferia.com.br/mulheres-protagonizam-criacao-de-espacos-de-Cultura-em-suas-quebradas/.</p>	25/08/2022
<p>O Projeto KUNHANGUE REMBIAPO – Mulheres & Artesanato MBYÁ GUARANI inicia as atividades dia 25 de setembro. A ideia é a valorização das comunidades indígenas em troca de saberes, rodas de conversa e feiras de artesanato das mulheres Tekoa Jataity, Tekoa Nhundy e Tekoá Pindó Mirim.</p> <p>Fonte: https://www.picsphotopress.com/2022/09/24/o-projeto-kunhangue-rembiapo-mulheres-artesanato-mbya-guarani-inicia-as-atividades-dia-25-de-setembro/.</p>	24/09/2022
<p>Roda de conversa voltada para mulheres ocorre nesta quinta.</p> <p>Fonte: https://www.folhabv.com.br/concursos-e-emprego/roda-de-conversa-voltada-para-mulheres-ocorre-nesta-quinta/.</p>	25/10/2022
<p>Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres: quais as motivações de denúncia ao agressor?</p> <p>Fonte: https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/53604.</p>	29/11/2022
<p>Ministério de Lula tem recorde de mulheres na história do Brasil</p> <p>Fonte: https://vermelho.org.br/2022/12/29/mulheres-em-ministerios-e-recorde-na-historia-do-brasil/.</p>	29/12/2022

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora a partir da ferramenta *Google Alerts*.

A respeito do que foi veiculado especificamente sobre mulheres na cultura, percebemos muitas homenagens, menções, relatos de lutas, conquistas, bem como a questão da vida familiar sendo mencionada, o que reforça a nossa defesa de considerar a tríade mulher-mãe-família como uma esfera da vida que não pode ser desconsiderada, sob nenhum aspecto da atuação feminina, seja em que área for. Mas, mesmo percebendo as mulheres sendo noticiadas, ainda

existe um imenso espaço a ser ocupado nas esferas das decisões políticas, que se efetivam por meio de cargos com peso institucional.

Assim, tendo como base a última notícia, de que a terceira gestão do governo Lula (2023/2026) bateu recorde de mulheres em ministérios na história do Brasil, consideramos pertinente evidenciar mais notícias sobre mulheres na cultura, veiculadas no ano de 2023, conforme quadro abaixo. O intuito é observar se o fato de uma mulher negra, cantora, compositora, atriz, gestora cultural e empresária¹⁴ assumir a pasta da cultura, com a reabertura do Ministério da Cultura (MinC), trouxe algo diferente nas notícias veiculadas.

Quadro 4: Notícias sobre mulheres na cultura no ano de 2023.

Notícia Fonte	Data de veiculação
Reconstrução do ministério é primeira tarefa na área da cultura neste novo governo. Margareth Menezes será a ministra da cultura no governo Lula. Fonte: https://www.folhape.com.br/cultura/reconstrucao-do-ministerio-e-primeira-tarefa-na-area-da-cultura/252279/	01/01/2023
Margareth Menezes assume retomada do Ministério da Cultura. “Nós merecemos”. Fonte: https://www.cut.org.br/noticias/margareth-menezes-assume-retomada-do-ministerio-da-cultura-nos-merecemos-1624	04/01/2023
Margareth Menezes: Cultura terá representações em todos os estados. Ministra também anunciou retomada dos Pontos de Cultura. Fonte: https://www.folhape.com.br/politica/margareth-menezes-cultura-tera-representacoes-em-todos-os-estados/256979/	03/02/2023
Nova presidenta da Funarte promete reconstruir políticas culturais. Maria Marighella é primeira mulher nordestina à frente da instituição. Fonte: https://www.cartacapital.com.br/cultura/nova-presidenta-da-funarte-promete-reconstruir-politicas-culturais/	04/03/2023
Margareth Menezes empossa Conselho Nacional de Política Cultural. “Vamos botar o pé no futuro”, disse a ministra em cerimônia de posse.	04/04/2023

¹⁴ Margareth Menezes. Ministra de Estado da Cultura da terceira gestão do governo Lula (2022/2026). Saiba mais em: www.gov.br/cultura.

<p>Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/margareth-menezes-empossa-conselho-nacional-de-politica-cultural</p>	
<p>Margareth Menezes defende importância econômica da cultura; oposição questiona critérios de projetos culturais. Ministra disse que 1.946 projetos foram destravados neste ano e garantiu atenção à fiscalização com a Lei Rouanet.</p> <p>Fonte: Agência Câmara de Notícias. https://www.camara.leg.br/noticias/958266-margareth-menezes-defende-importancia-economica-da-cultura-oposicao-questiona-criterios-de-projetos-culturais/</p>	03/05/2023
<p>Ministra da Cultura participa de oficina sobre a Lei Paulo Gustavo no Rio Grande do Sul. Evento visa capacitar gestores culturais para estimular a adesão e dar suporte para a solicitação dos recursos.</p> <p>Fonte: https://www.brasildefatores.com.br/2023/06/22/ministra-da-cultura-participa-de-oficina-sobre-a-lei-paulo-gustavo-no-rio-grande-do-sul</p>	22/06/2023
<p>A ministra da Cultura, Margareth Menezes, participa da solenidade do encontro Mulheres Negras nos Espaços de Poder.</p> <p>Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2023-07/ministerio-da-cultura-realiza-o-encontro-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder-1690230814</p>	24/07/2023
<p>Com Margareth Menezes, ES recebe encontro nacional de gestores da cultura.</p> <p>Fonte: https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/com-margareth-menezes-es-recebe-encontro-de-gestores-da-cultura-0823</p>	14/08/2023
<p>Cultura vira ferramenta de luta na Marcha das Mulheres Indígenas. A 3ª edição da Marcha das Mulheres Indígenas contou com a presença de diversas lideranças femininas</p> <p>Fonte: https://claudia.abril.com.br/coluna/caroline-apple/cultura-vira-ferramenta-de-luta-na-marcha-das-mulheres-indigenas</p>	20/09/2023
<p>Grupo de Mulheres resgata tradição do bordado.</p> <p>Fonte: https://www.seculodiario.com.br/cultura/grupo-de-mulheres-resgata-tradicao-do-bordado/</p>	15/10/2023

<p>Contra a Cultura que silencia vozes. Professora vê em tema da redação do Enem visibilidade para os desafios femininos.</p> <p>Fonte: https://www.em.com.br/gerais/2023/11/6654238-contr-a-cultura-que-silencia-vozes.html</p>	<p>13/11/2023</p>
<p>O feminismo surgiu como uma contraposição ao sistema, mas também como uma promessa de um outro mundo possível. Surgiu com a ideia radical de que mulher é gente!</p> <p>Fonte: https://www.esquerda.net/opiniao/ideia-radical-de-que-mulher-e-gente/88801</p>	<p>13/12/2023</p>

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora a partir da ferramenta *Google Alerts*.

Analisando as notícias, de forma geral, sobre políticas culturais e mulheres na cultura, vislumbramos muitos pontos em comum com o que foi observado e conversado com as mulheres participantes da pesquisa. Nas notícias sobre políticas públicas para a cultura, muitas angústias, indignações e preocupações com o futuro do fazer cultura no Brasil têm procedência, pois “o golpe midiático-jurídico-parlamentar, transvestido de *impeachment*, que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016, reinaugura tempos sombrios no país” (Colling, Sampaio, 2022, p. 12). Em cada posicionamento das participantes, demonstra-se o quanto a política partidária precisa ser acompanhada de perto, pois o que se decide nas esferas representativas dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) reverbera-se e transforma, para pior ou para melhor, a vida de cada cidadã, de cada cidadão.

Já nas notícias sobre mulheres na cultura, é perceptível que, com a chegada de Margareth Menezes, e seu posicionamento que revela o plano de ocupação do espaço pela mulher, em um cargo de relevância no centro do debate político, as questões que envolvem a cultura ganham outra dimensão. Vale lembrar que continua sendo importante ressaltar o que estão fazendo as mulheres à frente da gestão de aparelhos culturais periféricos, da mesma forma que importa o resgate e a valorização do artesanato.

No entanto, discutir e “brigar” por uma fatia maior do orçamento da União para que a cultura tenha recursos decentes, pessoal capacitado e capilaridade para se fazer presente, como quer a ministra, em todos os Estados brasileiros, é de fundamental importância para recuperar o lugar da cultura no cenário das políticas públicas de modo geral.

Esse posicionamento feminino é o que será detalhado na quarta seção, subsidiado pelo respaldo teórico que enfatiza a contribuição de mulheres que construíram, e as que ainda

constroem, um legado para se pensar a cultura baseada em princípios que formam e sustentam uma sociedade plural e diversa.

Apresentamos as questões levantadas pelas mulheres participantes da pesquisa, que perpassaram a dimensão simbólica da cultura, no direito de preservar a feitura do que se aprende em família e com a comunidade, passando pelas esferas cidadã e econômica, entrelaçando produção, fruição e disseminação de bens culturais. No centro desse debate também está a defesa do direito de participação das mulheres nos âmbitos de poder que decidem os rumos das políticas culturais no Brasil.

4 MULHERES, TRAJETÓRIAS E CULTURAS: TECENDO O *CORPUS* DA PESQUISA

“A energia do feminino não quer dominar, quer conviver”¹⁵

A escolha pela metodologia da pesquisa-ação nos permitiu observar a questão cultural e suas interpretações à luz do fazer e pensar cultura de 25 mulheres. Acreditamos que

a construção do conhecimento ocorre por meio da inserção do pesquisador no contexto da pesquisa. Nesse processo é necessário respeito ao saber informal, que é rico em significados e peculiaridades, divergindo, muitas vezes, das ideias previamente concebidas pelo pesquisador. (Lorenzi, 2021, p. 3).

Seguindo a citação acima, é a partir da ótica das participantes da pesquisa que iniciamos nossas discussões e problematizações sobre esse tema. Vale ressaltar que

a pesquisa-ação é, na verdade, uma intervenção social que não se limita apenas em descrever e teorizar sobre um problema social do cotidiano real das pessoas, mas em efetivamente resolvê-lo, na condição de prática-teoria que transforma a realidade e contribui para a situação-problema que gera sofrimento nas pessoas. (Lorenzi, 2021, p. 3).

Lorenzi nos ajuda a verbalizar uma das questões vividas pelas participantes, a saber, o sofrimento de se perceberem distantes das questões que envolvem os fazeres culturais e as estruturas que os sustentam. Nisso reside a importância de somar vozes, entender os meandros e mecanismos que fomentam essa imensa área, bem como aprender a se organizar e participar efetivamente no cenário das políticas públicas para a cultura, contribuindo para aprimorar o que já existe e propor novas maneiras de olhar e de se movimentar nesse contexto.

Por isso, apresentamos adiante análises e registros feitos a partir da observação dos fazeres culturais e das conversas *in loco*. Como já foi explicado na seção três, acordamos que, ao serem mencionadas, essas mulheres serão identificadas pelo primeiro nome ou pelo nome artístico (no caso daquelas que assim preferiram). Visto que seguimos o caminho cronológico da observação de campo, começamos pelas moradoras do município de Araguari, seguidas pelas de Uberlândia e, por fim, as de Uberaba.

¹⁵ Frase proferida por Franciele, participante da pesquisa, durante o trabalho de campo em Uberlândia.

4.1 As perspectivas femininas sobre cultura a partir de Araguari

“Araguari dos meus sonhos, orgulho de Minas Gerais” é a primeira frase do hino da cidade, que aprendemos desde a infância, no meu caso, na educação primária, realizada nos antigos grupos escolares. Como já mencionado na seção “primeiras palavras”, Araguari foi escolhida como ponto de partida por ser meu lugar de nascimento e vivência, de onde parti várias vezes, mas nunca deixei de voltar e onde, hoje, estabeleço residência fixa.

Araguari é uma cidade com 122.874 mil habitantes¹⁶ e compõe, com outras 66 cidades, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Segundo o IBGE,

a região de Araguari ‘foi desbravada inicialmente por Bartolomeu Bueno da Silva, ‘O Anhanguera’, que tinha por objetivo, chegar a Goiás. O Triângulo era habitado pelos índios Caiapós; estes preparavam constantes emboscadas aos ‘brancos invasores’, prejudicando, assim, a comunicação da província de Goiás com São Paulo. Para solucionar tal problema foi organizada, em 1748, uma grande expedição, composta em grande parte de ‘índios mansos’, para expulsar os caiapós; e foram, posteriormente, alojados em 18 aldeias ao longo da estrada de Anhanguera (cortava toda a região, ligando São Paulo a Goiás). Neste contexto, a história propriamente dita de Araguari data dos princípios do século XIX, época em que Antônio Resende Costa, o ‘Major do Córrego Fundo’, comissário de Sesmarias da região do Triângulo, demarcou, entre outras, a Sesmaria do Serrote (hoje Fundão) e a da Pedra Preta (hoje Cunhas), início do atual município de Araguari’. (IBGE, 2015).

Típica cidade do interior mineiro, possui uma área natural farta em cachoeiras, com clima ameno e vegetação de Cerrado. A figura abaixo ilustra, em uma versão antiga, uma de suas principais praças.

Figura 2: Praça Manoel Bonito: [Palace Hotel: vista panorâmica da cidade]: Araguari, MG.



Fonte: IBGE (2015).

¹⁶ Fonte – IBGE Cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araguari/panorama>.

Há muito o que explorar da riqueza histórica e cultural de Araguari, uma vez que a cidade foi palco daquele que foi considerado um dos maiores erros do judiciário brasileiro¹⁷. O cinema eternizou “O Caso dos Irmãos Naves”, filme dirigido pelo cineasta Luiz Sérgio Person, com elenco composto pelos atores Anselmo Duarte, Raul Cortez, Juca de Oliveira, entre outros, contando a história de dois irmãos acusados, injustamente, de um crime que não cometeram, trazendo sérias consequências para eles e suas famílias. Contudo, nosso recorte será restrito ao cenário atual da cultura na cidade.

As notícias veiculadas oficialmente sobre o setor cultural podem ser encontradas na página oficial da Fundação Aragarina de Cultura (FAEC)¹⁸ e nas redes sociais¹⁹. Na página do *Facebook* encontra-se a informação de que a FAEC foi criada em 21 de setembro de 2001 e reúne os dispositivos legais para exercer o desenvolvimento e gestão cultural do município, como mostra a figura abaixo:

Figura 3: Folder de divulgação da Fundação Aragarina de Educação e Cultura.



Fonte: *Facebook.com*/Fundação Aragarina de Educação e Cultura.

¹⁷ O Caso dos Irmãos Naves. Saiba mais em: <https://cinemateca.org.br/filmes/o-caso-dos-irmaos-naves/>

¹⁸ <https://araguari.mg.gov.br/secretarias/presidente-da-faec>

¹⁹ *Instagram* @faec.araguari, e *Facebook*: Fundação Aragarina de Educação e Cultura.

São várias as impressões, e críticas, sobre políticas culturais implementadas em Araguari, contudo, o que serviu de bússola para as nossas análises e discussões foi o ponto de vista das participantes e qual é sua percepção e atuação no cenário cultural, que parte desse lugar comum e ganha contornos e dimensões ampliados.

As participantes foram apresentadas na terceira seção e, a partir de agora, analisaremos, em detalhes, suas impressões, percepções e perspectivas acerca de seu fazer cultural frente às políticas públicas e aos mecanismos de fomento à cultura. Em tempo, os registros das falas foram agrupados para que haja mais fluidez nas análises e considerações.

4.1.1 Marília, Maristela e Maria Vânia

Mulheres que cantam, dançam, produzem artesanato e se expressam das mais variadas formas, independentemente da existência de mecanismos de fomento à cultura. Essa foi a tônica das conversas realizadas. Abaixo, com Marília, iniciamos os registros do fazer cultural que vivenciam no cotidiano da cidade de Araguari.

Marília. “Somos formadores de opinião, a arte nos faz bem. Os alunos que estão começando as aulas na Escola “torcem o nariz”, acham “brega”, elementos que são estranhos ao seu dia a dia, como o ensaio com a música ao vivo, com músicas que não são tocadas nos meios de comunicação de massa, com o uso de instrumentos pouco escutados (violoncelo, viola caipira), mas quando chegam ao resultado final, ficam impressionados. Agora, vejo que a cultura está andando mais, os projetos estão aparecendo na cidade, tem teatro na praça, dança, música. Cresceu muito, mas não foi uma coisa fácil, vem de uma luta do setor cultural. Não me envolvo diretamente com as leis de incentivo, pois eu não tenho cabeça pra esse assunto, não acredito em política, nem em políticas públicas para a cultura. O que faz a gente caminhar é ter um braço que acredita naquilo que você está falando. Agostinho é meu companheiro de atividades culturais, responsável pela parte administrativa e pela produção, são 39 anos de uma história de amor e arte. Ele participa do Fórum Permanente de Cultura desde o início. Ele se envolve, acredita. Agora começo a ver os frutos da mobilização do Fórum Permanente de Cultura, que existe aqui, em Araguari, e é composto por gente que gosta e acredita na cultura, agora é possível ver esses frutos. Mesmo com a lei Paulo Gustavo, não quis me dedicar a aprender a utilizar a lei, porque outras pessoas, outros artistas precisavam mais, e eu, Marília, faria, como sempre fiz, independente de políticas ou leis”.

Duas questões abordadas por Marília nos chamam atenção. A primeira diz respeito ao exercício da arte no cotidiano de sua escola de dança. Ela aponta que o seu fazer cultural é “independente de políticas ou leis” e seu posicionamento faz pensar se “existe uma cultura vivida e uma cultura que os homens aspiram [...]. Seria a cultura um elemento de consumo, pois? Ou é uma oposição e uma superação do natural, um desabrochar da pessoa na vida social?” (Bosi, 1989, p. 17). A perspectiva de Marília se aproxima mais dessa ideia do desabrochar e se esculpir para a dinâmica da vida em sociedade. Nesse sentido, a força do simbolismo da cultura, e seus elementos que se entrelaçam com a vida, de um modo geral, vão muito além e se fazem pelo exercício de se constituir como “ser cidadão”, independentemente das políticas e seus mecanismos.

Outro aspecto levantado por ela é a percepção de “ver os frutos da mobilização do Fórum Permanente de Cultura”. Sim, Araguari possui um movimento da sociedade civil organizada, que reclama para si o direito de fruir, plenamente, do acesso a bens culturais. As ações desse fórum podem ser conhecidas por meio das redes sociais, como demonstra a figura abaixo:

Figura 4: Folder de divulgação do Fórum Permanente de Cultura de Araguari.



Fonte: Instagram @fpcaraguari.

Ainda sobre o fórum, Marília se abstém de participar. Segundo ela, seu marido é quem se envolve e acredita na mobilização da sociedade civil organizada. Essa questão da recusa em participar também está no radar da pesquisa, pois cabe analisar: é só uma forma de dividir as

tarefas para se dedicar totalmente ao fazer cultural, como é o caso de Marília, ou há uma dificuldade das mulheres, de um modo geral, de se inserirem nesse contexto de debates e enfrentamentos? Essa questão foi retomada mediante a totalidade das impressões colhidas com as 25 participantes.

A conversa com Maristela ocorreu em dois momentos: quando a acompanhei para observar a aula de dança ministrada por ela e depois, em sua casa, quando pudemos aprofundar mais em seu fazer cultural.

Maristela. “A dança foi um sonho de criança, minha mãe diz que nasci dançando, mas, por questões financeiras, nunca pude frequentar nenhum tipo de escola de dança. Quando terminei o colegial, fui fazer educação física, porque, pra mim, era o curso que mais me aproximava da dança. Eu me vejo como uma artista que propaga a arte da dança, que quer ajudar. A trajetória como professora de zumba nunca foi fácil, sempre dependendo de contratações, remuneração baixa e nenhum suporte para o trabalho. A lógica é das horas trabalhadas, apenas. Um profissional não chega pra trabalhar e dar sua aula, somente. Ele se prepara, estuda, organiza material, precisa se locomover, comer, vestir, ter uma roupa de trabalho apropriada, aprimorar sua atuação, adquirir, no caso da Zumba, equipamentos de som etc. Mesmo assim, mesmo sendo desvalorizada, me realizei e me realizo como professora dessa modalidade, porque vivo o sonho que tive quando criança. Tive também uma experiência de empreender, alugando um espaço no centro da cidade, mas o valor alto dos aluguéis e as condições inadequadas do local que consegui pagar (Não havia chuveiro e as mulheres precisavam terminar a aula e seguir direto para o trabalho, ou escola) me fizeram desistir, para não me endividar, e me levaram de volta ao universo das academias e os baixíssimos salários. Fui obrigada a retornar, porque sobreviver é uma necessidade da qual não se pode fugir. Agora temos as leis (Aldir Blanc e Paulo Gustavo). Um amigo me perguntou se quero participar de um projeto com ele, levando aulas de zumba para os bairros, eu disse que quero. E quero conhecer mais sobre leis de Cultura e editais”.

Maristela exprime seu amor pela dança e toca na questão primordial da precarização dos profissionais que atuam no campo da cultura. É necessário discutir, com afinco, a diferença entre o amor pelo fazer cultural, refletido nas manifestações artísticas, e a necessidade da profissionalização do setor e valorização do trabalho do artista. Em sua fala, explicita o que é necessário para garantir, por meio de seu trabalho cultural, uma subsistência minimamente digna.

Sua angústia diante da dificuldade para garantir requisitos básicos que lhe permitam trabalhar como professora de dança vai ao encontro de uma luta muito maior, em que “devemos começar a criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras” (Davis, 2017, p. 18).

Retomamos o caminho do trabalho de campo e nos deparamos com Maria Vânia. Em sua casa, foi possível observar as várias peças artesanais que decoram o ambiente e as que são produzidas para venda. O quintal mesclado com jardim e uma “queda d’água” de barulho manso abriga uma pequena oficina, onde seu marido, Adolfo, molda, em madeira de demolição, móveis e outros artefatos.

Maria Vânia. “Sempre vivenciei a arte, o canto e o artesanato, desde criança, em eventos organizados pela escola e pela igreja. Meu canto preenche todos os momentos de minha vida, na feitura da quitanda, na produção de uma peça artesanal, na roda de viola, ou durante o café da tarde, enquanto se conversa e se vive a vida. A música me faz esquecer um pouco a tristeza por não ter completado meus estudos. Me sinto triste quando quero dizer o que penso sobre tudo o que me cerca, sobre o que não concordo, mas sinto que não sou capaz, que não sei usar as palavras certas. Aqui em casa, sempre quisemos por perto pessoas que compartilham de nossa arte e do nosso jeito de ver o mundo, com simplicidade e aproveitando ao máximo o tempo, as tardes, as manhãs de chuva, a chegada da primavera. A vida não tem sentido se não houver arte. A arte pra nós é uma questão de sobrevivência. Quando somos convidados para apresentar em algum lugar, produzimos, ensaiamos, organizamos, divulgamos e entregamos um show com as nossas vivências musicais, inclusive construímos alguns dos instrumentos que utilizamos no palco. Cantamos nossas músicas e não fazemos concessões de cantar o que, muitas vezes, o público “quer ouvir”. Nosso repertório não anima festas, ele encanta corações e almas. Sobre o cenário das políticas culturais no Brasil, eu não entendo muito bem, mas era visível o movimento que a presença do Gilberto Gil trouxe para o país. A gente via as coisas acontecendo, nas conversas entre os artistas, nas conferências de cultura. Esse último governo, (Gestão 2019-2022) trouxe tristeza e sofrimento. Foi triste ver o desmonte da arte, do fazer cultural. O Brasil ficou triste, o artista ficou triste. O Brasil está doente e vai levar um bom tempo pra se recuperar. Antes, a gente tinha críticas, sempre discutimos as questões da cultura, da arte, porque sempre precisou melhorar, mas eles conseguiram piorar tudo. Quero continuar cantando, enquanto a voz conseguir sair. Muita gente valoriza o nosso trabalho. Está bom”.

A cultura representada pela música popular é o que alimenta o fazer cultural de Maria Vânia. Sua forma de se expressar musicalmente nos remete à ideia de que “a música existe porque nos eleva, transportando-nos de um estado vegetativo para uma vida vibrante” (Schafer, 1991, p. 295). A conversa gira em torno da simbiose entre vida e arte, da alegria de fazer arte com o marido e os dois filhos, de ter dois CDs gravados, de cantar pelo prazer de cantar.

Guarda na memória suas inspirações de cancioneros populares, da vida simples de quem vive da feitura de quitandas, artesanato esculpido em madeira de demolição e da cantoria. Porém Maria Vânia expõe algumas tristezas. Uma delas é pelo fato de não ter concluído o ensino médio, o que a faz duvidar, em muitas ocasiões, de si mesma. Relata que, em muitos momentos, quer se posicionar diante das questões relacionadas à cultura, mas se sente incapaz e acha que não se expressa corretamente.

Retomamos o questionamento acerca da presença/ausência feminina nos espaços de discussão sobre cultura. Maria Vânia realmente não se expressa bem? Ou escutou isso no percurso de sua vida, vindo a acreditar que não é apta para expressar seus pontos de vista?

Vale ressaltar que a luta pela presença e posicionamento feminino, em qualquer área da sociedade, é uma luta que amealhou conquistas ao longo dos anos, mas que ainda está muito longe de atingir um patamar satisfatório. Soma-se a esse pensamento a certeza de que “não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nos possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana” (Kilomba, 2019, p. 21). A busca por essa condição humana, que passa inevitavelmente pelo campo da linguagem, deve orientar a defesa da igualdade de gênero e de uma outra construção social que reposicione as mulheres aos lugares que lhes pertencem, ou seja, lugares em que almejam estar. E que nenhuma construção social, política ou linguística seja um entrave a esse posicionamento.

4.1.2 Hélvia e Andreia

Encontrar com Hélvia é também encontrar os reflexos da desigualdade social que se põe diante do trabalho que ela faz e que a motiva a conhecer e buscar caminhos de financiamento e parcerias. Abaixo, o detalhamento de sua ação cultural:

Hélvia. “Sempre fiz trabalho na periferia, com crianças, com esse desejo de cuidar. Estive em ações conjuntas com a igreja, mas depois segui, ou sozinha, ou em parceria com outras

pessoas. Descobri a existência do assentamento SEWA²⁰, por meio de conversas com pessoas próximas, em virtude de muitas doações que tinha e que eram direcionadas a quem precisava. Eu nunca tinha ouvido falar desse assentamento. Observei que o lugar era bem precário, água e energia “puxadas” de algum lugar, carência total, de tudo, um abandono total. Num domingo, voltei lá e vi uma família sentada nuns tijolos, aquela poeira, a mãe desolada e algumas crianças em volta. Aí me veio uma inspiração: olha aí, as crianças com quem você quer trabalhar estão aqui. Levamos uma peça, encenamos sobre a Páscoa. O lugar era muito precário, mas continuamos do jeito que dava. Sempre levamos lanche, o lanche sempre foi primordial, uma necessidade mesmo. Aí tive a ideia de trazer essas crianças do assentamento, uma ou duas vezes, para o jardim da minha casa, que é espaçoso, bonito, bem cuidado. Aqui fizemos atividades mais estruturadas, aulas de música, eventos com carrinho de picolé, oficina de desenhos. Estamos conseguindo pequenos avanços, estruturando, trabalhando conceitos, vivenciando a cooperação, o estar junto, aos poucos, vamos seguindo. Precisei me ausentar por um período, para o tratamento de um câncer. Hoje, em 2023, estou sozinha e consigo fazer o encontro mensalmente. Sobre usar leis e políticas públicas para tentar estruturar um projeto, eu conheço muito pouco desse assunto, agora que estou me inteirando, para tentar fazer algo que não seja só eventual. Quero ajudá-los a ressignificar aquele lugar, não queria tirá-los e levar para o meu jardim, eles não podem morar no meu jardim. Eu quero que o lugar em que eles moram seja bom pra eles. Eles amam os espaços verdes daqui, eu quero que eles tenham espaço verde lá, onde eles vivem. Quero continuar, mas ainda não sei como fazer”.

Hélvia, na tentativa de ajudar, se vê diante de uma das principais mazelas da sociedade contemporânea brasileira: a pobreza oriunda das desigualdades sociais. Seu relato acerca do que vivenciou no Assentamento SEWA escancara o abandono a que muitos são submetidos, “como é horrível ouvir um pobre lamentando-se. A voz do pobre não tem poesia” (Jesus, 2014, p. 140). A estratégia da qual se utiliza diante da dura realidade que presencia vem da Literatura, da Contação de História, mas que história contar para crianças que vivem a realidade brutal da pobreza?

As desigualdades sociais, que geram pobreza extrema são, também, frutos do sistema político. Para Jesus (2014, p. 135) “político quando candidato, promete que dá aumento, e o povo vê que de fato, aumenta o seu sofrimento”. Contudo, é preciso aprofundar a ideia de que

²⁰ Não há informações precisas sobre o Assentamento SEWA nos canais oficiais da prefeitura de Araguari. Contudo, há uma página em rede social em que são postadas atividades do cotidiano dos moradores e ações que demonstram uma tentativa de organização social e política. Segundo o administrador da página no *Facebook*, o nome SEWA é formado pelas iniciais dos nomes das quatro pessoas que eram proprietárias das terras, na década de 1980. Maiores informações pelo link: <https://www.facebook.com/andreborguimaraes>.

“o pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas” (Brecht, [1988?]).

A alfabetização política, como instrumento de poder e amplificação das vozes que se encontram à margem da estrutura social, é uma importante aliada para provocar mudanças estruturais no contexto social. Abordar o sistema político e suas implicações é inerente a esse trabalho, uma vez que as políticas públicas para a cultura são decisões tomadas na esfera da representação política.

Logo, se essa representatividade for hostil aos temas da cultura, como se mostrou a gestão do governo federal (2019/2022) quando houve a supressão do Ministério da Cultura, haverá muito mais dificuldade, como demonstrou o relato de Hélvia, de se buscar formas de garantir, às crianças de comunidades, como as do Assentamento SEWA, os direitos culturais que são previstos em lei, mas que não se efetivam na prática. Voltaremos a essa questão nas seções cinco e seis, quando nos aprofundarmos nas políticas públicas para a cultura.

O encontro com a última participante de Araguari aconteceu em uma sala de aula de canto, no Conservatório Estadual de Música, onde Andreia é professora. Após a observação de duas aulas, aproveitamos um horário vago para iniciar a conversa.

Andreia. “Sou cantora de um grupo profissional, que se chama Musical Otoni, cantamos em casamentos, festas, eventos em geral. Me desdubro com tantos trabalhos, não só porque amo cantar, mas porque com o que ganho como professora no Conservatório²¹ não consigo suprir todas as necessidades da minha família, ao lado do meu marido, que também é professor e cantor. Já tive oportunidade de cantar fora do país, durante um curso de verão que fiz em Curitiba, fui chamada pela professora Neyde Thomas para integrar um grupo que ela possuía em outro país. Estava recém-casada e, depois de muito pensar, disse que iria, se meu marido pudesse ir também, ela não aceitou, fiquei entre minha profissão e meu marido, recusei o convite. Não me arrependo, tive minhas filhas, construí minha vida aqui e sou feliz com o que tenho. Gosto muito dos meus alunos mais idosos, a maioria dos meus alunos aqui no conservatório são idosos. Eles querem mais do que uma professora, eles querem uma amiga, uma psicóloga, uma ouvinte. Pego todos os alunos idosos pra mim. Encaro minhas aulas como vivências musicais, experiências com sentido e significados. O Conservatório Estadual de Música, como espaço público, que oferece atividades artísticas, precisa acolher aqueles que são excluídos em tantos outros espaços sociais. O professor, o

²¹ Conservatório Estadual de Música e Centro Interescolar de Artes Raul Belém, Araguari-MG.

músico, é muito desvalorizado. As pessoas aprendem com os professores e, no entanto, não valorizam. Os músicos, então, são só entretenimento. Quando cantamos em casamento, gastam muito com arranjos, cadeiras, mesas, mas acham um absurdo o que pagam para os músicos, a música, que preenche seu casamento, que ficará pra sempre na memória, não vale nada. Sinto que nossa classe é muito desmobilizada. A entrada de Gilberto Gil melhorou, deu visibilidade, mas ainda precisa melhorar muito. Não sinto a diferença que faz ter um Ministério da Cultura. É tudo muito mínimo, muito pouco. Nunca usei leis de incentivo, não conheço bem como funciona. Já participei de projetos incentivados, mas como convidada, nunca me envolvi na estrutura dos projetos. Eu tenho fé que agora, com a volta do Ministério da Cultura, com uma mulher à frente, as coisas devem melhorar. O canto é um instrumento que a gente tira da nossa alma, o canto é um instrumento difícil porque ele depende de você, da sua alma, do que você está sentindo. Sou feliz com minha escolha, fico feliz com o resultado dos meus alunos, sou feliz sendo professora e sendo cantora. Muitos alunos meus, hoje, são meus colegas de trabalho, me sinto satisfeita com o legado que estou deixando de amor à música, de respeito e compromisso com o ato de ensinar e vivenciar a música. Eu sei, eu vejo a diferença que a arte faz na vida daqueles que já passaram pelas minhas aulas”.

O relato mais detalhado de Andreia encerra as conversas realizadas em Araguari. Sua fala se soma às outras participantes dessa cidade em vários aspectos. O primeiro deles é a preocupação em vivenciar a arte como um elemento primordial da condição humana, independentemente de mecanismos e leis. Aliás, se dependesse das leis de incentivo, nenhuma delas estaria atuando no campo da cultura. Mesmo não discutindo de forma mais aprofundada essa questão dos mecanismos de fomento, suas percepções apontaram reflexões primordiais que contribuem, significativamente, com o debate aqui proposto.

As mulheres residentes em Araguari levantaram temas como: a ausência do poder público em promover o acesso à bens sociais e culturais; a desvalorização do profissional da cultura; dificuldades de entendimento acerca do funcionamento dos mecanismos de fomento à cultura; a não participação em movimentos da sociedade civil organizada (Com exceção de Marília, não mencionaram o Fórum Permanente de Cultura de Araguari); e esperança de que, com a retomada do Ministério da Cultura regido por uma mulher, algo possa mudar e reverberar em suas atuações locais.

De Araguari, partimos para Uberlândia, onde entrelaçamos mais conversas, levantando mais percepções e perspectivas sobre a questão cultural analisada pelo viés feminino.

4.2 As perspectivas femininas sobre cultura a partir de Uberlândia

“Uberlândia é uma cidade que, como muitas, nasceu no entorno de uma capela”. Essa frase compõe o breve histórico, que se encontra na página oficial da prefeitura²². Com uma população estimada de 754.954 moradores²³, compõe, juntamente com Araguari e outras 66, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Do ponto de vista da preservação de sua história, na foto escolhida para ilustrá-la é possível perceber que houve um cuidado dos governantes que passaram pela administração da cidade em manter prédios e monumentos preservados ao longo de seus 136 anos. Em uma de suas praças centrais vê-se o coreto e a edificação que abrigou o primeiro Paço Municipal e hoje abriga o Museu Municipal, sendo atualmente denominado Palácio dos Leões²⁴.

É interessante abrir um parêntese para sublinhar que a mesma preocupação em preservar espaços históricos não ocorreu em Araguari, cuja foto escolhida para ilustrar a cidade é de uma praça que não apresenta mais nenhum traço de sua construção original.²⁵ Voltando à Uberlândia, segue abaixo a foto escolhida para representar a cidade:

Figura 5: Praça Antônio Carlos [Paço Municipal]: [Coreto]: Uberlândia, MG.



Fonte: IBGE (2013).

²² <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/historia-de-uberlandia/>.

²³ Fonte – IBGE Cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>.

²⁴ <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446548>.

²⁵ <https://www.amvapg.org.br/1/araguari-elabora-projeto-de-revitalizacao-da-praca-manoel-bonito/>.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁶ (IBGE),

a descoberta da região do Triângulo Mineiro - também conhecida como Sertão da Farinha Podre - e seu povoamento está intrinsecamente ligado ao ciclo do ouro no Brasil. A escassez dos minérios nas regiões auríferas das 'Geraes' provocou a dispersão populacional para outras áreas. Nos tempos da colônia, esta área do Triângulo, se configurava como fornecedora marginal de metais e ponto de apoio aos núcleos mineratórios do Centro-Oeste, suprindo-os, também, de gêneros alimentícios. [...] Motivadas pelas concessões de terras, expedições de desbravadores começaram a se deslocar para esta região do Triângulo Mineiro em busca do posseamento das mesmas. Segundo os manuscritos cedidos por descendentes do Sr. João Pereira, os primeiros posseamentos tiveram início em 1817 e não em 1818 como até então se acreditava. [...] Enfim, nomes até hoje conhecidos como Letreiro, que foi a denominação dada por Francisco Alves Pereira à área que lhe agradava no trajeto onde deixara suas iniciais no tronco de um pau-terra, e assim sucessivamente, capões a que deram o nome de Marimbondó; Tenda, o local onde levantaram um rancho de pau-a-pique (cobertura de capim) e instalaram uma tenda de ferreiro; o córrego que denominaram por Córrego do Salto em cuja proximidade foi instalada a sede da Fazenda do Salto, além de tantos outros, e por último, a área que alcançaram no dia 04 de outubro de 1818, dia de São Francisco, que deu denominação à conhecida Fazenda São Francisco de Assis. [...] Nesta época já existia um grande povoado às margens do córrego São Pedro do Uberabinha, iniciado pelos escravos deixados lá por João Pereira da Rocha e mais as famílias que foram chegando para tocar lavouras na Sesmaria São Francisco. Estas famílias eram ajudadas com madeiras na construção de seus ranchos, perto de olhos d'água, no local conhecido por Fundinho. [...] A Capela foi inaugurada em 1853 com a celebração da 1ª missa e teve seu entorno reservado para "campo santo", ou seja, o 1º cemitério da cidade. Cinco anos após, foi elevada à matriz. A parte antiga da capela tornou-se sacristia [...] Quatro anos após a construção da capela, no intuito de dar forma jurídica às terras adquiridas em consentimento dos vinte e um proprietários, os procuradores, promoveram a divisão e demarcação daquele Patrimônio perante o juiz municipal de Uberaba, em outubro de 1857, no arraial já denominado de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha [...] Pela Lei Estadual n.º 1.128, de 19-10-1929, o município de Uberabinha tomou o nome de Uberlândia. (IBGE, 2013).

Mesmo com características parecidas, na fundação e povoamento, a questão cultural das três cidades possui algumas distinções. A Uberlândia de hoje possui inúmeros aparelhos culturais abrigados em prédios antigos e revitalizados, como é o caso do Museu Municipal (Prédio preservado e restaurado), e construídos recentemente como o Teatro Municipal, projetado por Oscar Niemeyer²⁷. Além disso, conta com uma secretaria de cultura e não uma Fundação Cultural, como é o caso de Araguari e de Uberaba, como veremos mais adiante.

Com a envergadura de uma cidade de médio para grande porte, há muito o que analisar na questão cultural de Uberlândia, porém nos ateremos ao olhar das 13 mulheres participantes da pesquisa acerca do cenário cultural em que estão inseridas, vivendo e produzindo cultura.

²⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/historico>.

²⁷ Saiba mais em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2022/12/19/teatro-municipal-completa-10-anos-de-muitas-historias/>.

4.2.1 *Luciene, Franciele, Iara e Rosilaine*

Luciene. “Fiz o curso de Administração na UFU²⁸, e fui convidada por um amigo de faculdade para auxiliá-lo em um projeto. Ele aprovou o primeiro projeto em outubro de 2010, não conhecia quase nada de leis de incentivo à cultura, fez, meio “a toque de caixa”, mas o projeto foi aprovado. Com a aprovação, ele precisava de alguém para fazer a gestão do projeto. Com o conhecimento que adquiri trabalhando no CIEE²⁹, com legislação, com as diretrizes para o ingresso do jovem no mercado de trabalho, tive facilidade em estudar os editais, e instruções normativas que regem uma lei de incentivo à cultura. São 12 anos de dedicação para elaborar e captar recursos que permitem a execução de projetos culturais voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Já aprovei projetos nas leis municipal, estadual e federal. Atuo bem com qualquer edital porque aprendi a esmiuçar e detalhar a linguagem dos editais. Mas minha preferência é pela lei federal. Gosto mais da lei federal porque já domino todas as suas etapas, a linguagem adequada, a melhor forma de fazer uma readequação, responder uma diligência. Eu não mascaro uma prestação de contas para que ela “seja aprovada”, eu faço o que rege o edital, o que regem as instruções normativas. Se você entender a diretriz, os passos corretos, não tem como dar errado. Em abril de 2023, saiu a última IN (Instrução Normativa), eu já me desdobrei sobre ela pra entender o que mudou, como vai beneficiar a sociedade, o que preciso entender, aprender e executar. Como minha área é a parte de gestão dos projetos, vejo muitas dificuldades de manejo e entendimento das leis, tanto por parte dos artistas, quanto de outras pessoas que se envolvem com projetos sociais, porque é necessário entender a legislação e esmiuçar uma legislação, uma instrução normativa, é, sim, uma tarefa muito chata, minuciosa e detalhada. Muitas vezes o artista não está em condições de cuidar da parte burocrática, porque, no íntimo dele, o que ele quer é mostrar sua arte, aprimorar seu fazer artístico, treinar, se preparar artisticamente. É preciso que tenha na equipe de execução de um projeto social alguém que se dedique à parte burocrática, que esteja sempre atento a todos os detalhes, desde a elaboração, definição dos objetivos, público-alvo, prospecção dos patrocinadores, início e fim do projeto, divulgação dos resultados, pagamentos e organização de notas fiscais, e, por fim, a prestação de contas, que é realizada depois que o projeto se encerra. De cinco anos pra cá, as Instruções Normativas ficaram confusas, nada podia, e as várias alterações afetaram muita gente, e muita gente começou a ter que camuflar seus projetos para sobreviver. É importante

²⁸ Universidade Federal de Uberlândia.

²⁹ O Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais (CIEE / MG) é o resultado da idealização de um grupo de empresários e educadores mineiros que se uniram para promover a inclusão de estudantes no mercado de trabalho, bem como a integração entre empresas e Escolas. (Fonte: <https://www.cieemg.org.br/institucional>).

fiscalizar, cobrar, mas é importante entender a complexidade da cultura no país, para não afetar negativamente os artistas e o acesso da comunidade à arte. Só de acabar com o Ministério da Cultura e passar a ser Ministério do Turismo, pra mim já estávamos no caminho errado. Essa fusão nunca foi clara. Isso não fez modificação na vida das pessoas, pelo contrário. Muitos projetos bons foram engavetados, passou a ser mais seletivo, muita coisa deixou de ser produzida, e muitas produções deixaram a dúvida de que tipo de arte estava levando a chancela do Ministério da Cultura. Tem um ponto do Governo Bolsonaro, que sou favorável, que é a avaliação de contas, mas, por outro lado, muitas mudanças que ocorreram, e que agora, com a Ministra Margareth Menezes, e a retomada das Instruções Normativas (INs), nos dá o sentimento de “poxa”, agora vai dar certo. E espero que as avaliações das prestações de contas continuem, porque, por muitos anos, ficaram abandonadas, e que as novas leis (Aldir Blanc e Paulo Gustavo) sejam, efetivamente, colocadas em prática. Se o governo atual fizer o que está propondo, as pessoas da cultura vão ser favorecidas. Só da Instrução Normativa nova ter sido feita tão rapidamente, teve uma escuta, das equipes, dos proponentes. Eu mesma participei, escrevi seis folhas do que acho que deve ser olhado. Além de democratizar e você levar a cultura para localidades menos assistidas, um projeto cultural movimenta uma cadeia produtiva. A cultura gera renda e faz rodar a engrenagem de profissionalização. Eu vejo a transformação na vida das crianças. Um projeto não é só dar uma aula de dança, é abrir portas, é mudar caminhos e oferecer possibilidades. É uma relação de afeto. Eu vejo crianças se descobrirem artistas. Meninos e meninas que conseguiram transformar sonhos em realidade”.

Luciene é a participante que mais domina a linguagem e os meandros dos mecanismos de fomento à cultura. Nossa conversa aconteceu em várias ocasiões, pois a acompanhei tanto no projeto “Rede Cultural Real” (Em que trabalhamos juntas, ela como gestora e eu como oficina de Literatura), quanto na finalização do projeto “Energia Que se Move”, que ocorreu nas cidades de Monte Alegre de Minas e Tupaciguara, ambas na região do Triângulo Mineiro. Cabe salientar que, como são projetos incentivados, as informações são públicas, podendo ser consultadas por qualquer pessoa.³⁰

Ao explicar o funcionamento da lei Rouanet, com a qual tem mais afinidade, Luciene aponta a necessidade de esmiuçar as instruções normativas que compõem o mecanismo. Segundo ela, sem uma leitura detalhada e atenta, pode-se incorrer em erros, cujas consequências variam entre ter de devolver dinheiro, não conseguir uma boa execução das ações planejadas e até ser alvo de impedimento ao propor novos projetos.

³⁰Para consultar projetos incentivados pela lei Rouanet acesse: <https://versalic.cultura.gov.br/#/home>.

Os apontamentos trazidos descortinam, entre outras questões, uma necessidade de subsidiar quem busca se utilizar de leis de incentivo à cultura com informações primordiais sobre o que significa gerir qualquer produção cultural com recursos públicos.

Uma pessoa, ou instituição cultural, que propõe uma ação financiada com recursos públicos deve entender que o objeto final não é a performance individual, mas, sim, a realização de um produto cultural que deve servir a uma finalidade pública e social. Deve, assim, contribuir para que a manifestação cultural chegue, com qualidade, ao público-alvo da ação.

Além disso, deve ser contemplada pela comunidade onde essa ação foi realizada, seguindo diretrizes impostas pelo mecanismo de: descentralização do acesso a bens culturais, ações de acessibilidade, entre outras. É preciso entender que “diferente do que muitas vezes imagina o senso comum, a cultura é uma atividade, como toda a prática social humana, que requer organização” (Rubim, 2005, p. 19).

As especificidades dos mecanismos de fomento à cultura foram mais detalhadas na sexta seção. Por ora, focaremos nos temas extraídos de cada conversa e, no caso de Luciene, entre outras ponderações, ela abordou a importância das figuras da gestora e da produtora cultural.

É uma dificuldade para o artista ter que se dedicar ao aprimoramento de sua arte e, ao mesmo tempo, debruçar-se sobre as exigências que os mecanismos impõem, tornando necessária uma equipe para realizar um projeto, uma vez que são muitas etapas: concepção, organização, montagem de equipe, pagamento de terceiros, realização e registro da ação, prestação de contas, entre outras, a depender da ação realizada.

Independentemente de serem realizadas com recursos públicos, ações culturais possuem vários níveis de complexidade em sua realização. Tomemos como exemplo o carnaval, festa popular e nacionalmente conhecida que

requer, em sua organização, desde medidas relativas à organização do cortejo; inscrição das agremiações carnavalescas; ordem e horários das atrações; decoração e sonorização das ruas e praças; reorganização espacial da cidade; bloqueio do trânsito nas vias em que se realiza a festa; policiamento; limpeza; atendimento de saúde; inspeção sanitária; organização dos serviços de apoio, tais como o comércio de bebidas e alimentos; elaboração de uma arquitetura efêmera para instalar e organizar espacialmente de forma adequada estes serviços na área da festa; definição da localização dos camarotes; inspeção nos trios elétricos e, enfim, certamente muitas outras tarefas que não são possíveis de elencar nesse espaço, dada a sua multiplicidade e abrangência. Fazer festa dá trabalho! (Rubim, 2005, p. 19).

A cultura, quando se faz presente, é uma festa! Guardadas as devidas proporções, em comparação com o carnaval, que requer uma estrutura que foi bem definida acima, seguem para

uma melhor compreensão, registros da finalização do projeto “Energia que se Move”³¹, gerido por Luciene, cujas ações aconteceram em duas cidades, Tupaciguara e Monte Alegre de Minas.

Figura 6: Estrutura física. Palco.



Fonte: Acervo da pesquisadora, a partir do trabalho de campo.

Figura 7: Estrutura física. Tenda, cadeiras e instrumentos no palco.



Fonte: Acervo da pesquisadora, a partir do trabalho de campo.

A estrutura mostrada nessas figuras é do encerramento do projeto em Tupaciguara, uma cidade com população estimada de 26.482 habitantes³². Organizado na praça central, esse evento de encerramento proporcionou aos moradores a apreciação de apresentações de dança (Balé e Dança de Rua) e música (Instrumental e Canto). Abordamos mais essas ações na sexta

³¹ Projeto Social que oferta de oficinas culturais gratuitas de dança e música, para crianças e adolescentes, e realização de espetáculos apresentando os resultados alcançados. O projeto também prevê a realização de uma palestra, como contrapartida social. Mais informações em: <https://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/212579>.

³² Fonte IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tupaciguara/panorama>.

seção, quando aprofundamos nas questões relacionadas à lei Rouanet, pois foi por meio dela que essa ação aconteceu. Aqui cabe sublinhar que, no que tange à realização de projetos incentivados, Luciene defende a necessidade de contar com uma equipe qualificada, com pessoas que entendem, minimamente, de produção e gestão cultural.

Acompanhar essa atividade fez parte do trabalho de campo, e, enquanto observava a montagem, foi possível analisar o comportamento dos transeuntes que, ao passar pela praça e contemplar a estrutura que estava sendo montada, perguntavam aos funcionários da prefeitura, parceira do projeto na cessão do espaço, liberação de alvará entre outras questões técnicas, o que estava acontecendo, e quem iria ocupar o palco. As respostas mais comuns sinalizavam que era “evento da prefeitura”.

Não, não era um evento da prefeitura. Era um evento subsidiado via renúncia fiscal³³, oriunda da lei federal de incentivo à cultura, a lei Rouanet. Aqui, sublinhamos a desinformação acerca do que é realizado com recursos públicos federais e como esse recurso proporciona o acesso a bens culturais. As apresentações realizaram-se ao anoitecer, com uma praça lotada de pessoas assistindo a espetáculos de balé, dança de rua e músicas tocadas em violinos e violoncelos. Na figura abaixo³⁴, é possível visualizar parte do público presente.

Figura 8: Estrutura física com público.



Fonte: Acervo da pesquisadora, a partir do trabalho de campo.

³³ A renúncia fiscal ocorre quando o governo abre mão de receber o total ou parte dos tributos devidos em prol de um estímulo da economia ou de programas sociais, que serão desenvolvidos pelo setor privado ou por entidades não governamentais. Saiba mais em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/renuncias-fiscais>.

³⁴ As fotos são registros para prestação de contas, obrigatórias pelo mecanismo de fomento à cultura para comprovação da atividade e não necessitam de autorização.

Na sexta seção retomaremos os mecanismos de fomento à cultura, suas configurações e formas de acesso.

Seguindo a trilha das conversas, o próximo encontro é com Franciele. Trabalhamos juntas, por mais de 10 anos, em uma ONG, e ficamos um longo tempo sem nos encontrarmos, principalmente em virtude de sua mudança para a região da Serra da Canastra.

Em uma conversa afetiva e cheia de memórias, ela falou de seus aprendizados e crescimento como artista e gestora cultural. Ao retornar a Uberlândia, integrou o grupo “Açucenas”, iniciado por sua irmã, grupo que ela indicou para também participar de nossa pesquisa. Por isso, há o registro de suas percepções acerca da cultura, descritos abaixo e, posteriormente, com as demais integrantes do “Açucenas”, quinteto feminino.

Franciele. “Minha experiência com cultura começou em 1998, quando comecei a atuar em uma ONG que desenvolvia atividades em Uberlândia e Araguari e tive muitas oportunidades que me despertaram para a vivência da arte de uma forma mais abrangente. O divisor de águas, pra mim, foi quando participei de um festival na cidade de Itinga, no Vale do Jequitinhonha, onde a cultura se apresentou de forma fascinante. Andar de canoa à noite, pelo rio Jequitinhonha, ver e ouvir o Saulo Laranjeira³⁵, ver todo aquele movimento das pessoas, o artesanato. Muitas vezes o fazer cultural é tão orgânico, que, às vezes as pessoas dizem: nossa, você faz cultura! Aí a gente percebe, sim, eu faço cultura, eu vivo desse fazer cultural. A experiência vivida no Vale do Jequitinhonha me motivou a fazer o segundo curso de graduação na UFU, Ciências Sociais (A primeira graduação foi em Administração, também pela UFU). Uma pergunta sempre me perseguiu: o que é ser artista? Durante muito tempo, me fizeram acreditar que ser artista era ser virtuoso em algo, ser exímio em alguma coisa, ser o melhor no manejo de um instrumento, ou em uma forma de cantar. Percebi que não é bem isso e tive essa convicção quando conheci o Augusto Boal (O teatro como arte marcial). Isso foi em 2007. Fazer arte é expandir e isso fez sentido pra mim. Em 2012 me mudei, com meu marido e enteado, para a Serra da Canastra. Morei em São Roque de Minas e depois me mudei para Vargem Bonita. Na região da Serra da Canastra, comecei a experimentar um fazer cultural totalmente diferente. A primeira atividade foi em formato de projeto social, realizado na APAE³⁶ e, com esse projeto, iniciei, formalmente, minha parceria com meu marido, que é músico profissional. Essa experiência com o público da APAE confirmou o que já tinha sido despertado pelo Augusto Boal sobre a abrangência da arte. Ela também me rendeu muito aprendizado, como pessoa e como

³⁵ Cantor, humorista, ator e apresentador. Mais informações sobre esse artista podem ser adquiridas pelo perfil no Instagram: @saulolaranjeiraartista.

³⁶ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Mais informações neste site: <https://apaebrazil.org.br/>.

artista. Já em Vargem Bonita, mais uma experiência enriquecedora, a de trabalhar com o público da terceira idade com um grupo de seresta. Pelo fato de o acordeom ser o principal instrumento no trabalho musical do meu marido, houve uma grande identificação com esse público. O acordeom traz muita nostalgia, parece que é um instrumento que combina com cidade pequena. Essa proposta de montar um grupo de seresta foi apresentado ao CRAS para ser um projeto remunerado como um trabalho oferecido à comunidade. Mas a burocracia não permitiu essa remuneração. Como os laços já estavam estabelecidos, fizemos de forma voluntária e o grupo durou oito anos. Perdeu força e acabou em virtude da pandemia de COVID-19. Esse grupo da seresta consolidou pra mim o poder terapêutico da arte, da música. O grupo foi um sopro de alegria e vitalidade em minha caminhada de construção da artista que sou e me fez perceber meu próprio amadurecimento. Augusto Boal estava certo, a arte expande. Há também o outro lado. O fazer artístico, por mais simples que seja, nos demanda um exercício burocrático e não vejo como sair disso. É necessário. Tive uma experiência de cuidar de todas as etapas de um projeto de música instrumental do meu marido, viabilizado pelo PMIC³⁷, ainda em Uberlândia, e comecei a perceber e entender toda a trajetória de um projeto incentivado com recursos públicos. Da leitura do edital até o encerramento com a prestação de contas. Em Vargem Bonita, fui convidada a trabalhar na prefeitura, no setor cultural, primeiro como chefe de divisão de cultura (2021) e, depois, quando o setor foi desmembrado, atuei como Secretária de Cultura (2022). Aprendi na “raça” como as coisas funcionam do outro “lado do balcão”, e foi uma experiência muito gratificante. Pude entender como funciona a gestão pública. Senti na pele os benefícios da lei Aldir Blanc, ela chegou aos artistas que precisavam de ajuda para sobreviver em Vargem Bonita. Quem cumpriu os requisitos foi agraciado com uma ajuda que foi crucial diante dos estragos causados pela pandemia. Com a Aldir Blanc, outra percepção que ficou muito forte em mim é que não adianta ter a lei promulgada, a política pública em vigor, se não houver alguém disposto a se mexer, movimentar os trâmites burocráticos exigidos para que os recursos públicos cheguem no lugar e nas pessoas que precisam e que possuem o direito ao acesso daquilo que é público. A Lei Aldir Blanc aqui chegou em 2020 e foi direcionada a quem precisava, foi uma lei que “andou pra frente”, que nos ajudou a continuar caminhando, produzindo. O recurso para Vargem Bonita foi de cerca de 38 mil e quem cumpriu os requisitos foi contemplado. Durante a pandemia tivemos de nos reinventar. Essa experiência atuando no poder público me mostrou que essa engrenagem, que lida com a coisa pública, não funciona sem as pessoas, a engrenagem não se desloca sozinha. Voltamos a morar em Uberlândia, por questões pessoais, familiares. E, ao retornar, fui convidada por minha irmã, que também possui vivência cultural e é casada

³⁷ Programa Municipal de Incentivo à Cultura, da Secretaria de Cultura de Uberlândia.

com um músico, a participar de um projeto musical, artístico com mulheres. Ela com três amigas fundaram o grupo Açucenas. Fui, por curiosidade, e no meu primeiro encontro com elas, percebi que o fazer artístico só com mulheres faz sentido. Há uma questão importante, contra a qual lutamos, mesmo que inconscientemente. Essa questão é a “chancela”. Estamos inseridas em uma cultura que, por muito tempo, nos fez acreditar que precisamos de chancela para produzir, para nos movimentar, enfim, para existir. Aos poucos, estamos vendo essa ideia da chancela ruir”.

Franciele aponta muitas questões pertinentes à nossa análise. A primeira delas é quando sublinha que a arte expande. “Hoje, mais do que nunca, lutando pela nossa sobrevivência cultural, o teatro é a arte que revela nossa identidade e arma que a preserva. Para resistir, não basta dizer não: desejar é preciso! É preciso sonhar” (Boal, 2005, p. 25). De novo, temos a cultura em sua dimensão simbólica, o que já foi mencionado por outras participantes e que é um substrato essencial do fazer cultural, pois

a arte faz parte da cultura, porque a cultura é o ser humano, é o que há de humano no ser: é o que nos distingue de quem é bicho. Para fazer cultura, para inventar, o artista tem que ser livre e fazer o que quiser. Se ele se submete ao mercado, se aceita suas leis e deixa de ser criador, deixa de ser artista. (Boal, 2005, p. 21).

Curiosamente, essa dimensão da cultura descrita acima, que nos eleva como seres criadores, autênticos, autônomos e livres, é a primeira a ser atacada por ideologias e regimes autoritários. Reforçando que Franciele atuou como gestora pública da cultura durante a gestão do governo Bolsonaro (2019/2022), cabe lembrar que “outra dimensão também que eles rejeitam muito é tudo o que representa a cultura no século XXI, que a arte e a cultura brasileira são o grande território desses direitos adquiridos, dessas humanidades conquistadas” (Moreira; Spada, 2021, p. 238).

Para além da vivência cultural descrita, Franciele traz à tona outro aspecto importante, que define como “chancela”. Esse termo apareceu quando conversamos sobre a presença feminina na área cultural. Aqui, referendamos um dos pilares deste trabalho, qual seja, como as mulheres que fazem cultura se posicionam e se percebem no âmbito dos campos de debates sobre políticas culturais. As percepções de Franciele apontaram que ser mulher no contexto do fazer cultural e seus espaços de poder e tomada de decisões ainda tem muito o que avançar.

Corroborando a tese da “Chancela” discutida aqui, “o que diz respeito às identidades de gênero e à sexualidade, o que é considerado natural resulta da proliferação de discursos essencialistas, muitas vezes respaldados em determinismos biológicos, que buscam se passar

por verdadeiros através da repetição de enunciados que dão a ilusão de normatização” (Capparelli; Frank, 2021, p. 173). Ou seja, para atuar, a mulher precisa do respaldo de alguém, ou de uma estrutura que a referende, que a chancele. Segundo Franciele, “a gente vem de uma história em que a mulher precisava de uma espécie de tutela para se movimentar, pra existir, e isso foi ontem, aos poucos vamos nos libertando”. As construções da linguagem que partem dessa premissa da tutela aqui são colocadas em foco, visto que frases constituídas e aceitas no contexto social sobre a “fragilidade” e “inutilidade” da mulher fora do contexto do matrimônio, encontram respaldo, uma vez que

o patriarcado, enquanto sistema que se empenha em atribuir supremacia de poder ao gênero masculino, tende a afirmar a visão generalizante da figura feminina como o “sexo frágil”, física e psicologicamente, assim como tende a conceber o matrimônio como uma das principais metas de vida de uma mulher. Esses empenhos advêm de princípios essencialistas calcados em determinismos biológicos, segundo os quais os homens são vistos como seres naturalmente dominantes. (Capparelli; Frank, 2021, p. 184).

Infelizmente, o campo da cultura, e seus espaços de construção das políticas públicas, não é diferente do que foi exposto acima. Franciele disse uma das frases mais bonitas, colhidas no trabalho de campo: “a energia do feminino não quer dominar, ela quer conviver”. Assim, partimos para a próxima conversa.

Finda o dia quando Iara, do Moçambique Estrela Guia, abre o portão do espaço cultural que gerencia no Bairro São Jorge, região periférica de Uberlândia, para receber nossa pesquisa. Antes de iniciarmos, fazemos um passeio para que ela apresente o espaço, que é amplo, possui um palco, cozinha, salas para atividades socioculturais. Um espaço físico que lhe dá muito orgulho. “É uma luta”, segundo ela, fazer tudo isso funcionar!

Iara. “Sou representante do Moçambique Estrela Guia (MEG). Lançamos um documentário, 20 anos do MEG, feito quase 99% por mulheres, que era meu sonho, ter mulheres responsáveis pela gravação, edição, ajudou a escrever o projeto. E é uma luta nossa e da congada de valorizar a presença das mulheres, que a gente sabe que ainda tem lugar que resiste à presença feminina. O MEG é um grupo de Congado, na verdade, de Moçambique, que foi criado em 2002, somos filiados à irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que tem mais de 145 anos, ela existe antes da emancipação da cidade de Uberlândia (UDI). Temos muito orgulho de participar e somos 24 grupos de congados em UDI. O MEG veio como uma proposta diferente, não só bater caixa no dia da festa do Congo, mas veio com uma proposta de fazer um trabalho sociocultural, educativo, de transformação na vida das pessoas, principalmente dos jovens. Foi quando começamos

todo o trabalho. Hoje temos aproximadamente 600 pessoas, ou mais, no grupo, que saem no dia da festa. Resgatamos a questão das matriarcas. Elas saem logo após a bandeira, que sai à frente do terno, e elas saem logo após a bandeira, que é uma forma de valorizar nossas mulheres mais experientes. Esse lugar em que estamos é cedido pelo município. 50% das atividades que oferecemos é feito aqui, porque temos muitas parcerias. Tive a ideia de criar a Feira da Comunidade e uma rede comunitária, através do Ponto de Cultura³⁸. Fizemos parcerias porque você não consegue chegar em todos os lugares, então você tem que ter parceiros. Viajamos muito também, estávamos com um circuito bom com o SESC, mas com a pandemia acabou. Era muito bom, divulgar e ter certificados de artista. Isso é importante. Hoje temos 11 jovens que estão saindo da universidade, provavelmente formam ano que vem (2024), com o incentivo da gente. Tem jovem na UFU, e em particulares também. Esses 11 jovens são “cria do MEG”. Sobre mim, faltam três anos para eu me aposentar, quero ver os jovens assumirem agora. E vou cuidar mais da minha vida pessoal, da saúde, da saúde mental. Estou em um momento bom da vida, graças à Deus, mesmo desempregada. Estou prestando serviços para várias ONGs, ajudando a inscrever projetos. Muita gente precisa da minha ajuda e cada um me ajuda com o que pode. Tivemos momentos muito difíceis no início, mas estávamos juntos, conhecendo gente, conhecendo as políticas, os Pontos de Cultura, mas estava todo mundo de mãos dadas, querendo conhecer o que era novo, as novas políticas para a cultura. Foram muitos movimentos, manifestações, Teias³⁹, caminhadas pra Brasília, muitas vezes com recursos próprios, de carona, dividindo o pão, a quentinha. Só que eram momentos de prazer, porque estava todo mundo junto, unido, numa mesma causa. Quando você fala de políticas públicas, você precisa falar de um todo, de um contexto grande, que vai agregar todos, e não uma pessoa só, pensar no seu próprio umbigo. O Ponto de Cultura traz essa questão da comunidade, de abertura, de ajudar o outro, de ser rede. Um ajudando o outro é que forma a rede. A gente só via isso na área social. A cultura movimentou as outras áreas, se integrou. Tenho muito orgulho de participar da Rede Mineira dos Pontos de Cultura. Ela funciona e funciona muito bem. Nossa rede é um exemplo pra outros estados. Conseguimos fazer acontecer o programa Cultura Viva. Sentimos um baque muito grande com o governo Bolsonaro. O fim do Ministério da Cultura acabou com toda a luta que vinha sendo feita desde a entrada do Gilberto Gil, do Célio Turino⁴⁰. De repente tudo isso é tirado da gente, numa brutalidade muito grande, numa falta de respeito com os nossos mestres, com os negros, com as

³⁸ Pontos de Cultura são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades, reconhecidos, certificados ou fomentados pelo Ministério da Cidadania por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva. Mais informações neste site: <http://culturaviva.gov.br/>.

³⁹ Teias é o nome que se dá para os encontros dos Pontos de Cultura.

⁴⁰ Secretário da Cidadania Cultural no Ministério da Cultura, de 2004 a 2010.

mulheres, com as mulheres negras, com a Pessoa Com Deficiência, com o pessoal da educação. Pra mim, foram quatro anos perdidos, de muito sofrimento em relação à não-consideração com o nosso povo, com a nossa cultura, por aqueles que fazem cultura realmente. Foram quatro anos perdidos, que espero que não se repitam nunca mais. Porque a cultura é o que movimenta esse país, seja em qualquer região, em várias regiões. A cultura contribui com o PIB⁴¹ do País e não teve esse reconhecimento, muito triste. Ainda temos dificuldade em fazer nossas festas populares em Uberlândia. Hoje somos amparados por lei, somos patrimônio material e imaterial da cidade de Uberlândia, desde 2008. Foi renovado agora em 2018 e renova de 10 em 10 anos. A gente tinha uma dificuldade muito grande, em virtude de nossa Igreja estar localizada no centro da cidade. Todo mundo conhece um pouco da história, quando os congadeiros conquistaram aquele espaço, os senhores da época acharam que ali era o fim da cidade e hoje é o centro da cidade. E como é tudo tombado pelo patrimônio histórico, a Igreja, a praça, a festa, a irmandade, então não tem como nos tirar de lá. A gente acredita que a festa vai perpetuar porque temos muitas crianças e os grupos estão mais organizados, com documentação, com uma mente mais aberta, desenvolvendo projetos sociais e não pensando só no momento da festa. Por isso estou otimista com o futuro”.

Iara é uma mulher negra consciente da importância em manter vivas as tradições e a ancestralidade da cultura popular de matriz africana. O Moçambique Estrela Guia representa uma grande parcela do patrimônio cultural imaterial de nosso país, extraído e transformado em herança, pela dor da escravidão. Nesse sentido, é preciso abordar e discutir, obstinadamente, a questão do racismo no Brasil, sublinhando que

o papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto-degradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal. A nobilitante ocupação das classes dirigentes – os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos – consistia no exercício da indolência, no cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria. (Nascimento, 2016, p. 59).

⁴¹ Produto Interno Bruto. O PIB representa a soma total de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, como uma cidade, estado ou país. O PIB é um indicador fundamental para avaliar a atividade econômica e o desempenho global de uma economia. Mais informações neste site: <https://www.portaldaindustria.com.br/>.

Quando Iara diz “Ainda temos dificuldade em fazer nossas festas populares em Uberlândia”, sua fala é o reflexo do que foi exposto na citação acima, pois o racismo, quando não entendido como estrutural, vai deixando seus rastros de destruição e apagamento de um povo crucial para a constituição do Brasil enquanto nação e que, ainda hoje, no século XXI, se encontra aliado de contextos sociais que são seus por direito. Cabe aqui a reflexão-poema de Luciene Nascimento:

Sociedade é construção e o racismo é o cimento
 Componente estrutural, formador fundamental
 Do interior e do acabamento
 Nessa fala eu acrescento [...] Queremos desconstrução
 Porque tentar sugar cimento
 Sem romper a estrutura
 É como pôr atadura em anos de adoecimento
 Concerto é planejamento, consciência e postura
 Análise de conjuntura, vontade e conhecimento. (Nascimento, 2021).

Para além de sua lucidez acerca do racismo estrutural e da importância de combatê-lo, e também da importância de se fazer presente em espaços como as universidades, proporcionando oportunidades de ampliação da leitura de mundo às novas gerações, Iara reflete sobre a importância do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, temas abordados no decorrer das próximas seções.

Contudo, sua reflexão acerca da mulher e sua presença no cenário cultural expõe e aprofunda, de forma simples, a dificuldade em manter e alargar o espaço de protagonismo feminino. Assim como Franciele, sublinha que pessoas fazem a diferença. São pessoas que fazem, ou não, as estruturas funcionarem, seja para executar uma lei de socorro aos artistas na época da Pandemia de COVID-19, como retratou Franciele, seja na produção de uma feira em que o foco é a presença e o protagonismo feminino. Iara compreende a importância da visibilidade das matriarcas e do lugar de destaque a que elas têm direito. Sua preocupação em destacar as mulheres mais experientes se apoia na ideia de que

a expressão “matriarcado da miséria” foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país. (Carneiro, 2011, p. 121).

Essas mulheres, que hoje são honradas nas festas populares pelo Moçambique Estrela Guia, representam uma história de dor e sofrimento, de total ausência de direitos sociais, e é preciso, sim, honrá-las e não permitir que a história de luta das mulheres negras, entretecida

com a história do Brasil, seja esquecida. Nesse ínterim, outra preocupação pertinente é o cuidado com a educação das crianças e adolescentes, para que possam manter vivas as tradições e o legado construído em séculos de resistência e luta.

Grande parte das percepções e perspectivas de Iara foram sentidas no momento em que se começou a conversa com Rosilaine, a próxima participante.

Rosilaine. “O artesanato está presente em minha vida desde sempre. Minha mãe era bordadeira e trabalhava para garantir o sustento da casa. Todos os filhos a ajudavam e fiz vários cursos para aprimorar essa atividade. Quando fui trabalhar na UFU, em 2016, na biblioteca, percebi que tinha algumas atividades que envolviam artesanato, mas era muito esporádico. Fui convidada para participar da coordenação da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, que acontece em outubro, e é um evento que não é só científico e sempre buscamos acrescentar atividades culturais. Nesse evento, composto por um *Sarau e o CINE Doc*, sugeri fazer uma feira, convidar alguns artesãos. Temos na biblioteca um espaço muito bom, grande e bastante ocioso. Já conhecia algumas pessoas da área do artesanato, mas publiquei em meu perfil do Instagram que estava procurando algumas pessoas que faziam trabalho artesanal. Essa primeira feira que ajudei a realizar aconteceu em 2018. As pessoas gostaram muito, foi bom para os artesãos que participaram, divulgando e vendendo seus produtos e os alunos receberam muito bem essa iniciativa. A feira foi tão exitosa que a diretora da biblioteca propôs fazer todo mês. Diante da burocracia em se propor algo que seria vendido dentro do campus de uma universidade pública, a alternativa foi escrever um Projeto de Extensão. Elaborei esse projeto pensando na economia solidária, em ajudar famílias que vivem do artesanato e dessa renda informal. O Projeto de Extensão é uma ponte entre a universidade e a comunidade. Pra mim foi muito bom relembrar o trabalho que minha mãe fazia, os vestidos de noiva, sentar no sofá e trabalhar com a família. Comecei a fazer essas feiras em 2019, até a pandemia. Começamos com 15 pessoas expondo no primeiro ano, e chegamos a ter 100 pessoas interessadas em expor, mas o espaço não comporta, conseguimos compor com 40, 50 artesãos. A maioria são mulheres e, aos poucos, foram chegando pessoas do público LGBTQIA+, que se sentiram acolhidas nesse espaço de movimentação cultural e de geração de renda, tão importante para esse público, que ainda encontra dificuldade em se inserir no mercado formal de trabalho. O período da pandemia foi terrível, mas por outro lado abriu outras oportunidades. Pessoas que procuravam indicação de artesãos, artesãs. Fomos criando uma rede solidária, de economia criativa. Como a feira se consolidou, os artesãos fazem contrapartidas, oferecendo cursos gratuitos de suas habilidades artesanais. Temos um grupo de *WhatsApp*, que é por onde organizo tudo. Com o retorno da pandemia, a demanda aumentou muito e

temos mais de 300 pessoas no grupo. Hoje nossa estrutura é bem organizada, temos formulário de cadastro, disponível no site da Universidade⁴². A feira ampliou, temos um calendário de eventos e o movimento é bem intenso. Os próprios feirantes contribuem com a divulgação. Sou a coordenadora desse projeto de extensão. Tenho duas pessoas que me ajudam, quando estou ausente, mas geralmente faço tudo sozinha. O foco do projeto é ajudar as pessoas, minha experiência com o artesanato me deixa sensível, porque sei a importância dessa renda informal na família. A feira é ampla, mas procuro dar visibilidade às lutas das minorias e à importância da inclusão. Tento fazer o processo o mais transparente possível. Como minha intenção é ajudar, eles não pagam nenhum tipo de porcentagem para participar da feira. Não tenho ganho financeiro a mais para fazer esse trabalho, mas me deixa muito realizada contribuir com a divulgação e movimentação dessa cadeia econômica e criativa do artesanato. Como me responsabilizo pelo espaço, temos muitos problemas. A biblioteca é o lugar do silêncio, porém ela tem um compromisso com a produção e divulgação da cultura, então, por mês, temos dois dias de muito movimento e, às vezes, o barulho atrapalha mesmo. É um processo que temos de construir, aos poucos. Mas sempre que recebo as reclamações, vou argumentando sobre o papel de propagação da cultura que a biblioteca possui. Também fomos mexendo no horário da feira, para aproveitar o maior fluxo de alunos e não interferir tanto nos momentos de silêncio que o estudo na biblioteca também precisa ter. Quando eu trabalhava como bordadeira, não tinha a menor noção do que eram as políticas públicas. Desconhecia os editais. Quando ingressei na UFU como servidora é que comecei a entender a diferença entre ensino-pesquisa-extensão. Foi aí que, diante da minha vontade em fazer algo com a comunidade, comecei a descobrir como as coisas funcionam por aqui. Qualquer coisa que você quiser fazer dentro da universidade, que dependa de recurso financeiro, você precisa fazer via edital. Aí fui buscando esses editais. Tem edital específico pra quem faz cultura e trabalha na UFU. Tem edital específico para aluno. Eu fui entendendo isso. Sem grana é muito difícil fazer qualquer coisa. Essa verba vem da DICULT⁴³, eles que promovem. Dentro da verba geral, acontecem os rateios que vão para as áreas da universidade. Com a última gestão de governo federal, essa verba diminuiu muito. A biblioteca não tem verbas para atividades culturais. Em 2018 tínhamos 18 mil para realizar a semana do livro e da biblioteca, convidamos palestrantes, contratamos artistas, fizemos calendário com pessoas “trans” da universidade. Em 2020, não tínhamos “um real” e precisamos recorrer aos mandatos de políticos, ao sindicato da nossa categoria. Esse apoio não é financeiro, não vem em dinheiro, os apoiadores pagam os artistas, pagam o lanche, o apoio vem na ação. Emendas

⁴² Feira de Arte e Cultura. Informações disponíveis neste site: <https://bibliotecas.ufu.br/projetos>.

⁴³ Diretoria de Cultura da Universidade Federal de Uberlândia.

Parlamentares não vêm direto pra gente, vêm pra FAU (Fundação de Apoio à Universidade), tudo é uma grande articulação política. E ainda existem temas que sofrem preconceito. Se a temática tem a ver com o público LGBTQIA+ ou com questões da negritude, a adesão dos próprios servidores é muito baixa. É importante perceber que cultura é mais que o evento, é preciso implementar a ideia de que cultura também é conhecimento. Acessar espaços de arte também é conhecimento. Eu mudei meu olhar. As pessoas mudam. A arte muda o nosso olhar. O retorno é positivo e os comentários chegam, as pessoas comentam que precisa ter mais, mais momentos culturais. Espero que as sementinhas que plantamos nos últimos dois anos floresçam e eu não fique sozinha”.

A fala de Rosilaine ecoa de dentro da Universidade Pública, e aqui é preciso refletir acerca das limitações de nossa pesquisa. A cada conversa, surgem elementos que, por si só, já poderiam se desdobrar em outras pesquisas, outras teses. Desde a experiência com a cultura do bordado gerador de subsistência para a família, passando pelo exercício da sensibilidade com pautas identitárias, sublinhando questões como: mulheres, negritude e público LGBTQIA+, Rosilaine escolheu se envolver e, com isso, percebeu que “a arte muda o nosso olhar”.

Outra questão levantada é o caminho construído com a burocracia. Sim, é importante organizar, executar, avaliar e fiscalizar, principalmente em se tratando de recursos públicos. Mas a que finalidade serve tudo isso? A burocracia serve para tornar os caminhos das pessoas mais ágeis e estruturados para acessarem bens sociais, ou as pessoas é que servem para fazer girar a roda burocrática? É sabido que não conseguiremos abordar, com a profundidade necessária, todas as questões levantadas no decorrer do trabalho de campo, mas é mister que sejam registradas e que sirvam de inspiração para a comunidade acadêmica interessada em tornar mais orgânico o entrelaçamento de ensino-pesquisa-extensão. Pois, se pensarmos que a universidade é, também, uma escola e

sendo a escola uma extensão da sociedade, circulam ali os principais discursos responsáveis por gerar assimetrias sociais. Por isso, é importante tratarmos de temas sociais, como gênero, raça, classe, sexualidade etc., ética e criticamente, para formar alunas/os mais reflexivas/os e conscientes das realidades que as/os cercam. (Capparelli; Frank, 2021, p. 181)

Assim, a formação realizada pela Universidade deve ganhar extensões e contornos sociais. A Feira Cultural, empreendida por Rosilaine, é um bom exemplo de como aproximar a sociedade do pensamento e da ação acadêmica.

4.2.2 Açucenas (*Poliana, Janaína, Patrícia, Carolina e Franciele*)

Quando Franciele soube das razões que motivaram esta pesquisa, indicou o grupo artístico recém-formado pela irmã caçula, Poliana, com três amigas, Carolina, Patrícia e Janaína. Segundo ela, ver-se em um grupo de mulheres interessadas em cantar e tocar fez muito sentido. Fazer cultura tendo como fio condutor a estética feminina. O convite foi feito às integrantes do grupo e, em uma noite de quinta-feira, dia da semana escolhido por elas para ensaio, realizamos nossa conversa.

Açucenas é o nome de um grupo musical composto por mulheres que trabalham na educação formal e que se juntaram pelo prazer em fazer arte. Começamos em outubro de 2022 e, antes de cantar, nós conversamos, precisávamos falar de nós, das nossas vidas, das dores. O encontro é semanal, mas não é linear, porque às vezes tem três, quatro crianças e adolescentes aqui, que correm, brincam ao redor, brigam, querem tocar. Mas estar juntas faz todo sentido e somos ligadas pela vivência da arte e pelo cuidado, pois estamos todas na área da educação e da arte-educação. O nome Açucenas é uma homenagem às flores, de um modo geral, mas também às flores que nascem em terrenos rupestres, em lugares difíceis. Então as flores não estão ligadas à beleza e à doçura apenas, mas também à resistência e à força. As inspirações musicais vêm um pouco das margens, das mulheres que representam uma resistência para abrir espaço de viver sua arte. Para o homem, sair pra ensaiar é mais tranquilo. Pra nós, sair para ensaiar implica deixar o jantar pronto, trazer os filhos que não têm com quem ficar, quando a mãe é solo, organizar o lanche, parar o ensaio para dar comida. No contexto social, o que esperam de mulheres na nossa idade é que fiquemos em casa, já passamos da idade de fazer qualquer coisa. Nosso contexto de grupo musical é muito mais complexo. Um homem que tem filhos e canta ou toca à noite, durante a semana, quantas vezes ele escuta: “onde seus filhos estão? Você deixou o jantar pronto?”. Para nós, seria impossível criar esse grupo musical se não pudéssemos contar umas com as outras, com o colo, com a escuta. Se não pudéssemos trazer nossos filhos ao ensaio, quando eles não têm onde ficar. Quando mulheres se propõem a fazer arte, elas precisam ser incríveis, excelentes. Não podemos ser medianas, não podemos passar pelo processo. Se não chegamos prontas, não somos “aprovadas”. Há sempre o questionamento tanto verbal, como não verbal: Será que ela dá conta de cantar? Será que ela vai fazer direito? E esse violão, será que vai tocar certinho? Não cantamos só músicas de mulheres, não é sobre isso. É sobre viver e construir um lugar de respeito e direito de existir e cantar culturas populares, queremos poesia, cantar pelo prazer em cantar. Queremos fazer a arte pela arte, porque a gente gosta. Porque dá prazer. Nosso ensaio é um espaço de redenção.

Aqui não me sinto julgada. Nosso processo é muito colaborativo, nos admiramos, ajudamo-nos. Quando alguém desafina a gente percebe, contorna, faz de outro jeito, porque o foco não é o virtuosismo, o preciosismo. Esse jeito de olhar o fazer artístico nos dá uma visão mais leve, com menos cobrança de nós pra nós mesmas. Não dá pra separar o eu artístico do eu educadora. (Poliana é gestora pedagógica; Franciele trabalha na gestão comercial e comunicação de um grupo de teatro e tem um trabalho musical em parceria com o marido; Janaína é professora de música; Carolina é psicóloga escolar, Patrícia é gestora de *marketing*). Há um processo de educação para a arte que vivenciamos com os nossos filhos e amigos, que reverberamos naqueles que convivem mais de perto conosco. As músicas que cantamos e que nossos filhos escutam, eles não escutariam em outro lugar. Não escutam no rádio, nem na TV e nem no *TikTok*. Pensando no cenário musical e de transitar e disseminar nosso fazer musical, sentimos uma desvalorização muito grande. Nesse aspecto, pensamos, sim, em usar leis de incentivo à cultura, mesmo sabendo das dificuldades de captação, pois elaborar, conceber um projeto não é a parte mais difícil para nós. É preciso democratizar mais o acesso às leis de incentivo, a linguagem, que, às vezes, não é tão simples de se entender. As pessoas começaram a demonizar a Lei Rouanet. Então temos de lembrar que arte e cultura não é um produto que dá lucro, e tem custo, qualquer coisa que vai ser feito, um figurino, um cenário, é custo. Então precisamos entender qual é o papel do estado, porque o estado não faz cultura, quem faz cultura é a gente. Ele paga pra outras pessoas chegarem aonde ele não consegue chegar, mas é obrigado a chegar, é papel dele. Tivemos um momento de ouro das leis de incentivo à cultura, que foi de 2003 a 2010, coincidentemente os dois primeiros mandatos do Lula. O Brasil avançou muito mesmo, depois retrocedeu, aí foi abaixo de zero, e agora estamos em um momento de políticas públicas de novo. Elas começaram a chegar: lei Paulo Gustavo e Aldir Blanc foram leis que chegaram aonde precisavam chegar, elas funcionaram. Disseminaram uma ideia bem elitista e nos fizeram acreditar que leis de incentivo à cultura só são utilizadas por artistas consagrados, e não é verdade, muitos eventos e ações culturais chegam nas periferias do país pelas leis de incentivo e o governo não faz mais do que sua obrigação. Somos uma cadeia produtiva que compõe o PIB. A arte e a cultura movimentam e geram emprego e renda, só que ela não gera lucro, nesse sistema capitalista. E é aqui que a lei tem de chegar aqui nesse ensaio, no micro, por isso temos de fazer uso dela sim. A lei de incentivo não é para o artista, é pra arte chegar até as pessoas que têm o direito cidadão de produzir e fruir. É muito equivocado esse senso comum de que artista tem a vida fácil, é uma mamata. Não, a cultura é um setor produtivo, como qualquer outro e, às vezes, movimenta a cadeia produtiva mais que outros setores. Precisamos então conhecer esses mecanismos, aprender

a usá-los, porque temos direito a uma “fatia desse bolo”. Parafrazeando Viviane Mosé⁴⁴, “as pessoas precisam ter acesso à arte porque arte é emoção, e emoção é subjetividade”. E por isso educação está entrelaçada com a arte. Há todo o sentido em fazer educação com arte, porque a emoção nos permite acessar o outro e o universo do outro, no campo da razão isso é mais difícil”.

Foram muitos os temas pertinentes discutidos com o quinteto, e dentre eles, sublinharemos dois que foram os mais aprofundados por elas. O primeiro diz respeito a ser mulher no campo da arte musical. Das cinco componentes do grupo, quatro são mães e, como relataram, é preciso levar os filhos para o ensaio, quando não é possível contar com uma rede de apoio. Para elas, ser mulher é, sim, um dificultador, pois precisam cuidar e organizar muito mais coisas do que os homens para conseguir chegar inteira, ou quase, em um ensaio, uma gravação, ou uma apresentação.

Carolina e Janaína são cantoras profissionais, tocam e cantam regularmente em eventos, bares e festas, acumulando a profissão de artista com a do trabalho no segmento educacional. Segundo elas o machismo ainda é muito presente. Precisam estar alertas, não podem errar e sentem que estão sendo avaliadas o tempo todo. Ao observarem os homens que realizam as mesmas atividades de tocar e cantar, eles, sim, podem desafinar, errar uma nota musical. Elas não. Precisam chegar prontas, ou são julgadas como incapazes.

A segunda questão mais discutida por elas diz respeito ao uso das leis de incentivo, sua linguagem rebuscada e de difícil acesso, principalmente para as pessoas mais simples, com menos instrução. Para essas pessoas as dificuldades de entendimento se agigantam. Outro fator presente na conversa foi o que elas chamaram de “demonização da lei Rouanet”, que perceberam, principalmente depois do golpe arquitetado contra a Presidenta Dilma. Para elas, essa “demonização” distancia ainda mais o artista menos conhecido e a sociedade, de um modo geral, desse importante mecanismo de fomento à cultura.

Com tantas questões latentes e muitas pontas à espera de entrelaçamento, seguimos para a próxima conversa.

⁴⁴ Viviane Mosé é uma poetisa, filósofa, psicóloga, psicanalista e especialista em elaboração e implementação de políticas públicas. É mestre e doutora em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4.2.3 Daniela Borela e Lais

À medida que avançamos com o trabalho de campo, percebemos que muitas falas se aproximam, e muitas questões abordadas pelas participantes não são isoladas, ou fruto de uma opinião calcada em um contexto puramente individual. Daniela Borela expandiu conceitos já levantados e abordou, de forma didática e bem-humorada a questão da precarização do trabalho do artista.

Daniela Borela. “Quando comecei a trabalhar, eu pensava que só poderia trabalhar com música cantando ou no exercício do ensino do canto. Hoje tenho uma visão diferente, porque sinto que a arte, em especial a música, me ampliou, ampliou meus horizontes, minha visão de mundo. Não tenho um envolvimento intenso com políticas públicas, tenho comigo uma crença de que, se eu dedicar tempo e energia para trilhar esse caminho, que envolve questões políticas, não estarei inteira para fazer a diferença onde sei que posso contribuir, aqui, com meus alunos, na feitura do canto que vivenciamos no nosso cotidiano. A nossa consciência enquanto cidadão, sobre a importância da arte, o valor que ela tem, a necessidade de promover mais acesso, enfim, é um desafio constante e estamos muito aquém do que precisamos para termos a dimensão da arte. Há muita desvalorização. Quem tem a oportunidade de fruir de um espetáculo geralmente se encanta com o que viu, mas é preciso explicitar que não basta abrir a boca e cantar, ou sair dançando, pegar um instrumento e “fazer o som”. Há muito trabalho, dedicação, disciplina, esforço, gasto de energia, tempo e dinheiro, para ser um artista capaz de apresentar sua arte com qualidade. Mas ainda não é só isso, essa é a parte do artista, existe ainda o outro lado: o da produção. Divulgar o trabalho, torná-lo acessível também compõe esse pacote de desafios do artista. E não para por aí, tem toda a estrutura necessária, um palco, uma iluminação, som de qualidade pra fazer chegar ao público o que está sendo cantado, tocado, apresentado. Horas, dias, meses de dedicação e toda uma cadeia de profissionais envolvidos: montadores, iluminadores, técnicos de som, assessoria de comunicação, e outras áreas que também se movimentam nessa imensa engrenagem: fornecedores de figurinos, maquiagem, alimentação, enfim, tudo o que envolve um fazer cultural, por mais simples que seja, demanda muito trabalho, e esse trabalho é desconhecido da maioria das pessoas. A esse desconhecimento chamo de “pensamento mágico” e muitas vezes, nós, os artistas alimentamos esse pensamento, em nossa postura dentro e fora do palco, na maneira como valorizamos nosso trabalho, que sim, tem todo esse aspecto de encantamento, porque é mágico trabalhar com arte, mas que também tem o lado profissional, que exige dedicação, disciplina, atualização, estudo e aprimoramento, como qualquer outra profissão. A

educação musical precisa contribuir com essa desmistificação do “Pensamento Mágico” e influenciar a própria formação do artista. Quando perguntados com o que trabalhamos, muitos de nós respondem “Ah, eu mexo com música”. Geralmente os outros profissionais dizem “Eu trabalho com”. A gente não, a gente mexe, o que significa mexer com música? Eu trabalho com música, é minha profissão. As pessoas se assustam quando somos convidados para algum evento e apresentamos o valor do nosso trabalho. É muito comum ouvir “Ué, você cobra pra cantar?” A dimensão da arte como profissão não exclui a leveza e o prazer que ela proporciona. O CANTE⁴⁵ é um lugar que foi pensado para respeitar o espaço que a arte, em especial a música, ocupa na vida das pessoas. Para muita gente, a música tem o tamanho e o compromisso de uma festa, de uma ida ao bar, de cantar bem no caraoquê. E isso não é menos valioso, importante do que o espaço da música que ocupa um artista que quer ter um alto rendimento, uma alta performance. Da mesma forma, a música também preenche o espaço da terapia, em que a pessoa canta pra ela mesma, sentindo prazer em cantar. Outra questão importante é o conceito de gratuidade, que impera, principalmente, em eventos patrocinados por recursos públicos. As pessoas se sentam em algum lugar, diante de uma estrutura montada, para que tenham uma experiência artística em que exerçam o seu direito ao acesso a bens culturais. Sei da importância em fazer a arte chegar a todos os lugares, começando por aqueles que mais sentem a ausência dela, isso é ponto pacífico. Mas a comunicação precisa melhorar, porque nada é gratuito, ainda mais se tratando de dinheiro público”.

Um dos focos dessa conversa lança luz aos bastidores, que envolve produção e profissionalização do setor cultural. Vale lembrar que

a atividade de organização ou produção da cultura abrange normalmente, pelo menos, três fases: pré-produção; produção propriamente dita e pós-produção. A fase de pré-produção envolve toda a atividade preparatória para a execução de um projeto cultural. A fase subsequente, a produção, corresponde ao momento da execução, em sua singularidade, da atividade cultural: ela funciona como o momento de maior envergadura e complexidade da organização da cultura. Por fim, a terceira e última fase: a pós-produção, quando acontecem as tarefas de finalização da obra ou do evento cultural. (Rubim, 2005, p. 25).

Diante das etapas expostas por Rubim, torna-se muito difícil para uma pessoa, no caso, a artista, realizar, sozinha, todas essas tarefas. Outro aspecto relevante que Daniela Borela nos traz é a ideia de gratuidade da arte. Ora, se há toda uma estrutura montada, com pessoas trabalhando, como vimos nas figuras 6, 7 e 8, que representou o evento de finalização do projeto

⁴⁵ Centro Artístico e Terapêutico inaugurado em 2018 na cidade de Uberlândia, MG. Oferta aulas de música e musicoterapia.

“Energia que se Move” gerido por Luciene, de onde vem o recurso que viabiliza tudo isso? Como esse recurso é gerido? Há trabalho sem remuneração?

Esses questionamentos foram esmiuçados na sétima seção, quando tratamos das engrenagens que fazem a roda da cultura girar. Enquanto isso, seguimos para mais escutas, problematizações e inspirações femininas.

Lais é uma das mais jovens participantes da pesquisa. Sua energia para coordenar a Associação Circo da Vida, dar aulas de acrobacias aéreas e conduzir a empresa *L’Fer*, que leva a arte circense para eventos sociais e empresariais, é admirável.

Lais. “Pratico esporte e dança desde pequena, o acesso a essas práticas moldou a profissional que sou hoje e orientou minhas escolhas pessoais e profissionais. Com a quantidade de atividades a que me dedicava, tive, aos 11 anos, um forte estresse e, por orientação médica, tive de me dedicar apenas a uma modalidade além da escola: entre o circo e a prática do vôlei, fiquei com a segunda opção. Mas o circo nunca saiu do meu coração e o que me fez voltar foi a experiência do grupo de jovens da igreja que eu frequentava e que queriam disseminar o evangelho de forma criativa. Tivemos o primeiro contato com a JOCUM (Jovens Com Uma Missão) e, ao conhecer as técnicas e habilidades de circo que eles realizavam em suas atividades evangelísticas, me encantei, especialmente pela lira acrobática, que hoje é o instrumento principal em meu fazer artístico. Aprendi sozinha, vendo vídeos no *YouTube* e procurando em que me espelhar, conheci profissionais maravilhosos, que me ajudaram no aprimoramento da técnica e no entendimento da lira. Em pouco tempo, estava dando aulas, com o pouco que sabia. Em 2008 fizemos nosso primeiro projeto incentivado pelo PMIC, de Uberlândia. Saindo da adolescência, a pressão por um trabalho formal foi se intensificando e, em determinado momento, fui obrigada a escolher entre continuar com a trupe circense, que já estava formada, ou finalizar o curso técnico, que, naquele momento, demandava horas de estágio. Deixei de lado as atividades circenses, finalizei o curso técnico em saúde bucal e fui trabalhar nessa área. Mas o circo já estava em meu coração e o que eu ainda não sabia é que aquela trupe formada na adolescência, por um grupo de amigos, era o embrião da instituição que temos hoje e a que, de alguma forma, eu voltaria. Um dos amigos da trupe me convidou para trabalhar na escola de circo que ele queria abrir em Uberlândia. A princípio, fiquei com medo, mais de dois anos longe da prática circense, mas, diante da convicção dele, embarquei nessa aventura e, junto da escola de circo, formalizamos, em 2013, a “Associação Circo da Vida”, que começou como um pequeno projeto social e hoje é uma instituição consolidada, que já se encontra no mesmo local há mais de 10 anos, propagando a arte circense e transformando vidas. Vivo intensamente a arte em minha vida e sobrevivo dela. Fui a primeira professora

do Mundo Circo, nossa escola de arte circense, tenho um empreendimento cultural, voltado para a área de eventos, a *L'Fer*, e sou coordenadora da Associação Circo da Vida, que oferece atividades artísticas variadas a mais de 100 crianças, muitas delas em condições de vulnerabilidade social. Atuamos na região norte da cidade de Uberlândia. Compreendi que o exercício da arte nos prepara para a vida, nos ajuda a trabalhar as dificuldades, a cooperar e produzir coletivamente e colaborativamente. Alguns serão artistas de circo, mas todos terão a oportunidade de se formar como cidadão, como gente, como uma pessoa melhor, para si e para o mundo. Acredito que a cultura precisa ser mais valorizada, mais percebida pela sociedade. Na minha experiência como produtora de eventos, vejo que as pessoas querem o encantamento que nosso trabalho proporciona, mas não entendem o valor financeiro da nossa arte. Querem a arte, mas se recusam a pagar por ela, porque não nos enxergam como profissionais. Eu não sei o que vai ser de mim no futuro, mas vou trabalhar para que o Circo da Vida não acabe. Quero que as crianças que frequentam nosso espaço hoje amem esse lugar e voltem, para dar aulas, coordenar, e aqueles que se tornarem artistas de circo voltem para inspirar os que ainda estão começando”.

A conversa com Lais reforça o que já foi levantado por outras participantes. Para além do sentimento de desvalorização do profissional da arte, sua experiência compartilhada em nossa conversa aponta para o caráter formador que o acesso à cultura proporciona.

À frente de uma associação que não visa lucros e sobrevive de subvenção, realização de projetos de incentivo à cultura e doações, sente na pele o dia a dia de incertezas frente ao sonho de manter funcionando um espaço dedicado à disseminação da arte circense.

4.2.4 Nina Soul, Olíria, Cida da Flauta

O trabalho de campo realizado na cidade de Uberlândia conta com mais três participantes, cujas trajetórias culturais serão expostas a seguir. Os encontros da reta final começam com Marina, que será mencionada, a partir de agora, pelo seu nome artístico, Nina Soul.

Nina Soul “Meu trabalho como Nina Soul começou a ser pensado logo que dei à luz e perdi a bolsa do mestrado. Como ia ficar praticamente um ano sem trabalhar, comecei a pensar em algo que pudesse me dar uma renda extra. Em contrapartida, sempre quis trabalhar com

biodiversidade. Então comecei a fazer *Kokedama*⁴⁶. Porém, por uma série de questões como logística, venda e tempo que cada planta demandava etc., e ainda com uma criança pequena, ficou inviável. Mas eu gostei muito do nome Nina Soul, era uma brincadeira com alma (do inglês *soul*) + sou da música, e uma homenagem à Nina Simone. Assisti ao documentário sobre a vida dela e me impactou profundamente. Eu já gostava e ouvia as músicas da Nina Simone, desde criança, quando frequentava a Rádio Universitária⁴⁷, minha mãe trabalhou muitos anos nessa rádio. A Nina me impactou pela força que ela tinha ao enfrentar o racismo e o machismo. Como tenho a mente muito acelerada, tenho dificuldade em dormir, estava olhando no Instagram e vi pessoas modelando uma massinha, parecia massinha de criança. Eles estavam produzindo acessórios, como se estivessem brincando com massinha de modelar. Achei aquilo fantástico. Em 20 dias aprendi a fazer um negócio que nunca tinha visto na vida. Já sabia como encontrar o fornecedor. Comprei o material pra fazer um teste e adorei. Hoje faço acessórios. Dentre os primeiros brinco que fiz, fiz um pra Gal Costa, me inspirei na capa daquele disco “Galtropical”, na flor champanhe e na rosa vermelha que ela tem no cabelo. Na mesma semana, o Milton ia fazer o último show da carreira dele e vi o manto que ele usou, do Ronaldo Fraga, fiquei apaixonada e consegui fazer um brinco usando as cores daquele manto. Ficou bem bonito esse brinco, aí eu comecei. O material que uso se chama *Polymer Clay*, Cerâmica Plástica. O brinco que faço é uma escultura e nenhum fica igual ao outro. Não tenho um padrão, é um trabalho assimétrico e que me exige muito estudo e dedicação no experimento. Faço desde novembro de 2022. Mas não vivo disso ainda. Vejo dois pontos que dificultam nosso trabalho de artesão aqui em Uberlândia. O primeiro é a ausência de um espaço que seja um ponto fixo de exposição e permita que meu produto seja conhecido. Manter um espaço, com todas as questões burocráticas, ainda é inviável. Então uma coisa é não ter esses espaços formalizados que sejam acessados com facilidade, sem muita burocracia, e o outro tem a ver com toda a barreira tecnológica da venda *online*. Ainda que eu consiga fazer, construí meu site, fiz meu *Marketing Place*, fiz tudo sozinha. Quando crio uma coleção, com peças exclusivas, cuido de todo o processo, tiro foto das peças, cadastro, crio a campanha de divulgação e acaba que o tempo que gasto quase não compensa financeiramente, mediante o tempo que tudo isso leva. Faço arte também por uma necessidade. Fui diagnosticada com altas habilidades e superdotação. Então eu tenho um pulsar criativo que me tiraniza. Se eu não der vazão a essa criatividade que me assola, meu cérebro, que é “neurodivergente”, sente necessidade de dar vazão a essa criatividade e, se

⁴⁶ *Kokedama* – técnica japonesa de criar plantas em vasos de musgo. *Kokedama* é como são chamados os arranjos de plantas aéreas. Trata-se de uma técnica japonesa que fornece uma alternativa para suspender, sem nenhum tipo de jardineira, espécies de plantas que precisam de terra.

⁴⁷ Emissora de rádio da Universidade Federal de Uberlândia.

eu não tiver outra ocupação para extravasar, começo a ficar extremamente entediada, então esse manejar a arte me ajuda a equilibrar essa urgência do meu cérebro que não é linear. Meu trabalho segue algumas prerrogativas, como a de colaborar com a praticidade do dia a dia, sem perder a visão estética e, entre outras questões, como incentivar uma economia mais criativa e solidária, comprar do pequeno, do microempreendedor, que não arrasta atrás de si uma cadeia nociva, de exploração do trabalho alheio, ou o mercado puramente capitalista de produção em grandes quantidades, que não se preocupa com a questão da preservação ambiental. Algumas poucas feiras são interessantes, como a Feira da Sabiá Livros⁴⁸, em que se consegue vender razoavelmente bem. Mas tem gente que faz a feira só pra ganhar em cima dos feirantes. Feiras que exigem que o expositor divulgue a feira, que não é sua e que você está pagando para participar. Essas feiras perdem o sentido de fomentar o artesanato, porque a lógica seria a feira trazer o público até o seu trabalho e não o artesão divulgar a feira. Está se tecendo uma rede, mas ela ainda é incipiente. Tem muita gente sendo conectada por causa das feiras, assim como a da Sabiá Livros, tem também a feira da biblioteca da UFU, que é muito legal e é gratuita. A da UFU ainda acho que é pouco divulgada, não por causa de quem organiza, mas pela própria instituição, que não percebe a importância desse espaço e poderia dar mais relevância, por abrir as portas para a comunidade e por ser uma das razões de ser da universidade. A feira da Sabiá Livros e da biblioteca da UFU são as melhores e que, na minha visão, suprem essa carência de espaços permanentes de exposição. E dão visibilidade ao artesão. Embora não consigam, ainda, abarcar toda a demanda de artesãos que a cidade possui. Penso que falta muito empoderamento dos artesãos por uma série de razões, por falta de conhecimento, profissionalização e amadurecimento. É preciso querer entender como funciona o mercado da feira, quantas pessoas participam, se o caminho está certo, se a infraestrutura é adequada. Sobre as políticas públicas em nível macro (estadual e federal), eu acho que isso tem muito espaço pra pautas identitárias. Quando você pensa em acessórios e roupas para mulheres pretas, coisas “nichadas”, isso eu acho que evoluiu muito. Pensar em touca de natação para quem tem *dreads* no cabelo eram coisas muito escassas, ou nem existiam, tivemos um florescimento em dar visibilidade às necessidades básicas daquelas pessoas que não apareciam, incluo aqui o público LGBTQIA+. Quem pensou nisso cresceu, a Feira Preta é um exemplo⁴⁹. Mas, do ponto de vista do artesanato, acho que não cresceu, porque falta

⁴⁸Sabiá livros – Livraria Café, localizada em Uberlândia, MG, que incentiva a rede solidária entre artistas independentes no campo da música, da literatura e de outras artes. Mais informações podem ser acessadas pelo perfil no Instagram @sabiálivros.

⁴⁹ Em 21 anos de existência, a Feira Preta, criada por Adriana Barbosa, movimentou cerca de R\$12 milhões. Mais informações podem ser acessadas neste site: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/adriana-barbosa-eu-nao-estou-a-passeio-diz-fundadora-da-feira-preta/#:~:text=E%20entre%20cair%20e%20levantar,cerca%20de%20R%2412%20milh%C3%B5es.>

profissionalismo. Sobre leis e editais de incentivo à cultura, eu não sabia de nada até pouco tempo, quando, em um grupo de *WhatsApp*, começaram a discutir a implementação da lei Paulo Gustavo. Uma coisa que me incomoda é colocar todo tipo de trabalho artesanal no mesmo patamar. Trata-se da mesma forma o trabalho artesanal com fazer coisa de material reciclado. Não é tudo igual e as diferenças entre os tipos e técnicas precisam ser observadas. Meu produto é um produto de qualidade, pensado a partir de um conceito e que pode ser vendido em uma loja. Não divulgo meu trabalho como artesanato, eu sou uma *designer*. Eu crio, tem estudo, conceito, penso no conforto, na estética, ele tem identidade própria. É totalmente reciclável. Qual é a diferença entre o meu brinco e um sofá assinado por um *design* famoso? Porque ele tem curso, tem graduação? Quantos *designers* ficaram famosos e não são graduados? Isso é posicionamento de marca e muita gente que faz artesanato não tem a menor noção disso, desse poder no seu fazer. Desmerece o que faz, porque não sabe o que é fazer arte. Pra mim, há o artesanato que é um trabalho reproduzido. Alguém faz bolsas de maquiagens. Mas ela não desenvolve o modelo, nem a estampa. Ela copia, ela usa o que já está pronto, não há uma ideia trabalhada ali, não há uma assinatura, a marca de um processo criativo. O artesanato é um trabalho manual, sempre. Porém, quando ele não tem uma identidade própria, é só a feitura de algo copiado, que foi pensado por outra pessoa. E mesmo assim, um trabalho que se inspira em algo pronto, possui seu valor. Há valor em se aprender algo, em produzir. A questão aqui não é desmerecer, de jeito nenhum. Mas quando ele tem essa assinatura, essa identidade, que é fruto do desenvolvimento de um conceito, da criação da estampa, ou de um bordado que só eu fiz, aí ele é um *design*. Quando você vai a uma feira tem 20 pessoas vendendo a mesma vela, o mesmo incenso, a mesma bolsa, a mesma carteira. Isso é artesanato, puro e simples. Pode ser bem feito, mas é artesanato. Não é *design*. E aí, acaba que o artesanato perde valor, porque o capitalismo não valora. Não estou me referindo à técnica, ou à habilidade, porque existem ideias de bolsas, roupas e outras itens que são realmente difíceis de ser copiados, mas, ainda assim, é uma cópia. Acredito que é preciso fazer distinção entre quem reproduz e quem cria. A valoração da qualidade técnica é algo que todas as profissões precisam ter. É preciso tomar um cuidado importante. Esta é uma discussão filosófica da criação artística, penso que todo artesanato precisa ser valorizado. Em nenhum momento estou desqualificando o artesão. Acho que ele precisa ser valorado pelo que ele entrega. É uma cópia bem feita, ela tem valor. É uma criação própria, ela tem outro valor, não é uma questão de ser melhor ou pior, mas de esferas de criação diferentes. Penso que tem espaço pra todo mundo. Minha vontade é ter condição de ensinar mulheres que não sabem trabalhar com nada a aprender e produzir pra mim, para que eu tenha condições de me dedicar mais ao processo criativo e a outras demandas. Elas vão aprender e serão remuneradas de acordo com a produção delas, porque elas estão produzindo. Isso é uma cadeia produtiva honesta. Todos precisam receber pelas

suas entregas profissionais. Não adianta só saber fazer, é preciso dar vazão, escoar a produção. E, pra isso, é preciso ter o braço do estado atuando, um SEBRAE⁵⁰, no apoio e na qualificação. É bom ter editais e leis, pra que as pessoas aprendam, mas isso não dá autonomia pra ninguém, se for só isso. Nenhum negócio se estrutura em um ano. Em um ano nada do que se faz é duradouro. Com essa nova gestão federal, acho que temos a chance de apaziguar um pouco o ódio que foi disseminado, mas não vejo muita mudança. Ainda temos um Congresso Nacional extremamente machista, racista, composto por homens brancos, com mais de 50 anos, poucas mulheres, poucas minorias representadas. E a cultura não é bem vista nesses ambientes”.

A conversa com Nina Soul foi como uma aula sobre o que ela chamou de “discussão filosófica da criação artística” quando ponderou sobre conceito, reprodução, criação e *design* de uma peça artesanal. Além disso, discorreu sobre as diferentes formas de se criar uma peça artesanal e das diferenças entre a cadeia nociva que explora os artesãos, e a cadeia honesta em que pessoas ganham pelo que produzem, de forma digna.

Nina Soul avalia positivamente a “Feira Cultural” idealizada por Rosilaine, realizada nas bibliotecas da UFU, e da qual já falamos. Ao falar da feira, acaba por tocar na questão do papel da Universidade Pública que, segundo ela, tem, em sua razão de ser, oferecer seu espaço para a comunidade.

Outro aspecto relevante é o entendimento da necessidade de se pensar em mecanismos de fomento que subsidiem o artesanato em todas as etapas, desde um lugar fixo e com estrutura adequada, até se pensar em cursos técnicos via SEBRAE, para que a profissionalização do artesanato aconteça de fato.

A questão das barreiras impostas pelas vendas *online* é uma questão que também será abordada por Olíria, outra participante, cujas inspirações, percepções e desafios estão relatados a seguir.

Olíria. “Sempre me vi artesã. As mulheres da minha família são artesãs. Minha mãe é da roça, costureira, crocheteira, aprendi a fazer crochê com minha avó, aos dez anos. Minha mãe tem origens indígenas, então a natureza e o artesanato eram constantes na vida dela e em nosso cotidiano familiar. Minha mãe fabricava o fio no tear, da fabricação do fio de lã, do tingimento, fabricava roupas, cobertas, por uma necessidade cotidiana, para usar em casa. O artesanato sempre esteve presente na minha vida, no começo era mais um hobby,

⁵⁰ SEBRAE significa Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Mais informações neste site: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>.

mas eu trabalhei muito cedo. Com 17 anos já estava casada, trabalhava e sempre tive mais de um trabalho, que sempre me ajudavam na complementação de renda. Ao me aposentar fecho um ciclo empregatício, de ter que ter um trabalho pra prover o sustento. Acredito que é possível viver de artesanato. Veio a pandemia e eu precisava fazer algo terapêutico. Aí comecei a aprender macramê, pela internet, sozinha. Acredito que quem quer aprende. A internet é uma fonte de conhecimento gratuita, à disposição. Mas é preciso querer aprender. Resolvi abrir um Instagram para vender minhas peças. Achei que era fácil e não é bem assim. Tirei as fotos, investi, organizei e nada de vender pela internet. Aí voltamos presencialmente e as feiras voltaram. Mas as feiras, com exceção da feira da UFU, cobram e nem sempre é interessante participar. Comecei a frequentar as feiras para conhecer o público e descobrir onde estava o meu público. Feira virou um comércio com foco no capitalismo, quem organiza uma feira cobra do expositor e fica com o dinheiro pra ela. Às vezes te dão uma cadeira pra sentar, às vezes você leva seu mobiliário. Em 2022 participei de feiras para aprender, tanto como público, quanto como expositor. Estava em aprendizado. Fui escolhendo diante do público que eu queria para a venda do meu produto. Eu comecei minha empresa sem saber quem era meu público, não fiz pesquisa de público, fiz o caminho inverso. Fazer arte é relembrar quem você é, minha formação artesanal vem do meio de onde eu vim, da minha ancestralidade. Eu não sabia que a feira da UFU acontece por meio de edital, essas coisas, essas políticas públicas estão muito distantes da gente. Sempre gostei de cultura, de prestigiar eventos culturais, mas vejo que o que chega em Uberlândia é muito raso, muito incipiente e, dependendo do que chega aqui, é caro. A peça de teatro com o ator da Globo custava 100 reais, acho inacessível. Vi mais da cultura, quando fiz doutorado na USP e conheci espaços de cinema, de museu e exposições de arte, aí pude abrir mais meus horizontes. Aqui em Uberlândia, acesso pouco. Não sabia que existia o teatro Nininha Rocha⁵¹. Quando fui supervisora, aproveitei todas as oportunidades de arte que eu tive, porque tinha umas professoras de arte, maravilhosas, que batalhavam pra levar os alunos em espaços de arte. Aprendi que uma visita guiada faz toda a diferença. A professora expôs seu trabalho de arte e levou os alunos para conhecer. Uma dessas professoras já expôs seu trabalho de arte em outros países, fez intercâmbio de trabalhos dos seus alunos, até saiu no jornal, mas ninguém comenta. A arte fica velada. E acho que isso acontece porque os governantes não querem saber de arte. Não valorizam, abafam. Eu fiquei sabendo que eu podia participar do PMIC porque uma amiga me disse que eu poderia, por conta do meu fazer cultural. Eu não sabia nada sobre o funcionamento, qual a

⁵¹ O Teatro Nininha Rocha encontra-se no Centro Municipal de Cultura, na antiga sala de um júri, que foi transformada em um grande teatro com palco italiano com capacidade de 109 lugares para receber espetáculos de pequeno e médio porte. Mais informações em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/a-secretaria/>.

diferença entre um *marchand* e um curador. E essa amiga me deu uma aula sobre esse assunto, porque eu queria fazer uma exposição das minhas peças de macramê. Mas, ao tentar participar do PMIC, vi que existe no edital a definição de arte e meu projeto não foi contemplado. Porque se eu quiser expor, tenho que ser artista com graduação. Mas vou tentar participar do PMIC de novo, vou tentar adequar minha forma de explicar minha arte. Na academia, o artesanato não é considerado arte, é só artesanato. Em outros lugares, tapeçaria é considerada arte, em outros lugares, eu busquei informações, e artesanato é, sim, considerado arte. Uberlândia ainda precisa melhorar nesse quesito. Além do PMIC, não conheço outras políticas, outros editais. Ouvi falar da Rouanet, mas não sei se tem artesanato. Ouvi também sobre a Paulo Gustavo. Dessa lei Aldir Blanc eu nem sabia. Eu quero fortalecer o macramê como arte. A matéria prima do meu trabalho vem da natureza. Trabalho com urucum, a casca do barbatimão, açafraão, no tingimento. Reutilizo tudo o que posso. Borra de café, os sachês de chá preto. Meu trabalho está integrado totalmente com a natureza. Eu trabalho com a mãe terra, trabalho com aromaterapia. Faço produtos para defumação. Ainda há o preconceito, porque a sociedade associa a defumação a algumas religiões, como o Candomblé, e não aceita. É um conhecimento ancestral e que se perde porque não tem quem propague. As pessoas se esquecem da cura que existe na natureza. A ciência das plantas medicinais vai se perdendo. A gente precisa brigar, ser forte. Já vi artistas de rua, artesãos que montam feirinhas de rua, em cidades turísticas, que são retirados pelas polícias das calçadas e, quando não sabem do seu direito, eles saem. Encontrei uma artesã que não saia porque ela conhecia seus direitos e quem pode usar a calçada, a praça, a praia. É preciso ter conhecimento, saber como funciona em cada lugar”.

Olíria é dona de um quintal perfumado, com aromas que se misturam às lembranças de infância e dos aprendizados com as mulheres da família. Além do quintal, ela abre o ateliê organizado com potes coloridos repletos de sua ancestralidade. Enquanto explica cada erva e cada mistura que compõe seus produtos artesanais, dá ênfase a questões culturais que já foram levantadas por outras participantes, como a falta de divulgação dos mecanismos de fomento e a dificuldade em acessá-los.

Reforça a percepção de Nina Soul acerca da dificuldade com vendas *online*, e defende a importância da pesquisa e do estudo para conseguir alavancar o trabalho artesanal e tentar viver dignamente dele. Olíria também expõe sua percepção acerca da desconexão da sociedade atual com tradições como as benzeções, os chás e outros benefícios, que, segundo ela, se encontram na natureza.

Preocupa-se ao perceber a facilidade com que as pessoas trocam alimentos mais naturais pelo consumo desenfreado de produtos industrializados. Em uma de suas falas mais contundentes, afirma que a cura, para o corpo e a alma, está na natureza.

A próxima conversa encerra o trabalho de campo em Uberlândia. Assim como Olíria defende a natureza e sua capacidade de cura, Cida da Flauta vislumbra na arte uma grande possibilidade de transformação social.

Cida da Flauta. “Sou professora de flauta doce no Projeto Rede Cultural Real⁵² há 7 anos. Fui aluna no Conservatório Estadual de Música de Uberlândia e tive a oportunidade de integrar o projeto Rede Cultural Real desde a sua primeira edição. Trabalho em bairros periféricos da cidade de Uberlândia. Meus alunos são crianças inteligentes e custosas, eles acessam o projeto por vários motivos, alguns vão pelo lanche, outros vão pela brincadeira, porque abrimos espaço para brincar, afinal, estamos lidando com a infância. Lidamos com muitos problemas de ordem financeira, cognitiva e emocional. Estou em um projeto social para levantar a autoestima das crianças. Vejo o poder da arte na vida delas, quando o olho brilha, quando não faltam das aulas, quando se interessam pelo instrumento musical. O projeto acaba por ser um porto seguro, um lugar que dá uma visão diferente do mundo e da vida. Eu sou um exemplo de aluna que teve um voto de confiança do professor. Quando era aluna no Conservatório, tive um professor que acreditou no meu potencial. Viu meu esforço, porque eu não fiz universidade, e me convidou para trabalhar no projeto social. Agradeço a ele por ter me proporcionado essa experiência, que hoje é de onde tiro minha remuneração. Aprendo muito com o universo musical, e tento, com bastante simplicidade, levar tudo o que aprendo para os meus alunos. Simplicidade e afeto são componentes essenciais para o sucesso de um projeto social. Muitas vezes, participar de um projeto e ter acesso a uma cultura diferente da casa em que a criança mora pode mudar a vida dela e da família. Sei que as leis de incentivo existem porque trabalho em projetos incentivados, mas como não faço a gestão e estou envolvida só na execução da aula de flauta, não conheço muito do funcionamento. Vejo que o acesso à arte é muito importante, foi importante pra mim, que sou de Santa Helena de Goiás, uma cidade pequena, que não tem Conservatório de Música. E sei de todas as portas que a arte abriu pra mim. Agora, quero abrir essas mesmas portas para os meus alunos”.

⁵² O projeto Rede Cultural Real é um projeto incentivado pela lei federal de incentivo à Cultura (Lei Rouanet) que está em seu oitavo ano de execução consecutiva e possui como patrocinador o Grupo Real Distribuidor, empresa localizada em Uberlândia, MG. A gestora desse projeto é Luciene Vilarinho, que participa desta pesquisa.

Durante nossa conversa, Cida expõe a vulnerabilidade social de seus alunos, assim como as crianças que fazem parte das atividades proporcionadas por Hélvia, de Araguari. A diferença entre as duas ações culturais é que, no caso de Cida, há o aporte que os mecanismos de fomento podem oferecer, com professores remunerados, aulas regulares, lanche, aquisição das flautas utilizadas por cada criança, apresentações realizadas para familiares, entre outros aspectos. Hélvia conta apenas com seu esforço pessoal e a boa vontade de amigos.

A fala de Cida da Flauta demonstra a importância do recurso público, quando direcionado corretamente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e necessitam de ajuda. Em seus registros da vida na favela, Carolina Maria de Jesus, expõe as vísceras do que se denomina por vulnerabilidade social, ao compartilhar:

o meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível [...]. Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso de Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me, depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. (Jesus, 2014, p. 22).

É sabido que os mecanismos de fomento à cultura não resolverão todas as questões relacionadas às desigualdades socioculturais que assolam nosso país, mas são importantes na busca pelo posicionamento da cultura como parte essencial e fundamental à sociedade brasileira, o que é evidenciado em todas as percepções e apontamentos registrados até aqui e nos que ainda virão com as falas das participantes da cidade de Uberaba, expostas no próximo tópico.

4.3 As perspectivas femininas sobre cultura a partir de Uberaba, terra de Chico Xavier e do gado ZEBU

Uberaba é a cidade que fecha o recorte dentro do Triângulo Mineiro. Ou seja, fecha a localização em que se encontram as participantes desta pesquisa, junto de Araguari e Uberlândia. Estima-se que a quantidade de seus moradores seja de 354.142 pessoas⁵³ e, diferente das outras duas cidades, é governada por uma mulher, a prefeita Elisa Gonçalves de Araújo. Abaixo, a figura escolhida para ilustrá-la:

⁵³ Fonte: IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama>.

Figura 9: Praça Rui Barbosa: Catedral Metropolitana do Sagrado Coração de Jesus. Uberaba, MG.



Fonte: IBGE (2014).

Para além das praças e igrejas, Uberaba é também conhecida nacional e internacionalmente pelo legado deixado por Francisco Cândido Xavier, mais conhecido como Chico Xavier. Há um Memorial⁵⁴ dedicado à sua vida e trajetória como líder humanista. A visibilidade da cidade também se dá pelo fato de ser a sede da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), que, segundo site oficial, “detém o maior banco de dados do mundo sobre o zebu, com mais de 12 milhões de animais cadastrados”⁵⁵. A origem da cidade é assim descrita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

“Uberaba tem sua origem na ocupação do Triângulo Mineiro, que ficou sob a jurisdição de Goiás até 1816. A região começou a ter importância preciosa, que consistia em uma das metas administrativas da Coroa Portuguesa, o governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais articulou a abertura de uma estrada. Esta missão ficou a cargo de Bartolomeu Bueno da Silva Filho (filho de Anhanguera). A expedição era composta por 152 homens, entre os quais 20 índios carregadores, 3 religiosos e 39 cavalos. Ela partiu de São Paulo pelos rios Atibaia, Camanducaia, Moji-Guaçu, Rio Grande, Rio das Velhas e penetrando em Goiás pelo Corumbá. Segundo alguns relatos da época, a expedição passou por terras de Uberaba. Esta rota ficou conhecida como Estrada Real ou Anhanguera que consistia em um importante caminho para que as autoridades portuguesas implementassem a colonização, a produção e escoamento dos minerais preciosos. Na verdade, a maioria das riquezas minerais do Brasil foram levadas para Portugal e utilizadas para o pagamento de suas dívidas em relação à Inglaterra. Posteriormente, a expedição do filho de Anhanguera fundou em 1725 o povoado de Vila Boa em Goiás. Outra estrada mais a Oeste foi aberta em 1736, passando por terras de Araxá em direção à Vila Boa denominada Picada de Goiás. A exploração e o povoamento de todo o Triângulo Mineiro, de modo

⁵⁴ Memorial Chico Xavier. Fonte: <https://www.memorialchicoxavier.com/>.

⁵⁵ Fonte: <https://www.abcz.org.br/a-abcz/historia>.

geral, se fez como em todo o Brasil - Colônia, pelo domínio e extermínio das populações indígenas e dos negros nos quilombos.” (IBGE, 2014).

Do ponto de vista histórico, a constituição das três cidades é muito parecida, uma vez que compõem a mesma mesorregião (Triângulo Mineiro) de Minas Gerais. Contudo, no campo da cultura, existem algumas diferenças apontadas pelas sete mulheres que residem em Uberaba, e que se dispuseram a participar da pesquisa. Principalmente na relação com Uberlândia, que é a maior cidade entre as três e, conseqüentemente, a que mais possui aparelhos culturais, Além de uma Universidade do porte da UFU.

Outra questão que diferencia Uberlândia é o fato de possuir uma secretaria de cultura e não uma Fundação Cultural, como é o caso de Araguari e Uberaba. Abordaremos mais a distinção entre Secretaria e Fundação no decorrer do trabalho.

Como já mencionado, a ideia de incluir a escuta de mulheres residentes em Uberaba se deu por ser uma cidade em que a pesquisadora desenvolve atividades esporádicas de arte-educação. Além disso, como as inquietações que motivaram esta pesquisa partiram de uma análise pessoal sobre os rumos do setor cultural, pós impeachment da presidenta Dilma Rousseff, decidimos ampliar o debate e acrescentar outras vozes se posicionando sobre os últimos acontecimentos no campo das políticas culturais.

Mas, certamente, o que estamos amalhando de percepções, perspectivas e apontamentos servirão para contribuir com um outro olhar sobre a presença feminina na recolocação da cultura ao seu lugar de centralidade na política brasileira. Uma retomada que parte das franjas para o centro, uma vez que as vozes ecoam de cidades que não se encontram nos eixos das grandes capitais brasileiras.

A seguir, passamos a palavra para as mulheres que fazem cultura na cidade de Uberaba.

4.3.1 Morena Monallisa e Aline

Morena Monallisa e Aline aprofundaram a questão do racismo. Suas falas firmes e contundentes dão um importante contorno a esse tema e destacam os desafios impostos aos seus fazeres culturais.

Morena Monallisa. “Minha família sempre teve consciência racial, mas nunca estive à frente de lutas ligadas à questão racial. Meu pai, sim, sempre militou nessa área. Precisamos ocupar espaços, é preciso dar voz a quem está no campo das minorias. Em 10 anos de advocacia, nunca vi a porta da OAB aberta para a sociedade e a OAB é da sociedade. E eu

sempre quis que os meus acessassem aquele lugar. Quando tive a oportunidade de atuar mais efetivamente, comecei a promover eventos da OAB que chegassem à comunidade. Sou Presidente da comissão de promoção da Igualdade Racial da OAB, integrante do Terno de Congada Minas Brasil e Terno de Moçambique Camisa Rosa. Agora, com a Lei Paulo Gustavo, queremos manter a festa da Congada acontecendo na cidade. O povo das festas populares é um povo muito pobre e nessa gestão houve um corte muito grande de recurso para as festas populares. A burocracia ainda é um grande impeditivo para o povo pobre acessar recursos e políticas públicas. Eu sou uma exceção nesse sistema, meu pai conseguiu nos garantir estudo, mas e quem não consegue? Precisamos disseminar o letramento racial. O racismo deixa marcas no corpo e na alma. Resisti à maternidade por não querer que minha filha passasse pelo racismo que eu passei. Na escola, durante uma brincadeira de encenação de Chapeuzinho Vermelho, minha filha diz que será a chapeuzinho vermelho e uma amiguinha de Escola responde: Você não vai ser a Chapeuzinho Vermelho, você é preta. Se quiser, vai ser o lobo, porque ele é da sua cor. Se isso acontecesse na década de 90, comigo, eu ia correr pro banheiro e chorar. Minha filha, ao contrário de mim, disse: “Não! Eu vou ser sim, minha mãe disse que eu posso ser o que eu quiser”. O racismo me encontrou aos oito anos, minha filha só tem três. Minha filha se defendeu, a história está sendo escrita de modo diferente. Por isso criei, junto com uma amiga, a Black Zambhi, com uma ideia de *Compliance*⁵⁶ que ensina, por meio do letramento racial, a lidar com essas questões na Escola, nas empresas. Racismo é crime. Eu passei a ter acesso às políticas e leis culturais quando me tornei conselheira do Conselho Municipal Afro, na Fundação Cultural de Uberaba. Acho que falta divulgação, ainda está muito dentro das instituições, acessível a quem representa. Quando levei minha filha ao museu da ABCZ⁵⁷, ela olhou, olhou os quadros com os presidentes, e eu perguntei: Filha, o que você está vendo?” “Ai, mamãe, não tem ninguém aqui igual a gente.” Sim, é um exemplo de espaço que a gente não acessa, não temos voz. Pode ser que mude, mas, até 2023, em muitos espaços a gente não tem acesso e não se sente representada. Hoje é o momento de retomarmos a efervescência cultural, fortalecer as políticas de cotas, porque a dívida começou a ser paga,

⁵⁶ O *compliance* é o ato de estar em conformidade com determinadas as leis, normas e regras. Pode ser tanto em relação às leis federais ou às políticas corporativas. Nas empresas, sua aplicação trata-se basicamente de estar em conformidade com os regulamentos, diretrizes e, claro, leis que regem sua atuação. Mais informações podem ser obtidas neste site: <https://www.totvs.com/blog/negocios/compliance>.

⁵⁷ O Museu do Zebu Edílson Lamartine Mendes, pessoa jurídica de direito privado, tem como mantenedora a Associação Brasileira de Criadores de Zebu – ABCZ. A organização dessa instituição se iniciou em 19 de dezembro de 1983 a partir da assinatura de um convênio entre a ABCZ e as então Faculdades Integradas de Uberaba - FIUBE, hoje Universidade de Uberaba – UNIUBE; a Faculdade de Agronomia e Zootecnia de Uberaba, hoje Faculdades Associadas de Uberaba – FAZU e a Fundação Cultural de Uberaba - FCU. Em 1984, durante a 50ª ExpoZebu, o Museu do Zebu foi aberto ao público no dia 2 de maio com o lançamento de sua primeira mostra. O nome escolhido para a instituição, “Edílson Lamartine Mendes”, foi uma maneira de homenagear esse importante criador e ex-presidente daquela que seria a antecessora da ABCZ – a antiga Sociedade Rural do Triângulo Mineiro.

em 2003, foi interrompida nos últimos anos, e, agora, precisamos continuar lutando. Não temos outra alternativa: é a luta aliada a projetos, é a busca pelo conhecimento, é o conhecimento que alimenta o letramento racial. Precisamos construir um legado. Marielle Franco, agora Anielle, Sueli Carneiro, Elisa Lucinda, Djamila Ribeiro, Carolina de Jesus, Angela Davis e tantas outras e outros estão deixando suas digitais na construção desse legado. Antes de qualquer coisa, é preciso ter autoestima, é preciso gostar do cabelo, gostar da gente mesma. Estou buscando esse mundo que “ainda não”. Ainda não consegui enfrentar o racismo, ainda não consegui promover acesso e dignidade a todas as pessoas, ainda não erradicou a fome e a pobreza extrema. Estamos em busca desse mundo, seguimos lutando por ele”.

Morena Monallisa inicia sua fala tocando na questão que, para ela, é visceral: o racismo. Vinda de uma família militante pelas questões raciais, têm na figura do pai um grande exemplo de luta e consciência de raça e de classe. Mesmo se sentindo privilegiada por ter tido acesso a boas escolas, formando-se advogada, e possuir condições confortáveis de vida material, não esconde que o racismo se encontra engendrado na sociedade e que não saiu ilesa de sua violência. Sua percepção sobre a força do racismo encontra respaldo na constatação de que

ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto de perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. (Gonzalez, 2020, p. 58).

Assim, mesmo com a boa estrutura familiar, Morena Monallisa reconhece que há uma luta a ser travada, pois, antes de se chegar a ter acesso aos mecanismos que fomentam a cultura, é preciso uma discussão ampla sobre os direitos da população negra, direitos básicos que lhe são tirados todos os dias. Como integrante de um Terno de Moçambique, ela pondera que “em 10 anos de advocacia, nunca vi a porta da OAB aberta para a sociedade, e a OAB é da sociedade. E eu sempre quis que os meus acessassem aquele lugar. Quando tive a oportunidade de atuar mais efetivamente, comecei a promover eventos da OAB que chegassem à comunidade”.

A percepção é que há um vácuo quando se pensa e se escreve sobre políticas públicas para a cultura. Escreve-se para quem? Para a população negra brasileira? Para a mulher negra brasileira? São contornos diferentes, realidades distintas. E, focando nas mulheres negras, o

abismo é ainda maior, segundo ela: “antes de qualquer coisa, é preciso ter autoestima, é preciso gostar do cabelo, gostar da gente mesma”. Esse delineamento, essa percepção acerca da mulher, antes de vê-la na sociedade, de um modo geral, é aprofundada por Ribeiro, ao afirmar que

quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto. (Ribeiro, 2017, p. 25)

Na conversa com Morena Monallisa, ficou perceptível que o lugar que mais dói quando se fala em racismo é na maternidade. Ela cita que o racismo encontrou sua filha aos três anos de idade, durante a escolha de um personagem na escola. Ela reflete que “se isso acontecesse na década de 90, comigo, eu ia correr pro banheiro e chorar. Minha filha, ao contrário de mim, disse: “Não! Eu vou ser sim, minha mãe disse que eu posso ser o que eu quiser”. A pequena soube se posicionar, de uma forma que a própria mãe não saberia.

Mesmo com a dor de não conseguir evitar que a filha sofra ataques racistas, Morena Monallisa se orgulha de saber que a educação antirracista está fazendo efeito. Outro aspecto interessante em nossa conversa é quando toca na questão de uma das vitrines da cultura que representam Uberaba, de um modo geral.

Retomando seu relato: “quando levei minha filha ao museu da ABCZ, ela olhou, olhou os quadros com os presidentes, e eu perguntei: “Filha, o que você está vendo?” “Ai, mamãe, não tem ninguém aqui igual a gente”. Sim, é um exemplo de espaço que a gente não acessa, não temos voz. Pode ser que mude, mas, até 2023, em muitos espaços a gente não tem acesso e não se sente representada.

Sublinhando, mais uma vez, as limitações desta pesquisa, essa é uma questão que poderia se estender em mais trabalhos acadêmicos, buscando responder até que ponto a cultura “oficial e institucionalizada” reflete os moradores e suas manifestações culturais no contexto da sociedade atual.

Retomando nossa conversa, quando decide promover o letramento racial em escolas e empresas, Morena Monallisa lança luz ao fato de que muitas pessoas brancas não entendem seu

papel na luta antirracista, “isso por várias razões, porque pessoas brancas não se racializam, porque elas não entendem o que é o racismo e, por consequência, o que é antirracismo”. (Pinheiro, 2023, p. 35). Enfim, é necessário um árduo trabalho de letramento racial.

Nesse aspecto, é preciso sanar a dificuldade das pessoas negras que promovem a cultura popular, como é o caso do Terno de Congada e Moçambique citado, de acessar os mecanismos de fomento à cultura. Na visão de Morena Monallisa, os agentes culturais e seus contextos socioculturais devem ser levados em conta no momento de se pensar as políticas públicas para a cultura. É preciso um olhar mais apurado, mais generoso para as pessoas. A linguagem “técnica” dos editais é, para ela, a primeira barreira a ser quebrada.

Não por coincidência, Aline, que é sócia de Morena Monallisa na Black Zambhi, empresa destinada a promover letramento racial, é a próxima a expressar suas perspectivas e percepções sobre o seu fazer cultural em Uberaba.

Aline. “Sou filha de pais separados. Meu pai ficou com a gente e foi trabalhar em escola particular, para que eu e meu irmão pudéssemos estudar de forma gratuita. Isso foi importante, pois foi nessa escola que tive o primeiro contato com o teatro. Por ser uma criança muito tímida e com muito medo de falar com as pessoas, o pessoal da escola sugeriu que meu pai me colocasse na aula de teatro. Meu pai se matriculou no curso oferecido pelo Teatro Municipal de Sertãozinho-SP, junto comigo, para que eu pudesse ingressar e me desenvolver. Aí me apaixonei. Estudei no Teatro Américo Rosário de Souza e o próprio Américo de Souza foi meu professor. A arte me mostrou quem era a Aline no mundo, o que eu estava fazendo ali. Olho pros meus vizinhos, minhas amigas, eles não tiveram as mesmas oportunidades que eu. Agradeço ao meu pai, que ficou sabendo que filhos de pessoas que trabalhavam em escolas particulares podiam estudar nessas escolas gratuitamente e por isso ele batalhou por esse emprego. Meu pai fez de tudo pra nos proporcionar o melhor. Ele fez um curso de cabelereiro, para aprender a cuidar do meu cabelo e do meu irmão. Na escola, ele começou como inspetor de alunos, secretário e chegou a coordenador de vestibulares. Ele entrou na faculdade, fez administração e nos incentivou a cursar o ensino superior. Fiz graduação em Letras (Português-Inglês), na UFTM⁵⁸, e depois fiz mestrado na UFU, em Estudos Literários, em Literatura Preta, com foco na obra de Carolina de Jesus. Quando entrei na UFTM, ainda não tinha o sistema de cotas, e na Universidade éramos três estudantes pretos no curso de Letras. A instituição não estava pronta pra receber estudantes pretos. E as políticas estudantis são recentes. De 2011 a 2015 eu não tive o apoio de políticas de assistência estudantil, o RU começou a funcionar

⁵⁸ Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba.

nesse ano (2023). Tínhamos um tíquete alimentação que caía atrasado e penávamos para não passar fome. Em minha opinião, essa dificuldade em acessar as políticas públicas, ou de existir políticas públicas de assistência ao estudante preto vem da estrutura. Falta engajamento e o aluno ainda não é protagonista na Universidade. E quem sai da Universidade não consegue fazer a transição para mediar o conhecimento e acaba reproduzindo a mesma lógica. Criei, por meio do PET-Letras, um grupo de teatro, com estudantes interessados, que vinham de todos os cursos, aos sábados. Apresentamos peças, chuvas de poesias, intervenções artísticas. Por onde eu passo, gosto de desenvolver aquilo que me traz chama de vida, que é a arte. Acredito que a arte toca as pessoas. A arte muda, quando a gente consegue encontrar com ela. A arte faz sentido. A diferença é: quem tem acesso? E como tem acesso? Tem gente na minha família que nunca foi ao teatro. Não basta dar gratuidade, é preciso proporcionar o acesso. Muita gente na periferia não consegue acessar o aparelho cultural que está no centro. Tive meu primeiro contato com as políticas públicas na pandemia. Quando a gente conseguiu passar no edital da Lei Aldir Blanc I e recebemos três mil reais para aplicar em uma atividade. Aí vem a questão: uma vez de três mil reais, durante a pandemia toda. Aquilo não era suficiente. Não vivo do teatro. As pessoas que vivem da arte ficaram à margem e passaram muita dificuldade. Eu vejo que os editais são de difícil acesso, a informação não chega, principalmente nas comunidades tradicionais. Foi uma batalha para o pessoal da congada conseguir se inscrever no último edital de Afromineiridades⁵⁹. Uma deputada apareceu por aqui, fazendo movimento para os congadeiros participarem e acessarem o edital, mas foi muito difícil. É preciso uma rede de apoio. A Fundação Cultural tem um cadastro, feito semestralmente. Se não cadastramos, não acessamos. Existe uma fila, mas não tem muita transparência. Temos quatro diretoras pretas em Uberaba. Mas a maioria das peças que são apresentadas ainda são de diretores brancos. Sobre o cenário federal, das políticas públicas, a gente estava caminhando bem, com as políticas chegando, começamos a criar os Conselhos Municipais de Cultura, promoção da igualdade racial, da mulher, LGBTQIA+. Começou a ter escutas mais próximas da gente, pra fazer os encaminhamentos das necessidades de cada lugar. Quando a gente se aproxima do golpe, as coisas começam a mudar. As verbas sumiram, não se consegue nada que seja pra fomentar a cultura. Nesse processo todo, muita gente desistiu. Muita gente foi embora. Se o artista não se desloca, ele não floresce. E a cidade não avança, se não for pra manter o sistema, não há espaço. A cultura afro incomoda, porque há uma dívida a ser paga e ela incomoda. É como uma gaveta bagunçada, com valores que não

⁵⁹ Afromineiridades é um edital de liberação de recursos não reembolsáveis a serem repassados na modalidade “premiação” a pessoas físicas, com recursos do Fundo Estadual de Cultura do estado de Minas Gerais formalizados mediante Termo de Compromisso. Mais informações neste site: https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/secretaria-de-estado-de-Cultura-e-turismo-secult.

cabem mais nos dias de hoje, mas não se quer mexer nessa gaveta pra tirar o que não presta mais. É confortável deixar essa gaveta bagunçada, ela vai ficando fechada, até que ela passe a gerar um custo. Mexer na questão racial requer mexer em estruturas de poder. A educação e a arte são caminhos para nos ajudar a evoluir nesse sentido. Uma pessoa preta aprende a ler o “não-dito”. Um olhar, uma expressão facial, um estranhamento. Lemos o “não-dito” porque precisamos nos defender. É uma guerra constante. Meu pai representa pra mim a maior expressão de amor e cuidado, é alguém que cuida do meu cabelo e ele, por ser preto, representa perigo. Ele pode ser abordado e preso, por estar ali, por ocupar um lugar. O racismo é isso, esse: “não poder estar”, ocupar determinados lugares. Agora precisamos correr para garantir o básico da cultura, a arte que precisamos pra sobreviver, mas precisamos saber disso, que a arte é uma questão de sobrevivência. Se a gente não percebe esse valor da arte, então alguém pode chegar e nos tirar. Foi o que aconteceu nos últimos anos, tiraram de nós. A gente já vê, com a Margareth Menezes, que um grande movimento, com editais que nem estávamos esperando pra esse ano (2023), mas precisamos de mais, é preciso uma participação maior da iniciativa privada”.

Aline retoma a reflexão iniciada por Morena Monallisa e também aborda com veemência as marcas profundas do racismo. O relato da relação com o pai é uma das partes mais bonitas do trabalho de campo e sua obstinação em alargar o espaço acadêmico para abarcar as demandas dos alunos negros é um dos pontos altos de nossa conversa. Sua fala potente aborda questões viscerais quando aponta para a estrutura, o sistema social: “em minha opinião, essa dificuldade em acessar as políticas públicas, ou de existir políticas públicas de assistência ao estudante preto vem da estrutura”.

Em outro momento reforça que a arte faz sentido, corroborando a tese de que “a arte continua sendo um âmbito poderoso – senão o mais poderoso – de resistência cultural; um espaço que serve para despertar a consciência crítica e dar novas visões” (hooks, 2019, p. 98). Contudo, para ela: “a diferença é: quem tem acesso? E como tem acesso? Não basta dar gratuidade, é preciso proporcionar o acesso. Muita gente na periferia não consegue acessar o aparelho cultural que está no centro”. Com essa fala, amplia o olhar sobre o abismo que separa as políticas públicas das pessoas que se encontram em regiões mais periféricas.

Ao relatar seu primeiro contato com as políticas voltadas para o setor cultural, por meio da lei Aldir Blanc, Aline, por um lado, reforça a percepção de que o recurso via lei chegou para quem mais precisava, assim como Franciele sentiu quando atuou como secretária de cultura na região da Serra da Canastra, mas, por outro lado, questiona a efetividade de uma lei que, para ela, “não é suficiente”.

Quando relembra a dificuldade das comunidades tradicionais em acessar e se inscrever no edital Afromineiridades, toca em outro ponto crucial: as pessoas é que devem se instrumentalizar para acessar e ter direito aos mecanismos de fomento à cultura, ou são os mecanismos que devem se adequar para atender, de forma efetiva e eficaz, a todos, em especial, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade?

Ao afirmar que a “cultura afro incomoda”, Aline nos convida a refletir sobre o que ela chama de “gaveta bagunçada”. Nessa gaveta está o despreparo da Universidade em receber estudantes pretos, bem como as estruturas de poder que tentam camuflar a urgência da questão racial com condutas e construções sedimentadas no imaginário de um país que carrega o fardo de quase quatro séculos de escravidão e que ainda resiste em confrontar uma dívida histórica.

A dívida histórica que o Brasil possui com sua população negra passa por várias áreas e é vista com inquietação diante da

recusa das evidências empíricas do tratamento desigual a que negros estão submetidos na sociedade brasileira, reveladas por levantamentos estatísticos e estudos acadêmicos que proliferam no Brasil em diferentes áreas, e também aquelas que, apesar do reconhecimento das práticas discriminatórias de cunho racial, impõem barreiras à adoção de medidas capazes de estancar o processo de exclusão social dos negros, sobretudo no que tange a acesso, permanência e sucesso no sistema educacional do país. (Carneiro, 2023, p. 15)

Aline está disposta a enfrentar a batalha contra o que chama de “não dito”, de “não poder estar” e são essas as perspectivas contra as quais luta e que, na visão dela, tornam tão frágeis as políticas públicas para a cultura.

4.3.2 *Kate, Elisa e Kálica*

À medida que avançamos com as conversas, evidencia-se a recorrência de percepções, inquietações e apontamentos das participantes da pesquisa frente às políticas públicas para a área cultural. Suas falas fundamentadas pelo contexto em que se encontram, fazem aflorar uma visão mais ampla da sociedade, em que mecanismos de fomento à cultura se configuram como uma pequena parte, diante de um todo de problemas e desafios de se pensar a questão da cultura para além da entrega de um produto ou evento. Assim, continuamos com o processo de escuta, amalhando experiências e aprendizados.

Kate. “Entrei no audiovisual por influência de um amigo, muito atuante nessa área, e aprendi tudo o que sei de produção no audiovisual com ele. Por conta dessa experiência,

fui convidada a trabalhar na Fundação Cultural de Uberaba, na coordenação do Pontão de Cultura de audiovisual, que me deu muita bagagem e experiência de atuar na região. O Pontão agregou várias cidades da região (Uberlândia, Araguari, Patos de Minas, Uberaba, Araxá). Foi um momento mágico para a cultura, para o cenário cultural. Nesse momento, que foi profícuo para o audiovisual, foi também um momento em que senti muito o machismo no setor do audiovisual e resolvi migrar minha experiência para a periferia, em uma parceria com o CRAS. Fizemos documentários sobre *bullying* com uma meninada adolescente e um desses documentários participou de um festival aqui de Uberaba e ganhou menção honrosa. Foi uma experiência muito boa, mas foi única, porque os recursos do Pontão minguaram e não houve continuidade. A palavra mágica pra mim é oportunidade. Políticas públicas servem pra aplicar recursos onde não tem nada, onde estão as pessoas que não conseguem acessar espaços, eventos e informações sobre cultura. As políticas voltadas para o social, essas me interessam, nelas vejo a possibilidade de aplacar desigualdades sociais, culturais. Por isso as políticas públicas me interessam, quero contribuir para que elas cheguem em quem está à margem. Mesmo com todas as suas deficiências, a Fundação Cultural contribuiu para que a lei beneficiasse muita gente, porque quem estava à frente escutou as pessoas. As políticas devem apontar caminhos para que as pessoas vejam possibilidades de sair de suas comunidades, de ampliar o olhar para a sociedade, para a cidade onde moram, para que possam aprimorar leituras de mundo, de perspectivas, de oportunidades. Não é justo julgar as pessoas que estão à margem como se elas não quisessem sair de onde se encontram. Como vão sair se ignoram os caminhos possíveis? Gilberto Gil, quando assumiu o MinC, com o programa Cultura Viva, propagou essa ideia da importância do deslocamento. O programa Cultura Viva tirou a gente do lugar. Eu não tinha noção de muita coisa produzida no Brasil, culturas produzidas na Amazônia, no Centro-Oeste, no Sul, Nordeste. Conheci pessoas, porque saí do meu lugar e me apropriei disso. Esse último governo puxou as pessoas pra trás e ficamos tão assustados com tudo isso que deixamos de lutar, a gente não lutou, ficamos acovardados diante do choque. Outro aspecto que me deixou paralisada foi perceber o quanto as pessoas são capazes de odiar. Odiar quem é pobre. Muitas pessoas se mostraram de uma forma racista, homofóbica, cruel. Penso que é preciso facilitar o acesso aos editais, tanto na linguagem que explica o processo quanto na prestação de contas, no aspecto financeiro. A burocracia precisa ser meio para garantir transparência e não para afastar as pessoas. A lei Aldir Blanc colocou luz em quem faz cultura na cidade. Ainda estamos em emergência, porque a pandemia passou, o governo Bolsonaro passou, mas o prejuízo está aí e temos que arcar com ele”.

A conversa com Kate reforça elementos que já apareceram em outras falas, como o machismo e a dificuldade em entender a linguagem específica e burocrática dos editais. Contudo, avança na análise acerca da importância de quem está à frente das estruturas de poder ter sensibilidade para escutar as pessoas. Sublinha que a Fundação Cultural atuou de forma a garantir que o recurso da lei Aldir Blanc chegasse aos que mais precisavam naquele momento da Pandemia de COVID-19.

Expõe o programa Cultura Viva, do qual falaremos com mais detalhes, que, em suma, funcionou como um guarda-chuva, abrigando uma série de ações culturais, entre elas os Pontos de Cultura. De acordo com Turino, “Pontos de Cultura; pontos que guardam o firme desejo de “desesconder” o Brasil”. O objetivo é este mesmo: “desesconder” o Brasil; acreditar no povo, potencializar o que já existe [...]” (Turino, 2009, p. 14).

Kate confirma essa ideia de “desesconder”, quando relata o quanto cresceu com a mobilidade que lhe foi permitida via Programa Cultura Viva para acessar outras culturas efervescentes nos vários cantos do país e que lhe eram desconhecidas.

Outro fator importante em suas ponderações está na constatação do quanto “as pessoas são capazes de odiar, odiar quem é pobre”, constatação essa que viu emergir durante o governo Bolsonaro.

Ódio, racismo, homofobia, crueldade são as palavras usadas por ela, e demonstram que, antes de pensar em políticas públicas para a cultura, é preciso confrontar de onde vem todo esse ódio por quem está em condições de pobreza e quais são os geradores das vulnerabilidades sociais. Há que se pensar que, “numa sociedade de classes, de exploração, dominação e exclusão de uma classe social por outra, a cultura é um direito do cidadão, direito de acesso aos bens e obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural” (Chauí, 1991, p. 14).

Assim, findamos a conversa com Kate, o que nos leva ao encontro de Elisa, a próxima participante. De dentro do ateliê colorido e muito charmoso, é possível vislumbrar, ao fundo, um quintal, quintal que faz lembrar a música de Milton Nascimento “da janela o mundo até parece meu quintal | viajar, no fundo, é ver que é igual | O drama que mora em cada um de nós | descobrir no longe o que já estava em nossas mãos”.

Elisa. “Dar aulas é arte, é também um processo criativo. Hoje, mais do que dar uma aula, porque muita gente ainda pede aulas, chamo as pessoas para produzir junto, com foco no trabalho colaborativo. Não sobrevivo de arte. No aspecto econômico, o que me sustentou e sustenta foi o ensino, a atuação como professora. Hoje faço arte porque tenho minha

aposentadoria. Não produzo pensando no aspecto econômico. Não fico preocupada em vender. Faço arte porque gosto, porque sinto necessidade de produzir. Somos seres humanos porque criamos. Voltando aos primórdios, na história, o homem só é ser humano porque ele cria, somos seres criadores. Quem não cria está só vivendo, será que são realmente humanos? Será que estão se diferenciando dos demais seres vivos? Eu sinto necessidade de criar porque sou gente (pensando em uma dimensão bem filosófica), se vendo acho bom, mas não sofro com esse aspecto econômico. Exponho, às vezes. Minha pegada é coletiva, gosto de fazer junto, colaborativamente. Então expor é sempre expor com alguém, faço parte de vários grupos. Não gosto de expor sozinha. Criei um grupo de professores artistas, tínhamos uma associação, mas ficou pesado pra mim, diluímos a associação e mantivemos o grupo, Coletivo Cultura Plural de Uberaba. Fazemos reuniões de estudo, porque considero muito importante continuar estudando. Ajudo outros grupos também, de forma esporádica, como é o caso do grupo “Bordados Poéticos”. A relação com o poder público é importante, seja ela pra levar o aluno a um museu, a um evento, ou produzir um evento com a participação do poder público. Acho necessário na formação de um professor essa relação com o poder público. Um professor de artes não pode ficar fechado em sala de aula, porque a arte está em todos os lugares, na rua, na praça, você tem a cidade toda respirando arte. Eu fui professora na ECAL (Escola de Arte da Fundação Cultural de Uberaba). Antes da ECAL, procurei o poder público pra fazer uma atividade remunerada na concha acústica, eu levei o desenho para a concha acústica e era remunerada por fim de semana. Levava meu material e todas as pessoas que chegavam eram convidadas a desenhar. Mas senti que não foi um trabalho valorizado. Minha relação com o poder público, para o trabalho de arte nunca foi fácil. Em plena pandemia, fui conselheira do Conselho Municipal de Políticas Culturais (2020 e 2021). Brigamos, dentro do conselho, pela lei Aldir Blanc. Não foi fácil para a Fundação Cultural. Era preciso escutar as pessoas e saber da demanda delas, para fazer os editais. Foram brigas bem interessantes. Acabou minha gestão e saí. Foi a segunda vez que fui conselheira. Mas quem está no governo não escuta muito as pessoas. Tenho pouco conhecimento sobre leis de incentivo à Cultura. Na época do Gilberto Gil no MinC, eu participei de um Ponto de Cultura. Fizemos um Ponto de Cultura na periferia abrangendo dança, poesia e outras linguagens. Não posso falar que conheço profundamente, porque não estudei a fundo nenhuma lei, ou políticas públicas. Acho que essa parte de entender as leis, de ler e estudar, pra nós que somos da arte, é muito chata. Eu faço um esforço. Com a lei Aldir Blanc, conseguimos 6 projetos nos grupos de que faço parte e muita gente foi beneficiada, com valores entre três, quatro mil reais. Isso salvou muita gente na pandemia. Mesmo com dificuldade de ler e entender os editais, acho que são importantes e necessários. Precisam ser mais acessíveis, mais simples. O artista tem dificuldade com a burocracia. O artista precisa de uma rede de apoio, com várias

formações para ajudá-lo. O artista quer produzir sua arte. Muita gente desiste diante de um edital, aí não acessa. A política pública precisa assessorar a classe artística. Pensa nas pessoas mais simples, da cultura popular, dos catireiros, da congada, como eles vão acessar? Pensando nos últimos anos da cultura no Brasil, estávamos em uma efervescência muito boa. Gilberto Gil foi fantástico, os Pontos de Cultura, peguei uma parte do pessoal saindo da faculdade, tínhamos um grupo de arte-educadores que multiplicaram nessa época. E agora a gente vê uma política contrária à cultura popular, uma política fascista, com a qual rompemos agora, mas o fascismo está aí, continua. Houve um rompimento dessa escalada, mas o estrago foi muito grande, principalmente na questão ideológica, as pessoas começaram a demonstrar valores invertidos. Em quem se transformou o artista? Voltamos para a Idade Média. Uberaba é uma cidade muito conservadora, trabalha com panelinhas, grupos fechados que se beneficiam e não deixaram ninguém entrar. Ainda carecemos de políticas públicas voltadas para as artes visuais. É muito pouco. As políticas públicas dependem dos dirigentes. Se a gente tem na prefeitura uma pessoa com a cabeça mais aberta e voltada pra cultura, penso que a política cultural vai ser outra. Cadê o Fundo de Cultura de Uberaba e outras políticas municipais? Onde estão? A política cultural depende da gestão atual. Só será diferente se houver pressão popular. Se não tiver a força do grupo, as coisas não andam. Não adianta uma pessoa querer. O articulador é necessário, mas é preciso ter a pressão popular. Isso é educativo. Então cultura e educação estão juntas. Arte e educação estão juntas”.

Nossa conversa é mediada por uma reflexão filosófica sobre a necessidade de produzir arte para se sentir humana. Esse aspecto simbólico da cultura, que segundo ela vem antes das questões técnicas e organizacionais, é respaldada por Chauí, ao afirmar que

a cultura é trabalho, movimento de criação de sentido, quando a obra de arte e de pensamento capturam a experiência imediata para interpretá-la, criticá-la, transcendê-la e transformá-la; em segundo lugar é o movimento para dar a pensar, dar a ver, dar a refletir, a imaginar e a sentir aquelas experiências brutas que o trabalho cultural transforma em obras que modificam as experiências de onde partiram [...]. (Chauí, 1991, p. 14).

Ao ampliar o aspecto simbólico da cultura e de suas manifestações artísticas, Elisa expõe sua opção pelo trabalho coletivo e colaborativo em que, segundo ela, “cultura e educação estão juntas”. Sua experiência com os mecanismos de fomento à cultura se assemelha à de Kate, quando relata que “era preciso escutar as pessoas e saber da demanda delas, para fazer os editais. Foram brigas bem interessantes”. Porém, em sua percepção, “quem está no governo, não escuta muito as pessoas”.

Por um lado, a necessidade de quem faz cultura entender e apreender a linguagem específica dos editais, e, por outro, de os gestores governamentais facilitarem o acesso a essa linguagem para garantir maior aproximação de quem faz cultura com as leis e mecanismos de fomento será o fio condutor da conversa que se segue com a próxima participante, Kálica, a dona do Tear.

Kálica. “Aprendi meu artesanato em meio à família, a avó paterna era tecedeira e fazia no tear peças para o uso da família e que não existiam no modelo industrializado. O artesanato contribuía com a renda familiar. Tínhamos uma pousada e todo o enxoval era produzido pelas mulheres de nossa casa. O artesanato tem uma importância muito maior que a peça que é exposta. O artesanato é história, cultura, é modo de vida. Se você me perguntar: como o artesão sobrevive?, vou te responder: por milagre de Deus! Sobre os editais e políticas públicas, ainda se esbarra no acesso. A linguagem não é simples, é de difícil entendimento. Para muitos artesãos que não possuem escolaridade, a falta de clareza e simplicidade na linguagem se transforma em uma barreira intransponível. Eu vi, a partir desse ano (2023), uma tentativa do governo federal de simplificar os editais, acho que esse é o caminho. Muitos artesãos ainda estão fora do circuito virtual, muitos mal sabem utilizar bem o *WhatsApp*, sequer possuem redes sociais. Os artesãos precisam de formação e capacitação, porém o que acontece muito com políticas governamentais é divulgar cursos e formações, mas que servem apenas para promover determinada gestão e não há continuidade. Assim, o artesão vai se cansando e fica resistente em participar. Falta o acompanhamento depois que a formação acaba, falta acompanhamento e monitoramento. O PAB⁶⁰ meio que parou com esse último governo (Gestão 2019-2022), mesmo em funcionamento parcial, dificultou muito as coisas. As associações deveriam divulgar e discutir as bases conceituais do artesanato com os artesãos, para que possam se qualificar e aprimorar sua atuação em feiras e na própria divulgação do artesanato. Algumas pessoas não sabem a diferença entre artesanato e trabalho manual. A base conceitual do artesanato que está no PAB rege essa diferença. Há diferenças entre artesanato e industrializado, que nada mais é do que a industrialização e descaracterização do produto artesanal, preocupando apenas com a venda em larga escala. Participar de feiras agrega um conhecimento que vai além da venda do meu produto, porque o que vejo, o que conheço amplia o meu olhar, o olhar sobre o meu fazer, e me inspira”.

⁶⁰ Programa do Artesanato Brasileiro, criado pelo Decreto de 21 de março de 1991 e originalmente vinculado ao Ministério da Ação Social.

Kálica se refere aos editais como “barreiras intransponíveis” para muitos artesãos. Sua fala é um reforço do que já foi dito por outras participantes, que também apontaram entraves que reforçam a necessidade de mudanças na forma de conceber e propor as políticas culturais e seus mecanismos de fomento.

Nossa percepção é que simplificar a linguagem e oferecer um aporte educativo é imprescindível para que as camadas mais simples da sociedade tenham condições de acessar os recursos públicos destinados à manutenção, valorização e disseminação da cultura brasileira. Essa questão foi muito bem pontuada nas falas de Morena Monallisa e Aline quando mencionaram os representantes da cultura popular que promovem as Congadas.

Vale ressaltar que Kálica foi a primeira artesã, até esse momento do trabalho de campo, que mencionou, com propriedade, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), destinado a traçar diretrizes e fortalecer o artesanato em esfera federal, do qual falaremos mais adiante.

4.3.3 Luana, e Mara com os bordados poéticos

Restam dois encontros para encerrarmos o percurso em Uberaba e finalizarmos as percepções e considerações amalhadas no trabalho de campo. Luana é uma artista em atividade, mas também está vivenciando a gestão das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, na Fundação Cultural de Uberaba, onde cumpre um contrato temporário. E justamente por se encontrar “dentro e fora do balcão” é que sua experiência muito tem a agregar ao nosso trabalho.

Luana. “Minha formação de atriz foi muito à base de vivências, experimentação, oficinas, palhaçaria, circo e teatro de rua. Meu foco profissional é a palhaçaria feita por mulheres. Nesse processo eu me descobri produtora cultural, pela necessidade que praticamente todo grupo tem de organizar, estruturar, escrever projetos, enfim, todo grupo precisa de um “chato”, que organiza as coisas. Me vi nesse lugar e percebi que tenho talento pra isso. O gestor, o produtor cultural é a pessoa que resolve os problemas. Desde 2003, muita coisa aconteceu, muita coisa fluiu, embora eu acho que muita coisa não descentralizou e muita coisa não chegou na ponta. Triângulo Mineiro pra mim é ponta, não é central e muita coisa não chegou. Mesmo tendo cidades fortes por perto, como é o caso de Uberlândia, que tem uma Universidade do tamanho da UFU, e com curso de artes, a fruição da arte é muito mais potente, flui muito mais. Porém não reverbera aqui, não como eu gostaria. A presença do Gilberto Gil à frente da cultura ainda é muito forte, o que ele fez pra cultura, não sei se outra pessoa vai fazer. Talvez pelo momento histórico, mas foi muito forte, reverberou no Brasil inteiro. Ainda estávamos na esteira da promessa, e, de repente, a gente tem um

desmonte da cultura, que começou logo depois do golpe. O último governo atacou a democracia e desmontou a cultura. Além disso, houve uma retomada da marginalização do artista. O artista nunca foi 100% valorizado, o que aconteceu nos últimos anos é que essa voz que marginaliza o artista ganhou coro e dimensão. Toda vez que um governo quer desmobilizar a democracia, ele ataca a educação e a cultura. Falta a voz do artista no campo político. Talvez seja uma falha nossa achar que o processo artístico seja mais importante que o processo político. E com isso, mais uma vez, fomos desmoralizados, marginalizados. Por outro lado, precisamos fruir, para produzir arte. Acho que não dá pra ser artista e deputado ao mesmo tempo. Na pandemia, para os artistas, foi difícil, muitos artistas passaram fome, porém forçou a abertura dos editais, e mostrou a cara do artista, fomos os primeiros a parar e os últimos a voltar ao mundo do trabalho. Uberaba vai receber 2 milhões da Lei Paulo Gustavo. Estou aqui há dois meses e fui contratada para estruturar e fazer rodar essa lei, porque não tem gente pra trabalhar nela e fazer o dinheiro chegar onde precisa”.

Luana visualiza a região do Triângulo Mineiro como “ponta”, em contraposição ao que entende por algo que é central, e reforça que muita coisa não descentralizou, não chegou “na ponta”. Sua fala também sinaliza que os problemas relacionados à cultura são muitos e define a figura do produtor cultural como sendo aquele que “resolve os problemas”. Faz-se necessário abrir mais essa divisão de tarefas, que já foram mencionadas em outras falas, em especial na de Daniela Borela (Uberlândia), para distinguir melhor como se dá cada atuação na área cultural. De acordo com Rubim,

a criação cultural está associada aos intelectuais, aos cientistas, aos artistas e aos criadores das manifestações populares; a transmissão, a difusão e a divulgação da cultura constituem o campo, por excelência, dos educadores e professores e, mais recentemente, dos profissionais de comunicação e das mídias; a preservação da cultura – material e imaterial, tangível e intangível – requer arquitetos, restauradores, museólogos, arquivistas, bibliotecários etc. A reflexão e a investigação da cultura é realizada por críticos culturais, estudiosos e pesquisadores; a gestão da cultura supõe a existência de administradores, economistas etc. A organização da cultura exige a presença de um tipo de profissional especializado: o produtor, ou promotor ou ainda animador cultural. (Rubim, 2005, p. 18).

Ora, diante de tal complexidade, que envolve tantos profissionais, é necessário ressaltar a importância da produção cultural e do profissional que atua nessa área. Enquanto artista dedicada à palhaçaria com mulheres, Luana se encaixa no perfil de quem cria cultura, mas, em virtude da necessidade de dar vazão ao que cria, necessita atuar também na produção que organiza, dissemina e vende a sua ação cultural.

Outras participantes também expressaram a dificuldade com o acúmulo de tarefas e Luciene (Uberlândia), em sua fala, defendeu a importância de uma equipe, qualificada, para a realização de projetos culturais.

Nesse aspecto, Luana também expõe as dificuldades da própria Fundação Cultural, onde atua como profissional contratada temporariamente, apontando que “não tem gente pra trabalhar nela e fazer o dinheiro chegar onde precisa”. Dentre tantas questões relevantes, há também a desmoralização da figura do artista, sentida durante a gestão Bolsonaro. Segundo ela “o artista nunca foi 100% valorizado, o que aconteceu nos últimos anos é que essa voz que marginaliza o artista ganhou coro e dimensão. Toda vez que um governo quer desmobilizar a democracia, ele ataca a educação e a cultura. Falta a voz do artista no campo político”.

Corroborando outras constatações feitas anteriormente, Luana defende que o fazer cultural não esteja dissociado das questões políticas. Quem faz cultura no Brasil não pode se isolar no aprimoramento de sua arte apenas. Em suas palavras, “Talvez seja uma falha nossa achar que o processo artístico seja mais importante que o processo político”.

Para além dos meandros burocráticos que enviesam as políticas culturais, chegamos ao encontro com Mara e seus bordados poéticos. Nossa conversa finalizou a jornada de observação do fazer cultural das 25 mulheres participantes da pesquisa. Observamos aulas ministradas, ensaios musicais, peças feitas no Tear, pinturas, bordados, entre outros, em conversas realizadas ao longo de quase dois meses de trabalho de campo.

Os momentos vivenciados em companhia de Mara e das bordadeiras que compõem o coletivo “Bordados Poéticos” proporcionaram uma reflexão profunda sobre o ser/estar nesse mundo, e sobre as marcas que carregamos ao longo de nossa jornada. Bordados Poéticos é composto por mulheres com média de idade de 70 anos, que trazem no olhar a serenidade de quem já acumulou muitas experiências, mas para as quais cada dia vivido é uma oportunidade de aprendizados mediados por práticas colaborativas, manifestações de afeto, prazer em bordar, trocas de receitas e reflexões sobre a finitude do tempo. O contato com essas mulheres configurou-se, sem dúvida, como uma das porções mais poéticas deste trabalho!

Mara. “O Bordados Poéticos foi idealizado para bordar o olhar cotidiano, resgatar os “pontos da vovó”, as memórias afetivas. Na minha infância, eu não bordei, era serelepe, era de correr no curral. Depois de me tornar mãe, senti necessidade desse retorno às minhas origens, aos elementos poéticos da infância vivida na roça. O coletivo é formado por mulheres que querem aprender o bordado, que querem aprimorar o que aprenderam ao longo da vida. É um coletivo de mulheres formado de famílias e amigas, pessoas que, de

fato, se juntam pra trocar receitinhas de bordado, receitinhas de vida, tomar um café. Quando comecei, em outro coletivo que era um Ponto de Cultura, capacitamos muitas mulheres em comunidades rurais e tivemos registros e depoimentos de pessoas que trocaram remédios de tarja preta por encontros de bordado. Eu tenho isso na minha família. Aqui as mulheres bordam pra complementar a renda, bordam por prazer em aprender e aprimorar a técnica, pela qualidade de vida. O Ponto de Cultura foi uma política da qual participei, atuou em comunidades, escolas, e como política pública chegou, na minha visão, onde precisava. Penso que a política pública precisa atender a demanda da comunidade, chegar onde precisa. No Coletivo Bordados Poéticos, não temos CNPJ, a média de idade é de 70 anos, são avós, donas de casa e elas não têm essa visão de sentar na frente do computador, estudar um edital, elas não vão fazer isso, elas não conseguem. Por isso, é preciso ter um olhar governamental para que esse grupo seja sustentado. Ficamos sabendo de um edital de uma feira lá em Fortaleza, nós temos o bordado pra expor, mas não temos a logística pra chegar ao evento. Faço parte do Conselho Fiscal da FAM (Federação de Artesanato Mineiro). O PAB (Programa do Artesanato Mineiro) sempre nos ajudou com essa logística, de levar o nosso artesanato. Mas nem o PAB e a FAM são conhecidos das pessoas que fazem parte do nosso coletivo. Nosso grupo é alimentado por calor humano e não por articulações virtuais. A gente encontra pra bordar, temos duas participantes que são professoras, que buscam aprimoramento e disponibilizam esse conhecimento. Estamos juntas pelo prazer em conviver. Uberaba tem elementos autóctones que somam para ser uma cultura única. O Zebu, O Chico Xavier, as Igrejinhas, tudo isso traduzido pelo barro, pelas tramas e tecituras de linhas, pontos e nós. Sinto falta de entidades capacitadoras, como o SEBRAE e o SENAC, ajudando a criar essa identidade da cidade, porque isso pode alavancar nossa cultura e nosso fazer cultural, nossos bordados podem traduzir nossa cultura. Já são 30 anos frequentando feiras de artesanato e tenho sentido falta de gente jovem. Sinto que precisamos fomentar mais nossa arte de bordar, porque as artesãs estão envelhecendo e uma hora não conseguirão mais carregar malas cheias de produtos culturais. Quem continuará esse legado? Vamos deixar toda essa riqueza se perder?”

A conversa com Mara encerra o trabalho de campo e une, de forma empírica e despretensiosa, as três dimensões da cultura.

No campo simbólico, diz que “Uberaba tem elementos autóctones que somam para ser uma cultura única. O Zebu, O Chico Xavier, as Igrejinhas, tudo isso traduzido pelo barro, pelas tramas e tessitura de linhas, pontos e nós”; a cidadã, quando relembra de sua participação no Ponto de Cultura, que, segundo ela, “como política pública chegou, na minha visão, onde precisava”; e a dimensão econômica, quando sente “falta de entidades capacitadoras, como o

SEBRAE e o SENAC, ajudando a criar essa identidade da cidade, porque isso pode alavancar nossa cultura e nosso fazer cultural, nossos bordados podem traduzir nossa cultura”.

O trabalho de campo serviu para alcançar muitas impressões, percepções, aprendizados e apontamentos que podem contribuir para um olhar mais atento, apurado e vigilante sobre as políticas públicas pensadas e propostas para a cultura. Ao mesmo tempo, levou em conta a voz de quem, como expõe Luana, está na ponta, nas franjas, na periferia, mas está produzindo e construindo um legado cultural comunitário.

Mesmo que as questões relacionadas ao arcabouço cultural de responsabilidade do Ministério da Cultura sejam o foco desta pesquisa, não podemos ignorar que em Uberaba surgiram termos que merecem um pouco de nossa atenção: Federação do Artesanato Mineiro (FAM) e Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Esses termos não apareceram nas falas das participantes de Araguari e Uberlândia.

Segundo Mara (Uberaba), “faço parte do Conselho fiscal da FAM (Federação de Artesanato Mineiro). O PAB (Programa do Artesanato Mineiro) sempre nos ajudou com essa logística, de levar o nosso artesanato. Mas nem o PAB e a FAM são conhecidos das pessoas que fazem parte do nosso coletivo.” No site oficial da FAM, lê-se que foi fundada em 2017 e registrada em 2018, e que sua missão é “A promoção do Artesão Mineiro dando ao artesanato sua importância cultural, histórica e mercadológica”⁶¹.

Já o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) é de caráter governamental e no site oficial do governo lê-se que

o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) foi criado pelo Decreto de 21 de março de 1991. Originalmente vinculado ao Ministério da Ação Social, o PAB tem o objetivo de coordenar e desenvolver atividades que visem a valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, além de desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal. (Brasil, 2023a).

Embora o artesanato seja uma atividade cultural, como foi exposto pelas artesãs participantes da pesquisa, seu vínculo institucional se dá pelo viés econômico. Na área em que se encontra é justificada de

acordo com o DECRETO Nº 11.725, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023, o Programa é gerido pela Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual do Ministério do Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. O PAB é responsável pela elaboração de políticas públicas em nível nacional. Para tanto, conta com a parceria das Coordenações Estaduais de Artesanato, unidades

⁶¹ Informações extraídas do site <https://federacaodoartesaomineiro.org.br/apresentacao>.

responsáveis pela intervenção e execução das atividades de desenvolvimento do segmento. (Brasil, 2023a).

Assim, é possível perceber o desconhecimento, por algumas participantes da pesquisa, dessas diretrizes que já existem para o setor do artesanato desde 1991. Isso demonstra, mais uma vez, a necessidade de se pensar na eficácia da divulgação e da comunicação entre as esferas do poder público que fomentam e regem as leis e seus mecanismos e a sociedade produtora de cultura.

Muitas questões trazidas por Nina Soul e Olíria (Uberlândia) já estão contempladas nas finalidades e nos eixos estratégicos do Programa do Artesanato Brasileiro, como, por exemplo: “articular os meios e os atores capazes de viabilizar soluções competitivas e sustentáveis, que garantam o desenvolvimento integral, social, econômico, e melhoria na qualidade de vida dos artesãos”, e “implantar e consolidar canais públicos de comercialização dos produtos artesanais, aproximando os artesãos do mercado consumidor”⁶².

Essas diretrizes precisam ser mais articuladas e divulgadas, aproximando esse aspecto da economia, que, pelo menos no âmbito teórico, está mais estruturado, e promovendo a participação mais efetiva das artesãs nas esferas que discutem estratégias específicas para o artesanato brasileiro.

Ao finalizar a escuta e a observação, relembramos, por meio do Quadro 5, cada participante da pesquisa, sua cidade e atuação cultural:

Quadro 5: Visão geral das participantes da pesquisa.

Cidade	Participante / Atuação Cultural
Araguari	Marília – Diretora Artística – Dança Maristela – Professora de Dança Maria Vânia – Cantora e Artesã Hélvia – Contadora de Histórias (Literatura e artes integradas) Andreia – Cantora e professora de Canto
Uberlândia	Luciene – Gestora Cultural Franciele – Produtora Cultural e Artista Iara – Gestora Cultural Rosilaine – Produtora Cultural

⁶² Informações retiradas do site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/artesanato/conheca-o-pab/programa-do-artesanato-brasileiro-pab-1>

	<p>Açucenas – Quinteto Musical (Poliana, Janaína, Patrícia, Carolina e Franciele)</p> <p>Lais – Artista Circense</p> <p>Daniela Borela – Cantora e professora de Canto</p> <p>Nina Soul – Design</p> <p>Olíria – Artesã</p> <p>Cida da Flauta – professora de instrumento musical</p>
Uberaba	<p>Morena Monallisa – Produtora Cultural</p> <p>Aline – Diretora, Atriz e Dramaturga</p> <p>Kate - Cineasta</p> <p>Elisa – Arte-educadora</p> <p>Kálica – Artesã</p> <p>Luana – Atriz e Produtora Cultural</p> <p>Mara – Artesã e Agitadora Cultural</p>

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do trabalho de campo.

O próximo quadro resume as questões culturais que mais apareceram em cada município durante as conversas com as participantes:

Quadro 6: questões culturais mais recorrentes nas falas das participantes:

Cidade	Questões culturais recorrentes
Araguari	<ul style="list-style-type: none"> - Importância da cultura para o bem-estar das pessoas; - Acesso à cultura por meio de aparelhos sociais institucionalizados (Escola, Igreja, Universidade); - Desvalorização das atividades culturais e do artista; - Precarização do trabalho no setor cultural; - Ausência do poder público em áreas de vulnerabilidade social; - Desconhecimento acerca do funcionamento de mecanismos de fomento à cultura (Leis e editais); - Necessidade de valorização da educação artística.
	<ul style="list-style-type: none"> - Formação e suporte voltados à classe artística para dar mais entendimento acerca da legislação que rege os projetos culturais incentivados com recurso público, explicitando suas características e finalidades;

Uberlândia	<ul style="list-style-type: none"> - Aproximação e facilitação da linguagem utilizada pelos mecanismos de fomento às pessoas mais simples (Congadeiros, bordadeiras, Coletivos de Mulheres acima de 60 anos etc.); - Respeito às manifestações culturais e valorização do profissional da cultura; - Desmistificação da “gratuidade da arte” e da ideia de “vida fácil” do artista; - Valorização das etapas e das áreas que compõem o setor cultural (Encarar como profissão); - Machismo na área musical; - Abordagem de pautas identitárias (LGBTQIA+, Negritude etc.); - Retomada do Programa Cultura Viva e Pontos de Cultura; - Dificuldades enfrentadas com vendas <i>online</i> de produtos ou serviços culturais; - Entendimento de que a cultura movimenta um setor produtivo e econômico; - Importância do acesso à bens culturais no enfrentamento da vulnerabilidade social.
Uberaba	<ul style="list-style-type: none"> - O racismo estrutural e a dificuldade da mulher preta em acessar bens culturais e mecanismos de fomento à cultura; - Necessidade de enfrentar a percepção de que “a cultura afro” incomoda; - Lei Aldir Blanc e o socorro que chegou aos artistas que mais precisavam durante a Pandemia de COVID-19; - Eficácia do Programa Cultura viva por meio dos Pontos de Cultura em descentralizar e oportunizar o acesso a atividades culturais nas regiões mais periféricas; - Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), Federação dos Artesãos Mineiros (FAM) e as dificuldades de se viver dignamente do artesanato; - Desafios de uma fundação cultural com quadro escasso de profissionais qualificados, orçamento insuficiente para suprir as demandas culturais da cidade, e que não possui a “presença institucional” de uma secretaria de cultura; - Preconceito e machismo presentes no setor cultural; - Necessidade de aprimoramento e ampliação das feiras, bem como divulgação das artes manuais para o público jovem como forma de perpetuidade do artesanato.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do trabalho de campo.

Temos consciência das limitações da pesquisa e de que não será possível discutir a questão cultural pela ótica feminina abordando e aprofundando todas as percepções, perspectivas e inquietações trazidas pelas 25 participantes. Contudo, mediante esse levantamento é possível constatar que a compreensão dessas mulheres acerca das políticas e mecanismos de fomento à cultura, propostos a partir da primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003), abrange e se entrelaça com outras esferas cruciais da vida feminina.

Os posicionamentos registrados enfatizam que não se pode pensar a cultura feita por mulheres isolada do trabalho materno, do combate ao preconceito e racismo, da conjuntura política, do acesso à educação e à cidadania. Pensar políticas públicas que garantam direitos culturais passa, inevitavelmente, por essas questões trazidas por elas.

Reiteramos nossa esperança de que o levantamento feito a partir dessas escutas encontre mais corações e mentes interessados em promover a aproximação da Universidade com a comunidade, amplificando vozes que ressoam dos vários cantos desse imenso país e que lutam, diariamente, por acesso aos bens culturais e sociais que lhes pertencem, de fato e de direito.

Diante disso, a próxima seção analisa e problematiza, a partir das questões levantadas pelas participantes, os argumentos e posicionamentos oriundos do governo, iniciando com a primeira gestão do governo Lula e a efervescência cultural em 2003. Sob a batuta de Gilberto Gil e sua equipe, o Ministério da Cultura propôs debates e escutas descentralizadas, realizou encontros, conferências, concebendo e implementando o Programa Cultura Viva e uma de suas políticas públicas, os Pontos de Cultura, que, segundo algumas das participantes da pesquisa, foi muito exitosa e “chegou aonde precisava chegar”.

5 O MINISTÉRIO DA CULTURA PÓS 2003 E SUAS REVERBERAÇÕES PERCEBIDAS PELAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

É bom poder escolher, mudar de rumo;
as representações da cultura estão sempre ligadas às de liberdade.
(Bosi, 1984, p. 28).

“O artesanato tem uma importância muito maior do que a peça que é exposta. O artesanato é história, cultura, é modo de vida. Se você me perguntar: Como o artesão sobrevive? Vou te responder: Por milagre de Deus!”. Esse registro da conversa com Kálica (Uberaba) é propício para entretecer a cultura com o que há de mais soberano: a existência. Cultura vai muito além dos eventos, entretenimentos, cadeias produtivas, leis e editais. Ela versa sobre nosso ser e estar no mundo.

No entanto, para além dessa questão primeira, que é a de existir e se reconhecer gente com criatividade e poder de criação, a produção da arte, que se transforma em manifestações imateriais, artefatos e outras formas artísticas apreciadas, consumidas e tornadas atividade com fins lucrativos, precisa ser percebida também no centro do debate econômico, imprescindível para a sustentação e promoção de qualquer atividade profissional.

Ao assumir o governo federal, em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva posicionou a questão cultural brasileira junto a outras pastas importantes, como educação e saúde. Essa decisão passa inevitavelmente pela comparação e análise de estrutura, capilaridade e orçamento destinado a cada ministério.

Ao ocupar o cargo de ministro da cultura, Gilberto Gil, em seu discurso de posse, evidenciou a pluralidade e a complexidade da cultura e de suas vertentes, quando afirmou que

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura, unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural – mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é uma: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa. (Brasil, 2003a).

Quando um processo sociocultural desconsidera o lugar de onde vem a pessoa – o tempo e o espaço e as experiências educativas dessa pessoa –, são muito pequenas as chances de êxito

em torná-la uma cidadã plena, apta a entender e a apreender as complexidades do contexto em que se encontra.

Sobre isso, nossa referência é Paulo Freire que, na obra *Pedagogia da indignação*, “vê homens e mulheres como seres não apenas capazes de se adaptar ao mundo, mas sobretudo de mudá-lo. Seres curiosos, atuantes, falantes, criadores” (Freire, 2000, p. 96). Nesse sentido, os entrelaçamentos propostos na pesquisa, isto é, as dimensões simbólica, cidadã, política e econômica, fornecem o substrato necessário para que se sustente um debate amplo e diversificado sobre cultura.

É nesse tom de diversidade e pluralidade que a questão cultural adentra o ano de 2003.

A efervescência iniciada naquele momento, com Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, foi recebida pelas pessoas que se encontram fora dos grandes centros, uma vez que sentiram a reverberação do novo cenário que se descortinava para a cultura no Brasil daquele momento.

Na conversa com Kate (Uberaba), ela sublinha que “Gilberto Gil, quando assumiu o MinC, com o programa Cultura Viva, propagou essa ideia da importância do deslocamento. O programa Cultura Viva tirou a gente do lugar. Eu não tinha noção de muita coisa produzida no Brasil, culturas produzidas na Amazônia, no Centro-Oeste, no Sul, Nordeste. Conheci pessoas, porque saí do meu lugar e me apropriei disso”.

Esse sentido de pertencer a um país plural evidenciado por Kate é a base que sustenta as premissas das políticas culturais pós 2003, e convoca a sociedade para um amplo debate sobre cultura. Os princípios norteadores da I Conferência Nacional de Cultura (Brasil, 2005) abordam a amplitude, mas também a profundidade dos campos da cultura, quando apontam que a “promoção da cultura é condição necessária para a sustentabilidade do desenvolvimento de um País. Por isto, deve ser bem diagnosticada, dinamizada e combinada com políticas de promoção da inclusão cultural, sem as quais não se pode falar em uma real cidadania” (Brasil, 2005).

Seguindo na busca pelo envolvimento da sociedade, em especial as camadas mais populares, as diretrizes propostas pela gestão de Gilberto Gil, mantidas posteriormente por Juca Ferreira⁶³, foram na contramão da atuação do MinC até aquele momento. Segundo Rubim, “a abrangência das gestões de Gil e de Juca aparece como contraproposta ao itinerário da área nacional de cultura, pois ela somente em fases muito determinadas buscou interagir com outras

⁶³ Sociólogo e ambientalista, esteve à frente do Ministério da Cultura no segundo mandato do presidente Lula (2008–2010) e no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (2015–2016).

modalidades culturais além do patrimônio (material) e das artes (reconhecidas) [...]” (Rubim, 2010, p. 14).

Para Rubim, essa nova perspectiva mais ampliada demonstra que “a abertura – conceitual e prática – significa o abandono da visão elitista e discriminadora de cultura. Ela representa um contraponto ao autoritarismo estrutural incrustado em nossa história cultural” (2010, p. 15). Nesse contexto, as inquietações sentidas e expostas pelas participantes da pesquisa, de que para se pensar políticas públicas para a cultura é preciso vê-la em um contexto mais abrangente, vão ao encontro desse novo momento, que emergiu com as diretrizes defendidas pela gestão do governo federal iniciada em 2003.

5.1 A cultura como direito social

É muito importante frisar que vivenciar a cultura não é só um desejo que brota no seio das comunidades, ou na vontade do cidadão comum. Ter acesso à cultura e a sua complexidade é também um direito adquirido, debatido e defendido ao longo de décadas. Tomemos aqui o marco temporal da carta de “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, de 10 de dezembro de 1948. Em seu artigo 27, inciso 1, aponta que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (ONU, 1948).

Corroborando essa afirmação, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – adotado pela Resolução n. 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992 – reitera

em seu Artigo 15, §1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem a cada indivíduo o direito de: 1. Participar da vida cultural; 2. Desfrutar o progresso científico e suas aplicações; 3. Beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor. §2. As medidas que os Estados-partes no presente Pacto deverão adotar com a finalidade de assegurar o pleno exercício desse direito incluirão aquelas necessárias à conservação, ao desenvolvimento e à difusão da ciência e da cultura. §3. Os Estados-partes no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade indispensável à pesquisa científica e à atividade criadora. §4. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem os benefícios que derivam do fomento e do desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais no domínio da ciência e da cultura. (Brasil, 1992).

O sentimento de perdas nos campos da cultura, expressado pelas participantes de nossa pesquisa, é legítimo, pois não se trata só do ponto de vista de quem tece seu fazer cultural no dia a dia, tenta promover o que produz e viver dignamente de seu trabalho. Diz respeito,

também, ao fato de estarem alijadas de direitos conquistados, pactuados, mas que ainda se encontram fragilizados, à mercê de quem ocupa gestões de governo, quando deveriam ser direitos sedimentados por políticas de Estado, protegidos de ideologias e fatores puramente mercadológicos e econômicos.

Nesse sentido, uma vez que, se quem faz cultura é o povo, qual é o papel do Estado? Aí está: o papel do Estado é garantir pleno exercício dos direitos culturais, como descrito na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

Seção II DA CULTURA Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005). (Brasil, [2023]).

Os direitos culturais descritos acima não pautavam, até 2003, as diretrizes e ações do Ministério da Cultura. Rubim (2010) descreve o legado herdado pela gestão de Gilberto Gil fundado no que chama de “três tristes tradições das políticas culturais nacionais no Brasil [...] ausências, autoritarismos e instabilidades”. Para ele,

o tema das ausências deve ser o ponto de partida. Elas aparecem no cenário brasileiro de dois modos distintos: como inexistência em sua idade mais antiga, e, em sua modalidade neoliberal, como substituição (do poder de deliberação) do Estado pelo mercado através do recurso às leis de incentivo. (Rubim, 2010, p. 11).

Ao pontuar o que chama de ausências, a fala de Rubim está de acordo com Aline (Uberaba), quando ela enfatiza que a lei Aldir Blanc foi um socorro importante para os artistas, mas é insuficiente. A segunda tradição apontada como desafio para a gestão de Gilberto Gil é definida como “autoritarismos”. Sobre essa questão, Rubim (2010) assim discorre:

o desafio de formular e implantar políticas culturais em circunstâncias democráticas foi colocado na agenda do Ministério. A modalidade de autoritarismo que,

historicamente, associava regimes autoritários e desenvolvimento de políticas culturais, era enfim colocada em questão no país (Rubim, 2010, p. 13).

Ao ampliar o conceito, o Minc abriu “suas fronteiras para outras culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; audiovisuais; das redes e tecnologias digitais etc.” (Rubim, 2010, p. 14). Assim, essa gestão apontou “para a proposição de políticas de Estado, que, transcendendo governos, possam viabilizar políticas nacionais mais permanentes que coloquem em xeque as instabilidades, a terceira das tradições que marcam as políticas culturais nacionais no país” (Rubim, 2010, p. 16).

Diante do que foi exposto por Rubim, Marília (Araguari) tem razão ao afirmar que “o aspecto negativo é que tais melhorias ainda dependem da atuação do gestor maior do município, que precisa entender a cultura como um bem maior para toda sociedade, mantendo as conquistas e planejando os passos futuros”. Enquanto a sociedade brasileira for refém das três tristes tradições citadas acima, será muito difícil manter as conquistas no campo cultural, planejar e efetivar a descentralização, bem como implementar melhorias constantes e necessárias.

Seguindo esse preceito da cultura como um direito pactuado entre as nações e defendido em várias esferas de poder em território nacional, abordaremos, no próximo tópico, as implicações decorrentes das novas diretrizes encampadas pelo MinC.

5.2 Cultura, simbolismo e cidadania

No decorrer do trabalho de campo, as participantes da pesquisa discutiram e problematizaram vários aspectos que transcendem a questão cultural, mas que estão intrinsecamente ligadas a ela. Preconceitos, racismo estrutural, aporofobia, etarismo, vulnerabilidades sociais e, no caso das mulheres, a dificuldade em acessar e participar como protagonista de um cenário que propõe e põe em prática mecanismos que fomentam não só o setor cultural, mas também o direito à cidadania.

É importante sublinhar que as mulheres negras, como bem pontuado por Iara (Uberlândia), Morena Monallisa e Aline (Uberaba), ainda têm mais dificuldade em alcançar esse acesso, em função de um histórico de ausências, violências e atrocidades cometidas contra elas pelo Estado e por parte da sociedade brasileira. Aline pondera que é preciso confrontar o imaginário social, onde há a sensação que chama de “não dito”, de “não poder estar”. Aprofundaremos essa questão mais adiante, no tópico sobre cultura e racismo estrutural.

Abaixo, um recorte do discurso de posse do primeiro mandato (2003-2007) em que o Presidente Lula ressaltou a importância de um novo momento para o país.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo. (Brasil, 2003b).

Com a riqueza cultural figurando entre as prioridades do governo federal, democraticamente eleito para o pleito que se iniciava em 2003, o MinC se reestruturou para alcançar essa dimensão proposta e iniciou uma expressiva aproximação com a população brasileira, em especial com os fazedores e fazedoras das mais diversas vertentes e ações culturais. Esse passo rumo aos interesses populares se deu com a cultura sendo apresentada e defendida nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, que, entrelaçadas, orientam as estratégias para a cultura brasileira pós 2003.

Abordando o campo simbólico, é preciso entender que “em nossa sociedade, sem referências muito claras ou seguras para as crianças, adolescentes e jovens, deveria haver mais respeito e cultivo dos fazeres e saberes do povo” (Pessoa, 2018, p. 11).

A nova pauta do MinC aponta um fator preocupante, qual seja, ver e ter em posições político-estratégicas pessoas e grupos que não reconhecem as dimensões simbólicas e cidadãs da cultura de um modo geral. O fazer humano está repleto de cultura, linguagens e memórias. Na tessitura do cotidiano, na comunicação amorosa das afinidades ou na rudeza das comunicações violentas.

Assim, a comunicação acerca dos fazeres culturais transita de forma mais ampla, perpassando trejeitos populares, usos da linguagem falada, escrita, e também expressões não verbais explícitas em danças, comidas, vestimentas e crenças. Uma cultura que

não é feita de conceitos. Também não é assim que se explica. Ela é filha direta dos gestos, e é nos gestos que pode ser reconhecida [...]. E as palavras, cada povo as cria em sua respectiva língua e segundo seus modos de atribuição de sentidos ao que fazem as pessoas. Mas também a língua não suplanta os gestos [...]. Em se tratando de Cultura popular, há os gestos, não o conceito. (Pessoa, 2018, p. 13).

Tal riqueza precisa cair no entendimento e no gosto popular, ser desejada, essencial e amada. Quando um povo aprende a valorizar sua cultura e entende a importância do seu legado

e dos signos sociais que carrega, a preservação desse patrimônio se torna imprescindível. Como defende Krenak:

então, a vida inteira, você pode fazer uma porção de coisas, mas inconsciente. Agora, quando você é consciente, você está num estado de inteligência e conexão permanente como todo o universo. É isso que harmoniza, é isso que adorna a criação. [...] Para as nossas tribos voltarem a trilhar o caminho dos antigos, nós tínhamos que fazer isso, ou apoiado numa história viva, na memória ancestral, na memória transmitida oralmente através de algum registro que a gente pudesse manter, ou através do sonho, ou juntando tudo, juntando toda a memória que a gente tem, que vem do nosso espírito, para poder seguir a trilha dos antigos. Nós seguimos a trilha dos antigos com a mesma reverência que os outros povos fazem com a sua tradição, com a sua herança Cultural. (Krenak, 2000, p. 12 e 78).

Esse entrelaçamento de cultura, linguagens e memórias permite esse “voltar a trilhar o caminho dos antigos”, aprender com eles e transmitir para as futuras gerações esse aprendizado. Possibilita, também, modificar o tempo presente, corrigir erros históricos, promover singularidade, voz e visibilidade aos que sempre estiveram marginalizados, desconectados de sua herança simbólica, cidadã, política e econômica. Uma das imagens mais simbólicas desse entrelaçamento a que nos referimos pode ser explicitada na figura abaixo.

Figura 10: Kálica e o tear.



Fonte: registro feito pela própria autora a partir do trabalho de campo.

Na observação e na conversa *in loco*, Kálica (Uberaba) apresenta o tear, que é o cartão de visita da casa, pois, devido a suas proporções, a garagem é o único lugar com espaço suficiente para acondicioná-lo. Ela conta que o artefato é uma herança de família, utilizado pelas mulheres durante quase 100 anos. Agora, é a vez dela.

Ao utilizá-lo para produzir peças que aprendeu com a avó, produz também uma complementação de renda, além de manter viva a memória das mulheres que vieram antes e mantiveram viva a tradição do uso do tear em família. Acerca desse aspecto simbólico da cultura, que ultrapassa a barreira das dualidades esquecimento-modernidade, riqueza-pobreza, há que se refletir, como fez Jesus quando relata:

o tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: se ele sabe disso, por que não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, o Kubitschek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar pra mim, que sou uma pobre lixeira? Não posso resolver nem as minhas dificuldades... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (Jesus, 2014, p. 29).

O drama vivido por Carolina Maria de Jesus, eternizado em seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, deveria fazer parte de um passado vergonhoso para o Brasil, mas, infelizmente, a fome, em pleno século XXI, assola milhares de brasileiros. O setor cultural não ficou ileso frente a essa tragédia; uma prova disso é a própria lei Aldir Blanc⁶⁴, proposta como um “socorro” aos artistas brasileiros, uma das classes mais afetadas pela pandemia de COVID-19. A fragilidade da cultura frente aos ataques perpetrados ao setor cultural é comentada por Moreira e Spada,

a gente presencia já um boicote, não tem onde se apresentar, não tem nenhuma ação que é feita para mostrar nosso trabalho. Não tem nada. Não tem nada. A única coisa que tem, e porque acho que foram obrigados, mesmo, foi a lei Aldir Blanc. Inclusive tem dinheiro lá, nos cofres, pra soltar pelo edital da lei Aldir Blanc, mas eles não querem fazer isso. Enquanto a gente aqui está passando por essa dificuldade. (Moreira; Spada, 2021, p. 166).

O simbolismo da cultura e seus fios entretecidos pelas memórias, tradições das linguagens verbais e não-verbais, bem como crenças e saberes adquiridos nas experiências familiares e de comunidade, aparecem como um ponto de convergência entre as participantes da pesquisa. Na conversa com Olíria (Uberlândia), ela descreve, de forma bem nostálgica e

⁶⁴ Aldir Blanc, renomado artista brasileiro, morto em razão da pandemia da COVID-19 em maio de 2020.

emocionada, acerca do “reencontro com a sabedoria empírica e ancestral das mulheres de sua família”.

Ao propor essa mudança de rumo e de sentido para o conceito cultura, o MinC sublinha e evidencia a importância dos elementos simbólicos e significativos que ultrapassam as normas e regras, que também cumprem um papel importante, mas que não podem suplantar o intangível, e a sabedoria ancestral dos povos originários desse país, guardados nas memórias, histórias orais, linguagens e afetos.

O texto-base da I Conferência Nacional de Cultura (Brasil, 2005) pondera que “qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados. Com a cultura, não é diferente”. Contudo, aponta que

tratar a questão da cultura, no campo da gestão pública, requer a atenção para alguns pressupostos. Entre eles, destacam-se a necessidade de perceber a cultura na qualidade de bem coletivo e observar a interferência das práticas culturais enraizadas nas ações implementadas pelas mais diversas áreas governamentais (saúde, educação, meio ambiente, entre outras). Uma política cultural que queira desempenhar seu papel tem que delimitar claramente seu universo de atuação. O fomento da cultura, em sua dimensão antropológica, não deve ser responsabilidade específica de um setor governamental, deve estar nas diretrizes globais de governo, integrada com o conjunto das áreas de atuação do Estado. (Brasil, 2005).

Sublinhar a cultura como bem coletivo é se lançar ao encontro de um Brasil profundo, de dimensões continentais e dono de uma pluralidade e diversidade pouco conhecidas por seus próprios habitantes, como nos lembra Kate (Uberaba): “Eu não tinha noção de muita coisa produzida no Brasil”. E esse bem coletivo, como demonstrado na citação acima, se entrelaça em outras áreas sociais, influenciando-as e sendo por elas influenciado. Uma das áreas mais próximas da cultura é a educação. No próximo tópico, analisaremos como essa proximidade é percebida pelas participantes e como a gestão do Minc aborda essa questão.

5.3 Cultura e educação

O entrelaçamento entre cultura e educação foi um dos temas mais discutidos com as 25 participantes da pesquisa. Elas mencionaram a importância do aspecto educacional como elemento fundamental na busca pelo acesso a bens culturais. As discussões perpassaram a educação como substrato essencial para garantir direitos culturais, além da formação de educadores e dos reflexos percebidos no contato do aluno com atividades artísticas.

Elisa (Uberaba) afirma que é “necessário na formação de um professor essa relação com o poder público. Um professor de artes não pode ficar fechado em sala de aula, porque a arte

está em todos os lugares, na rua, na praça, você tem a cidade toda respirando arte”; Andreia (Araguari) reforça que “Um ponto muito importante, no meu entender, é o aumento do acesso à educação artística, a preservação do patrimônio histórico, eventos culturais”; e Cida da Flauta (Uberlândia) parte de sua própria experiência: “Eu sou um exemplo de aluna que teve um voto de confiança do professor. Quando era aluna no conservatório, tive um professor que acreditou no meu potencial”.

Corroborando as constatações descritas acima, o Texto-base da II Conferência Nacional de Cultura defende que

o desenvolvimento econômico e social do mundo contemporâneo está associado, cada vez mais, à capacidade humana de simbolizar, ou seja, ancora-se na criatividade de indivíduos e grupos. Nesse contexto, investir conjuntamente em cultura e educação é estratégico, e para isso é necessário criar instâncias de coordenação entre as políticas culturais e educacionais e estimular a interação entre as expressões da cultura e o sistema educativo. (Brasil, 2010, p. 38).

Essa tomada de consciência acerca da importância estratégica de políticas públicas que unam cultura e educação é um avanço muito importante para os rumos escolhidos pelo MinC, pois a relação com a educação é muito próxima, uma vez que um mesmo ministério já abarcou as duas pastas⁶⁵.

Contudo, ainda há um caminho muito longo a se percorrer, dada a própria dinâmica da história brasileira. Ribeiro (1986, p. 33) propõe uma reflexão e um convite: “meditem um pouco sobre esse tema e imaginem o efeito turístico que terá, num mundo em que todos tenham feito curso superior, um Brasil com milhões e milhões de analfabetos”, e nos adverte que “a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos”.

Dessa forma, discutiremos, no item 3.3.1, o papel das instituições educacionais mencionadas pelas participantes, e suas responsabilidades na construção de políticas mais inclusivas, justas e capazes de contribuir com reparações de erros e crimes históricos cometidos contra povos originários, afrodescendentes, pessoas em situação de vulnerabilidade social e mulheres.

⁶⁵Para saber mais, acesse: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/57/ministerio-da-educacao-e-cultura-1953#:~:text=Em%201953%2C%20quando%20foi%20criado,em%201985%2C%20pelo%20Decreto%20n%C2%BA>.

5.3.1 A contribuição das universidades públicas na promoção do acesso a bens culturais

O ensino superior foi muito mencionado em nosso trabalho de campo em virtude da formação acadêmica de 23 das 25 participantes, como se vê no quadro abaixo:

Quadro 7: Graduação e Pós-Graduação das participantes da pesquisa.

Participantes	Instituição de ensino superior citada
<u>Araguari</u> Andreia, Hélvia Maristela, Marília	Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari (FAFI)
<u>Uberlândia</u> Luciene, Lais, Rosilaine, Nina Soul, Franciele, Daniela Borela, Patrícia, Janaína, Olíria Carolina Iara, Poliana	Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Universidade de São Paulo (USP) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Faculdade Católica de Uberlândia
<u>Uberaba</u> Morena Monallisa, Elisa, Kálica Aline, Kate, Luana Mara	Universidade de Uberaba (UNIUBE) Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Faculdades Associadas de Uberaba (FAZU)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do trabalho de campo.

Aline (Uberaba) relata que, quando entrou na UFTM, “a instituição não estava pronta pra receber estudantes pretos. E as políticas estudantis são recentes. De 2011 a 2015 eu não tive o apoio de políticas de assistência estudantil, o RU começou a funcionar nesse ano (2023). Tínhamos um tíquete alimentação que caía atrasado e penávamos para não passar fome”. São

vários os relatos de estudantes que chegam ao ensino superior e precisam enfrentar uma grande batalha para se manter e terminar a graduação. Segundo Carvalho (2024),

Luana Nascimento, 23, é estudante de estatística da USP, a melhor universidade da América Latina. Mas a aprovação no vestibular não apagou os problemas da jovem, que nasceu e cresceu na comunidade Pedreirinha, em Mauá (SP). Ela é uma entre os milhares de alunos que precisam de ajuda para permanecer na universidade. (Carvalho, 2024)

Diante disso, não há como pensar na relação estratégica proposta pelo MinC em 2003 sem observar as falhas e problemas pelos quais passa o sistema educacional brasileiro.

Depois de um hiato de quase 10 anos, a Conferência Nacional de Cultura (CNC) retornou em sua quarta edição, reforçando que “desde o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o diálogo tem sido uma das marcas da atuação do Ministério da Cultura”, bem como que “a recriação do Ministério da Cultura também é o reestabelecimento do diálogo e da participação social como valor central ao fazer política cultural” (CNC, 2024).

O texto que respalda a 4ª edição da CNC avalia que

[...] foram muitos os retrocessos sociais. De lá para cá, o Brasil regrediu em indicadores sociais que se traduzem em aprofundamento das desigualdades. Nosso país reencontrou a extrema pobreza, os índices de desemprego e o déficit de moradia foram acentuados, triste realidade vista e sentida por todos nós nas vias das cidades. O nosso país foi submetido a uma crise de civilidade, com ataques à democracia; aumento das violências contra as mulheres, sobretudo para as mulheres negras; crescentes ataques às populações LGBTQIA+; aumento dos riscos para as pessoas com deficiência, para as populações do campo, das cidades e das florestas. Desrespeito aos direitos, perseguição e criminalização dos povos indígenas e quilombolas. Além de equivocadas estratégias de políticas ambientais, o que acentuou a dilapidação dos ecossistemas trazendo sérias consequências ao meio ambiente. (Brasil, 2024, p. 8-9).

O Balanço do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024 da Campanha Nacional pelo Direito à Educação mostra que quase 90% dos dispositivos (34 de 38) das metas não foram cumpridos. Desigualdades sociais e educacionais seguem andando de mãos dadas. O levantamento foi apresentado em audiência pública na Câmara dos Deputados no 25/06, data que marcou o fim da vigência do PNE 2014-2024. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação atua pela renovação do Plano -- que tramita no Congresso Nacional como Projeto de Lei (PL) nº 2.614/2024 -- com ousadia e sem retrocessos. (Campanha..., 2024)

Ainda segundo essa análise dos dados do Plano Nacional de Educação, percebe-se que “na última década, milhões de pessoas negras, pobres, da zona rural ou das Regiões Norte e Nordeste foram excluídas do acesso, permanência e conclusão de etapas, modalidades e níveis da educação. “Há avanços importantes, porém insuficientes para as populações negra e feminina” (Campanha..., 2024). É nesse cenário caótico que irrompe a esperança e a busca de

alternativas que possam reverter esse quadro tão avassalador e tão prejudicial ao tecido social brasileiro.

Quem nos aponta uma possibilidade de contribuição efetiva das universidades é Rosilaine (Uberlândia), servidora pública na biblioteca do Campus Umuarama da Universidade Federal de Uberlândia. Quando ingressou como servidora, percebeu um espaço na biblioteca “muito bom, grande e bastante ocioso”.

Assim nasceu a Feira Cultural, atividade pensada para, mensalmente, aproximar a comunidade local da universidade. Rosilaine relata que, “diante da burocracia em se propor algo que seria vendido dentro do campus de uma universidade pública, a alternativa foi escrever um Projeto de Extensão. Elaborei esse projeto pensando na economia solidária, em ajudar famílias que vivem do artesanato e dessa renda informal”.

Ao propor a Feira Cultural, Rosilaine se conecta com pessoas que tiram seu sustento da arte do artesanato e sua ação é um excelente caminho que pode ser trilhado, cada vez mais, pelas instituições de ensino, em especial as universidades públicas. Esse caminho é o de Projetos de Extensão. Como ela mesma afirma, “O Projeto de Extensão é uma ponte entre a universidade e a comunidade”.

Nina Soul (Uberlândia), ao problematizar a questão das feiras de artesanato realizadas em Uberlândia, menciona “a feira da biblioteca da UFU, que é muito legal e é gratuita”. Segundo ela a Feira proposta por Rosilaine “é pouco divulgada, não por causa de quem organiza, mas pela própria instituição, que não percebe a importância desse espaço e poderia dar mais relevância, por abrir as portas para a comunidade e por ser uma das razões de ser da universidade”.

Olíria (Uberlândia) também cita a iniciativa de Rosilaine: “eu não sabia que a feira da UFU acontece por meio de edital, essas coisas, essas políticas públicas estão muito distantes da gente”. Ela tem razão, contudo essa é uma distância que pode ser gradativamente diminuída. Tomemos como exemplo a própria Universidade Federal de Uberlândia, analisando seu site oficial.

Ao acessar a página principal, como demonstra a figura abaixo, visualiza-se o termo: Extensão e Cultura.

Figura 11: Site oficial da Universidade Federal de Uberlândia. Campus Umuarama.



Fonte: <https://ufu.br/campi/campus-umuarama>.

Mais um clique é necessário para acessar a próxima página, como vemos abaixo, em que se apresenta o posicionamento da UFU: “Extensão e Cultura. Iniciativas que promovem transformação e valorização cultural”.

Figura 12: Conteúdo da página: Extensão e Cultura. UFU.



Fonte: <https://ufu.br/campi/campus-umuarama>.

Logo abaixo, a UFU expõe suas diretrizes em seu site oficial, enfatizando que

a extensão é a ação da universidade no sentido de cumprir o seu papel social junto à comunidade externa. É uma via de mão dupla: precisa estabelecer condições para que o estudante, o professor e o técnico levem para a comunidade o conhecimento produzido e ensinado na universidade e, ao mesmo tempo, criar com o público exterior um diálogo de forma a também receber conhecimento. A política de extensão da UFU é um processo acadêmico vinculado à formação profissional do cidadão, à produção e ao intercâmbio de conhecimentos que visem à transformação social. A extensão também articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e instrumentaliza a relação dialética teoria/prática, por meio de um trabalho inter e transdisciplinar. (UFU, 2024).

Esse é um importante posicionamento institucional e representa a responsabilidade que a universidade pública tem em relação à comunidade. Documentos disponíveis no site oficial divulgam que a missão da UFU é “desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social”⁶⁶.

Mas, para fazer frente a todos os desafios dessa transformação social que, invariavelmente, passa tanto pela cultura como pela educação, é preciso mais empenho e mais aproximação com as pessoas e as necessidades da comunidade. Ao explicar o funcionamento da Feira Cultural, Rosilaine enfatiza os percalços que encontra em seu caminho.

Segundo ela, “quando ingressei na UFU como servidora é que comecei a entender a diferença entre ensino-pesquisa-extensão. Foi aí que, diante da minha vontade em fazer algo com a comunidade, comecei a descobrir como as coisas funcionam por aqui. Qualquer coisa que você quiser fazer dentro da universidade, que dependa de recurso financeiro, você precisa fazer via edital”. Nos degraus que constituem essa longa escada, a burocracia é o que mais exige paciência: “aí fui buscando esses editais. Tem edital específico pra quem faz cultura e trabalha na UFU. Tem edital específico para aluno. Eu fui entendendo isso. Sem grana é muito difícil fazer qualquer coisa”.

Outra lição que aprendeu é sobre a importância do financiamento. Essa questão será abordada nas próximas seções.

O Ensino Superior, como já dito, foi muito discutido pelas participantes, e o ponto mais forte é a necessidade do envolvimento do ensino superior com as atividades comunitárias. Sinalizamos aqui uma possibilidade de propor que o MinC continue suas ações estratégicas com o MEC, mas ampliando e propagando boas iniciativas como a que foi proposta por Rosilaine.

A Feira Cultural é um bom exemplo de Projeto de Extensão, que pode servir de modelo para que outras iniciativas surjam nas faculdades ligadas às disciplinas de humanidades, em especial as faculdades de Direito. A linguagem muito técnica e burocrática de editais foi um dos grandes entraves mencionados pelas participantes e trataremos desse assunto nas seções adiante.

Contudo, fica registrado que as instituições de ensino superior podem propor projetos que levem estudantes universitários até as comunidades, alcançando os grupos populares que

⁶⁶ Para saber mais acesse: https://proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/documento_orientador_-_pide_v.2.pdf.

desenvolvem ações culturais, para subsidiá-los com aporte técnico, simplificando as linguagens que regem leis e editais de fomento à cultura.

Além das instituições de ensino superior, foram mencionados os conservatórios estaduais de música, de nível técnico, do que trataremos abaixo.

5.3.2 A contribuição das instituições de nível técnico na promoção do acesso à bens culturais

Ao mencionar o conservatório estadual de música, Andreia (Araguari) ressalta o potencial que essa instituição possui de se aproximar de uma parcela da comunidade que, historicamente, se encontra longe de práticas culturais mais comuns em grandes centros urbanos.

Segundo ela, “o Conservatório Estadual de Música, como espaço público, que oferece atividades artísticas, precisa acolher aqueles que são excluídos em tantos outros espaços sociais”. E sobre o público atendido diz: “gosto muito dos meus alunos mais idosos, a maioria dos meus alunos aqui no conservatório são idosos. Eles querem mais do que uma professora, eles querem uma amiga, uma psicóloga, uma ouvinte. Pego todos os alunos idosos pra mim. Encaro minhas aulas como vivências musicais, experiências com sentido e significados”.

De acordo com Silva e Guimarães,

o estado de Minas Gerais possui doze conservatórios em sua rede de ensino mantidos integralmente pela Secretaria de Estado de Educação e se destaca no cenário nacional no que tange à integração do ensino de música na rede pública de ensino recebendo aproximadamente 30 mil alunos, desses aproximadamente 11 mil atendidos diretamente pelos Conservatórios e os outros 19 mil através de convênios e projetos realizados em parceria com escolas regulares. Os Conservatórios mineiros, desde que surgiram na década de 50, desempenham um importante papel na formação de músicos e difusão das artes, sobretudo da música. Estas instituições, que estão localizadas em quase todas as regiões do estado, oferecem cursos de nível técnico e de educação musical voltados para diversos instrumentos. (Silva; Guimarães, 2022, p. 1)

Do ponto de vista da facilidade de acesso a bens culturais, os conservatórios estão muito mais próximos da comunidade do que as instituições de ensino superior. Outra participante que os citou foi Cida da Flauta. Ela relata sua experiência como beneficiária:

[...] fui aluna no Conservatório Estadual de Música de Uberlândia e tive a oportunidade de integrar o projeto Rede Cultural Real desde a sua primeira edição. Quando era aluna no Conservatório, tive um professor que acreditou no meu potencial. Viu meu esforço, porque

eu não fiz universidade, e me convidou para trabalhar no projeto social. Agradeço a ele por ter me proporcionado essa experiência, que hoje é de onde tiro minha remuneração.

Se analisarmos as premissas que impulsionaram a efervescência iniciada em 2003, com a nova proposta de ampliação e descentralização do conceito de cultura, bem como o estímulo ao envolvimento da sociedade, uma parceria com os Conservatórios, que estão estrategicamente localizados nas regiões de Minas Gerais, se configura como uma possibilidade profícua de fazer chegar às pontas do país todo o pacote cultural necessário para alçar, de fato e de direito, a cultura em sua categoria de bem coletivo.

Sobre os 19 objetivos elencados pela III Conferência Nacional de Cultura, ocorrida no ano 2013, a equipe do MinC aponta que

para alcançar esses objetivos estratégicos o Planejamento e a Gestão necessitam: (15) Assegurar a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas; (16) Promover a integração com os entes federados na execução da política; (17) Integrar e consolidar as políticas de fomento e incentivo no sistema MinC; (18) Aperfeiçoar os marcos regulatórios; e (19) Aperfeiçoar os processos de monitoramento e fiscalização.

Do ponto de vista teórico, a ideia de integrar os entes federados se propagou entre as estratégias do governo, porém, de 2013 até os dias atuais, isto não se efetivou na prática. Colling e Sampaio demonstram que

com a emergência do governo interino de Michel Temer após o *golpimpeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, passamos a caminhar sobre ruínas no que se refere à garantia de direitos culturais no Brasil. Além do notável enfraquecimento institucional e da alta rotatividade dos gestores da pasta a partir do golpe de 2016, soma-se uma animosidade com a qual o governo tem tratado as expressões artísticas e culturais brasileiras, com abordagem cada vez mais moralista e contrária à diversidade. (Colling; Sampaio, 2022, p. 43).

Como exposto acima, todo o esforço empreendido pelo Ministério da Cultura, a partir de 2003, se transformou em escombros ao longo dos últimos 15 anos. Agora, com a retomada e uma nova possibilidade de reconstrução e fortalecimento das políticas culturais, há que se enfrentar os desafios postos à sociedade brasileira. As questões culturais passam pela educação, mas não se restringem a ela, o racismo estrutural é um dos temas que precisam ser enfrentados e o abordaremos no próximo tópico.

5.4 Cultura e racismo estrutural

Aline (Uberaba) é quem inicia esse assunto. Segundo ela, “a cultura afro incomoda, porque há uma dívida a ser paga e ela incomoda. É como uma gaveta bagunçada, com valores que não cabem mais nos dias de hoje, mas não se quer mexer nessa gaveta pra tirar o que não presta mais. É confortável deixar essa gaveta bagunçada, ela vai ficando fechada, até que ela passe a gerar um custo. Mexer na questão racial requer mexer em estruturas de poder. A educação e a arte são caminhos para nos ajudar a evoluir nesse sentido. Uma pessoa preta aprende a ler o “não-dito”. Um olhar, uma expressão facial, um estranhamento. Lemos o “não-dito” porque precisamos nos defender. É uma guerra constante”.

O estranhamento de Aline não é um sentimento isolado, ele tem origem. Quem nos leva às raízes do racismo é Oliveira, quando afirma:

a grande questão que coloco é que, dentre os sujeitos coletivos que lograram avanços no processo de democratização nos anos 1980, os que tiveram maiores dificuldades de inserção na agenda foi a população negra. E não porque as suas demandas fossem as menos importantes. Pelo contrário, foi justamente pela dificuldade de se encarar a temática das relações raciais dentro da perspectiva política. (Oliveira, 2021, p. 29).

Nas falas femininas que sustentam esta pesquisa, as desigualdades sociais apareceram de várias formas, seja na dificuldade de acesso aos bens culturais, seja na venda um produto artístico. Mas a questão do racismo é muito bem pontuada por quem sente na pele a discriminação, o olhar de desaprovação e a sensação, conforme relata Aline, de que está “incomodando”. Os posicionamentos que mencionam as desigualdades, registrados nos documentos oficiais do governo, são um importante passo, como se lê na citação abaixo, discutida no Texto-base da I Conferência de Cultura,

a cidadania democrática e cultural contribui para a superação de desigualdades e o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos, em suas dimensões social e cultural. Os seres sociais são sujeitos concretos, entrelaçados em redes de relações, em projetos coletivos. É com base na riqueza destas experiências e de suas necessidades que construiremos a participação coletiva na vida política e cultural da nação. (Brasil, 2005).

Porém isso está longe de ser suficiente para confrontar os componentes do racismo que apodrecem a estrutura social e política, reverberando, de forma muito negativa, no imaginário social. Esse alerta é emitido por André (2008, p. 36) ao expor que “o fato de serem negros, garantia a nomeação como inferiores, incapazes de progredir, de evoluir tanto nos aspectos intelectuais emocionais e sociais, não podendo, portanto, contribuir para o progresso da

sociedade [...]”. Assim, é preciso confrontar o racismo onde ele mais se encontra alojado, a saber, na maneira como está caracterizado o ser negro dentro das estruturas que sustentam a sociedade brasileira, em seus âmbitos social, político, educacional e econômico.

O governo Lula, que hoje se encontra em seu terceiro mandato, sempre teve como premissa um governo popular, voltado para a melhoria da vida dos trabalhadores brasileiros. Essa defesa pelas demandas populares, por si só, já promove algumas “rachaduras” em um sistema voltado para o que André (200, p. 36) chama de “ideologia branca/europeia”. Mas, para que se construam políticas públicas eficazes e acessíveis a essa classe trabalhadora, foco dos governos petistas, é preciso que o racismo seja abordado no topo das decisões políticas e no centro das esferas de poder.

Nascimento (2016, p. 131) vai mais longe ao denunciar que “a sociedade dominante no Brasil praticamente destruiu as populações indígenas que um dia foram majoritárias no país, essa mesma sociedade está às vésperas de completar o esmagamento dos descendentes africanos”.

Nesse sentido, quando Iara (Uberlândia) relata que “ainda temos dificuldade em fazer nossas festas populares em Uberlândia. Todo mundo conhece um pouco da história, quando os congadeiros conquistaram aquele espaço, os senhores da época acharam que ali era o fim da cidade e hoje é o centro da cidade. E como é tudo tombado pelo patrimônio histórico, a Igreja, a praça, a festa, a irmandade, então não tem como nos tirar de lá”, reforça a tese de Nascimento exposta acima. Há, sim, um processo de esmagamento da população negra no Brasil e os esforços do MinC, ao defender a diversidade, as culturas populares e a descentralização do acesso à bens culturais. descortinam, mais uma vez, a necessidade de um debate social mais amplo e profundo sobre o racismo e suas ramificações.

Por isso é preciso avançar, sempre, buscando as rupturas do sistema vigente, racista e excludente, na busca por políticas públicas que contribuam na construção do Brasil proposto pela gestão do governo federal pós 2003. Ao enfatizar a Lei 10.639/03⁶⁷, Viana (2023, p. 4) relembra que “esta lei, que atende reivindicação dos movimentos negros – há muito, atuantes no combate a práticas e ideologias racistas na sociedade – consiste em uma política governamental destinada à afirmação das identidades étnico-raciais em suas diferenças [...]”.

⁶⁷ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Saiba mais em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm.

Mas a promulgação de uma lei não é o fim, é o começo e, sozinha, não garante que a questão será resolvida de maneira efetiva.

Segundo Viana (2023),

cabe ressaltar que foi longo e árduo o caminho percorrido para que as demandas da população negra ganhassem esse reconhecimento legal. A conscientização sobre a necessidade de tornar legítima a luta constante contra a desvalorização e a marginalização sofridas historicamente por meio da concretização de direitos que passariam a colaborar, mais enfaticamente, para a visibilidade ou dignidade social pretendida é uma conquista recente. (Viana, 2023, p. 4).

Esse árduo caminho também é percorrido pelas tentativas de implementação de políticas públicas para a área cultural que sejam capazes de se somar às vozes que denunciam as desigualdades sociais e buscam as reparações históricas diante dos atos bárbaros, violentos e criminosos contra as populações pobres, pretas e, em especial, contra as mulheres, enfatizando-se que, dentro dos embates travados pelas mulheres, há a luta das mulheres negras. Gonzalez (2020) relata como foi o seu processo de conscientização para a necessidade de uma luta feminista:

sou negra e casei com um homem branco. A mulher negra sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual. A questão racial está diretamente ligada ao feminismo, e a mulher negra é o setor mais oprimido da sociedade. Basta lembrar que a distância salarial entre brancos e negros é maior do que entre homens e mulheres. Quando, em anúncios de jornais, surgem expressões tais como “boa aparência” o significado é que não se apresentem candidatas negras. (Gonzalez, 2020, p. 298).

Até o presente momento, o desenrolar desta pesquisa tem demonstrado que as falas femininas que ressoam nas três cidades localizadas na região do Triângulo Mineiro não estão apenas “reclamando das ausências do poder público”, mas demonstrando que suas inquietações vão ao encontro de raízes profundas, cujos frutos estão longe de se configurar como qualificação saudável ao tão esgarçado tecido social brasileiro.

Mas, como nos lembra Elisa (Uberaba), “Fazemos arte porque somos gente”, e gente também pode ser sinônimo de esperança. Partimos então, com esperança, para a seção subsequente, cujo foco são as políticas públicas de fomento à cultura pós 2003.

6 POLÍTICAS TRADUZIDAS EM LEIS E PROGRAMAS. OS DESAFIOS DA DESCENTRALIZAÇÃO E ACESSO NA PERSPECTIVA DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), ocorrida entre os dias quatro e oito de março de 2024, trouxe como tema central “Democracia e Direito à Cultura”. No tópico “A Conferência Voltou!”, Margareth Menezes da Purificação, Ministra de Estado da Cultura, reafirma que

a Conferência Nacional de Cultura é também um espaço privilegiado para os debates que transversalizam nossa pauta de retomada e, neste sentido, considera o que já foi indicado nos vários debates sobre política cultural no Brasil, que traremos nesse processo para embasar a revisão do Plano Nacional de Cultura. Pensar e implementar política cultural também é fazer cultura. O campo cultural configura a sua política, e esta ajuda a reconfigurar o seu campo, num processo de retroalimentação histórica contínua. E a cultura de política cultural que almejamos é inclusiva, democrática e comprometida com o processo de desenvolvimento pleno do Brasil. Hoje, em um contexto de retomada democrática, o norte da participação social torna-se ainda mais estratégico. Se democratizar a cultura sempre foi um debate necessário, torna-se igualmente relevante culturalizar a democracia no Brasil. (Brasil, 2024, p. 7).

O fato da retomada do MinC acontecer pelas mãos e coração de uma mulher negra, artista e gestora de projetos culturais já sinaliza que a atual gestão do governo sentiu os golpes do descaso com a cultura entre os anos 2016 e 2022. Esse conceito de retomada, como expressado abaixo, dá o tom e sinaliza que os embates culturais voltaram:

o Ministério da Cultura está sendo reconstruído e as políticas públicas federais de cultura retomadas à luz das necessidades de diálogos com os variados setores da sociedade, apontando políticas que transversalizem com o conjunto das necessidades de respostas a essas tantas mazelas sociais. E, pela primeira vez na história, sob a liderança de uma mulher negra, o que agrega muitos valores simbólicos e concretos em sua condução, como, por exemplo, um Ministério mais diverso com a presença de dirigentes negras e negros como nunca na história. (Brasil, 2024, p. 9).

Assim, analisaremos os mecanismos de fomento que apareceram nas conversas com as participantes desta pesquisa à luz das inquietações aqui postas: como ser protagonista e ter participação efetiva nos debates que envolvem o setor cultural? Como acessar e fazer uso dos mecanismos de fomento? E, por fim, o que é necessário para fazer girar a roda da cultura feita por mulheres que estão nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos, como é o caso do Triângulo Mineiro? A Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei Rouanet, é nosso primeiro ponto de análise.

6.1 Lei Rouanet: conhecimento, acesso e utilização

Para iniciar a análise e discussão acerca da lei federal de incentivo à cultura é necessária uma breve contextualização, voltando na história e no contexto da criação do MinC, responsável por gerir essa que é popularmente conhecida como lei Rouanet. Em Moreira e Spada lemos que

a criação do Ministério da Cultura se deu em 15 de março de 1985 e foi resultado direto do processo de transição democrática pós-Regime militar no Brasil [...]. Começava a partir de então a “remoção do entulho autoritário”, com o desmonte das estruturas burocráticas e das legislações criadas pelo Regime para a criação de novas instituições que fossem mais adequadas ao Regime democrático que então emergia. Entre elas, nascia o Ministério da Cultura. (Moreira; Spada 2022, p. 32).

Importa frisar o caráter democrático do terreno em que brotava o MinC, e posteriormente a lei Rouanet. Vale ressaltar a passagem do economista Celso Furtado, que esteve no comando da pasta entre os anos 1986/1988. Sobre ele, Bolaño afirma:

Celso Furtado produziu um pensamento significativo e ainda hoje impactante para as políticas públicas de cultura. Diferentemente da mentalidade de muitos economistas que, no afã de medir e mensurar, desprezaram o contexto e a transversalidade dos conhecimentos (e por isso empobreceram a ciência econômica), Furtado dialogou ao longo de sua vida com as Ciências Sociais, a Filosofia, as Artes e a Cultura para construir sua visão acerca do desenvolvimento brasileiro. (Bolaño, 2015, p. 9).

As ideias defendidas e deixadas como legado por Celso Furtado contribuíram para solidificar as bases do MinC e imprimir um novo modo de visualizar a cultura brasileira, contrário ao que se praticava no Regime ditatorial. Contudo, a institucionalização da cultura nunca foi uma tarefa fácil. Segundo Moreira e Spada (2022, p. 37), é “bem verdade que dois ex-presidentes haviam tentado sepultar a existência do Ministério”, Fernando Collor de Melo e Michel Temer. Esse último, “curiosamente do mesmo partido de Sarney, criador da pasta em 1985” (Moreira; Spada, 2022, p. 38).

No bojo desse assédio institucional, chegamos ao desmonte total do MinC, em meados de 2020, quando servidores públicos denunciavam “a ocupação de cargos por pessoas sem qualquer experiência na área cultural ou mesmo na administração pública; a nomeação de gestores sem qualificação técnica, com pautas meramente ideológicas” (Colling; Sampaio, 2022, p. 154). Sendo assim, a lei Rouanet emerge e se equilibra nesse conturbado contexto de embates, fragilidades e rupturas.

Criada em 1991, a Lei 8.313/1991⁶⁸ tinha como objetivo

captar e canalizar recursos para o setor cultural de modo a facilitar o acesso de todas as pessoas do país às fontes da cultura e promover o pleno exercício dos direitos culturais, além de estimular e fomentar a produção, preservação e difusão cultural, principalmente por meio de incentivo fiscal concedido a quem patrocina projetos com esse fim. Via de regra, leis não têm nome, mas desde o início essa lei passou a ser conhecida como Lei Federal de Incentivo à Cultura e, mais popularmente, Lei Rouanet, por conta de Sérgio Paulo Rouanet, Secretário de Cultura da Presidência da República entre 1991 e 1992, que foi responsável pela apresentação da proposta. (Brasil, 1991).

Embora a Lei Rouanet seja mais divulgada como uma fonte de recurso para incentivar projetos por meio de renúncia fiscal, há que se conhecer um pouco mais sua estrutura, composta pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e seus três mecanismos: Incentivo a Projetos Culturais; Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). Pelo o interesse desta pesquisa, nos ateremos ao Incentivo a Projetos Culturais.

Na conversa com Luciene (Uberlândia) ela relata: “como minha área é a parte de gestão dos projetos, vejo muitas dificuldades de manejo e entendimento das leis, tanto por parte dos artistas, quanto de outras pessoas que se envolvem com projetos sociais, porque é necessário entender a legislação, e esmiuçar uma legislação, uma instrução normativa, é, sim, uma tarefa muito chata, minuciosa e detalhada”. Esse relato possibilita retomar a percepção das participantes da pesquisa acerca das dificuldades de entender a estrutura da lei e o funcionamento de seus mecanismos para redigir um projeto cultural nos moldes exigidos, conseguir a chancela final de aprovação, e, por fim, prospectar um patrocinador.

Isso quer dizer que, mesmo que a parte escrita do projeto cumpra todos os passos exigidos pelo mecanismo, não há garantia automática do recurso financeiro necessário à sua execução. O que a Lei Rouanet oferece é a aprovação de um projeto que atenda a todos os critérios estabelecidos para se fazer uso do recurso público.

Após a aprovação, é preciso que o proponente (nome dado a quem propõe o projeto cultural) vá em busca de captar o recurso financeiro aprovado com pessoas físicas ou jurídicas (tributadas com base no lucro real) interessadas em patrocinar. Sim, realizar um projeto cultural via Lei Rouanet não é tarefa fácil.

Analisando os três parágrafos anteriores, ainda fica difícil entender a dinâmica da Lei Rouanet, o que demonstra a necessidade de um estudo mais detalhado, e que demanda um

⁶⁸ Saiba mais em <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-rouanet/textos/o-que-e-a-lei-rouanet>.

conhecimento satisfatório de uso dos recursos da internet, pois todas as informações estão disponíveis nos sites oficiais do governo e a inscrição é *online*. Nesse ínterim, faz-se necessário um letramento específico (de interpretação para esse tipo de texto e de uso das ferramentas virtuais) para atender aos critérios estabelecidos por meio das normas e regras de uso do dinheiro público.

Tudo isso nos remete à indagação de Morena Monallisa (Uberaba), segundo a qual “o povo das festas populares é um povo muito pobre [...]. A burocracia ainda é um grande impeditivo para o povo pobre acessar recursos e políticas públicas. Eu sou uma exceção nesse sistema, meu pai conseguiu nos garantir estudo, mas e quem não consegue?” Morena Monallisa expõe um grande desafio para uma gestão federal que se proponha a garantir o acesso aos direitos culturais de produção e fruição: como incluir quem não consegue alcançar os mecanismos de fomento à cultura?

Além de lidar com a questão da inclusão, há a necessidade de promover um letramento capaz de transpor a barreira da linguagem técnica, pois não é só o grupo de pessoas simples e pobres, como citado acima, que sente os obstáculos impostos pela burocracia dos editais. Dentre as participantes da pesquisa, Hélvia, que é psicóloga e mestre; Maristela, professora com curso superior; Elisa, com mestrado na ECA-USP, e Olíria, doutora pela USP, também sublinharam o caráter muito técnico e rebuscado desse tipo de documento, demonstrando a necessidade de tempo e estudo para entender os trâmites que envolvem leis, editais e mecanismos de fomento à cultura.

Se o objetivo da criação da lei Rouanet, conforme citação (Brasil, 2025a), era “facilitar o acesso de todas as pessoas do país às fontes da cultura e promover o pleno exercício dos direitos culturais, além de estimular e fomentar a produção, preservação e difusão cultural...”, ele está longe de ser atingido.

Não é foco desta pesquisa uma apresentação formal da Lei Rouanet e das outras que serão mencionadas. As informações históricas, os princípios e detalhamentos que compõem os mecanismos de fomento estão disponíveis pelos canais oficiais do governo, para fins de conhecimento e pesquisa.

Nosso objetivo é demonstrar a dificuldade de acesso e utilização, partindo da experiência das participantes e, ao mesmo tempo, buscando contribuir para que essas barreiras já mencionadas sejam sanadas ou, pelo menos, minimizadas, permitindo que a sociedade brasileira, em especial as pessoas que se encontram nas regiões mais periféricas, e as mulheres que participam desta pesquisa, tenham seus direitos e fazeres culturais garantidos.

Entre as 25 participantes, Luciene (Uberlândia) é a única proponente que, há mais de 10 anos e de forma ininterrupta, consegue realizar projetos realizados via Lei Rouanet. Para exemplificar e discutir mais a fundo como se dá o percurso exigido para aprovação nessa lei, partiremos de um de seus projetos, a saber, o Rede Cultural Real. Por meio dele, vamos analisar e problematizar cada passo, desde a inscrição até a realização.

6.1.1 Passo a passo para inscrever um projeto cultural na Lei Rouanet

O projeto Rede Cultural Real está caminhando para seu nono ano de ações ininterruptas. Foi inscrito, aprovado, captado e suas atividades estão em execução. Contudo, antes de acessá-lo, vamos simular o início da inscrição de um projeto cultural na Lei Rouanet. Imagine-se que uma pessoa que desenvolve ações culturais está interessada em se utilizar dessa lei. Para isso ela faz uma pesquisa pelo Google (mecanismo de busca por informações na internet), como na imagem abaixo:

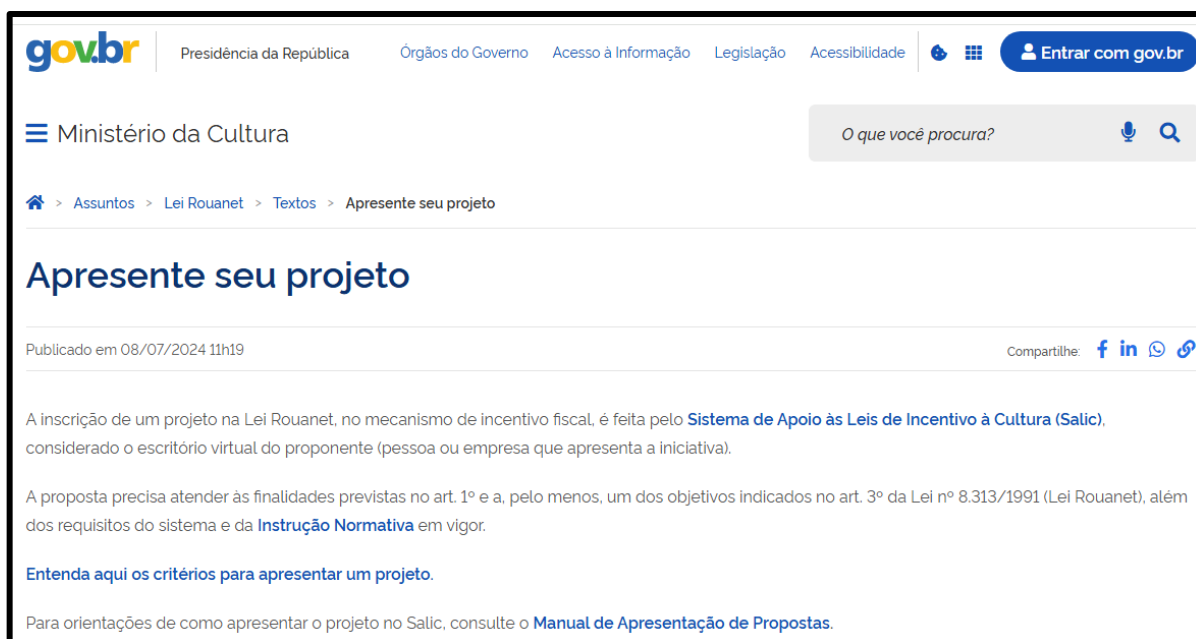
Figura 13: Mecanismo de buscas pela internet.



Fonte: ferramenta *Google*: <https://www.google.com/>.

Ao dar o comando de busca, aparecerá, conforme figura abaixo, o endereço eletrônico oficial.

Figura 14: Site do Ministério da Cultura. Página de inscrição de projetos culturais.



Fonte: Site oficial do MinC. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-rouanet/textos/apresente-seu-projeto>.

Pela primeira tela a pessoa interessada vai se deparar com as seguintes diretrizes: há um sistema específico, centralizador de todas as propostas, denominado Salic (<https://salic.cultura.gov.br/>). Porém, antes da inscrição no sistema Salic, é preciso atentar para as finalidades previstas, objetivos, além dos requisitos do sistema e da Instrução Normativa (IN) em vigor. Ainda nessa tela, a pessoa interessada é convidada a entender os critérios e utilizar o Manual de Apresentação de Propostas. Vencida essa primeira etapa, que compreende as regras e normas exigidas, é preciso se atentar para os objetivos da Lei, a saber:

I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais; II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais; III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores; IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional; V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira; VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro; VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações; VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória; IX - priorizar o produto cultural originário do País. X – estimular a produção ou a coprodução de jogos eletrônicos brasileiros independentes. (Incluído pela Lei nº 14.852, de 2024). (Brasil, 2025a).

Atentar-se para os objetivos que respaldam a execução de um projeto cultural é de fundamental importância para que o proponente se mantenha no foco nas ações que devem ser

executadas no decorrer do projeto, e o produto final chegue ao seu destinatário, ou seja, as pessoas que receberão as atividades, sejam elas em formato de shows, oficinas criativas, mostras, exposições, entre outras modalidades previstas na Lei.

O projeto Rede Cultural Real passou por essa primeira etapa e analisaremos como foi o processo de submissão, que culminou na aprovação chancelada pela Lei Rouanet. Cabe lembrar que qualquer projeto cultural subsidiado por recursos públicos pode ser acessado via internet, não havendo necessidade de autorização por parte do proponente. O site oficial para consultar projetos é o VERSALIC, conforme figura abaixo:

Figura 15: Página online para consulta de projetos culturais aprovados pela Lei Rouanet.



Fonte: VERSALIC. Disponível em: <https://versalic.cultura.gov.br/#/home>.

A consulta foi feita pelo nome do projeto Rede Cultural Real. Visualizaremos uma das edições que já foi encerrada e realizou todas as entregas exigidas e, ao lado, a nona edição que ainda está captando recurso, conforme figura abaixo:

Figura 16: Informações do projeto Rede Cultural Real. Versalíc.

Projeto Rede Cultural Real - 7 Anos		
PRONAC: 204589	Segmento: Empreend ...	Área: Artes Cênicas
Proponente: LUCIENE DE OLIVEIRA ...	CPF/CNPJ: ***.071.866-**	
Data: 01/05/2021 - 31/07/20...	Município: Uberlândia, MG	
Valor Proposta: R\$ 230.000,00	Valor Captado: R\$ 230.000,00	
► RESUMO		VER PROJETO

Projeto Rede Cultural Real - 9 Anos		
PRONAC: 2314536	Segmento: Empreend ...	Área: Artes Cênicas
Proponente: LUCIENE DE OLIVEIRA ...	CPF/CNPJ: ***.071.866-**	
Data: 01/08/2024 - 31/12/20...	Município: Uberlândia, MG	
Valor Proposta: R\$ 300.000,00	Valor Captado: R\$ 52.571,43	
► RESUMO		VER PROJETO

Fonte:

<https://versalic.cultura.gov.br/#/projetos?limit=12&offset=0&nome=Rede%20Cultural%20Real&sort=PRONAC:asc>.

Podemos observar que na figura da versão “7 anos” o valor da proposta é de 230.000,00 e o valor captado é o mesmo. Isso significa que Luciene conseguiu um patrocínio capaz de custear o seu projeto na íntegra. Na figura ao lado, os valores mudam. O valor da proposta é de 300.000,00, mas a captação, até o momento da consulta, é de 52.571,43. Isso significa que ela não pode contar, ainda, que seu projeto será realizado com todas as atividades previstas, pois, caso não consiga o valor previsto de 300.000,00, precisará adequar as ações contidas na proposta.

Avançando um pouco mais, observemos o que é solicitado para que o projeto tenha chances de ser aprovado. Ainda nas figuras acima, há um ícone onde se lê: “VER PROJETO”. Ao clicar, há o direcionamento para a figura abaixo:

Figura 17: Informações específicas do Projeto Rede Cultural Real. Versallic.



Situação:
Apresentou prestação de contas

Providências

Proponente  Proponente
Proponente:
LUCIENE DE OLIVEIRA MENDES
VILARINHO
CPF/CNPJ:
***071.866-**

Incentivadores  Incentivadores
Captações:
4 itens. Captações

Fornecedores  Fornecedores
Relação pagamentos:
182 itens. Produtos

Listas associadas

Distribuição: 0 itens.	Ver lista	Prorrogação: 1 item.	Ver lista
Divulgação: 0 itens.	Ver lista	Relatório fisco: 27 itens.	Ver lista
Documentos anexos: 99 itens.	Ver lista	Certidões negativas: 0 itens.	Ver lista
Marcas anexas: 22 itens.	Ver lista	Readequações: 18 itens.	Ver lista
Deslocamentos: 2 itens.	Ver lista	Relação bens capital: 0 itens.	Ver lista

Resumo Etapa Objetivos Sinopse Justificativa Ficha Técnica Especificação Técnica Impacto Ambiental Democratização Ac ➔

Realização de oficinas culturais gratuitas de circo e outras modalidades para crianças e adolescentes em ONGs parceiras, incluindo a sede do projeto.

Fonte: <https://versallic.cultura.gov.br/#/projetos/204589>.

A figura acima corresponde ao Projeto Rede Cultural Real – 7 anos, cujas atividades já foram realizadas e a prestação de contas apresentada. Onde se lê “Listas associadas”, são documentos que foram sendo solicitados ao longo do período de realização. Para ficar mais didático, no tópico “Readequações”, lê-se que possui 18 itens, isso quer dizer que foi necessário esse número de mudanças durante a vigência do projeto e é indispensável solicitar e aguardar a aprovação do MinC para realizar qualquer mudança no projeto original.

A duração dos projetos pode variar e seu regimento se dá pela Instrução Normativa (IN), sendo esse um importante documento a ser estudado pelos proponentes.

Um projeto cultural ainda precisa conter: resumo; etapas; objetivos; sinopse; justificativa; ficha técnica; especificação técnica; impacto ambiental; democratização, entre outros. Para exemplificar, reproduziremos abaixo o texto que compõe o item: objetivos, do projeto que estamos analisando:

Objetivo geral: o objetivo geral deste projeto é disponibilizar oficinas culturais gratuitas de circo e outras modalidades para crianças e adolescentes na sede do projeto, Circo da Vida, e em uma instituição parceira, por um período de, no mínimo, 15 meses, democratizando o acesso, auxiliando na formação integral dos mesmos e criando oportunidades para o futuro da cultura nacional. ***Assim este projeto atenderá aos seguintes incisos do Art. 2º DECRETO Nº 10.755, DE 26 DE JULHO DE 2021: -I - valorizar a cultura nacional, consideradas suas várias matrizes e formas de expressão;-II - estimular a expressão cultural dos diferentes grupos e comunidades que compõem a sociedade brasileira;-III - viabilizar a expressão cultural de todas as regiões do País e sua difusão em escala nacional;-IV - promover a preservação e o uso sustentável do patrimônio cultural brasileiro em sua dimensão material e imaterial;-V - incentivar a ampliação do acesso da população à fruição e à produção dos bens culturais;-VI - fomentar atividades culturais com vistas à promoção da cidadania cultural, da acessibilidade artística e da diversidade;-VII - desenvolver atividades que fortaleçam e articulem as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais que formam a economia da cultura;-VIII - impulsionar a preparação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para a produção e a difusão cultural. ---*Objetivos Específicos: ---*Produto OFICINAS CULTURAIS: ---#a) Complementar uma educação integral oferecendo um total de, no mínimo, 100 (cem) vagas gratuitas, na cidade de Uberlândia/MG, em oficinas culturais para crianças e adolescentes; ---#b) Fomentar a formação cultural e artística oferecendo uma carga horária de, no mínimo, 2.710 horas aula de oficinas culturais de Artes Cênicas: Circo e Dança (Ballet e Capoeira), Artesanato, Literatura, Percussão e Música: Flauta, Violino e Ukulele, durante um período, de no mínimo, 15 (quinze) meses.⁶⁹

Para finalizar esse exemplo, segue abaixo o cartaz de divulgação do encerramento do projeto, com apresentações dos participantes para a comunidade, em especial os familiares dos participantes:

⁶⁹ O Projeto Rede Cultural Real pode ser acessado e consultado na íntegra, por qualquer pessoa, pelo site: <https://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/2314536>.

Figura 18: Folder de divulgação do encerramento do projeto Rede Cultural.



Fonte: *Instagram*. Projeto Rede Cultural Real

Os tópicos 4.1 e 4.1.1 evidenciaram que, em suma, a Lei Rouanet não “libera dinheiro”, apenas torna aprovado o projeto para captar recursos públicos. Nesse aspecto, é importante para quem consegue realizar projetos que contribuem para a descentralização do acesso a bens culturais, mas, pensando em políticas de Estado e nas diretrizes do MinC pós 2003, percebe-se muitas fragilidades e necessidades de aprimoramento e avanços.

Em sua trajetória, Luciene (Uberlândia) desenvolveu uma parceria duradoura com o Grupo Real Distribuidor, patrocinador do projeto Rede Cultural Real por oito edições seguidas e caminhando para mais uma edição. Ela conseguiu um feito que não é comum, pois manter um projeto em atividade, com o mesmo patrocinador é uma tarefa muito difícil para a maioria dos proponentes, principalmente os que não possuem uma carreira midiática, estão longe dos holofotes e, por isso, menos propensos a serem “interessantes” aos grandes patrocinadores. Ao ampliar a discussão, Rubim adverte que

as leis de incentivo, na sua singular configuração brasileira, sofrem a tentação de esgotar o tema das políticas de financiamento da cultura, quando não das próprias políticas culturais. Elas deprimem a democracia ao introduzir uma potente distorção no poder de decisão do Estado e do mercado no uso das verbas públicas. Elas passaram a ser, na prática, decididas pelas empresas e seus departamentos de *marketing*. (Rubim, 2015, p. 21).

Há um comparativo no sistema Versalic que pode contribuir para demonstrar o quão frágil é limitar as políticas para a cultura às leis de incentivo. Observemos as figuras abaixo:

Figura 19: Informações oficiais do MinC sobre valores de projetos solicitados para Minas Gerais.

		
Unidade da Federação	2.024	
	Qtde	Solicitado
Minas Gerais	1.552	2.028.304.128,45

Fonte: <https://aplicacoes.cultura.gov.br/comparar/salicnet/>.

Nessa figura pode-se observar que no ano de 2024 foram aprovados 1.552 projetos culturais para Minas Gerais e o valor solicitado foi de dois bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e quatro mil, cento e vinte e oito reais, e quarenta e cinco centavos (2.028.304.128,45).

Contudo, na figura abaixo, aparece a quantidade de projetos que conseguiram captar recursos:

Figura 20: Informações oficiais do MinC sobre valores de projetos captados para Minas Gerais.

			
Região / Unidade da Federação		2024	
		Quantidade	VI.Captado
<u>Minas Gerais</u>		597	346.081.012,37

Fonte: <https://aplicacoes.cultura.gov.br/comparar/salicnet/>.

Analisando as duas figuras, nota-se a diferença entre projetos aprovados e projetos que conseguem captar o recurso necessário à sua realização. Dos 1.552 projetos aprovados, apenas 597 conseguiram captar recursos para a execução das ações culturais. Reforçando o que já foi dito: a Lei Rouanet não “libera dinheiro”, ela apenas torna um projeto apto para captar recursos financeiros para a sua execução.

É diante de toda essa complexidade que envolve a cultura brasileira em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, que a equipe do MinC, chefiada por Gilberto Gil, buscou novas estratégias para a pasta, entre elas o Programa Cultura Viva, tema que abordaremos a seguir.

6.2 Programa Cultura Viva: entrelaçando pessoas e ideias

O Programa Cultura Viva foi mencionado por algumas participantes da pesquisa. Sua origem remonta à

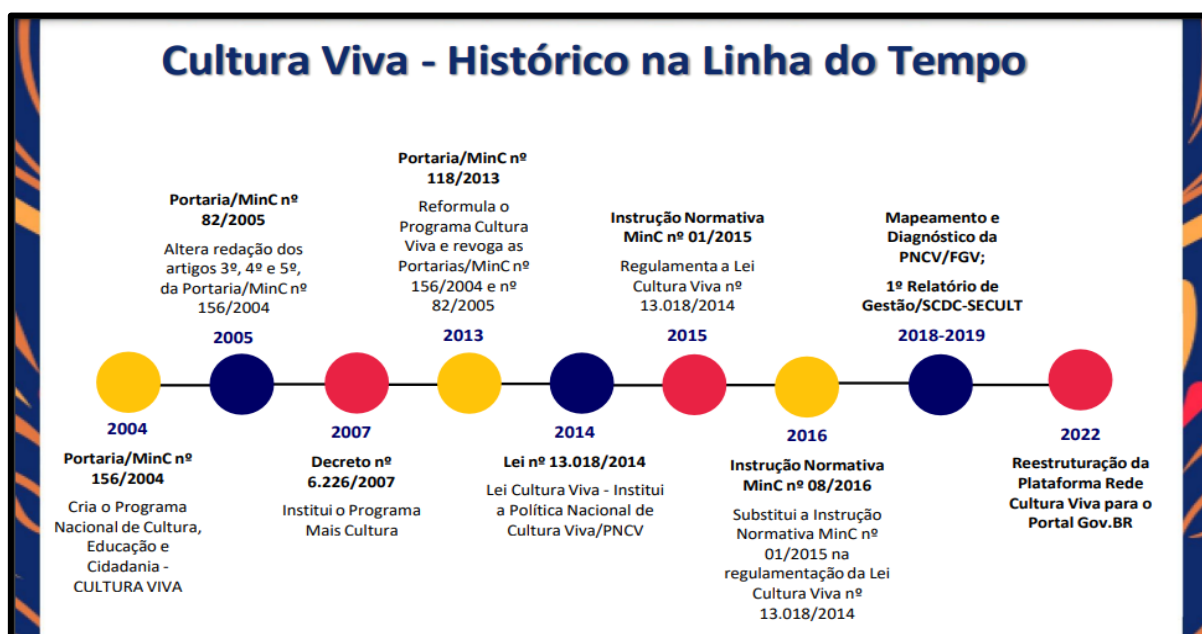
Constituição Federal de 1988, que estabelece o dever do Estado (Poder Público de todas as esferas) em garantir ao cidadão o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além do fomento, valorização e incentivo à produção, difusão e circulação de conhecimento, a universalização do acesso aos bens e serviços culturais e a cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural, entre outros (CF/88, art. 216-A, § 1º, incisos I a IV). (Brasil, 2022).

Partindo desse pressuposto que respalda o “pleno exercício dos direitos culturais” é que o Programa Cultura Viva foi gestado em 2004 e, por meio da Lei nº 13.018, de 22/07/2014, instituiu-se como Plano Nacional de Cultura Viva,

a Cultura Viva caracteriza-se como a primeira política de base comunitária do Sistema Nacional da Cultura (SNC) e alcança grande dimensão nacional e internacional, sendo ainda a base para a criação do Programa IberCultura Viva em 2014 - sendo, atualmente, uma referência para políticas culturais de base comunitária em vários países da América Latina. (Brasil, 2022).

Por se configurar como política de base comunitária e atuação em rede, seu objetivo é “contribuir para a inclusão social, o combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação e intolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira e o pleno exercício dos direitos culturais” (Brasil, 2022). Abaixo a linha do tempo para melhor visualização acerca da progressão dessa política

Figura 21: Progressão da Política Nacional de Cultura Viva 2023.



Fonte: Cartilha PNCV 2023 (Brasil, 2023b).

Pela linha do tempo, nota-se que propor uma ação com vistas a transformá-la em política pública de Estado não é uma tarefa fácil, principalmente em se tratando de cultura, pois, ao alçar uma proposta com base comunitária ao nível de política de Estado, inevitavelmente, terão que ser discutidas as bases econômicas para a sustentação e aprimoramento que uma política pública requer. Contudo a relação entre cultura e economia

é ainda de difícil convivência. O uso das duas palavras não coincide nas linguagens cotidianas. Muitos artistas não relacionam seus trabalhos com a economia. Alguns discursos, envolvendo as atividades culturais, vêm perigos na abordagem desta relação e não a aceitam. Por outro lado, muitos economistas tratam a cultura como uma atividade marginal ou simplesmente como algo que deve ser abordado por outras ciências. (Brasil, 2005).

Quase 20 anos depois, essa constatação, registrada no Texto-base da I Conferência Nacional de Cultura, ainda se faz presente, pois, no imaginário social, “em geral, verificam-se confusões a respeito da cultura como objeto de política. Ainda é comum se dizer ou ouvir que a cultura não deve e não pode ser administrada, que a intervenção ou planejamento são impossíveis [...]” (Silva; Araújo, 2010, p. 12). A atuação da equipe do MinC pós 2003 foi justamente a de problematizar esse lugar ocupado pela cultura, promovendo um debate amplo, descentralizando e envolvendo a sociedade e, em especial, os agentes culturais.

Nesse sentido, desde a implementação, ainda como Programa Cultura Viva, suas ações foram sentidas em vários cantos do país, inclusive na região do Triângulo Mineiro. Na conclusão do trabalho de campo, ao registrar no questionário final suas considerações, Iara (Uberlândia) lembra que um “Ponto positivo foi a conquista da lei Cultura Viva, o que precisa ser melhorado é que ela precisa realmente ser validada”.

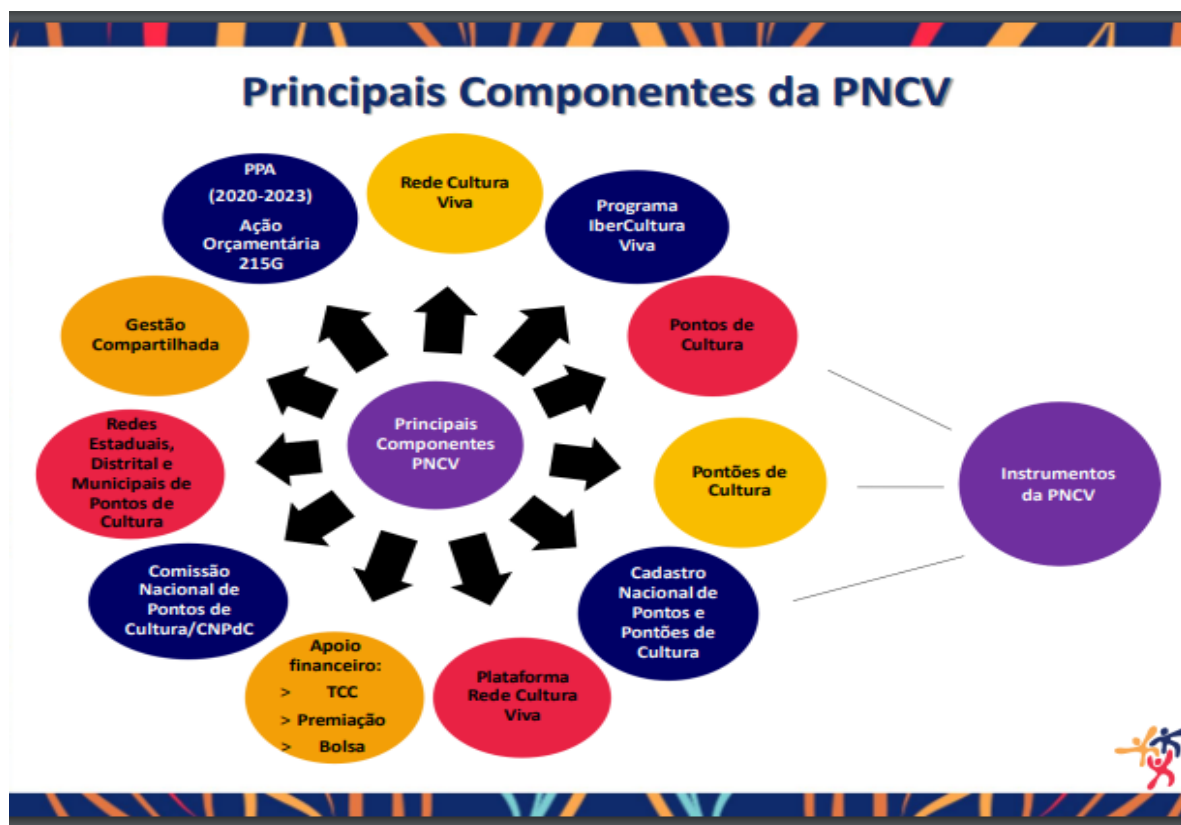
Ela também lembra sua participação no início das discussões encampadas pelo MinC:

“estava todo mundo de mãos dadas, querendo conhecer o que era novo, as novas políticas para a cultura. Foram muitos movimentos, manifestações, Teias⁷⁰, caminhadas pra Brasília, muitas vezes com recursos próprios, de carona, dividindo o pão, a quentinha. Só que eram momentos de prazer, porque estava todo mundo junto, unido, numa mesma causa. Quando você fala de políticas públicas, você precisa falar de um todo, de um contexto grande, que vai agregar todos”.

Caminhando na direção de uma política reconhecida e sentida pela sociedade e travando as batalhas políticas necessárias, o Programa Cultura Viva é hoje o Plano Nacional de Cultura Viva (PNCV), cuja amplitude pode ser vista na figura abaixo:

⁷⁰ Teias é o nome que se dá para os encontros dos Pontos de Cultura, dos quais falaremos mais adiante.

Figura 22: Organograma dos componentes da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV).



Fonte: Cartilha PNCV 2023 (Brasil, 2023b).

Nota-se que, mesmo com o fechamento do MinC entre os anos de 2019 e 2022, a efervescência sentida no pós 2003 não se extinguiu totalmente e, com a retomada em 2023, está sendo possível recalculá-la a rota, na tentativa de reposicionar a cultura em seu lugar central nas tomadas de decisões estratégicas do governo federal. Vale ressaltar que as formas de apoio previstas no PNCV se dão de duas formas: certificação simplificada, que não envolve repasse de recursos e que se configura como uma titulação de reconhecimento, concedida pela SECDC/SECULT/MTur; e outra envolvendo apoio financeiro, nas modalidades:

Fomento – instrumento de repasse: • Termo de Compromisso Cultural (TCC); • Parceria celebrada com Pontos e Pontões de Cultura (com CNPJ); • Realização de projetos culturais; • Seleção direta pela SDC ou de forma descentralizada pelos estados, DF e municípios. Premiação: • Valorização de ações já realizadas pelos Pontos e Pontões de Cultura; • Valorização de ações realizadas por pessoas físicas, entidades e coletivos culturais, no âmbito das ações estruturantes da PNCV; • Seleção direta pela SDC ou de forma descentralizada pelos estados, DF e municípios. Bolsa: • Agente Cultura Viva (pessoa física); • Desenvolvimento de atividades culturais que colaborem para as finalidades da PNCV; • Seleção direta pela SDC ou de forma descentralizada pelos estados, DF e municípios. (Brasil, 2023b, grifos no original).

Por último, ao observar, na próxima figura, a estrutura de gestão compartilhada, percebe-se o papel importante que a sociedade possui nas ações do Plano Nacional de Cultura Viva:

Figura 23: Organograma da Gestão Compartilhada da PNCV.



Fonte: Cartilha PNCV 2023 (Brasil, 2023b).

Os Pontos de Cultura são a linha de frente do PNCV e sua concepção, estrutura, funcionamento, bem como a forma como essa política foi percebida pelas participantes da pesquisa é o tema do próximo tópico.

6.2.1 Pontos de Cultura: “Vamos desesconder o Brasil”

A participante que abre a discussão acerca da política pública intitulada Ponto de Cultura é Mara (Uberaba). Em seu relato, ela afirma: “o Ponto de Cultura foi uma política da qual participei, atuou em comunidades, escolas, e como política pública chegou, na minha visão, onde precisava. Penso que a política pública precisa atender a demanda da comunidade, chegar onde precisa”. Mara não se apresentou como uma pessoa que conhece bem as políticas públicas para a cultura, contudo, de forma simples e objetiva, descreveu o cerne dessa política que, em

sua essência, buscava “histórias escondidas de um Brasil que pouco vê a si mesmo” (Turino, 2009, p. 14).

Os Pontos de Cultura brotam do Programa Cultura Viva, que hoje é o Plano Nacional de Cultura Viva (PNCV), com essa premissa: potencializar o que já é realizado nos campos da cultura por pessoas, coletivos culturais, associações, entre outros.

Iara (Uberlândia) também menciona sua participação na Rede Mineira de Pontos de Cultura: “o Ponto de Cultura traz essa questão da comunidade, de abertura, de ajudar o outro, de ser rede. Um ajudando o outro é que forma a rede. A gente só via isso na área social. A cultura movimentou as outras áreas, se integrou. Tenho muito orgulho de participar da Rede Mineira dos Pontos de Cultura. Ela funciona e funciona muito bem. Nossa rede é um exemplo pra outros estados. Conseguimos fazer acontecer o programa Cultura Viva”.

O Moçambique Estrela Guia (MEG) do qual Iara faz parte, compõe a Rede Mineira dos Pontos de Cultura, que possui cerca de 230 Pontos em Minas Gerais, dos quais 171 foram mapeados, conforme informações divulgadas pelo site da Rede Mineira:

o mapeamento e diagnóstico dos Pontos de Cultura de Minas Gerais é uma iniciativa da Rede Mineira de Pontos de Cultura e busca compreender a situação atual dos pontos de cultura no Estado de MG, a partir de um retrato dos alcances e desafios enfrentados entre 2019 e 2021. O Mapeamento foi elaborado com assessoria do Observatório da Diversidade Cultural-ODC. Ao longo dos meses de março a julho de 2021, um Grupo de Trabalho com cerca de 18 pessoas se estabeleceu para discutir os objetivos, a metodologia e as perspectivas deste mapeamento. A Comissão Estadual e outros participantes da Rede mobilizaram as respostas e houve ampla adesão, com 171 Pontos de Cultura Mapeados, em um universo de cerca de 230. (Rede Mineira dos Pontos de Cultura, 2021).

Para Além da Rede Mineira, o MinC divulgou a marca de 5.000 Pontos de Cultura em todo o país. Segundo a informação divulgada,

a retomada da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) já traz resultados. O Ministério da Cultura (MinC) alcançou a marca de cinco mil Pontos de Cultura certificados na Plataforma Rede Cultura Viva, em mais de 1.400 municípios distribuídos em todas as Unidades da Federação. O número representa um aumento aproximado de 15% em relação a janeiro de 2023, quando ocorreu a recriação do MinC. Até esta data, contabilizavam-se 4.329 pontos certificados. De acordo com a linha histórica da plataforma, a rede Cultura Viva cresceu, em apenas 16 meses, 180% a mais do que o total registrado entre 2019 e 2022, considerando que, no acumulado desse período, foram certificados somente 373 Pontos de Cultura. (Brasil, 2025b).

De acordo com Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC, “a cultura passou por um período difícil. Os Pontos de Cultura não contavam com fontes de financiamento desde 2019. Agora, estamos vivendo esse novo momento em que cultura de

base comunitária volta a ter protagonismo” (Brasil alcança a marca..., 2025b). Os relatos de Mara (Uberaba) e Iara (Uberlândia) corroboram a ideia de Turino (2009, p. 15) ao defender que o “Ponto de Cultura é um conceito, um conceito de autonomia e protagonismo sociocultural”.

Kate (Uberaba) também vivenciou o momento de ascensão dessa política e, em sua análise, “as políticas devem apontar caminhos para que as pessoas vejam possibilidades de sair de suas comunidades, de ampliar o olhar para a sociedade, para a cidade onde moram, para que possam aprimorar leituras de mundo, de perspectivas, de oportunidades. Não é justo julgar as pessoas que estão à margem como se elas não quisessem sair de onde se encontram. Como vão sair se ignoram os caminhos possíveis?”

Sua perspectiva vai ao encontro da defesa de que o Ponto de Cultura, “na dimensão da arte, vai além da louvação de uma arte ingênua e simples como se ao povo coubesse apenas o lugar do artesanato e do não elaborado nos cânones do bom gosto” (Turino, 2009, p. 15). Esse preconceito apontado por Turino revela um desconhecimento da cultura das gentes, dos simbolismos e da riqueza do patrimônio cultural imaterial brasileiro, tão desconhecidos de seu próprio povo e que não são sinônimo de uma cultura “menor”, “mal feita”. Desconhece, inclusive, a riqueza e complexidade do próprio artesanato, do qual trataremos melhor na seção sete.

É preciso confrontar preconceitos dessa natureza, ampliando as vozes populares, ouvindo-as nas mais altas esferas do poder, pois, uma vez que o poder é público, as demandas vindas de todos os cantos do país precisam ser consideradas na concepção e efetivação das políticas públicas, cuja finalidade é a promoção da qualidade de vida nas esferas social, cultural, política e cidadã.

A retomada do financiamento aos Pontos de Cultura e do Plano Nacional de Cultura Viva é um respiro de alívio, após as dificuldades enfrentadas entre os anos de 2019 e 2022, como relata Maria Vânia (Araguari):

“Esse último governo, (Gestão 2019-2022) trouxe tristeza e sofrimento. Foi triste ver o desmonte da arte, do fazer cultural. O Brasil ficou triste, o artista ficou triste. O Brasil está doente e vai levar um bom tempo pra se recuperar. Antes, a gente tinha críticas, sempre discutimos as questões da cultura, da arte, porque sempre precisou melhorar, mas eles conseguiram piorar tudo”.

O sentimento relatado acima vai ao encontro do próximo assunto, que também afetou as participantes da pesquisa. Analisaremos as ações paliativas que surgiram para socorrer os

trabalhadores da cultura durante a pandemia do COVID-19, ocorrida no exercício de uma gestão de governo federal que se colocou como “inimiga” da diversidade cultural brasileira.

6.3 Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo: da tragédia ao socorro para a classe artística

Antes de discutir as políticas públicas que se configuraram como “um socorro para a classe artística”, é necessário relembrar o cenário em que se deu a pandemia de COVID-19. “Em um mundo caracterizado pelo grande fluxo de pessoas, produtos, informações, uma sociedade globalizada, a COVID-19 se espalhou rapidamente em todos os continentes, infectando milhões de pessoas e causando milhões de mortes” (Colling; Sampaio, 2022, p. 121).

Esse cenário foi televisionado e, diariamente, acompanhavam-se notícias estarrecedoras de mortes causadas pela pandemia, de um lado, e, de outro, a inércia e incompetência de uma gestão federal incapaz de propor ações que pudessem minimizar o sofrimento das pessoas mais vulneráveis diante de tamanha tragédia.

Nesse ínterim, o Brasil se consternava com a morte, por COVID-19, do compositor, escritor e médico brasileiro Aldir Blanc⁷¹, falecido aos 73 anos, devido às complicações do COVID-19, em maio de 2020. A morte de Aldir Blanc traz à tona a urgência em propor algum tipo de socorro aos trabalhadores da cultura. Pelo site do MinC, lê-se que:

[...] a Lei Aldir Blanc (LAB) foi uma resposta da sociedade brasileira ao impacto da pandemia de COVID-19 no setor cultural. Sancionada em junho de 2020 (Lei nº 14.017), ela determinou repasse de R\$ 3 bilhões a estados, municípios e Distrito Federal, destinados a três eixos de atuação. O primeiro trata da renda emergencial para trabalhadores da cultura como objetivo de apoiar profissionais da cultura, que tiveram suas atividades interrompidas pela pandemia. O segundo é voltado à manutenção de espaços culturais prejudicados com interrupção de atividades por causa da pandemia. E, por fim, o terceiro eixo é destinado ao apoio de projetos culturais que foram impactados pelas restrições impostas pelo período. Em 2021, ela foi prorrogada por meio da Lei nº 14.150, que ampliou o prazo para utilização dos recursos e estendeu o auxílio emergencial aos trabalhadores da cultura. (Brasil, 2023c).

Com mínima exigência burocrática, a Lei Aldir Blanc também foi sentida no fazer cultural das participantes da pesquisa. Franciele (Uberlândia), que estava atuando na secretaria de cultura de Vargem Bonita, na região da Serra da Canastra, relata: “Senti na pele os benefícios da lei Aldir Blanc, ela chegou aos artistas que precisavam de ajuda para sobreviver em Vargem Bonita. Quem cumpriu os requisitos foi agraciado com uma ajuda que foi crucial, diante dos estragos causados pela pandemia”.

⁷¹ Para saber mais acesse: <https://www.sabra.org.br/site/aldir-blanc/>.

Nesse aspecto, é perceptível a vontade política em ação, favorecendo as classes mais afetadas. O rápido movimento para sancionar a lei demonstra que a falta de vontade política por parte dos agentes públicos é o que, muitas vezes, dificulta a efetivação de ações para o benefício direto dos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, Franciele pondera: “com a Aldir Blanc, outra percepção que ficou muito forte em mim é que não adianta ter a lei promulgada, a política pública em vigor, se não houver alguém disposto a se mexer, movimentar os trâmites burocráticos exigidos para que os recursos públicos cheguem no lugar e nas pessoas que precisam e que possuem o direito ao acesso daquilo que é público. Essa experiência atuando no poder público me mostrou que essa engrenagem, que lida com a coisa pública, não funciona sem as pessoas, a engrenagem não se desloca sozinha”.

Essa fala aponta a importância da qualificação de quem assume cargos de representação pública. Por qualificação entende-se pessoas que façam girar a engrenagem política a favor da população, garantindo a ela o pacote social que lhe é de direito e pelo qual ela paga por meio dos impostos.

Pois, mesmo sendo pensada e efetivada com agilidade, a Lei Aldir Blanc ainda enfrentou resistências por parte da gestão do governo federal atuante no momento pandêmico, conforme registro encontrado no site oficial do MinC:

Aldir Blanc 1 enfrentou desafios. Em 2022, o então presidente da República editou uma Medida Provisória (MP) que alterava leis de apoio financeiro ao setor cultural, incluindo a Aldir Blanc. A nova determinação autorizava o Governo Federal a destinar os recursos, desde que respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras. Porém, protelava os prazos para o repasse. O veto presidencial à Lei Aldir Blanc é mais uma mostra do descompromisso com a cultura. O objetivo do governo é silenciar artistas e fazedores de cultura através da asfixia do financiamento à produção. (Brasil, 2023c).

Luana (Uberaba) afirma: “toda vez que um governo quer desmobilizar a democracia, ele ataca a educação e a cultura. Falta a voz do artista no campo político. Talvez seja uma falha nossa achar que o processo artístico seja mais importante que o processo político”. A afirmação de Luana vai ao encontro do pensamento de Chauí (2021, p. 183), quando aponta que “o direito à participação nas decisões de política cultural é o direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso como a produção de cultura pelos cidadãos”. Essa distância entre cultura, educação e política é uma lacuna que precisa ser transposta, pois representa uma dificuldade da população em participar, efetivamente, do jogo democrático que envolve direitos e deveres sociais.

Nesse embate, mais uma vez a cultura sobrevive e a Lei Aldir Blanc, que surgiu em um contexto triste e inesperado, hoje se consolida como Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que

já pode ser considerada a maior iniciativa voltada ao setor cultural da história do Brasil. Com caráter permanente e descentralizado, vai injetar R\$ 15 bilhões em estados, municípios e no Distrito Federal até 2027. Recursos voltados à promoção do desenvolvimento humano, social e econômico, com respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura”. (Brasil, 2023c).

Aldir Blanc, um artista que deixa um enorme legado nos campos das artes, também eterniza seu nome na história brasileira como sinônimo de luta por dignidade e justiça social aos que trabalham pela valorização e descentralização da cultura e de suas políticas públicas.

Ainda no período pandêmico, a sociedade brasileira se despediu de outro expoente das artes. Em maio de 2021, o ator, humorista e diretor Paulo Gustavo morreu em decorrência de complicações da COVID-19. Ele tinha 42 anos. Nesse período, a classe artística ainda enfrentava muitos problemas. Luana (Uberaba) lembra: “na pandemia, para os artistas, foi difícil, muitos artistas passaram fome, porém forçou a abertura dos editais, e mostrou a cara do artista, fomos os primeiros a parar e os últimos a voltar ao mundo do trabalho”.

Luana, contratada para colaborar na gestão dessa lei, ressaltou: “Uberaba vai receber 2 milhões da Lei Paulo Gustavo. Estou aqui há dois meses e fui contratada para estruturar e fazer rodar essa lei, porque não tem gente pra trabalhar nela e fazer o dinheiro chegar onde precisa”. O histórico publicado pelo site oficial do MinC relata que

no dia 11 de maio de 2023, foi assinado o decreto regulamentar da Lei Complementar nº 95 – a Lei Paulo Gustavo (LPG). Além de um marco nas políticas públicas de cultura no País – os R\$ 3,8 bilhões são o maior investimento direto já feito na área –, a lei é uma conquista do setor cultural. Desde 2021, trabalhadoras e trabalhadores do segmento lutaram pela aprovação, e, posteriormente, pela execução da lei. A norma foi apresentada ao Legislativo em 2021. No dia 11 de maio, pouco depois do falecimento do ator Paulo Gustavo, o Senado Federal recebeu o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº73/2021, que daria origem à LPG. O instrumento teve o objetivo de auxiliar o setor cultural, duramente afetado pelas medidas de isolamento social necessárias à contenção da pandemia de Covid-19. O PLP foi enviado à Presidência da República para sanção em 28 de março de 2022. (Brasil, 2023c).

Reforçando o caráter contrário à promoção da cultura,

em 6 de abril, Jair Bolsonaro vetou integralmente o instrumento. As alegações do Executivo, no entanto, não foram acatadas pelo Legislativo: em 5 de julho, o Congresso Nacional votou pela derrubada do veto. Em 8 de julho, a lei foi publicada no Diário Oficial da União. Mesmo com a reversão do veto, a Presidência da República mais uma vez se mobilizou contra o apoio à cultura. Em 29 de agosto, é

publicada a Medida Provisória (MP) nº 1.135/2022, permitindo o adiamento dos repasses. O Supremo Tribunal Federal, porém, não acolheu a manobra, e suspendeu a MP em 08 de novembro. (Brasil, 2023c).

Ao abordar as duas leis que surgiram de forma inesperada, configurando um socorro aos integrantes do setor da cultura brasileira, percebe-se a fragilidade do alicerce que sustenta a cultura, suas complexidades e a do próprio ministério criado para alçá-la ao mesmo status conferido a outras pastas como saúde e educação, por exemplo.

Essas duas leis impactaram e aproximaram o fazer cultural das participantes da pesquisa dos mecanismos de incentivo à cultura, como já foi demonstrado, amplificando a questão cultural no Brasil para além dos limites que hoje demarcam a abrangência das leis e seus mecanismos de fomento.

Como demonstra Turino (2009, p. 7), “a retirada do Estado, do fomento, da criação e do acesso à cultura deixou nas mãos dos empresários privados o poder de destinar os recursos – que deveriam pagar como impostos ao estado – conforme seus critérios e conveniências”.

Quando abordamos o passo a passo da Lei Rouanet, ficou visível que nem todos os projetos aprovados são captados e realizados. As leis são importantes, mas não podem ser a única ferramenta de incentivo à cultura, isentando o Estado de suas responsabilidades previstas na Constituição Federal, e citadas no decorrer deste trabalho.

Assim, seguiremos com a escuta feminina acerca das engrenagens que movimentam a produção cultural e seus impactos no cotidiano de quem produz e de como acessa os bens culturais.

7 ECONOMIA, CRIATIVIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO: AS MOVIMENTAÇÕES DA CULTURA

Pelo que já foi exposto até o momento, vislumbra-se o papel central da cultura na qualificação social, seja na preservação do Patrimônio Material e Imaterial, na promoção do acesso a bens culturais, na simbiose com a educação, dentre outros aspectos levantados pelas participantes da pesquisa. Nesta seção aprofundaremos a esfera econômica da cultura, que, junto às dimensões simbólica e cidadã, formam um tripé sustentador das ações necessárias para efetivar as políticas públicas iniciadas em 2003 e as de agora, na retomada do Ministério da Cultura em 2023.

É sabido que qualquer iniciativa que envolva o poder público e suas obrigações para com a sociedade precisa, inevitavelmente, passar pela questão orçamentária. Para exemplificar a seriedade desse assunto quando se trata de garantir que os recursos públicos sejam destinados a “chegar onde precisam”, como sinalizado pelas participantes da pesquisa, o valor previsto na Lei Orçamentária Anual destinado à cultura para o exercício de 2025 foi de três bilhões de reais, contudo

A Lei Orçamentária aprovada nessa quinta-feira (20) pelo Congresso cortou 84% da verba da política nacional de Cultura. Os recursos para a Lei Aldir Blanc serão de R\$ 478 milhões em 2025, menos que o que constava na proposta inicial: R\$ 3 bilhões. Os recursos fomentam as atividades de pequenos produtores, grupos culturais e artistas em todos os estados do país, atingindo 97% dos municípios brasileiros, segundo o Ministério da Cultura. A decisão do Legislativo gerou reações no setor cultural. O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura afirmou em nota que medida de corte é 'estrangeira' e enfraquece o papel da cultura pro desenvolvimento do país. (Rianelli, 2025).

A notícia desse corte no orçamento previsto para reorganizar o setor cultural e garantir os recursos necessários para a continuidade de ações culturais retomadas após a recriação do MinC é um bom exemplo do que já foi explanado sobre a importância em se ter representantes públicos que entendam o papel central da cultura no cenário social.

Nessa análise, Poliana (Açucenas Uberlândia) tem razão quando destaca a força da coletividade: “diante de tantos desafios, tenho percebido cada vez mais que a melhor forma é nos unirmos, os coletivos e grupos artísticos nos fortalecem e criam conexões entre pessoas; verdadeiras redes de relacionamento e de apoio”. É preciso que a sociedade civil organizada ocupe os espaços de discussão e tomada de decisões, inclusive qualificando melhor a relação com os agentes políticos, eleitos democraticamente, pois a proposta

orçamentária é discutida e votada para ser aprovada, ou não, no plenário do Congresso Nacional.

Vale lembrar que, para a efetivação da Lei Aldir Blanc, houve “intensa discussão envolvendo os fóruns nacionais de dirigentes estaduais e de dirigente municipais de cultura a Confederação Nacional de Municípios e lideranças locais de vários segmentos culturais pelo país” (Colling; Sampaio, 2022, p. 247). Contudo, como aponta o Texto-Base da 4ª Conferência Nacional de Cultura,

o nosso país foi submetido a uma crise de civilidade, com ataques à democracia; aumento das violências contra as mulheres, sobretudo para as mulheres negras; crescentes ataques às populações LGBTQIA+; aumento dos riscos para as pessoas com deficiência, para as populações do campo, das cidades e das florestas. (Brasil, 2024).

Ora, diante de tantos retrocessos e desafios presentes e futuros, os impactos desse corte orçamentário na Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que foi criada para retomar o fomento da cultura no Brasil, colocam em risco milhares de projetos culturais em todo o país. Muitos desses projetos que serão afetados atuam diretamente no combate a questões como o racismo e a violência contra mulheres, que se configuram como grandes problemas sociais, e

suas consequências são imensas, variadas e de diferentes graus. Um dos modos como historicamente elas aparecem no campo da segurança pública é por meio das altas taxas de homicídio de pessoas negras, em comparação com pessoas não negras. No fenômeno da violência letal contra a mulher, o cenário não é diferente. Em 2022, do total de homicídios de mulheres registrados pelo sistema de saúde, as mulheres negras corresponderam a 66,4% das vítimas. Em números absolutos, foram 2.526 mulheres negras assassinadas. (IPEA, 2024, p. 41).

Assim, há uma questão a ser problematizada quando o assunto é recurso financeiro. Em tese, o aumento deveria ser exponencial para garantir a continuidade de iniciativas que contribuam para a diminuição da violência e o aumento de oportunidades socioculturais que, como exposto pelas participantes da pesquisa, qualificam, das mais variadas formas, o sentido de pertencimento social, como é o caso do coletivo Bordados Poéticos, apresentado por Mara (Uberaba).

Porém, de acordo com os dados do IPEA, citados acima, não é o que se vê na prática, principalmente quando nos referimos às mulheres, comunidade LGBTQIA+ e outros grupos vulneráveis. Assim, não se pode esquecer

de organizar a defesa das instituições democráticas contra novos golpistas militares e civis para que em tempo algum do futuro ninguém tenha outra vez de enfrentar e

sofrer, e depois esquecer os conspiradores, os torturadores, os censores, e todos os culpados e coniventes que beberam nosso sangue e pedem nosso esquecimento”. (Ribeiro, 1986, p. 106).

Entretanto, para organizar essa defesa, faz-se urgente proliferar discussões sobre destinação orçamentária, urgências e prioridades de cada área, bem como o acompanhamento de como os recursos públicos chegam aonde se encontram as vulnerabilidades sociais. Para isso, é preciso garantir a presença popular nos espaços institucionalizados de tomadas de decisão, como Conselhos, Conferências, entre outros, entrelaçando de fato e de direito as dimensões simbólica, cidadã e econômica. A retomada de um importante Ministério, como é o da cultura, recoloca “o vagão nos trilhos”, mas, como bem aponta Olíria (Uberlândia), “a gente precisa brigar, ser forte”.

Somada a essa chamada para a importância de conhecer o funcionamento da estrutura social, é preciso agir com celeridade nos tempos atuais em que “o país regrediu também na institucionalidade em muitos setores que orientavam políticas públicas, o que concorreu em muito para o agravamento destes muitos problemas sociais” (Brasil, 2024, p. 9).

Assim, seguimos junto às 25 vozes que conduzem esse trabalho e lançamos luz às engrenagens que fazem rodar a cadeia criativa e produtiva da cultura.

7.1 A cadeia produtiva da cultura: da precarização à necessidade de qualificação profissional

A voz feminina que abre esse tópico é de Maristela (Araguari). Em sua análise, “A trajetória como professora de zumba nunca foi fácil, sempre dependendo de contratações, remuneração baixa e nenhum suporte para o trabalho. A lógica é das horas trabalhadas, apenas. Um profissional não chega pra trabalhar e dar sua aula, somente. Ele se prepara, estuda, organiza material, precisa se locomover, comer, vestir, ter uma roupa de trabalho apropriada, aprimorar sua atuação, adquirir, no caso da Zumba, equipamentos de som etc.”

A fala de Maristela detalha as condições básicas para que um trabalho se realize. As dificuldades relacionadas ao baixo valor pago por sua hora de atuação como profissional não são uma questão isolada, tampouco exclusiva dos trabalhadores da cultura. A precarização do trabalho no Brasil, principalmente a que atinge as classes com baixa renda, pode ser considerada como um reflexo, ou como constatação do modo neoliberal de se pensar e agir na atualidade.

No sentido de aprofundar a discussão, Chauí (1999) nos explica a origem do conceito “neoliberalismo”. Segundo a autora,

o que chamamos de neoliberalismo nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélerin, na Suíça, à volta do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarniçadamente contra o surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo Keynesiano e social-democrata e contra a política norte-americana do New Deal. Navegando contra as correntes das décadas de 50 e 60 esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado-Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruíra a liberdade dos cidadãos e a competição sem as quais não há prosperidade. (Chauí, 1999, p. 27).

O que chama atenção na explicação de Chauí é a posição contrária ao “Estado de Bem-Estar” com vistas a garantir “encargos sociais” e regular as “atividades do mercado”. Ao longo dos anos, políticas públicas implementadas com o viés neoliberal distanciaram o Estado das classes trabalhadoras, enfraquecendo a rede de proteção social e tornando as pessoas e sua força de trabalho no elo mais frágil das cadeias produtivas, incluindo o setor cultural, foco de nossa análise.

Entre os “remédios” propostos pelos pioneiros do neoliberalismo, Chauí destaca que “um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio” (Chauí, 1999, p. 28).

É nesse cenário de disputas políticas e econômicas que as participantes da pesquisa se encontram. Suas impressões sobre a precarização do fazer cultural e do trabalho artístico vão ao encontro da teoria proposta por Chauí, pois é a materialização neoliberal, pensada em meados das décadas de 1950 e 1960, que hoje dita as regras nas relações de produção e consumo dos bens culturais.

Diante dessa estrutura, na qual a cultura se movimenta, Boas ressalta que

o Brasil pensa e age sobre a cultura de modo ainda bastante restrito. Como se o habitante único e natural desse campo fossem os criadores. Sob essa percepção a cultura é para artista, não parece haver lugar, por exemplo, para empreendedores. Nesse sentido, é um país em que suas lideranças falam de metas com medo de falar dos sonhos, ao passo que agentes do mercado cultural falam em sonhos com receio de falar em metas. (Boas, 2005, p. 100).

Essa restrição de pensamento desloca o fazer cultural para um terreno paradoxal, pois, se a cultura é reservada somente aos criadores de arte, esses mesmos criadores não precisam sobreviver como trabalhadores?

Boas (2005, p. 100) demonstra que “os artistas e agentes culturais são excelentes mobilizadores, capazes de atrair com seus produtos grande número de pessoas e realizar muito

com poucos recursos [...]”. Contudo, para combater a precarização, é necessária uma estrutura capaz de aliar sonhos, metas e recursos financeiros, e que a cadeia produtiva supra, dignamente, as necessidades materiais dos fazedores de cultura, para que não tenham de se desdobrar e “realizar muito com poucos recursos”.

Essa é uma questão tão importante que a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC, 2024) reforçou, em um de seus eixos temáticos, a “Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade”, cujo objetivo é

ressaltar a importância da cultura para o desenvolvimento socioeconômico do país, por meio de políticas que fortaleçam as cadeias produtivas e as expressões artísticas e culturais, estimulem a dignidade e a solidariedade nas relações trabalhistas, potencializem a geração de trabalho, emprego e renda, ampliem a participação dos setores culturais e criativos no PIB do país e garantam a sustentabilidade econômica de grupos e agentes culturais. (Brasil, 2024, p. 26).

A garantia da sustentabilidade econômica no setor cultural envolve muitas vertentes complexas. “Ao tornar-se uma atividade produtiva a cultura passa a ser regulada pelas leis do mercado assim como qualquer outra atividade comercial. Para alguns este fato fere os princípios éticos que deveriam reger as atividades culturais e artísticas, considerada um bem do espírito” (Boas, 2005, p. 101). De fato, a cultura é um patrimônio de bens simbólicos, que entrelaçam ancestralidade, tradições vivenciadas e transmitidas por meio de tradições familiares e comunitárias, cujo valor não se mede por réguas monetárias. “Culturas são panelas de barro ou de alumínio, mas também receitas de culinária e sistemas sociais indicando como as pessoas de um grupo devem proceder quando comem” (Brandão, 2009).

A cultura versa sobre o nosso ser e estar no mundo, contudo “o que nos importa, sobretudo, é conseguir resposta para a seguinte pergunta: como viabilizar um projeto ou produto cultural na sociedade, sem que isso signifique um aviltamento do processo criativo” (Boas, 2005, p. 101). Essa é uma angústia muito explicitada pelas vozes femininas que conduzem este trabalho, que não é isolada, tampouco uma prerrogativa de quem produz cultura longe dos grandes centros urbanos.

Assim, ao discutir a importância da cultura no aspecto socioeconômico, é mister analisar os dois lados, o simbólico e o econômico, desmistificando a ideia de que é uma área em que as pessoas atuam por vocação e talento, mas que não se configuram como profissionais, que demandam, como bem mostrou Maristela (Araguari), “preparar, estudar, organizar material, locomover, comer, vestir, ter uma roupa de trabalho apropriada, aprimorar sua atuação” entre outras coisas.

Desse modo, refletiremos no próximo tópico sobre as impressões trazidas pelas participantes que envolvem algumas percepções sociais, advindas do imaginário popular, em torno da produção cultural.

7.2 A cultura financiada com recurso público: desmistificando a “mágica da vida fácil e do talento natural do artista”

Para iniciar este tópico, vale lembrar as figuras da página 94, que mostram o trabalho de encerramento do projeto Energia Que Se Move na cidade de Tupaciguara (MG), gerido por Luciene (Uberlândia). Como relatado, foi possível perceber pelas conversas de quem passava pela praça, onde estavam sendo montados o palco e todo o aparato necessário para a realização das apresentações artísticas, direcionadas aos familiares das crianças beneficiárias do projeto e também à comunidade, que os transeuntes não tinham a menor ideia de como tudo aquilo tinha “aparecido ali”. Nas conversas de quem passava era comum ouvir “é coisa da prefeitura”.

Essa observação é aprofundada por Daniela Borela (Uberlândia), que descreve esse cenário da seguinte forma: “quem tem a oportunidade de fruir de um espetáculo geralmente se encanta com o que viu, mas é preciso explicitar que não basta abrir a boca e cantar, ou sair dançando, pegar um instrumento e ‘fazer o som’. Há muito trabalho, dedicação, disciplina, esforço, gasto de energia, tempo e dinheiro, para ser um artista capaz de apresentar sua arte com qualidade”. Segundo Daniela Borela, essa é só a primeira etapa.

Continuando a análise, ela pondera que “não é só isso, essa é a parte do artista, existe ainda o outro lado: o da produção. Divulgar o trabalho, torná-lo acessível também compõe esse pacote de desafios do artista. E não para por aí, tem toda a estrutura necessária, um palco, uma iluminação, som de qualidade pra fazer chegar ao público o que está sendo cantado, tocado, apresentado. Horas, dias, meses de dedicação”.

A concepção de um determinado item artístico, seja ele uma peça teatral, um espetáculo musical ou de dança, um livro, um documentário, se configura como um árduo trabalho, uma vez que “o mercado de produção, circulação e consumo de bens simbólicos brasileiros adquiriu uma complexidade que exige uma maior especialização dos profissionais que nele atuam” (Costa; Rocha, 2017, p. 126).

Daniela Borela ainda expõe: “toda uma cadeia de profissionais envolvidos: montadores, iluminadores, técnicos de som, assessoria de comunicação, e outras áreas que também se movimentam nessa imensa engrenagem: fornecedores de figurinos, maquiagem, alimentação,

enfim, tudo o que envolve um fazer cultural, por mais simples que seja, demanda muito trabalho, e esse trabalho é desconhecido da maioria das pessoas”.

A cadeia produtiva exposta acima, que demanda inúmeros profissionais, não consta ainda como trabalho profissional para a maioria das pessoas. “Quando se imagina o ofício do artista geralmente nos vem à mente a imagem de seres dotados de talento quase místico, respondendo a uma espécie de chamamento (Vocatio) divino e que lhes cabe dar vida às suas criações [...]” (Pitombo; Barbosa, 2017, p. 178). Nesse sentido, o que acaba prevalecendo é o desconhecimento de grande parte da sociedade que vê o acontecimento da arte, mas não consegue visualizar toda a cadeia produtiva que se movimenta junto ao artista.

Daniela Borela define esse desconhecimento como “pensamento mágico” e diz que “muitas vezes, nós, os artistas, alimentamos esse pensamento, em nossa postura dentro e fora do palco, na maneira como valorizamos nosso trabalho, que, sim, tem todo esse aspecto de encantamento, porque é mágico trabalhar com arte, mas que também tem o lado profissional, que exige dedicação, disciplina, atualização, estudo e aprimoramento, como qualquer outra profissão”.

A desvalorização da cultura e do trabalho do artista é um ponto comum entre as 25 participantes. Para o quinteto feminino Açucenas (Uberlândia), “pensando no cenário musical e de transitar e disseminar nosso fazer musical, sentimos uma desvalorização muito grande”.

Em face dessa constatação, as Açucenas retomam a discussão acerca do uso das leis de incentivo à cultura: “Nesse aspecto, pensamos, sim, em usar leis de incentivo à cultura, mesmo sabendo das dificuldades de captação, pois elaborar, conceber um projeto não é uma grande dificuldade para nós. É preciso democratizar mais o acesso às leis de incentivo, a linguagem que, às vezes, não é tão simples de se entender”.

Diante do que foi exposto sobre a engrenagem que precisa se mover para que um produto cultural seja oferecido à sociedade, que tem direito à fruição de bens culturais, Açucenas (Uberlândia) apontam que “as pessoas começaram a demonizar a Lei Rouanet. Então temos de lembrar que arte e cultura não é um produto que dá lucro, e tem custo, qualquer coisa que vai ser feito, um figurino, um cenário é custo. Então precisamos entender qual é o papel do estado, porque o estado não faz cultura, quem faz cultura é a gente. Ele paga pra outras pessoas chegarem onde ele não consegue chegar, mas é obrigado a chegar, é papel dele”. Essa visão acerca do papel do Estado é reforçada por Calabre, ao expor que

um processo contínuo de democratização cultural deve estar baseado em uma visão da cultura como força social de interesse coletivo, que não pode ficar dependente das disposições do mercado. Em uma democracia, a cultura deve ser encarada como

expressão de cidadania, logo, um dos objetivos de governo deve ser o da promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, buscando atuar no atendimento das necessidades e desejos de cada um, procurando incentivar a participação popular no processo de criação cultural e promovendo modos de autogestão das iniciativas culturais. A cidadania democrática e cultural contribui para a superação de desigualdades, para o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural. Ao valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, o Estado está permitindo a expressão da diversidade cultural. (Calabre, 2019, p. 20).

Diante da responsabilidade exposta, é inegável que o orçamento do PNAB, agora com o corte já mencionado, é insuficiente para abarcar o que está explicitado acima, pensando em um país de dimensões continentais, como é o Brasil. Por isso, é fundamental pensar, propor e garantir o orçamento não só do ponto de vista dos agentes políticos, mas, como já foi sinalizado, com ampla participação social.

Nesse debate, Açucenas (Uberlândia) problematizam o que chamam de “ideia elitista”: “nos fizeram acreditar que leis de incentivo à cultura só são utilizadas por artistas consagrados, e não é verdade, muitos eventos e ações culturais chegam nas periferias do país pelas leis de incentivo e o governo não faz mais do que sua obrigação. A lei de incentivo não é para o artista, é pra arte chegar até as pessoas que têm o direito cidadão de produzir e fruir”.

Desse modo, o campo de atuação do Ministério da Cultura se desenha para além dos mecanismos de fomento, com imensos desafios. As leis de incentivo se encontram na “ponta de um *iceberg*” muito mais profundo e, infelizmente, diante “de um quadro de constante escassez de recursos financeiros na administração pública, a área da cultura é, muitas vezes, considerada como menos importante, ou mesmo como supérflua” (Calabre, 2019, p. 21).

Destacamos, assim, a necessidade de o MinC se fazer presente e atuando conjuntamente com estados e municípios, oferecendo qualificação e suporte técnico, para que a cultura não saia do debate político. Muito já foi feito, como mostra Calabre (2019, p. 21), “principalmente no nível municipal, um processo crescente de institucionalização da área, com a criação de secretarias (mesmo conjuntas com outras políticas), conselhos de cultura, fundações, fundos de financiamento e busca de formação mais qualificada para seus gestores”. Mas é preciso avançar.

A cultura, em nosso entendimento, precisa se fazer presente como o fazem a Educação e a Saúde. Embora tenham também seus desafios, essas duas pastas se encontram muito mais engendradas no contexto social do que a cultura. Para se equiparar, o campo cultural precisa considerar outras esferas, como a

questão que está no centro das preocupações das políticas culturais, que é a da formação dos gestores na área de cultura, principalmente na dimensão pública. Esse é um campo profissional novo, que demanda conhecimentos múltiplos,

interdisciplinares, algumas vezes ultraespecíficos, outras, muito diversificados. A disponibilidade de cursos e centros de formação profissional para gestores culturais cresceu, mas ainda é insuficiente, concentrada nas capitais, principalmente do Sudeste do país. A qualificação dos trabalhadores da área da gestão cultural é fundamental para a efetivação das próprias políticas setoriais, que necessitam de ferramentas de planejamento e avaliação e devem poder contar com diagnósticos para serem melhor elaboradas, buscando atingir maior grau de eficácia e de permanência. (Calabre, 2019, p. 21).

Isso quer dizer que, quanto mais gestores públicos estiverem cientes e conscientes de que a cultura não se restringe nem a eventos pontuais nem a pacotes turísticos, e que sua dimensão é composta pela tríade indissolúvel dos conceitos: simbólico, cidadão e econômico, mais teremos condições de estruturar e qualificar a engrenagem que compõe a cadeia produtiva da cultura.

Para tanto, com vistas ao futuro, mas passando pelos desafios do presente, abordaremos as prerrogativas trazidas pelo Plano Nacional de Cultura, retomado na 4ª Conferência Nacional de Cultura, com o retorno da participação da sociedade civil organizada depois de 10 anos de realização da 3ª Conferência, e de um governo que, durante os anos de 2019 a 2022, trabalhou para sufocar e desmantelar todo o trabalho construído no pós 2003.

7.3 O Novo Plano Nacional de Cultura e o retorno da participação social

“É bom ter editais e leis, pra que as pessoas aprendam, mas isso não dá autonomia pra ninguém, se for só isso. Nenhum negócio se estrutura em um ano. Em um ano nada do que se faz é duradouro. Com essa nova gestão federal, acho que temos a chance de apaziguar um pouco o ódio que foi disseminado, mas não vejo muita mudança. Ainda temos um Congresso Nacional extremamente machista, racista, composto por homens brancos, com mais de 50 anos, poucas mulheres, poucas minorias representadas. E a cultura não é bem vista nesses ambientes”.

A voz que ressoa acima é de Nina Soul (Uberlândia). Ela inicia esse tópico corroborando a percepção acerca da insuficiência das leis de incentivo para abarcarem toda a complexa cadeia produtiva da cultura, já discutida anteriormente. Nina Soul também tira uma espécie de fotografia dos representantes eleitos democraticamente para assumirem o Congresso Nacional, com mandato de 2022 a 2026. Pelo corte “estorrecedor” dos recursos destinados ao PNAB, nota-se que a maioria representa um viés autoritário, conservador e pouco afeito à diversidade cultural brasileira.

Não se pode deixar cair no esquecimento que “setores políticos vinculados à democracia representativa, especialmente aos conservadores autoritários, buscam sempre dificultar a

implantação de mecanismos de democracia participativa no mundo e no Brasil” (Rubim, 2024, p. 34). Tampouco podemos esquecer que

a gestão presidencial anterior, por exemplo, deixou de realizar conferências nacionais nas mais diversas áreas sociais e pretendeu destruir os conselhos existentes, por meio de decretos e de outros expedientes. No campo da cultura, a referência do Conselho Nacional de Política Cultural na Constituição Federal impediu sua destruição, mas o retrocesso na participação e em seus canais foi pronunciado. O amadurecimento dos mecanismos de participação foi paralisado, quando não deteriorado. A situação da participação social apresentou uma involução, que é urgente reverter. (Rubim, 2024, p. 34).

Pensando nessa urgência em restabelecer a presença popular nas esferas de tomadas de decisão e nas instabilidades provocadas pela gestão federal (2019/2022), o chamamento da 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) se deu com vistas a reiterar que uma política cultural para o Brasil, “só pode ser formulada se os órgãos e gestores de cultura de todo o país estiverem em diálogo com trabalhadores e trabalhadoras da cultura que são o tecido vivo desta riqueza”. (Brasil, 2024, p. 6).

Assim, muitas percepções trazidas pelas 25 participantes reapareceram nos eixos temáticos que nortearam as pautas da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Quem ouviu de perto e participou das discussões que reacenderam a participação da sociedade civil organizada foi Iara (Uberlândia) como mostra a figura abaixo:

Figura 24: Iara (Uberlândia) e o retorno da Conferência Nacional de Cultura em 2024.



Fonte: *Instagram @mocambique_estrela_guia*.

Em nossa conversa, Iara relatou que “o fim do Ministério da Cultura acabou com toda a luta que vinha sendo feita desde a entrada do Gilberto Gil. De repente tudo isso é tirado da gente, numa brutalidade muito grande, numa falta de respeito com os nossos mestres, com os negros, com as mulheres, com as mulheres negras, com a Pessoa Com Deficiência, com o pessoal da educação. Pra mim, foram quatro anos perdidos, de muito sofrimento em relação à não-consideração com o nosso povo, com a nossa cultura, por aqueles que fazem cultura realmente”.

De volta à cena, a 4ª Conferência Nacional de Cultura convoca, novamente, a sociedade civil organizada e irrompe com a proposta do Novo Plano Nacional de Cultura, apresentando, em seis eixos, as diretrizes a serem implementadas nos próximos 10 anos.

7.3.1 As diretrizes da 4ª CNC - parte 1

Em seu primeiro eixo temático, a 4ª CNC retoma a questão da institucionalidade da cultura, pois “tal discussão nos aponta para um necessário enfrentamento de uma triste constatação para o campo cultural: a de que estamos sempre indo e vindo nas políticas públicas de cultura, sempre atravessados pelas discontinuidades e/ou esvaziamentos” (Brasil, 2024, p. 13). Para Rocha e Varella (2024, p. 17), “o Estado deve se organizar. O conjunto de normas, relações jurídicas, procedimentos e instituições que estruturam esse aparato pode ser chamado de *direito da cultura*”. Didaticamente, entende-se por “*direito da cultura*”

modelos de financiamento e fomento (orçamentos, fundos, créditos, benefícios e incentivos fiscais etc.); normas (emendas constitucionais, leis, decretos portarias, regulamentos etc.); organismos (secretarias, fundações, diretorias, institutos etc.); recursos humanos (gestores, produtores, conselheiros, legisladores etc.); instrumentos de planejamento (planos, programas anuais, indicadores etc.); mecanismos de participação social (conselhos, câmaras, conferências consultas públicas etc.); todos eles são aspectos que contribuem para estruturar o direito da cultura e conferir maior estabilidade institucional ao setor cultural. (Rocha; Varella, 2024, p. 17).

A institucionalização da cultura passa por várias esferas e cada uma delas possui sua estrutura de normas e regras. No caso das cidades em que moram as participantes da pesquisa, Uberlândia possui uma Secretaria de Cultura, ao passo que Araguari e Uberaba possuem Fundações Culturais.

Em termos gerais, uma secretaria é um órgão público criado para planejar e gerir ações de responsabilidade governamental. Para as secretarias estão destinadas partes do orçamento

gerido por prefeituras, estados e governo federal. Em 2025, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) proposta pelo poder executivo de Uberlândia prevê a destinação de R\$ 35.574.044,00 para a Secretaria de Cultura e Turismo.⁷²

No caso da Fundação, ela se caracteriza por ser “uma instituição patrimonial autônoma, mas sem proprietários ou sócios, que tem por finalidade atender uma ação de interesse público, geralmente de cunho social”. Outra particularidade é que “ela tem como representante legal um instituidor que direciona as ações da entidade”⁷³.

Pensando na institucionalização como um dos eixos da 4ª CNC, uma secretaria atua do ponto de vista econômico com a fatia do orçamento a ela direcionada. Já uma fundação “possui ampla autonomia para buscar parcerias e recursos de terceiros no sentido de viabilizar a implantação de ações na esfera da cultura. Diferente dos órgãos públicos, que não podem selar contratos, as fundações podem gerar receitas próprias” (Canedo, 2007, p. 9).

Para o exercício de 2025, a prefeitura municipal de Araguari destinou à Fundação Aragarina de Educação e Cultura (FAEC) o valor de 19.505.616,34⁷⁴. Por sua vez, para a Fundação Cultural de Uberaba, o montante destinado é de 18.690.655,74⁷⁵.

Se tomarmos o segundo eixo temático da 4ª CNC como ponto de análise, perceberemos que o orçamento destinado à cultura nas cidades em que residem as participantes da pesquisa é muito baixo. Vejamos: o tema do segundo eixo é “Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social” e o texto-base assim diz:

no campo das políticas culturais, a participação e a escuta social são compreendidas como instrumentos fundamentais de exercício da cidadania, alcance de direitos, democratização do acesso aos bens, serviços culturais e mecanismos de fomento e incentivo. Nesse sentido, afirmamos a descentralização da política cultural como indissociável da construção de mecanismos de participação e controle social. (Brasil, 2024, p. 17).

Mas, analisando sob o ponto de vista orçamentário, veremos que o investimento em cultura nas Cidades de Araguari, Uberlândia e Uberaba é ínfimo, como mostra o quadro abaixo:

⁷² Informações retiradas do site <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2024/09/27/prefeitura-apresenta-projeto-da-lei-orcamentaria-anual-2025-em-audiencia-publica/>.

⁷³ Informações retiradas do site <https://higestor.com.br/blog/diferenca-entre-associacao-e-fundacao/>.

⁷⁴ Informação retirada do site <https://leismunicipais.com.br/a/mg/a/araguari/lei-ordinaria/2024/701/7010/lei-ordinaria-n-7010-2024-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-orcamento-fiscal-do-municipio-de-araguari-para-o-exercicio-financeiro-de-2025>.

⁷⁵ Informação retirada do site: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberaba/lei-ordinaria/2024/1433/14327/lei-ordinaria-n-14327-2024-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-municipio-de-uberaba-para-o-exercicio-de-2025-e-da-outras-providencias>.

Quadro 8: Orçamentos municipais destinados à cultura em 2025.

Cidade	Quantidade de habitantes	Orçamento para a Cultura em 2025	Valor investido por habitante
Araguari	122.874 mil ⁷⁶	19.505.616,34	158,74
Uberlândia	754.954 mil ⁷⁷	35.574.044,00	47,12
Uberaba	354.142 mil ⁷⁸	18.690.655,74	52,77

Fontes: IBGE e orçamentos municipais para o exercício de 2025.

Para exemplificar melhor os números acima, em termos de quantidade populacional, Araguari é a cidade que, em 2025, mais destinará recurso por habitante. Contudo, esse montante não se destina somente ao produto cultural em si. É preciso garantir a remuneração dos profissionais da Fundação, bem como a manutenção dos aparelhos culturais físicos sob a responsabilidade da FAEC (Biblioteca Prof. Paulo, Biblioteca Amanhece, Casa da Cultura, Arquivo, Museu Ferroviário, Espaço Museal, Galeria de Arte, Patrimônio Histórico, prédio da Fundação Aragarina de Educação e Cultura)⁷⁹, fomentar as atividades dos fazedores de cultura para chegar ao destino final: oferecer o acesso aos bens culturais à comunidade.

Nesse sentido, o aporte financeiro parece ser insuficiente. O que nos compele a concluir que, ao nos guiarmos pelas propostas para o setor cultural discutidas e implementadas pós 2003, ainda há muito o que ser feito.

De volta ao contexto macro, percebe-se o tamanho do desafio que se põe diante do Plano Nacional de Cultura (PNC), uma vez que a postura do Estado precisa ser de mais protagonismo, “não neutra, em defesa da democracia e de sua ampliação na sociedade. Nessa perspectiva, ele, em diálogo com agentes e comunidades políticas, deve estar comprometido com a mobilização, organização e conscientização democráticas da sociedade” (Rubim, 2024, p. 37).

Seguindo nesse campo de fricções, avanços e retrocessos, o terceiro eixo vai ao encontro da “Identidade, Patrimônio e Memória” e seu objetivo é

debater e reconhecer o direito à memória, ao patrimônio cultural e aos museus; valorizando as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira, os bens culturais expressivos da diversidade étnica, regional e socioeconômica e as narrativas silenciadas e sensíveis da história nacional, de modo a contribuir para a preservação de seus valores democráticos. (Brasil, 2024, p. 20).

⁷⁶ Fonte – IBGE Cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araguari/panorama>.

⁷⁷ Fonte – IBGE Cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>.

⁷⁸ Fonte – IBGE Cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama>.

⁷⁹ Informação retirada do site: <https://faec.araguari.mg.gov.br/historia>.

Vale frisar que esse eixo direciona a noção de patrimônio para além dos lugares físicos e fixos onde também se promove cultura. Assim, a Constituição Federal Brasileira, na busca pela garantia de direitos, “trouxe um avanço importante para o setor cultural ao prever expressamente, pela primeira vez, os bens de natureza imaterial como elemento constitutivo do que se compreende como patrimônio cultural brasileiro” (Telles, 2024, p. 45).

Essa ampliação do conceito de patrimônio remete à fala de Mara (Uberaba) ao mencionar que “Uberaba tem elementos autóctones que somam para ser uma cultura única. O Zebu, o Chico Xavier, as Igrejinhas, tudo isso traduzido pelo barro, pelas tramas e tecituras de linhas, pontos e nós. Nossos bordados podem traduzir nossa cultura”.

Sublinhando tão importante entendimento de que o patrimônio alcança uma dimensão para além do concreto, é preciso registrar que

isso quer dizer que patrimônio cultural não diz mais respeito somente aos bens edificados, aos monumentos, aos sítios arqueológicos, aos prédios ou conjuntos urbanos que remontam aos grandes feitos da história oficial ou aos bens culturais dos colonizadores. A partir desse marco estabelecido pela Carta Cidadã, em 1998, os modos de viver, os saberes, os fazeres, as celebrações, enfim, tudo aquilo que hoje nós chamamos de patrimônio imaterial também passa a gozar do status de patrimônio. (Telles, 2024, p. 45).

Extrapolando os limites dos espaços físicos da cultura, a 4ª CNC adentra questões mais complexas, que exigem centralidade, como é o caso dos temas que envolvem diversidade, gênero, raça e acessibilidade. Tais assuntos abrem as discussões do próximo tópico.

7.3.2 Os eixos temáticos da 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) parte 2

“Ainda existem temas que sofrem preconceito. Se a temática tem a ver com o público LGBTQIA+ ou com questões da negritude, a adesão dos próprios servidores é muito baixa. É importante perceber que cultura é mais que o evento, é preciso implementar a ideia de que cultura também é conhecimento. Acessar espaços de arte também é conhecimento. Eu mudei meu olhar”.

A voz acima é de Rosilaine (Uberlândia) e ressoa como um címbalo sonoro dissonante e insistente, lembrando, a todo momento, da fragilidade do discurso democrático frente à realidade brasileira e seu viés racista, conservador e pouco afeito a modificar o olhar e as atitudes frente a tudo que envolve diversidade, gênero, raça e acessibilidade.

Essa questão, felizmente, não passa despercebida pela 4ª CNC, e o eixo 4 tem como tema: “Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural”. Um de seus focos é debater

a criação de mecanismos que garantam o reconhecimento da diversidade das expressões culturais e a valorização e promoção da identidade dos territórios culturais brasileiros. Nessa seara, compreendemos também a importância de promover diversidades e garantia de direitos, respeitando a acessibilidade cultural e fazendo enfrentamento ao racismo, à LGBTQIA+ fobia, ao genocídio da população negra, ao extermínio de povos indígenas, ao feminicídio, ao racismo religioso, aos estigmas contra comunidades ciganas, ao capacitismo e a todas as formas de discriminações correlatas. (Brasil, 2024, p. 23).

Abordar esses temas é uma necessidade do tempo presente. Mais do que aproveitar o espaço de debate oferecido pela 4ª CNC, esses assuntos precisam ser encarados como “fundamentais para o nosso país avançar na implementação de políticas culturais pautadas nas transversalidades de gênero, raça e acessibilidade, na garantia dos direitos humanos, na promoção da cidadania [...]” (Santos, 2024, p. 51).

A cidadania e a própria democracia no Brasil sofreram duro abalo nos últimos anos, aprofundando as desigualdades sociais. Essa situação, ampliada pela pandemia de COVID-19, “assolou o país; com o desmonte das políticas inclusivas e afirmativas que estavam em processo de implementação; e devido ao clima hostil e anticivilizatório que permeou instituições, as ruas e as plataformas digitais nos últimos tempos” (Santos, 2024, p. 52).

As perspectivas oriundas das falas das participantes da pesquisa demonstram que o fazer cultural, quando visto de forma isolada de todas as questões que permeiam o século XXI tais como o combate ao racismo estrutural, a maternidade encarada como trabalho além de suas contradições e flertes com o passado autoritário e conservador são um entrave ao pleno exercício de qualquer direito cultural.

Mesmo assim, o retorno da sociedade civil organizada a espaços como a 4ª CNC é uma retomada importante, visto que exigir a institucionalização e qualificação das políticas culturais é também exigir a “desconstrução dos preconceitos e estigmas enraizados na sociedade, reparação e superação da dívida com os historicamente sujeitos excluídos” (Santos, 2024, p. 58).

Para tanto, é preciso um olhar para a “Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade”, tema do eixo cinco, que engloba muitos posicionamentos das 25 mulheres que buscam “viver dignamente” de seus fazeres culturais.

Marília (Araguari) afirmou que “mesmo com a Lei Paulo Gustavo, não quis me dedicar a aprender a utilizar a lei, porque outras pessoas, outros artistas precisavam mais, e eu, Marília, faria, como sempre fiz, independente de políticas ou leis”. Esse relato vai ao encontro da ideia de que

neste contexto, chama a atenção a resiliência e adaptação de indivíduos e grupos que, historicamente, lutam pela preservação e reconhecimento de saberes, práticas e tradições locais. Eles continuam a enriquecer a cultura com perspectivas diversificadas, desafiando e expandindo as noções tradicionais de criação artística e cultural, porém, em geral, sem o necessário suporte das políticas públicas. (Canedo, 2024, p. 64)

A economia criativa é um termo que precisa ser mais bem explicitado, pois, assim como afirmou Daniela Borela (Uberlândia), pode ser que as pessoas acreditem em uma espécie de “mágica”, sem entender ou vislumbrar o trabalho profissional que o setor cultural requer.

Nina Soul (Uberlândia) também contribui para esse debate ao afirmar que seu trabalho, além da questão estética, pretende “incentivar uma economia mais criativa e solidária, comprar do pequeno, do microempreendedor, que não arrasta atrás de si uma cadeia nociva de exploração do trabalho alheio, ou o mercado puramente capitalista de produção em grandes quantidades, que não se preocupa com a questão da preservação ambiental”.

Por isso, trabalhadores da cultura devem ser, sempre, remunerados, seja em eventos promovidos por prefeituras, seja em intervalos culturais de escolas, universidades, ou qualquer outro espaço em que haja uma programação cultural. Essa valorização do produto cultural e de quem o cria precisa se tornar comum. A cultura tem valor simbólico. A cultura tem valor econômico para o profissional que a executa.

Nesse sentido, a comunicação também é um fator preponderante. Comunica-se que um determinado evento acontecerá “gratuitamente” para a comunidade, mas, onde está a gratuidade? Os beneficiários de uma ação cultural, seja um show musical, um espetáculo de dança, ou uma feira de artesanato, precisam ser informados que não pagarão ingresso porque toda a estrutura, e os profissionais que se apresentarão, já foram pagos com recursos oriundos de impostos, ou de outra fonte pagadora. Mas é preciso informar que de algum lugar o recurso financeiro saiu.

Quem pensa e propõe políticas públicas precisa ter a noção de que não basta o artista “mostrar seu trabalho” ou “divulgar sua arte”, mas é preciso também entender e valorizar a atividade profissional desenvolvida para que isso ocorra, e “reconhecer que existe uma severa desigualdade de oportunidades no campo artístico e cultural” (Canedo, 2024, p. 64). No entanto,

para além dos importantes e necessários ganhos econômicos da cultura, a criação das condições para a consolidação da economia criativa está diretamente relacionada com o fortalecimento das cadeias produtivas locais, economias populares e comunitárias, e economia solidária, sempre com a proteção e promoção das diversas expressões artísticas e culturais. (Brasil, 2024, p. 26).

Outro fator importante é comunicar que cadeias produtivas solidárias e comunitárias não são sinônimo de “ação sem recursos financeiros”. O substrato de ações solidárias se pauta na distribuição justa de renda, por isso é preciso que as cadeias produtivas populares e comunitárias movimentem recursos financeiros para que haja essa justa distribuição de renda.

Franciele e Iara (Uberlândia) citaram a participação da cultura no PIB (Produto Interno Bruto) e estão com razão ao lembrar disso, uma vez que estudos recentes demonstram que a “Economia da Cultura e das Indústrias Criativas correspondem a 3,11% do PIB do país e empregam mais de 7,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, apontando o dinamismo e o potencial do setor para a economia e o desenvolvimento”. (Brasil, 2024, p. 26).

Canedo (2024, p. 66) ressalta que os “dados do Observatório Itaú Cultural indicam que a economia criativa foi responsável por 3,1% do PIB do Brasil, em 2020, mantendo uma média de 2,6% de participação no período de 2012 a 2020 e contribuindo para a geração de 7,4 milhões de empregos”. Paradoxalmente,

conforme os resultados da pesquisa IBGE em 2021, 43,2% das pessoas atuantes no setor são informais. A informalidade está atrelada a outros desafios concernentes à instabilidade laboral, precariedade das condições do exercício profissional, remunerações injustas e baixo acesso aos mecanismos de proteção social aos/às trabalhadores/as da cultura, como: aposentadoria, seguro-desemprego e assistência médica. (Canedo, 2024, p. 66).

Não se pode desconsiderar o exercício da exploração degradante do trabalho no Brasil, ainda recorrente no século XXI, e o setor cultural não está isento dessa prática criminosa.

Essas questões que envolvem o aspecto financeiro somam com as 25 vezes que conduzem esta pesquisa. As atividades realizadas por essas mulheres estão totalmente dentro da economia criativa, que, de um modo geral, “abarca uma ampla variedade de atividades das artes, da cultura, do patrimônio, das novas mídias e da tecnologia” (Canedo, 2024, p. 67).

Canedo afirma que a diferença entre a economia criativa e os demais setores produtivos está na matéria-prima. Segundo ela,

a economia criativa engloba um conjunto de setores econômicos que têm como principais recursos produtivos a criatividade, o talento, tanto individual quanto coletivo; o conhecimento técnico (o saber fazer); e as potencialidades do contexto social, cultural, histórico e geográfico no qual se desenvolvem. (Canedo, 2024, p. 67).

Essa definição de economia criativa confirma, mais uma vez, que o corpus deste trabalho se desenha com contornos muitos específicos, oriundos de um fazer muito particular cujos fios culturais se entrelaçam em “tramas e tecituras” como, poeticamente, relatou Mara

(Uberaba). Entretanto ganha dimensões sociais, promovendo uma imensa teia que perpassa as dimensões simbólicas, cidadãs e econômicas da cultura.

Diante disso, o sexto e último eixo temático da 4ª CNC desvela o “Direito às artes e Linguagens Digitais”. É preciso, sim, dialogar com e sobre o mundo digital, e lembrar que a realidade atual não é a mesma em que a maioria das mulheres participantes desta pesquisa nasceu, cresceu e aprendeu seu ofício cultural.

O mundo mudou e é preciso estabelecer o lugar das práticas que resguardam os saberes culturais adquiridos ao longo de muitas gerações, mas também abrir espaço para o que é novidade. Pois, com os pés no presente e o olhar no futuro, é necessário mirar em uma política pública que seja, ao mesmo tempo, “estrutural e orgânica para as linguagens artísticas – algo que ainda não conseguimos fazer no contexto pós-redemocratização, mesmo apesar de tantos avanços em outras agendas de políticas culturais” (Oliveira, 2024, p. 75).

Ademais, a 4ª CNC pondera que

é mais do que relevante observar as novas necessidades e dinâmicas de produção e de garantia de circulação e fruição das múltiplas linguagens artísticas no país, inclusive levando em consideração as particularidades setoriais e regionais. Observar essa diversidade de cenários e assimetrias é também olhar para as necessidades do artista-cidadão, da construção de garantias e normatizações que garantam direitos (inclusive trabalhistas) aos artistas. A interseção entre arte e tecnologias digitais não é nova, há muito já proporciona inovações na estrutura de criação. Contudo, é especialmente importante avaliar o impacto do desenvolvimento tecnológico no fomento à produção, na circulação de produções, na valorização do trabalhador-artista, na preservação da memória das artes e na relação com os públicos na sociedade contemporânea. (Brasil, 2024, p. 30).

Preservar, valorizar, difundir, fruir e movimentar uma cadeia produtiva são verbos que sustentam o tripé simbólico-cidadão-econômico da cultura. Entretanto, nosso recorte chama atenção para a necessidade de conjugá-los e contextualizá-los em um cenário que envolve o ser e estar em um mundo cujo racismo, pobreza e desigualdade definem papéis, lugares e limites que insistem em silenciar vozes, em especial as vozes femininas.

Afinal, “por que vivem dizendo pra gente se pôr no lugar da gente? Que lugar é esse?” Esses questionamentos de Gonzalez (2020, p. 90), servem para confrontarmos os lugares de fala destinados à mulheres e aos excluídos. E assim as perguntas continuam: “Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem o “preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços, alagados?” (Gonzalez, 2020, p. 90).

Os próximos anos serão de atenção e lutas. Como bem pondera Margareth Menezes, Ministra de Estado da Cultura, não se pode deixar de dar “uma contribuição importante ao

debate, um impulso orientador para que o processo de reconstrução do Brasil tenha a contribuição das diversas mentes criativas do setor cultural, desde gestores públicos aos mestres das tradições culturais brasileiras” (Brasil, 2024, p. 7).

Este trabalho de ouvir e se deixar guiar por vozes femininas que tecem e ressoam culturas se aproxima do encerramento. Contudo, o protagonismo feminino está firmado como um importante alicerce na construção do Brasil que queremos para hoje e para o futuro, mais justo e honrado frente às dívidas históricas que batem à porta e não vão embora sem o devido pagamento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cante uma canção de esperança
 Cante a vida, a harmonia
 Cante o amor
 Siga seu caminho com alegria
 Quem planta vida
 Colhe sempre flor
 (Embortal de Cantoria. Grupo Trem das Gerais).

As motivações que incitaram esta pesquisa partiram de um contexto social pautado pela tristeza, indignação e um pouco de desesperança. Vivenciar o desmonte do arcabouço cultural tecido com forte participação popular pós 2003 foi o fôlego necessário para impulsionar o retorno à cena acadêmica na busca em transformar os sentimentos acima citados em um impulso rumo ao campo de fricções e complexidades em que a cultura brasileira se encontra.

Ao escolher como matéria-prima a ótica de mulheres que tecem seu fazer cultural com fios herdados das tradições familiares, das experiências oriundas do erudito e do popular, e de resiliência para conviver com as exigências de um mundo em constante mudança, foi possível constatar que a cultura enquanto prática não é estática, mas, pelo contrário, se renova, entrelaçando heranças culturais com novos aprendizados.

Conduzida pela metodologia da pesquisa-ação, as percepções, inspirações e proposições acerca do cenário das políticas públicas para a cultura foram devolvidas como reflexão e discussão para a comunidade em uma roda de conversa com instituições participantes da “Rede SESC Ação Comunitária” (Apêndice V). Essa ação configurou-se como forma de ampliar o debate, ressaltar o protagonismo feminino e contribuir para tornar os mecanismos de fomento à cultura cada vez mais conhecidos como ferramentas que mobilizam recursos públicos e que podem ser acessados, conhecidos e utilizados pelos cidadãos brasileiros, em especial pelas mulheres.

Esse direcionamento de envolver a sociedade nas questões do poder público está explícito no discurso de posse do presidente Lula em 2003, quando reiterou a importância da mudança no modo de pensar cultura até aquele momento, sugerindo modificações realizadas “por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro” (Brasil, 2003b).

Dessa forma, ouvir cada história de vida e dedicação à cultura do artesanato, da música, das festas populares, da dança, do teatro, do cinema, do *design*, da arte-educação, entre outras, revelou, como ressalta Marília (Araguari), que no princípio de tudo está o fato de que a “arte

nos faz bem”. Para além do prazer que o contato com a cultura proporciona, há o entendimento expressado por Elisa (Uberaba) de que “somos seres humanos porque criamos”.

À medida que avançamos com as conversas, percebe-se que uma mulher, que é um ser humano, se põe diante do cenário cultural e social em sua totalidade, sendo mulher, mãe, filha, cidadã, empreendedora, gestora. Assim, imprime a presença feminina frente às políticas públicas para a cultura com todos os seus papéis sendo exercidos concomitantemente.

Como bem ressaltaram as integrantes do Açucenas (Uberlândia): “Pra nós, sair para ensaiar implica em deixar o jantar pronto, trazer os filhos que não têm com quem ficar, quando a mãe é solo, organizar o lanche, parar o ensaio para dar comida”. Ser mãe é entender que “estamos inseridos numa sociedade que não compreende. Exige. Exige. Exige. Cobra que a gente volte do furacão que é parir e maternar exatamente como antes e a verdade é que nada será como antes. Não é pra ser” (Petroni, 2022, p. 40). Ser mãe, como citado na terceira seção, precisa ser encarado como trabalho.

Para essas mulheres a cultura também não se faz sem um processo educativo e libertador que “aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde [...]” (Freire, 1996, p. 123).

A educação, conforme apresentada por Freire, causa grandes impactos no contexto social, e a falta dela também.

Desse modo, pensar em políticas públicas para a cultura é enxergá-la como direito social. Se, para Daniela Borela e Franciele (Uberlândia), “a arte expande”, da mesma forma a cultura amplia seus horizontes e deságua na cidadania que queremos, pautada por valores e princípios éticos.

Como bem lembra Elisa (Uberaba), “a gente vê uma política contrária à cultura popular, uma política fascista, com a qual rompemos agora, mas o fascismo está aí, continua. Houve um rompimento dessa escalada, mas o estrago foi muito grande, principalmente na questão ideológica, as pessoas começaram a demonstrar valores invertidos. Em quem se transformou o artista? Voltamos para a idade média”. Essa constatação demonstrou que a interação da sociedade civil organizada, com as convergências e atritos próprios do setor cultural, fez emergir dívidas históricas à espera de serem postas à mesa e tratadas com a devida reparação que merecem.

A pesquisa também trouxe à tona o racismo estrutural. Em seu discurso de posse, no ano de 2003, o presidente Lula apontou “que apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e

construção nacional admirável” (Brasil, 2003b). Sim, o povo, em especial as mulheres, são sinônimo de resistência frente a uma realidade que se nega a mudar.

Porém é preciso aprender com a história, avançar e, a cada passo dado, lutar para não retroceder. Não podemos esquecer que

a mulher negra é a grande discriminada; vemos nos dados no Censo de 1980 que, em nível de renda, qualidade de trabalho e outros aspectos, a negra ocupa o último lugar. Ela não acompanhou a modernização pela qual o Brasil passou nos últimos vinte anos, uma modernização conservadora e excludente. A grande excluída dessa modernização foi a massa trabalhadora, onde se concentra a maioria dos negros. Ela não recebeu benefícios, só recebeu mais racismo. (Gonzalez, 2020, p. 307).

Inacreditável, mas, ao mesmo tempo, tão engendrada está na sociedade brasileira a cultura de exclusão a que é submetida a população negra no Brasil! Gonzalez confirma a constatação de Aline (Uberaba), que relatou: “meu pai representa pra mim a maior expressão de amor e cuidado, é alguém que cuida do meu cabelo e ele, por ser preto, representa perigo. Ele pode ser abordado e preso, por estar ali, por ocupar um lugar. O racismo é isso, esse: ‘não poder estar’, ocupar determinados lugares”.

Por isso, acreditamos que políticas públicas precisam romper com estruturas fundadas em conservadorismos, elitismos, e amplificar as vozes que questionam: “o que é a nossa classe? Quem é como a gente?” (Bosi, 1989, p. 18). É necessário continuar avançando porque, quando

a classe pobre alcançar a gestão sobre seu destino, a sua cultura não deixará de englobar os valores dos que trabalham, valores que se opõem aos dos que dominam. Valores como o interesse verdadeiro pelo outro, a maneira direta de falar, o sentido do concreto e a largueza em relação ao futuro, uma confiante adesão à humanidade que virá, tão diferente do projeto burguês para o amanhã, da redução do tempo ao contábil que exprime o predomínio do econômico sobre todas as formas de pensamento. E, quem sabe, a nossa cultura ganhará o que perdeu: o trabalho manual, o cultivo da terra, a ligação religiosa com o Todo. (Bosi, 1989, p. 19).

É na direção de promover a vida em sua plena essência que uma das grandes contribuições da efervescência cultural pós 2003, dadas ao imaginário social, foi a propagação da cultura fundada na indissociabilidade dos campos simbólico, cidadão e econômico. Acreditamos não ser possível pensar um conceito que respalde as políticas culturais fora do entrelaçamento dessas três dimensões.

Perceptível também é a força da dimensão simbólica resguardada nas peças produzidas pelo tear de Kálica (Uberaba) e a constatação de que há uma necessidade e “uma tentativa do governo federal de simplificar os editais”. Para ela, “esse é o caminho. Muitos artesãos ainda

estão fora do circuito virtual, muitos mal sabem utilizar bem o *WhatsApp*, sequer possuem redes sociais”.

Nesse sentido, as perspectivas femininas no cenário das políticas públicas para a cultura apontam que há muito por fazer para atender à demanda das classes mais populares, excluídas de muitos direitos sociais e culturais, mesmo quando são detentoras de saberes importantes para a sociedade, pois “a arte pode funcionar como sensibilizadora e catalisadora, impelindo as pessoas a se envolverem em movimentos organizados que buscam provocar mudanças sociais radicais” (Davis, 2017, p. 166).

A arte funcionou assim para Rosilaine (Uberlândia), que decidiu encampar a realização da Feira Cultural, aprendendo a lidar com os editais específicos da Universidade e se utilizando de um espaço grande e ocioso da biblioteca:

“Começamos com 15 pessoas expondo no primeiro ano, e chegamos a ter 100 pessoas interessadas em expor, mas o espaço não comporta, conseguimos compor com 40, 50 artesãos. A maioria são mulheres e, aos poucos, foram chegando pessoas do público LGBTQIA+, que se sentiram acolhidas nesse espaço de movimentação cultural e de geração de renda, tão importante para esse público, que ainda encontra dificuldade em se inserir no mercado formal de trabalho”.

As 25 participantes demonstraram que boas iniciativas não faltam, mas que há um abismo entre o fazer cultural de muita gente e os centros de poder e tomada de decisões. Esse cenário demonstra a assertividade do governo federal ao aproximar o Ministério da Cultura dos agentes culturais por meio do Plano Nacional de Cultura Viva e sua principal política: os Pontos de Cultura.

Nesse caminho, a pesquisa revelou que ainda há uma distância a ser percorrida entre a Lei Rouanet, um dos mecanismos mais conhecidos do grande público, e o fazer cultural apresentado por Marília, Hélvia, Maristela, Andreia, Maria Vânia (Araguari); Olíria, Cida da Flauta, Nina Soul, (Uberlândia) e Mara (Uberaba). Essas mulheres demonstraram desconhecimento acerca do funcionamento das leis, mesmo que algumas delas participem ou tenham participado de projetos incentivados via Lei Rouanet.

Por outro lado, Luciene e as Açucenas (Uberlândia), assim como Kate (Uberaba), demonstraram o quanto projetos incentivados podem fazer diferença na comunidade. Segundo Kate “políticas públicas servem pra aplicar recursos onde não tem nada, onde estão as pessoas que não conseguem acessar espaços, eventos e informações sobre cultura. As políticas voltadas para o social, essas me interessam, nelas vejo a possibilidade de aplacar desigualdades sociais, culturais”.

Luciene detalha e completa a fala de Kate. Para ela, “é preciso que tenha na equipe de execução de um projeto social alguém que se dedique à parte burocrática, que esteja sempre atento a todos os detalhes, desde a elaboração, definição dos objetivos, público-alvo, prospecção dos patrocinadores, início e fim do projeto, divulgação dos resultados, pagamentos e organização de notas fiscais, e, por fim, a prestação de contas, que é realizada depois que o projeto se encerra”.

As questões acima demonstram a necessidade de o Ministério da Cultura se fazer mais presente nas comunidades, estreitando, cada vez mais, os laços com os poderes públicos municipais e estaduais.

Essa necessidade nos fez refletir sobre a questão orçamentária, para que o MinC tenha recursos que o tornem mais itinerante, ou que tenha representantes nas cidades, que sejam remunerados para assessorar pessoas e coletivos culturais, como o Bordados Poéticos de Mara (Uberaba), que, segundo ela, não possuem “CNPJ, a média de idade é de 70 anos, são avós, donas de casa e elas não têm essa visão de sentar na frente do computador, estudar um edital, elas não vão fazer isso, elas não conseguem”.

Uma coisa é fato, é preciso um olhar mais próximo para aquelas e aqueles que sempre estiveram esquecidos pelas políticas públicas, como lembra Morena Monallisa (Uberaba): “estou buscando esse mundo que ‘ainda não’. Ainda não conseguiu enfrentar o racismo, que ainda não conseguiu promover acesso e dignidade a todas as pessoas, que ainda não erradicou a fome e a pobreza extrema. Estamos em busca desse mundo, seguimos lutando por ele”.

Diante desse quadro, a pesquisa destacou a necessidade de alinhar, efetivamente, as dimensões simbólica, cidadã e econômica, permitindo que a cultura possa se aproximar e, no futuro, se equiparar a pastas como educação e saúde, tanto em divulgação, quanto em orçamento. A título de exemplo, percebemos uma ampla divulgação das chamadas para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e das notas de redação, que são divulgadas e comparadas entre todas as regiões brasileiras. O mesmo ocorre com as campanhas e índices, altos ou baixos, de vacinação para todas as idades.

Mas e a cultura? Quais os resultados dos projetos incentivados? Demonstram-se os números orçamentários, mas e o impacto cultural? Os projetos que chegam aonde as ações do Estado estão ausentes não deveriam estar na publicidade oficial do governo?

Imaginamos o impacto para os moradores de cidades como Tupaciguara e Monte Alegre de Minas, ambas com menos de 30.000 habitantes, ao ver suas crianças e adolescentes no palco, apresentando o resultado de um ano de trabalho realizado por meio do projeto Energia Que Se Move, gerido por Luciene (Uberlândia) e viabilizado pela Lei Rouanet, sendo transmitido em

horário nobre das redes de TV abertas e pelos canais oficiais do governo federal nas redes sociais.

Qual impacto teria também a Feira Cultural idealizada por Rosilaine sendo divulgada pelo MEC como exemplo de aproximação entre a comunidade e as instituições de ensino superior, incentivando e propondo editais com recursos financeiros para mais projetos de extensão dessa natureza?

Por último, vamos pensar nos trabalhos das mulheres artesãs de Uberaba, do Coletivo Bordados Poéticos de Mara e de outros grupos dos quais Elisa também faz parte, sendo divulgados em cadeia nacional, valorizando e incentivando o artesanato como prática cultural saudável, e como importante fonte de renda. Imaginemos o impacto que esse tipo de atividade teria, se ocupasse espaços institucionalizados em emissoras de TV abertas, canais virtuais do MinC e do SEBRAE, além programas já conhecidos do grande público como: Pequenas Empresas, Grandes Negócios, veiculados pela Rede Globo de Televisão.

Dessa forma, teremos chance de combater discursos com fins eleitoreiros e contrários ao debate sério sobre políticas culturais, como exemplificado pelas Açucenas (Uberlândia) ao refletirem sobre a “demonização” pela qual passou, e ainda passa, a lei Rouanet. Quanto mais a população se apropriar das políticas públicas que lhes são de direito, mais chance teremos de fortalecer os campos simbólico e cidadão, mas, principalmente, o campo econômico, onde é imperativo lançar luz às premissas que sustentam as justificativas orçamentárias para cada área da esfera de responsabilidade federal, foco deste trabalho.

Constatamos que olhar para as pessoas e buscar uma inclusão perene e efetiva passa por confrontar uma cadeia produtiva marcada pela precarização e invisibilidade, como expôs Lais (Uberlândia): “Na minha experiência como produtora de eventos, vejo que as pessoas querem o encantamento que nosso trabalho proporciona, mas não entendem o valor financeiro da nossa arte. Querem a arte, mas se recusam a pagar por ela, porque não nos enxergam como profissionais”. Lais soma sua voz com as de outras participantes que, ao longo do trabalho, também expuseram as dificuldades impostas às trabalhadoras da cultura.

Esperamos que agentes políticos e gestores públicos de cultura se atentem aos resultados trazidos ao logo do nosso estudo, equilibrando, de fato e de direito, a dimensão econômica às dimensões simbólica e cidadã, na compreensão da cultura para além da produção, fruição e acesso, mas a cultura como um componente humano.

Assim concluímos, com um desfecho que acreditamos ser ponte e fonte. Ponte para diminuirmos as distâncias entre a cultura feita por mulheres e as políticas públicas feitas para a

cultura, e fonte de onde jorra a resiliência para ser e estar em um mundo ainda impregnado pelo racismo, etarismo, capacitismo, feminicídio, silenciamento, exclusão, violência e morte.

Contudo, como nos lembra Frei Beto, “a esperança vence o medo”⁸⁰ e a mola propulsora que alçará esse país para longe de suas desigualdades e mazelas socioculturais brotará do coração e da alma das mulheres, das gentes, gentes como Carolina Maria de Jesus, voz que finaliza nosso trabalho.

“Eu estou contente com meus filhos alfabetizados.
Compreendem tudo.
O José Carlos me disse que vai ser um homem distinto e que eu vou tratá-lo de Seu José [...].
Parei para concertar o saco que deslizava da minha cabeça.
Contemplei a paisagem.
Vi as flores roxas.
A cor da agrura que está nos corações dos brasileiros famintos.”
(Jesus, 2014, p.140-141).

⁸⁰Expressão extraída do texto “O leão e a abelha”. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/frei-betto-o-leao-e-a-abelha-uma-fabula-sobre-a-vitoria-da-esperanca/>.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Maria da Consolação. **O Ser Negro**. A construção de subjetividades em afro-brasileiros. Brasília: LGE Editora, 2008.
- BOAL, Augusto. O teatro como arte marcial. **Cadernos de Teatro**, Rio de Janeiro, n. 172, p. 18-25, jan.-mar. 2005. Disponível em: <https://www.otablado.com.br/Cadernos?page=17>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BOAS, Rosa Villas. Gestão cultural. In: RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador, BA: EDUFBA, 2005. p. 99-116.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org.). **Cultura de desenvolvimento**. Reflexões à luz de Celso Furtado. Salvador; Brasília: EDUFBA, 2015.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. Leituras de Operárias. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- BOSI, Ecléa. Problemas ligados à cultura das classes pobres. In: VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José J. (org.). **A Cultura do povo**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1984. p. 25-34.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Vocação de criar: anotações sobre a Cultura e as Culturas populares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 715-746, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000300003&script=sci_arttext. Acesso em: 31 ago. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa participante**. A partilha do saber. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.
- BRASIL. Casa de Rui Barbosa. **Texto-base da III Conferência Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/6847>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Brasil alcança a marca de 5.000 Pontos de Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-alcanca-a-marca-de-5-mil-pontos-de-cultura>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Políticas Culturais. **Texto-base da I Conferência Nacional de Cultura**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2005. Disponível em: <https://cnp.cultura.gov.br/i-conferencia-nacional-de-cultura/>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Da luta à execução**: a trajetória da Lei Paulo Gustavo. Brasília, DF: MinC, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br>

[br/assuntos/noticias/da-luta-a-execucao-a-trajetoria-da-lei-paulo-gustavo](https://www.gov.br/assuntos/noticias/da-luta-a-execucao-a-trajetoria-da-lei-paulo-gustavo). Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Entenda a política nacional de Cultura Viva – Lei nº 13.018/2014**. Brasília, DF: MinC, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/documentos-e-publicacoes/cartilhas/cartilha-entenda-a-politica-nacional-de-cultura-viva-atualizacao-jan-23.pptx/view>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **O que é a Lei Rouanet?** Brasília: Ministério da Cultura, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-rouanet/textos/o-que-e-a-lei-rouanet>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **O que é a Política Nacional de Cultura Viva?** Brasília, DF: MinC, 2022. Disponível em: <https://culturaviva.cultura.gov.br/site/pncv/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional Aldir Blanc: um marco para a cultura brasileira**. Brasília, DF: MinC, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-aldir-blanc-um-marco-para-a-cultura-brasileira>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Texto-base da II Conferência Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <https://cnpcc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Texto-base-II-CNC.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Texto-base da IV Conferência Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/4CNCDocBasev12_2023091414.pdf. Acesso em: 9 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. 2. ed. Brasília: MEC/SEB, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 2.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Especial da Cultura. **Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo**. Brasília: MTur/Secult, 2003a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jul. 1992. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. **Discurso do Presidente da República**. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília – DF, 2003b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronun-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-cn.pdf/view>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual do Ministério do Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. **Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)**. Brasília, DF: MinC, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/artesanato/conheca-o-pab/programa-do-artesanato-brasileiro-pab-1>. Acesso em: 1 fev. 2025.

BRECHT, Bertolt. **O analfabeto político**. [S. l.]: [s. n.], [1988?]. Disponível em https://dicaufu.com.br/dica_sys/pdf/P47%20-%202015.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

CAMPANHA Nacional pelo Direito à Educação. **Balanco do Plano Nacional da Educação 2014-2024**. São Paulo: [S. n.], 2024. Disponível em: <https://campanha.org.br/especiais/balanco-do-pne-2024/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CANEDO, Daniele Pereira. Políticas culturais para a economia criativa: considerações para um desenvolvimento inclusivo, diverso e sustentável. *In*: ROCHA, Sophia; VARELLA; Guilherme (org.). **Novo Plano Nacional de Cultura e 4ª CNC: contextos, desafios, proposições**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024. p. 63-73.

CANEDO, Daniele Pereira. Secretaria de Cultura ou Fundação Cultural? *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador, BA. **Anais** [...]. Salvador, BA: UFBA, 2007. Disponível em: <http://cult.ufba.br/enecult2007/DanielePereiraCanedo.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2025.

CAPPARELLI, Camila dos Passos Araujo; FRANK, Hélvio. Repertórios de gênero e sexualidade em contexto universitário de formação docente. *In*: PESSOA, Rosane Rocha; SILVA, Kleber Aparecido da; FREITAS, Carla Conti de. (org.). **Praxiologias do Brasil Central sobre educação linguística crítica**. São Paulo: Pá de Palavra, 2021. p. 173-192.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Pietra. ‘Muita gente passa fome’: ela mostra o 'lado invisível' de estudar na USP. **Uol**, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

noticias/2024/02/01/da-favela-para-usp-ela-fala-das-dificuldades-na-maior-universidade-do-pais.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 11 jan. 2025.

CASTRO, Leonardo. ROCHA, Renata. A formação e a profissionalização do gestor cultural: emergências, políticas e desafios. *In*: BARBALHO; Alexandre; ALVES; Elder Patrick Maia, VIEIRA; Mariella Pitombo (org.). **Os trabalhadores da cultura no Brasil**: criação, práticas e reconhecimento. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 121-147.

CHAUÍ, Marilena. 500 anos. Cultura e Política no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 38, p. 49-55, dez. 1993. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/38/Marilena%20Chau%20-%20500%20Anos.%20Cultura%20e%20Politica%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/08/chau_web_compressed-1.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. *In*: OLIVEIRA; Francisco de; PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4644632/mod_resource/content/1/1%20chau%C3%AD%20-%20neoliberalismo%20e%20universidade%20%281%29.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena. Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 32, p. 57-71, jun. 1991. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/32/Marilena%20Chau%20-%20Politica%20e%20Cultura%20Democraticas.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

COLLING, Leandro; SAMPAIO, Adriano. **A Cultura em tempos sombrios**. Salvador: EDUFBA, 2022.

CORAÇÃO de Estudante. Intérprete: Milton Nascimento. Compositores: Milton Nascimento e Wagner Tiso. *In*: AO VIVO. Anhembi, SP: Barclay, 1983. LP, faixa 1.

CRUVINEL, Larissa. **A serenidade da renúncia**: uma bússola para mulheres corajosas decidirem autenticamente por serem (ou não) mães. Uberlândia: Ed. da Autora, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

EMBORNAL de Cantoria. Intérprete: Grupo Trem das Gerais. Compositores: Adolfo Figueiredo, Maria Vânia Art. Rio de Janeiro: BGM Brasil, 2006. 1 CD.

EU SÓ peço a Deus. Intérprete: Beth Carvalho. Compositor: Leon Gieco. *In*: Beth. Intérprete: Beth Carvalho. [S. l.]: RCA Vitor, 1986. LP, faixa 13.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, Bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução de Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.
- IBGE. **Cidades**. Araguari. História e fotos. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araguari/historico>. Acesso em: 18 out. 2024.
- IBGE. **Cidades**. Uberaba. História e fotos. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/historico>. Acesso em: 18 out. 2024.
- IBGE. **Cidades**. Uberlândia. História e fotos. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/historico>. Acesso em: 18 out. 2024.
- IPEA. **Atlas da Violência 2024**. Brasília, DF: IPEA, FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/287/atlas-da-violencia-2024>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- JANELA para o mundo. Intérprete: Milton Nascimento. Compositores: Fernando Brant e Milton Nascimento. *In*: NASCIMENTO. Warner Bros. Records. 1997.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**. Diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, Ailton. **O lugar onde a terra descansa**. Rio de Janeiro: ECO Rio; Nova Lima, MG: Núcleo de Cultura Indígena, 2000.
- LORENZI, Gisele Maria Amim Caldas. **Pesquisa-Ação**. Pesquisar, refletir, agir, transformar. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- MICHEL Temer volta atrás e anuncia a recriação do Ministério da Cultura. **G1**, Jornal Nacional, 21 maio 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/michel-temer-volta-atras-e-anuncia-criacao-do-ministerio-da-Cultura.html>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- MOREIRA, Rafael; SPADA, Lincoln. **O fim do Ministério da Cultura**: reflexões sobre as políticas Culturais na era pós-MinC. São Paulo: Imaginário Coletivo, 2022.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar de. **As políticas da Cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de Cultura.** 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07042017-135229/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Luciene. **Tudo nela é de se amar.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica.** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos. Imaginar futuros: artes, vida cultural e o trabalho digno na cultura. *In*: ROCHA, Sophia; VARELLA, Guilherme (org.). **Novo Plano Nacional de Cultura e 4^a CNC: contextos, desafios, proposições.** Brasília: Ministério da Cultura, 2024. p. 75-85.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: Assembleia Geral da ONU, 1948. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Portal/Neddif/AtosNormativos/DeclaracaoUniversalDireitosHumanos.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Cultura popular.** Gestos de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PETRONE, Talíria. **Diário afetivo de uma maternidade política e outros textos.** Rio de Janeiro: Rubra, 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PITOMBO, Mariella; BARBOSA, Frederico. Carreiras artístico-culturais e economia criativa: princípios, valores e tensões em processos de formação e profissionalização. *In*: BARBALHO, Alexandre; ALVES, Elder Patrick Maia; VIEIRA, Mariella Pitombo (org.). **Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento.** Salvador: EDUFBA, 2017. p. 175-199.

REDE MINEIRA DOS PONTOS DE CULTURA. **Mapa da Rede Mineira dos Pontos de Cultura.** Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2021. Disponível em: <https://pontosdeculturamg.org.br/maps/show>. Acesso em: 20 jan. 2025.

RIANELLI, Erick. Orçamento 2025: Congresso cortou 84% da verba para a Lei Aldir Blanc, voltada para incentivo à cultura. **G1**, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/21/orcamento-2025-congresso-cortou-84percent-da-verba-para-a-lei-aldir-blanc-voltada-para-incentivo-a-cultura.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Sophia; Varella, Guilherme (org.). **Novo Plano Nacional de Cultura e 4ª CNC: contextos, desafios, proposições**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Políticas Culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Cultura e Democracia: reflexões sobre acessos e participações. *In*: ROCHA, Sophia, VARELLA; Guilherme (org.). **Novo Plano Nacional de Cultura e 4ª CNC: contextos, desafios, proposições**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024. p. 30-39.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (org.). **Políticas Culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.

RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da Cultura**. Sala de aula 1. Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

SANTOS, Lourivânia Soares. Cultura, Diversidade e Acessibilidade: um diálogo necessário sobre democracia e cidadania nas políticas culturais brasileiras. *In*: **Novo Plano Nacional de Cultura e 4ª CNC: contextos, desafios, proposições**. ROCHA, Sophia, VARELLA; Guilherme (org.). Brasília: Ministério da Cultura, 2024. p. 51-61.

SCHAFFER, Murray. **O ouvido pensante**. Tradução de Marisa T. D. O. Fronterrada. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (org.). **Cultura viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: Ipea, 2010.

SILVA, Romário Allef Ribeiro; GUIMARÃES, Antonio Carlos. Os conservatórios estaduais de música em Minas Gerais: criação e rede de influências. *In*: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DA ABEM, 13., 2004, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Musical, 2004. Disponível em: http://abemeduacaomusical.com.br/anais_ersd/v5/papers/1320/public/1320-5303-1-PB.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

SORANO, Vitor. Bolsonaro transfere secretaria de Cultura para Ministério do Turismo. **G1**, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2024.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Remontando o Patrimônio. *In*: ROCHA, Sophia, VARELLA, Guilherme (org.). **Novo Plano Nacional de Cultura e 4ª CNC: contextos, desafios, proposições**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024. p. 41-49.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: O Brasil de baixo pra cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UFU. **Extensão e Cultura: Iniciativas que promovem transformação social e valorização cultural**. Uberlândia, MG: UFU, 2024. Disponível em: <https://ufu.br/extensao-e-cultura>. Acesso em: 26 jun. 2025.

VIANA, Janaína Nery. Professoras de língua portuguesa e literatura e suas microações afirmativas cotidianas. **Revista África e Africanidades**, Ano XVI, 46 ed., maio, 2023. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/ARTLIVRE010523.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2025.

APÊNDICE I – Questionário inicial



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO/UFCAT

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM/PPGEL

**Ana Paula Rabelo****Doutoranda – Universidade Federal de Catalão (UFCat)**

anarabelo@discente.ufcat.edu.br

QUESTIONÁRIO INICIAL**1 - Descrição:**

Este questionário compõe o projeto de pesquisa "O PATRIMÔNIO IMATERIAL E SUAS HERANÇAS: O IMPACTO DE POLÍTICAS CULTURAIS ENTRE 2008 E 2018 NAS AÇÕES DE MULHERES ATUANTES NO CENÁRIO CULTURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO" e seu intuito é fazer um levantamento inicial de informações acerca de **mulheres que tenham mais de 18 anos, sejam atuantes na área cultural**, e desenvolvam ações de: formação continuada, tradições orais, festas populares, cancioneiro popular, artesanato, literatura, dança, música, cinema etc. Nosso **objetivo primeiro** com este questionário é conhecer essas agentes culturais, para, em seguida, mapear as que atuam na área de recorte da pesquisa. As respostas são de uso exclusivo da pesquisa, por isso é necessário que todas as questões sejam respondidas para, posteriormente, definirmos potenciais mulheres que estejam inseridas na área geográfica em que a pesquisa será realizada, atendam aos requisitos da pesquisa e, em sequência, convidá-las a participar. Pedimos que, caso você conheça alguma mulher que atua na área cultural, seja reconhecida pela comunidade, mas que não acesse os meios digitais, nos informe, para que possamos providenciar o questionário em formato impresso e possibilitar sua participação. Qualquer dúvida, ou necessidade de maiores explicações, entre em contato pelo e-mail: anarabelo@discente.ufcat.edu.br ou pelo WhatsApp: 34-9-8805-8014.

Obrigada por sua participação!

2- Informações Pessoais

- a) Nome Completo (Sem abreviações):
- b) E-mail de contato (Válido):

c) Cidade/Estado em que mora:

d) Idade:

Possui entre 18 e 34 anos.

Possui entre 35 e 49 anos.

Possui mais de 50 anos.

e) Como você se identifica do ponto de vista racial?

Negra (Preta ou Parda).

Branca.

Amarela.

Não sei identificar.

f) Possui crianças, ou outras pessoas da família que vivem e dependem financeiramente de você?

Não.

Sim, tenho filhos com menos de 18 anos e cuido deles sozinha.

Sim, tenho filhos com menos de 18 anos, mas não cuido deles sozinha.

Sim, tenho filhos morando comigo, mas são independentes financeiramente.

Sim, moro com meus pais e cuido deles.

Sim, moro com meus pais, mas não cuido deles.

Outros, especificar _____

3- Escolaridade

Qual é a sua trajetória escolar:

Ensino Fundamental incompleto, ou cursando.

Ensino Fundamental completo.

Ensino Médio incompleto, ou cursando.

Ensino Médio completo.

Ensino Profissionalizante incompleto, ou cursando.

Ensino Profissionalizante completo.

Graduação incompleta, ou cursando.

Graduação completa.

Pós-graduação incompleta, ou cursando.

Pós-graduação completa – Mestrado.

Pós-graduação completa – Doutorado.

4- Área cultural em que atua (Marque a opção a que você mais se dedica)

- Festas populares (Carnaval, Folia de Reis, Congado etc.).
- Música (Musicista em atividade e/ ou professora de música).
- Artes Cênicas (Atriz em atividade e /ou professora de teatro).
- Artesanato (Produtora em atividade e/ ou professora da trabalhos manuais).
- Literatura (Contadora de história e/ ou professora de literatura).
- Dança (Dançarina em atividade e /ou professora de dança).
- Circo (Artista circense em atividade e/ ou professora de modalidades circenses).
- Cinema (Atriz em atividade e /ou cineasta, roteirista, cinegrafista, figurinista).
- Arte-educação (professora de cursos sobre arte e cultura de um modo geral).
- Outros, especificar _____

5- Como gosta de ser chamada em sua atuação cultural (marcar mais de uma questão, se for o caso)

- Gestora Cultural.
- Produtora Cultural.
- Profissional da Cultura.
- Agitadora Cultural.
- Brincante.
- Fazedora de Cultura.
- Artista.
- Artesã.
- Outros, especificar _____

6- Qual a origem da sua atuação cultural?

- O que sei fazer aprendi sozinha, observando outras pessoas.
- O que sei fazer aprendi interagindo com pessoas da família e da comunidade em que moro.
- Fiz um curso extracurricular oferecido pela escola em que estudei.
- Fiz um curso oferecido pelo sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SESC etc.).
- Fiz curso técnico gratuito oferecido pela Prefeitura e/ou pelo Estado.
- Fiz curso técnico em instituição privada.
- Fiz curso em instituição de Ensino Superior (Universidade).

7- Você está desenvolvendo sua atividade cultural com regularidade?

- Não, neste momento, estou desenvolvendo atividades profissionais em outra área.
- Sim, parcialmente. Desenvolvo minha atividade cultural apenas quando há eventos culturais promovidos em minha cidade.
- Sim, parcialmente. Desenvolvo minha atividade cultural periodicamente (a cada 2 meses).
- Sim, desenvolvo minha atividade cultural aos fins de semana.
- Sim, desenvolvo minha atividade cultural duas, ou mais vezes por semana.
- Sim, minha atividade cultural é minha profissão.

8- Seu trabalho remunerado é exclusivo de sua atuação cultural?

- Não, trabalho durante a semana e exerço minha atividade cultural nos fins de semana.
- Não, tenho mais de um emprego e só um deles é na área da minha atuação cultural.
- Não, preciso trabalhar em outro setor, pois o que ganho com cultura é insuficiente.
- Não, minha atividade cultural não me proporciona remuneração.
- Sim, tenho outro trabalho mas minha atuação cultural é a principal fonte de renda.
- Sim, minha atuação cultural é o meu trabalho formal, com dedicação exclusiva.

9- Há quanto tempo você atua na área cultural?

- Menos de um ano.
- De um a cinco anos.
- De cinco a dez anos.
- De 10 a 20 anos.
- Mais de 20 anos.

10- Em qual ou quais lugares/cidades você desenvolve sua atuação cultural?

- Em escolas públicas da cidade em que moro.
- Em escolas particulares da cidade em que moro.
- Em espaços públicos geridos pelo Poder Público (Município, Estado e Governo Federal).
- Em espaços comunitários (Associações de Bairro, Clube de Mães etc.) da cidade em que moro.
- Em praças e locais abertos da cidade em que moro.
- Em local construído e mantido por mim na cidade em que moro.
- Em local alugado e mantido por mim na cidade em que moro.

- Além de trabalhar na cidade em que moro, trabalho em distritos, zonas rurais, assentamentos e cidades próximas.
- Além de trabalhar na cidade em que moro, atuo também em várias cidades do estado em que moro.
- Além de trabalhar na cidade em que moro, faço meu trabalho em qualquer cidade do Brasil e do Exterior.
- Não atuo na cidade em que moro, atuo nas proximidades dela (Zona Rural, Distritos, cidades próximas).
- Outros, especificar _____

11- Você conhece ou já ouviu comentários sobre leis e mecanismos de incentivo à cultura?

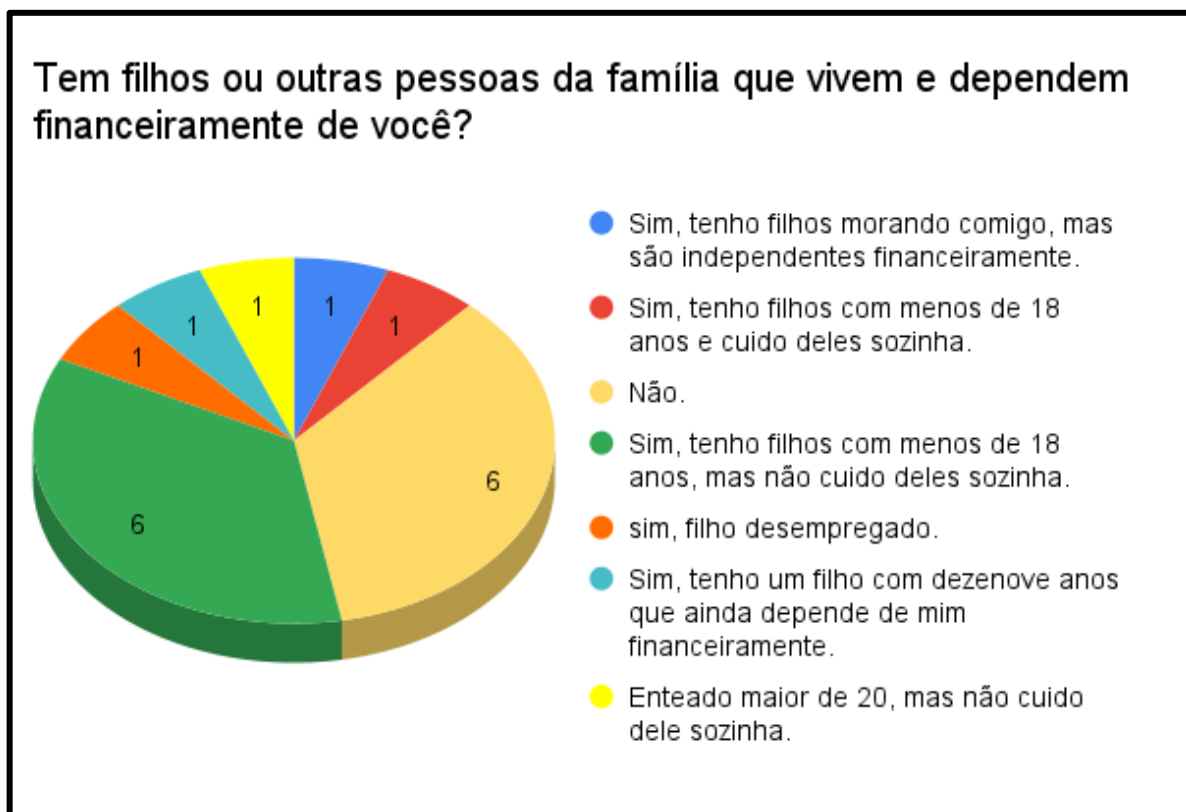
- Nunca ouvi comentários, nem li ou recebi algum tipo de formação sobre este assunto.
- Já ouvi comentários, mas não sei o que significa e nem como funciona.
- Já vi cartazes e anúncios de shows e espetáculos patrocinados por artistas e empresas que usam leis de incentivo à cultura , mas nunca li nada a respeito do seu funcionamento.
- Sei que essas leis existem, mas não sei como funciona e nem o que se deve fazer para ter um projeto incentivado.
- Tenho conhecimento que as leis de incentivo à cultura existem, mas não tenho o conhecimento técnico para utilizar em minha atuação cultural.
- Conheço um pouco sobre o assunto, mas não o suficiente para propor um projeto que possa ser incentivado com recursos públicos.
- Conheço parcialmente o assunto porque já participei de eventos patrocinados em que houve a explicação sobre a origem dos recursos financeiros.
- Conheço bem o assunto, mas não utilizo.
- Conheço muito bem o assunto e já trabalhei em projetos incentivados por lei de incentivo à cultura.

12- Você já inscreveu algum projeto de sua atuação cultural em editais de leis e mecanismos de incentivo à cultura?

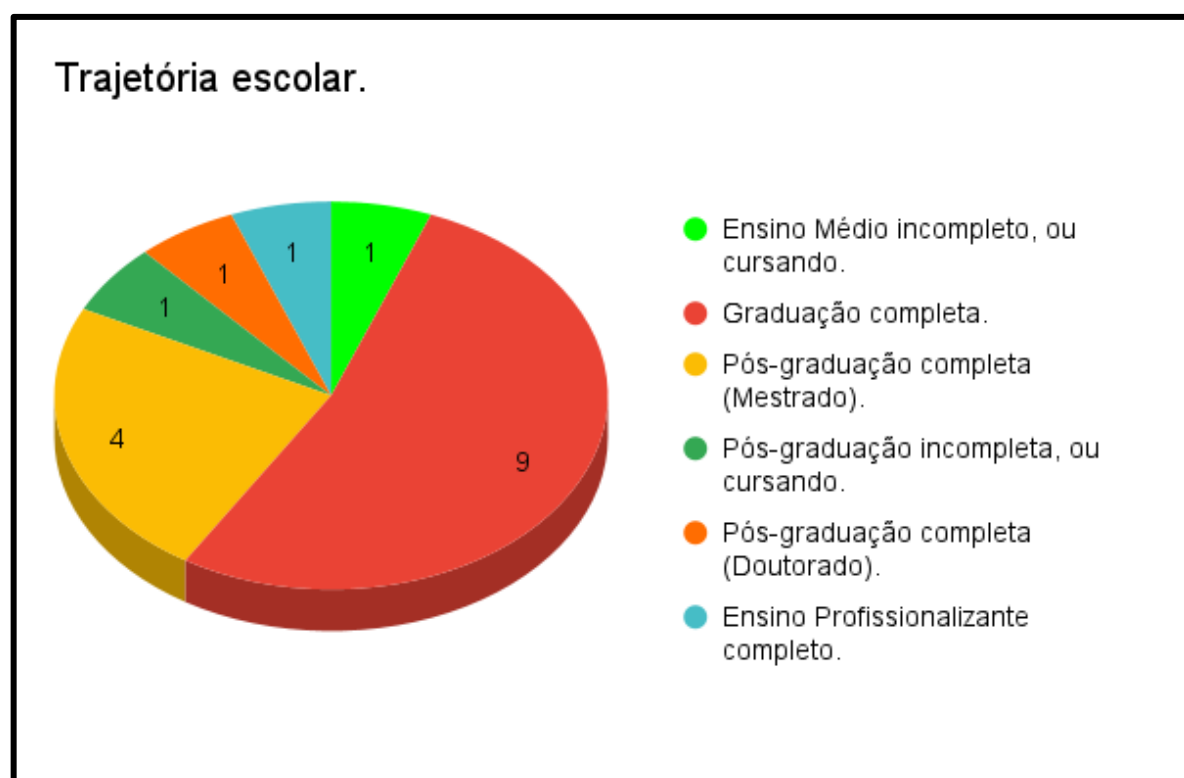
- Nunca inscrevi.
- Inscrevi uma vez, mas não consegui aprovação.
- Inscrevi uma vez, consegui aprovar, mas não consegui realizar por falta de patrocínio.
- Inscrevi mais de uma vez, e consegui aprovar e captar recursos financeiros para realização de minha atuação cultural.

13- Você conhece alguma mulher que atua na área cultural e que seja reconhecida pela comunidade, mas que não acessa os meios digitais, nos informe abaixo, colocando o nome, e forma de contato dela. (Endereço, local em que atua, telefone). (Questão opcional)

APÊNDICE II – Demais gráficos do questionário inicial

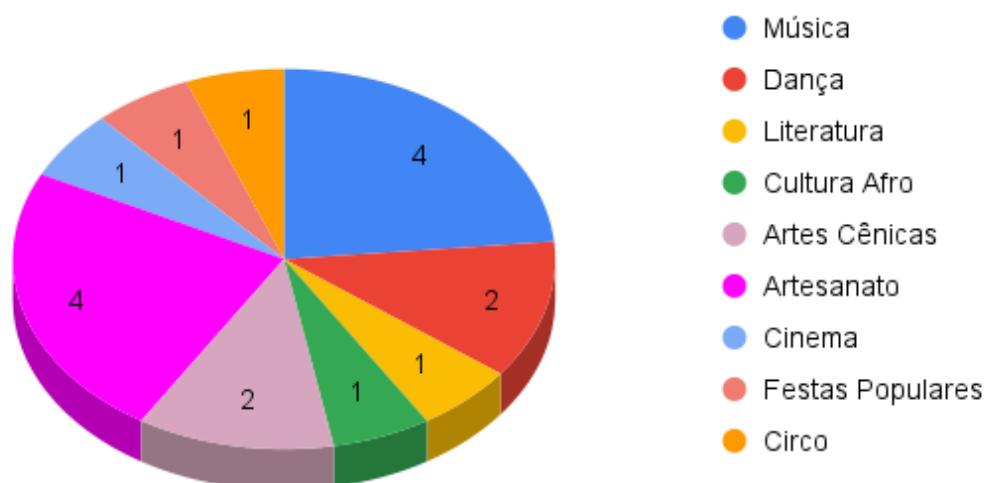


Fonte: elaborado pela própria autora.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Área cultural em que atua (Marque a opção a que você mais se dedica).



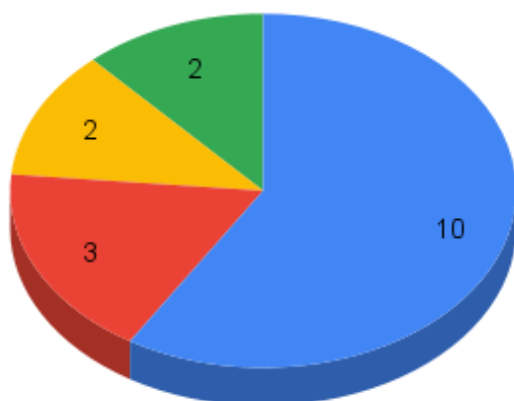
Fonte: elaborado pela própria autora.

Qual a origem da sua atuação cultural.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Você está desenvolvendo sua atividade cultural com regularidade?



- Sim, minha atividade cultural é minha profissão.
- Sim, desenvolvo minha atividade cultural aos fins de semana.
- Sim, parcialmente. Desenvolvo minha atividade cultural apenas quando há eventos culturais promovidos em minha cidade.
- Sim, desenvolvo minha atividade cultural duas, ou mais vezes por semana.

Fonte: elaborado pela própria autora.

Em qual ou quais lugares/cidades você desenvolve sua atuação cultural?



- Além de trabalhar na cidade em que moro, atuo também em várias cidades do estado em que moro.
- Em espaços comunitários (Associações de Bairro, Clube de Mães etc.) da cidade em que moro.
- Em local construído e mantido por mim na cidade em que moro.
- Em espaços públicos geridos pelo Poder Público (Município, Estado e Governo Federal).
- Em praças e locais abertos da cidade em que moro.
- Em escolas públicas da cidade em que moro., Em escolas particulares da cidade em que moro.
- Além de trabalhar na cidade em que moro, trabalho em distritos, zonas rurais, assentamentos e cidades próximas.
- Além de trabalhar na cidade em que moro, trabalho em distritos, zonas rurais, assentamentos e cidades próximas., Atuo no sítio onde moro, em Uberaba e feiras pelo Brasil.
- Além de trabalhar na cidade em que moro, faço meu trabalho em qualquer cidade do Brasil e do Exterior.
- Em escolas públicas da cidade em que moro., Em espaços públicos geridos pelo Poder Público (Município, Estado e Governo Federal), Em espaços comunitários (Associações de Bairro, Clube de Mães etc.) da cidade em que moro., Além de trabalhar na cidade em que moro, trabalho em distritos, zonas rurais, assentamentos e cidades próximas.
- Em local construído e mantido por mim na cidade em que moro., Na internet, onde busco clientes.
- Em espaços públicos geridos pelo Poder Público (Município, Estado e Governo Federal), Em espaços comunitários (Associações de Bairro, Clube de Mães etc.) da cidade em que moro., Em local construído e mantido por mim na cidade em que moro.
- Em escolas públicas da cidade em que moro., Em local alugado e mantido por mim na cidade em que moro.
- Empresa / Associação de produções artísticas.

Fonte: elaborado pela própria autora.



APÊNDICE III – Questionário final

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO/UFCAT



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM/PPGEL

Ana Paula Rabelo

Doutoranda – Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

anarabelo@discente.ufcat.edu.br

QUESTIONÁRIO FINAL

Descrição:

Cara participante, chegamos ao fim de nossa pesquisa, e quero agradecer-lhe por participar e contribuir, por meio de sua atuação cultural, para que o projeto intitulado "**O PATRIMÔNIO IMATERIAL E SUAS HERANÇAS: O IMPACTO DE POLÍTICAS CULTURAIS ENTRE 2008 E 2018 NAS AÇÕES DE MULHERES ATUANTES NO CENÁRIO CULTURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**" seja capaz de contribuir com a reflexão acerca da importância da cultura e do protagonismo feminino nas comunidades em que atuam. Para encerrarmos, peço que respondam esse questionário final, que possibilitará um olhar mais apurado sobre as reflexões propostas, as observações realizadas e as contribuições que porventura tenham sido agregadas ao seu fazer cultural, no decorrer da pesquisa.

Obrigada, mais uma vez, por sua participação!

1- Nome Completo (Sem abreviações).

2- E-mail válido.

3- O quanto você passou a conhecer acerca de políticas públicas voltadas à cultura depois que participou desta pesquisa?

- () Não sabia da existência de leis para a cultura e agora já sei que existem e como funcionam.
- () Meu conhecimento era bem superficial sobre leis para a cultura e agora já sei diferenciá-las e como funcionam.
- () Já possuía um conhecimento prévio e pude me aprofundar mais no assunto.
- () Já utilizava leis para cultura e pude aprofundar meu conhecimento sobre o conceito de cultura e suas complexidades.

() Não acrescentou conhecimento ao que já possuía, pois me utilizo de leis para a cultura há muitos anos.

4- No decorrer da pesquisa, o tempo foi adequado, com abertura para que sua voz, enquanto mulher atuante na cultura, fosse ouvida e respeitada?

() Não percebi essa abertura.

() Penso que poderia ter tido mais tempo para eu me posicionar e divulgar meu trabalho.

() O tempo destinado para a pesquisa foi adequado.

5- Sua participação na pesquisa permitiu que você ampliasse a sua compreensão sobre investimentos (Públicos, pessoais e/ou empresariais) destinados à cultura em sua comunidade e como você pode utilizar esses investimentos para ampliar sua atuação cultural?

() Não, não ampliou.

() Sim, permitiu compreender que há tipos de investimentos, mas ainda não consigo relacioná-los à minha atuação cultural.

() Sim, ampliou minha compreensão e aprendi que posso aprimorar minha forma de comunicar meu trabalho para, no futuro, ampliar minhas fontes de recurso para realizar minha atuação cultural.

6- Sua condição de mulher, ao longo de sua atuação como agente de cultura, representou algum obstáculo ou um dificultador na sua atuação cultural?

() Não. Sempre fui tratada em “pé de igualdade” com homens que também atuam na área cultural.

() Às vezes. Em algumas situações recebi tratamento desfavorável por ser mulher.

() Sim. Ser mulher tem dificultado constantemente minha atuação como agente cultural.

7- O fato de atuar em uma cidade pequena (morar ou realizar suas atividades culturais), ou em áreas periféricas da cidade, representou algum obstáculo ou um dificultador na sua atuação cultural?

() Não, considero que as oportunidades e dificuldades são as mesmas, tanto em cidades pequenas, quanto em cidades maiores.

() Às vezes, em algumas ocasiões percebi que minha atuação seria facilitada se não atuasse em cidade pequena ou em região periférica da cidade.

() Sim. Dificulta totalmente minha atuação cultural.

() Não. Não atuo em cidades pequenas ou em áreas periféricas da cidade.

8- Deixe um comentário sobre o cenário cultural e das políticas públicas para a cultura, enfatizando o que você considera que são pontos positivos e pontos que precisam de melhorias

As questões abaixo são opcionais, mas gostaria que você respondesse para contribuir com a auto avaliação da pesquisa:

1 - Avalie os temas trabalhados na pesquisa (Políticas públicas, Leis de Incentivo, Patrimônio Imaterial, práticas de cultura).

2 - Avalie o modo como a pesquisadora abordou você desde o preenchimento do questionário inicial, esclarecimentos e consentimento livre para participação, até as observações realizadas no trabalho de campo.

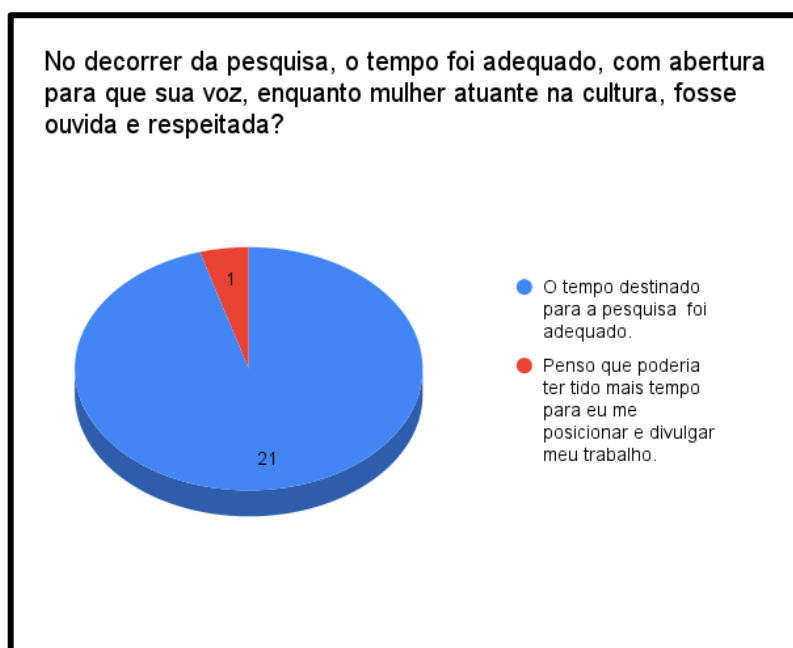
3 - Avalie a metodologia utilizada, considerando as interações da pesquisadora durante a observação realizada no trabalho de campo.

4 - Quanto à minha observação de sua prática cultural avalie:

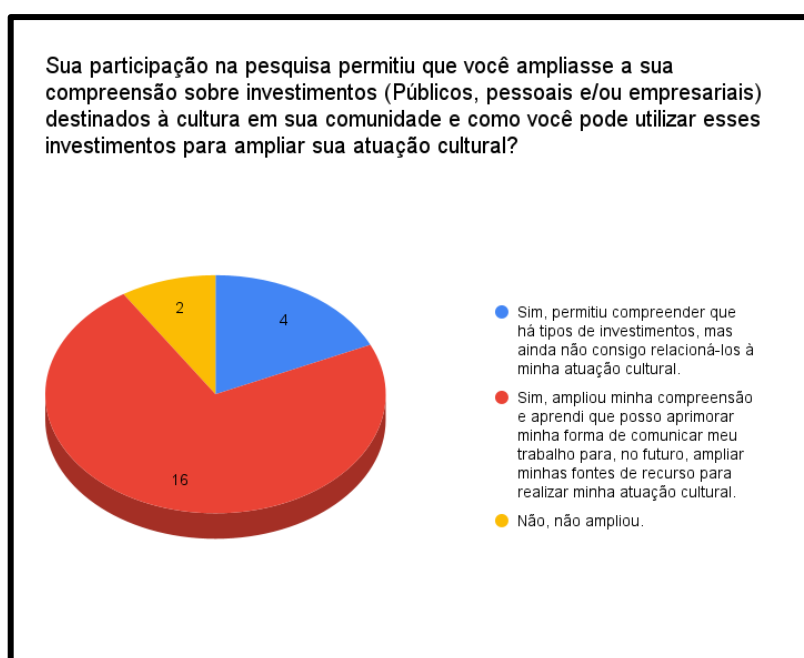
- a) o tempo que dediquei à observação**
- b) a linguagem que utilizei nas nossas interações**
- c) a minha postura frente à sua atuação**

Muito Obrigada!!

APÊNDICE IV – Demais gráficos do questionário final

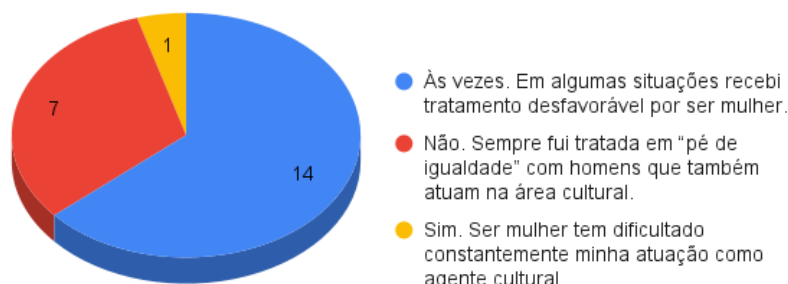


Fonte: elaborado pela própria autora.



Fonte: elaborado pela própria autora.

Sua condição de mulher, ao longo de sua atuação como agente de cultura, representou algum obstáculo ou um dificultador na sua atuação cultural?



Fonte: elaborado pela própria autora.

O fato de atuar em uma cidade pequena (morar ou realizar suas atividades culturais), ou em áreas periféricas da cidade, representou algum obstáculo ou um dificultador na sua atuação cultural?



Fonte: elaborado pela própria autora.

As questões abaixo são opcionais, mas gostaria que você respondesse para contribuir com a autoavaliação da pesquisa:

1- Avalie os temas trabalhados na pesquisa (Políticas públicas, Leis de Incentivo, Patrimônio Imaterial, práticas de cultura).

Respostas:

1- Todas as políticas culturais, foram uma conquista, dos artistas, produtores de cultura deste país.

- 2- Temas incríveis que, muitas vezes, não são explorados apesar do grande valor que representam.
- 3- Políticas públicas são as ações e medidas para garantir o bem-estar da população leis de incentivo são mecanismos para fomentar todas formas de expressão.
- 4- Patrimônio imaterial é o reflexo da cultura de um povo, seus hábitos, saberes e celebrações como as práticas de cultura é tudo que nos envolve.
- 5- Todos abordados.
- 6- Todos os temas abordados com clareza e informações.
- 7- Muita teoria e pouca prática.
- 8 - A pesquisadora tem vasto conhecimento da área cultural e contribuiu para me incentivar na busca por conhecimento das leis, bem como aprimorar o trabalho com recursos humanos e financeiros, relatando sobre projetos, profissionais engajados neste setor, abrindo perspectivas para o crescimento do trabalho cultural e apoiando no sentido de incentivar a continuidade deste.
- 9- Bom, posso falar sobre as práticas de cultura, que é onde me enquadro e como tenho trabalhado para produzir cultura dentro da UFU. Poder falar sobre os trabalhos desenvolvidos tanto na feira ArtCult como na comissão de cultura é uma forma de incentivar e apresentar uma possibilidade do fazer cultura dentro da universidade em espaços não antes utilizados pra tal fim.
- 10 - acho que um precisa do outro, ou seja para ser realizado.
- 11- Muito importante pois, mostra como estão interligados de forma direta e indireta.
- 12- Extremamente pertinentes, em especial neste momento social e político que estamos vivendo.
- 13- Muito importante e necessário.
- 14- As políticas e as leis fornecem recursos financeiros e apoio projetos culturais e artísticos, as leis sempre tem que estar monitorando os recursos para que este seja usado de maneira transparente.
- 15- O patrimônio Imaterial é fundamental para preservar as tradições culturais, os conhecimentos e as práticas transmitidas de geração em geração. "
- 16- Excelente e necessário.
- 17- Políticas Públicas - existem mas não estão sendo aplicadas/discutidas/compartilhadas com os que realmente são interessados; Leis de incentivo - não chegam a base, aos que necessitam. Por não ter linguagem simplificada e acessibilidade necessária; Patrimônio Imaterial - algumas cidades trabalham isso de forma ampla na questão religiosidade, no âmbito do artesanato ainda

não vi um trabalho com a mesma ênfase e nas práticas de cultura no município que residido a pratica carece do entendimento do poder público do que é artesanato e qual a sua importância na cultura.

2- Avalie o modo como a pesquisadora abordou você desde o preenchimento do questionário inicial, esclarecimentos e consentimento livre para participação, até as observações realizadas no trabalho de campo.

Respostas:

1- A pesquisadora fez todos os tramites necessários para garantir a minha segurança enquanto entrevistada. Explicou todos os passos e me transmitiu a segurança e profissionalismo necessários para a aplicação do trabalho de campo.

2- A abordagem foi de interesse coletivo, me deixando a vontade para descrever sobre a política cultural do nosso país.

3- A pesquisadora é incrível. Deixou todos a vontade. Focou em fazer sua pesquisa com as pessoas que realmente se interessaram e foi, desde nosso primeiro contato, muito ética e objetiva. Achei também muita organizada e coerente.

4- A pesquisadora apresentou-se com bastante objetividade e clareza despertando inclusive uma nova percepção sobre minha trajetória artística e cultural.

5- A pesquisadora fez a abordagem de forma muito leve no preenchimento do questionário, me deixando muito à vontade para participar do trabalho com meu conhecimento e minhas limitações.

6- Muito receptiva, calorosa e afetiva.

7- Excelente abordagem.

8- Afetivo e objetivo

9- A atuação da pesquisadora foi clara na explicação de todos os procedimentos e sua observação foi adequada e não invasiva, colaborando também com o registro de imagens do encontro.

10- Ana foi super gentil e apresentou o projeto de pesquisa, deixando cópia dos termos e tendo uma escuta ativa.

11- Creio q a pesquisadora ficou encantada e surpresa com meu trabalho, tanto na prática quanto na teoria...e pra mim foi muito gratificante!

12- O tema foi abordado pela pesquisadora de forma clara, objetiva e de fácil entendimento.

13- Ao meu ver, todas as abordagens muito adequadas.

14- De forma respeitosa e profissional.

15- Foi muito bom e importante ter participado dessa pesquisa, foi muito enriquecedor, nós conversamos, compartilhamos ideias e conversamos sobre soluções para os problemas no Brasil.

16- Excelente, com informalidade e naturalidade.

17- A abordagem foi feita de forma muito agradável me deixando a vontade para expor o que penso sem constrangimento.

3- Avalie a metodologia utilizada, considerando as interações da pesquisadora durante a observação realizada no trabalho de campo.

Respostas:

1- Não há o que reclamar, a pesquisadora tem total segurança do que está falando e nos deixa à vontade em relação as nossas observações, foi ótimo.

2- A metodologia foi de uma linguagem simples, de entendimento sutil ao assunto.

3- Para mim a metodologia foi muito válida. Achei o número de entrevistadas bem desafiador, mas são com os desafios que nos superamos. Considero que o trabalho em campo realizado pela pesquisadora também foi um diferencial, pois a mesma pôde conhecer de perto muitos pontos de vistas de pessoas que fazem e vivem da cultura. Parabéns!

4- metodologia eficiente no que diz respeito à objetividade e informação

5- Metodologia simples, estruturada com muita interação com a entrevistada regada de café quente e pão de queijo!!!!

6- Perfeita

7- Ótima metodologia.

8- Abrangente

9- Observação visual com descrição anotada, silenciosa, não invasiva, interferem minimamente no encontro. Digo minimamente porque o olhar do outro sempre produzirá mudanças num campo de observação. A presença de terceiros sempre provocará alguma mudança, pois interfere na constituição do grupo. No meu caso, para melhorar a atuação.

10- Penso que o contato pesquisadora e as pessoas q estão contribuindo para a pesquisa é o elo que liga ambas, é nessa etapa que a pesquisa se aproxima da realidade concreta e possibilita a abertura de diálogo e entendimento sobre as práticas acadêmicas e sociais no seu ponto de interseção.

11- A pesquisadora assistiu minha aula, pôde analisar, conhecer de perto meu trabalho junto às alunas ali presentes, percebendo cada movimento e particularidade de cada uma.

12- Interessante a metodologia usada e o retorno de forma qualitativa.

13- Achei as interações muito respeitosas e pertinentes. Foi uma alegria participar desta pesquisa.

14- Ótima

15- Foi de uma metodologia muito coerente, centrada, construtiva, inteligente e sábia.

16- Gostei.

17- De forma clara ela expôs a intenção da pesquisa e se colocou aberta as colocações que fiz com perguntas que aprofundassem a minha fala e trouxessem o entendimento mais amplo e claro da minha experiência. Gostei muito da forma que foi feita a dinâmica da conversa me deixando a vontade para apontar o que vivencio tanto positivo como negativamente.

4- Quanto à minha observação de sua prática cultural avalie:

- a) o tempo que dediquei à observação.
- b) a linguagem que utilizei nas nossas interações.
- c) a minha postura frente à sua atuação.

Muito Obrigada!"

Respostas:

1- Vc é amorosa e acolhedora. Ficou claro nosso lugar de potência pela força do seu olhar

2- As 3 alternativas estão corretas.

3- Ana Paula é uma pessoa que quando se dispõe a fazer algo faz com profissionalismo e com amor. Nesta pesquisa não poderia ser diferente: Dedicou um tempo enorme para me acompanhar, foi clara e objetiva em suas perguntas, foi sempre muito observadora e atenta com todos os fatos que vivenciou ao meu lado e sua postura foi muito adequada. Sempre esteve muita atenta e disposta a cooperar em tudo que fosse necessário.

4- a) adequado.

b) clara e objetiva.

c) pesquisadora coerente com a realidade de meu trabalho o que demonstra ter buscado subsídios para realizar a pesquisa.

5- a) O tempo dedicado foi suficiente para falar do meu fazer cultural.

b) linguagem de fácil entendimento.

c) Uma postura de carinho e respeito.

6- Foi um papo muito gostoso.

7- Tempo, linguagem e postura todos os itens abordados de forma clara e respeitosa.

8- O tempo foi adequado para o propósito a ser alcançado, a linguagem clara e explicativa e a postura respeitosa.

9- O tempo foi suficiente, com uma linguagem adequada e nada academicista, com uma postura adequada.

Quanto à minha observação foram verdadeiras corretas trabalho maravilhoso e excelente. Só tenho a agradecer a oportunidade que você me deu. Gratidão.

10- a) Adequado, nem muito nem pouco, na minha opinião.

b) Também adequada, nos deixou à vontade tanto para conversar quanto para acompanhar nosso trabalho artístico.

c) Como disse anteriormente, achei muito respeitosa e até motivadora para o nosso fazer artístico, ao perceber que outra pessoa nos identifica como agentes culturais a ponto de nos incluir numa pesquisa deste nível.

Eu que agradeço!!!"

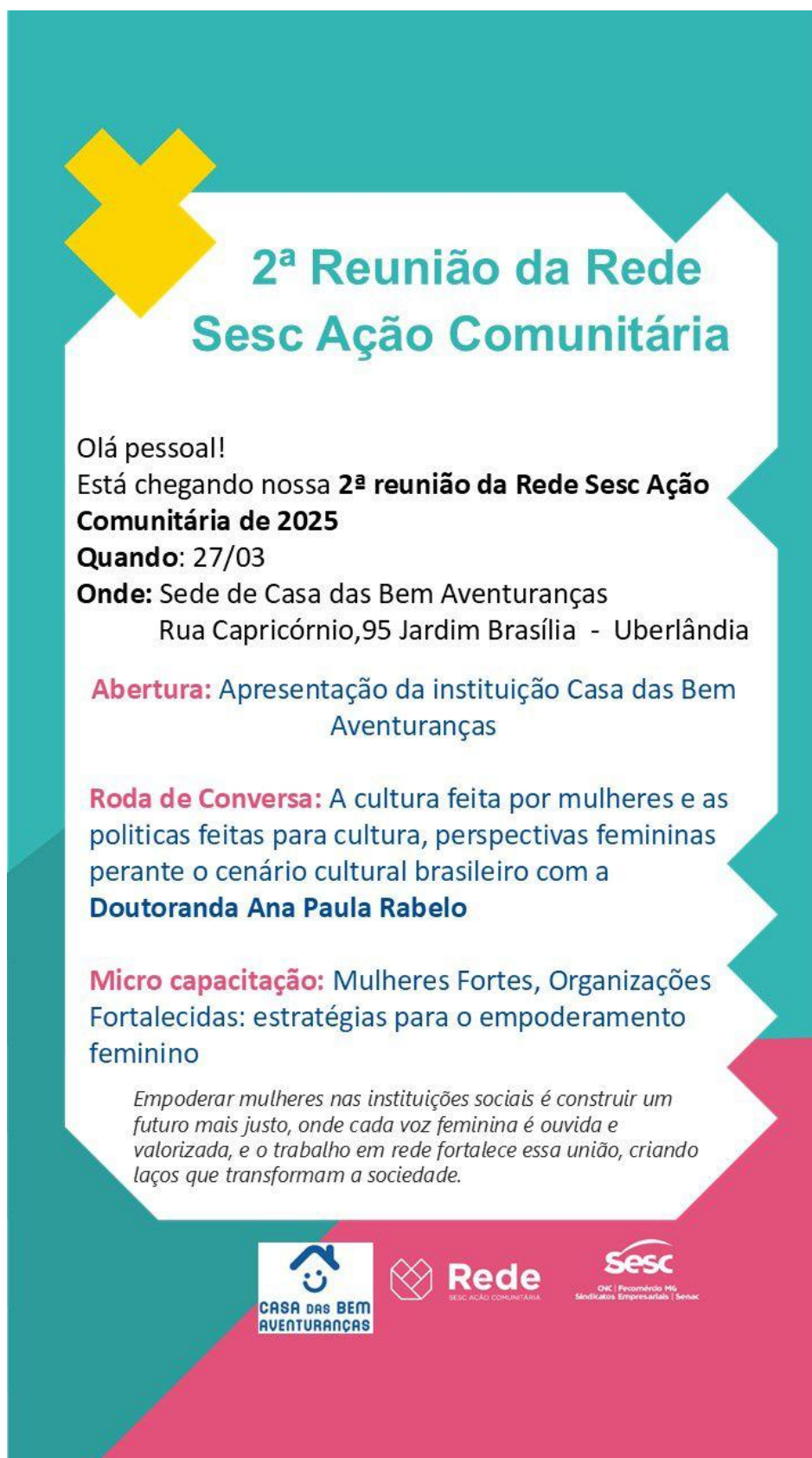
11- Foi um grande privilégio e alegria, poder participar dessa pesquisa e fazer parte da nossa cultura e da nossa política no Brasil e no mundo.

12- Gostei, foi cuidadosa, atenciosa, acessível.

13- Quanto ao tempo creio que foi o apropriado para a pesquisa (não deixando de colocar que cultura é um assunto que rende rsrs); Quanto a linguagem também apropriada e clara e quanto à postura demonstrou interesse em ouvir, o que é muito importante e faz muita diferença para quem está falando.

APÊNDICE V – Roda de Conversa para a devolutiva da pesquisa

Folder de divulgação do evento com a Roda de Conversa.



2ª Reunião da Rede Sesc Ação Comunitária

Olá pessoal!
Está chegando nossa **2ª reunião da Rede Sesc Ação Comunitária de 2025**
Quando: 27/03
Onde: Sede de Casa das Bem Aventuras
Rua Capricórnio,95 Jardim Brasília - Uberlândia

Abertura: Apresentação da instituição Casa das Bem Aventuras

Roda de Conversa: A cultura feita por mulheres e as políticas feitas para cultura, perspectivas femininas perante o cenário cultural brasileiro com a **Doutoranda Ana Paula Rabelo**

Micro capacitação: Mulheres Fortes, Organizações Fortalecidas: estratégias para o empoderamento feminino

Empoderar mulheres nas instituições sociais é construir um futuro mais justo, onde cada voz feminina é ouvida e valorizada, e o trabalho em rede fortalece essa união, criando laços que transformam a sociedade.




  

Foto 1 – Apresentação da Tese. Acervo da Pesquisadora



Fonte: acervo da pesquisadora.

Foto 2 – Participantes da pesquisa presentes.



Fonte: acervo da pesquisadora.

Foto 3 – Pesquisadora e participantes da pesquisa.



Fonte: acervo da pesquisadora.